

# Questões de Identidade Insular na Macaronésia

Coordenação de Duarte Nuno Chaves



**QUESTÕES DE IDENTIDADE INSULAR  
NA MACARONÉSIA**

Coordenação

Duarte Nuno Chaves

Santa Casa da Misericórdia das Velas  
CHAM — Centro de Humanidades  
Velas, S. Jorge, Açores

2020

## FICHA TÉCNICA

<b>Título</b>	<i>Questões de Identidade Insular na Macaronésia</i>
<b>Coordenação</b>	Duarte Nuno Chaves
<b>Autores</b>	Vários
<b>Edição</b>	Santa Casa da Misericórdia das Velas & CHAM – Centro de Humanidades
<b>Paginação</b>	Gonçalo Mendes – DRC Madeira
<b>Capa</b>	Laura Catarina Nunes
<b>Fotografia da capa</b>	Élia de Sousa
<b>Depósito Legal</b>	471588/20
<b>ISBN</b>	978-989-54856-0-4
<b>Data de Saída</b>	2020
<b>Execução Gráfica</b>	Nova Gráfica Artes Gráficas Rua da Encarnação, 21, Fajã de Baixo 9500-513 Ponta Delgada São Miguel - Açores

## Apoios

---



Secretaria Regional  
de Turismo e Cultura  
Direção Regional da Cultura



Esta edição foi financiada pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia do Governo Regional dos Açores (M3.3.c/Edições/002/2019) e contou com o apoio da Secretaria Regional do Turismo e Cultura do Governo Regional da Madeira. No âmbito do projeto de Pós-doutoramento com a referência “M3.1. a/F/003/2016” do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia.

**Coordenação**

Duarte Nuno Chaves

**Autores**

Alcides José Delgado Lopes

Bruna Pereira

Carmo Daun e Lorena

Cláudia Faria

Cristina Moscatel

Duarte Nuno Chaves

Élia de Sousa

Graça Alves

Helena Rebelo

Javier Luis Álvarez Santos

João Henrique Silva

Jorge António Cunha

José Andrade

José Antonio González Marrero

Liliana Ferreira

Maria Manuel Velasquez Ribeiro

Mariano Gambin

Mercedes China Oliva

Naidea Nunes

Rita Rodrigues

Sérgio Rezendes

Susana Serpa Silva

\* O conteúdo e a ortografia de cada artigo são da inteira e exclusiva responsabilidade do respetivo autor.



## ÍNDICE

- 11 Duarte Nuno Chaves**  
*NOTA DE ABERTURA E BREVE ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO*
- CAPÍTULO I - ITINERÁRIOS DO ESPAÇO E DA HISTÓRIA**
- 21 Liliana Ferreira**  
*UMA APROXIMAÇÃO AO MUNDO INSULAR. ENTORNO ARQUITETÓNICO EM SOCALCOS NA MACARONÉSIA*
- 35 José Antonio González Marrero**  
*LA ISLA DE SAN BORONDÓN, UN ELEMENTO DE IDENTIDAD ATLÁNTICA DESDE LA EDAD MEDIA HASTA LA ACTUALIDAD*
- 51 Mariano Gambín García**  
*LA REPOBLACIÓN DE GRAN CANARIA DESPUÉS DE LA CONQUISTA A FINALES DEL SIGLO XV. ASPECTOS HUMANOS Y POLÍTICOS*
- 73 Javier Luis Álvarez Santos**  
*EXOGENESIS E INCLUSIÓN SOCIAL EN ÁREAS DE CONTACTO: EL COMPROMISO LOCAL DE LA ÉLITE PORTUGUESA EN TENERIFE DURANTE LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XVII*

## **CAPÍTULO II - QUESTÕES DA MEMÓRIA ARQUIPELÁGICA**

- 85 Carmo Daun e Lorena**  
*À SOMBRA DO PASSADO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E COSMOPOLITISMO INSULAR EM SÃO VICENTE*
- 103 Susana Serpa Silva**  
*A ILHA GRACIOSA NOS RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS (SÉCULO XIX)*
- 121 Sérgio Rezendes**  
*AÇORES E MACARONÉSIA, TERRAS DE DEGREDO POLÍTICO EM 1930*
- 141 Mercedes Chinea Oliva**  
*LA PRESENCIA DEL TRABAJO DE LAS MUJERES EN LOS PROCESOS DE CULTIVO Y TRANSFORMACIÓN DEL ALGODÓN A TRAVÉS DEL FONDO DE LA COMPAÑÍA ALGODONERA DE CANARIAS*
- 151 Cláudia Faria**  
*GRACIOSA E PORTO SANTO “DOS QUE VIVEM ONDE SOPRA O VENTO”*
- 161 Graça Alves**  
*UM CANTO À ILHA DA MADEIRA*

## **CAPÍTULO III - TRADIÇÕES, MÚSICA E EXPRESSÕES ORAIS**

- 169 Alcides José Delgado Lopes**  
*TRADIÇÕES, MÚSICA E EXPRESSÕES ORAIS: ELEMENTOS DE IDENTIDADE DOS ILHÉUS*
- 187 Élia de Sousa**  
*CHARAMBA - EM BUSCA DE UM FUTURO. CONTRIBUTOS PARA O SEU ESTUDO NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA*
- 207 José Andrade**  
*FILARMÓNICAS DOS AÇORES: PATRIMÓNIO IDENTITÁRIO - O CASO DA ILHA DE SÃO MIGUEL*

**219 Naidea Nunes e Helena Rebelo**

*A CRIAÇÃO DE GADO E AS EXPRESSÕES ORAIS: BREVE COMPARAÇÃO DO VOLUME I DO ATLAS LINGUÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA MADEIRA E DO PORTO SANTO COM O DOS AÇORES*

**CAPÍTULO IV - MUSEUS, ARQUIVOS E NOVAS ABORDAGENS CULTURAIS**

**239 Rita Rodrigues**

*VIAGEM: DO ESPAÇO CULTURAL PARA O MUSEU. VIVÊNCIAS RELIGIOSAS MADEIRENSES*

**259 João Henrique Silva**

*MUSEU DE ARTE SACRA DO FUNCHAL: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PRESENÇA*

**273 Maria Manuel Velasquez Ribeiro**

*MUSEOLOGIA AÇORIANA: UMA APROXIMAÇÃO BIOBIBLIOGRÁFICA*

**285 Jorge António Cunha**

*MUSEUS E TURISMO CULTURAL: O CASO DO MUSEU DA GRACIOSA*

**295 Cristina Moscatel**

*ARQUIVOS AÇORIANOS: PERCURSOS PATRIMONIAIS E DA VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA INSULAR*

**309 Bruna Pereira**

*PONTA DELGADA: UMA CIDADE DA MACARONÉSIA INSERIDA NAS TENDÊNCIAS PICTÓRICAS DO SÉCULO XXI*



## NOTA DE ABERTURA

A edição do livro *Questões de Identidade Insular na Macaronésia* ocorre na sequência da parceria mantida pelo CHAM - Centro de Humanidades, unidade de investigação interuniversitária vinculada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e à Universidade dos Açores com a Santa Casa da Misericórdia das Velas, S. Jorge, Açores. Como consequência desta cooperação institucional resultou a concretização, desde 2011, de vários acontecimentos culturais e científicos efetuados, usualmente na ilha de S. Jorge, e de forma pontual em outras ilhas do arquipélago dos Açores. Estes eventos tiveram como consequência a edição de três publicações de estudos, no âmbito da História Insular e Atlântica: *Aquém e Além de São Jorge Memória e Visão* (2014); *Açores e Madeira: percursos de memória e identidade* (2017); e *Memória e Identidade Insular: Religiosidade Festividades e Turismo nos Arquipélagos da Madeira e Açores* (2019). Todas elas com a chancela das entidades anteriormente citadas<sup>1</sup>.

A propósito da História Insular e Atlântica, Alberto Vieira (1956-2019) num dos seus textos, publicado no livro *Açores e Madeira: Percursos de Memória e Identidade*, alertava-nos para o papel que Gaspar Frutuoso desempenhou na conceção de um corpus historiográfico sobre a Macaronésia. Sendo que este, já evidenciava em pleno século XVI, na obra *Saudades da Terra*, esta forte ligação insular e identitária, dos arquipélagos atlânticos de Cabo Verde, Canárias, Madeira e Açores, podendo ser considerado o precursor desta perspetivação da realidade histórica insular, no espaço geográfico da

---

<sup>1</sup> Na redação desta nota, gostaríamos de agradecer os contributos dos colegas, Nuno Martins da Universidade de Delaware, Delaware, EUA e de Carmo Daun e Lorena da Universidade do Minho, Portugal.

Macaronésia. Ele terá sido ainda o pioneiro a evidenciar e delinear os traços comuns destas sociedades nascentes, tanto ao nível geográfico, como no âmbito administrativo e económico.

Tendo em vista esta conceção historiográfica, em 2020, no seguimento destas parcerias realizadas na vila das Velas, foi proposto a um conjunto de investigadores, na área das Ciências Sociais e Humanas, o desafio de “cruzar” produção de conhecimento científico sobre as ilhas do espaço biogeográfico da Macaronésia, de modo a contribuir, através da redação de um conjunto de artigos, para o estudo do património cultural destes arquipélagos.

O desígnio desta publicação é o de chegar a um público diversificado, possibilitando aos leitores um conhecimento das ilhas, desde os primeiros itinerários das suas memórias. Percorrendo, assim, a inevitável insularidade, através da história, da literatura e das tradições insulanas, culminado na relevância que os lugares de cultura, como os museus, arquivos e os espaços rurais e urbanos, têm na preservação e difusão da identidade destes povos, inclusivamente nas novas abordagens culturais do século XXI.

Por opção editorial, os 21 textos publicados foram redigidos nas línguas nativas dos seus autores, português e espanhol, que são os idiomas oficiais utilizados de forma particular nos arquipélagos retratados.

Espera-se, pois, que o livro agora editado, com financiamento da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia do Governo Regional dos Açores e com o apoio à edição da Secretaria Regional do Turismo e Cultura/ Direção Regional de Cultura do Governo Regional da Madeira, contribua para a construção de uma narrativa que reflita a identidade insular. Percorrendo, deste modo, as memórias arquipelágicas, através de uma cronologia alargada, desde o povoamento das ilhas até à contemporaneidade.

### **Para um breve enquadramento geográfico**

Num livro onde abordaremos os laços de identidade destes quatro arquipélagos, percorrida por uma memória secular, não queríamos deixar de principiar esta obra sem expor uma breve nota apresentação do espaço geográfico que caracteriza esta região multi-insular na atualidade.

A Macaronésia é uma região biogeográfica, localizada no Oceano Atlântico, constituída pelos arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde. Este espaço insularo para além de partilhar elementos



Fig. 1 - Estátua de Gaspar Frutuoso com a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Estrela da cidade da Ribeira Grande, S. Miguel, Açores em pano de fundo. No ano de 1565, Gaspar Frutuoso foi nomeado vigário desta igreja Matriz, cargo que exerceu durante 26 anos, até à data da sua morte. Foto de Élia de Sousa, 2020.

idênticos da sua fauna e flora, bem como a sua origem vulcânica, partilha ainda um conjunto de laços históricos e culturais com mais de quinhentos anos de memórias.

Se Phillip Baker Webb (1793-1854), no limiar do século XIX, foi o difusor do conceito “Macaronésia” enquanto espaço biogeográfico, Gaspar Frutuoso (1522-1591), cronista açoriano, considerado por vários autores o “Historiador das Ilhas”, já havia sido, no século XVI, o precursor de uma identidade cultural da Macaronésia enquanto espaço geográfico dotado de um conjunto de ligações identitárias, motivadas pela mobilidade interna dos habitantes do mundo atlântico e insular de Quinhentos. A sua obra *Saudades da Terra*, dividida em seis volumes, é um importante repositório de informação e uma das principais fontes para o estudo da geografia física, história social, usos e costumes, genealogia, toponímia, fauna e flora dos arquipélagos da Macaronésia à sua época e ao período anterior ao povoamento.

Principiamos este breve enquadramento, pelos arquipélagos da Madeira e Açores, que são duas regiões autónomas de Portugal, através do direito consagrado pela Constituição da República Portuguesa de 1976, o qual estabeleceu a autonomia política e administrativa destes arquipélagos. Fazem ainda parte das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

A Região Autónoma dos Açores está situada no Oceano Atlântico Norte, sendo que o arquipélago é constituído por nove ilhas, reunidas em três grupos geográficos: grupo Oriental, composto por Santa Maria e São Miguel; grupo Central, por Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial; e grupo Ocidental, por Flores e Corvo. O ponto mais oriental do arquipélago dista aproximadamente 1300 km da costa europeia e africana e no seu ponto mais ocidental aproximadamente 2000 Km do continente americano.

A geografia física das ilhas é indubitavelmente influenciada pela sua posição oceânica, resultando um clima húmido temperado, com uma atmosfera agitada, não sendo indiferente a isso os condicionalismos climáticos influenciados pelo denominado anticiclone dos Açores, que atinge com alguma frequência o arquipélago<sup>2</sup>. Por sua vez, a localização do arquipélago na zona de convergência tripla das placas litosféricas Norte Americana, Euroasiática e Africana está na origem de vários sistemas de fraturas que condicionam a atividade sísmica e vulcânica nas ilhas dos Açores.

Segundo o geógrafo António de Brum Ferreira, esta homogeneidade no âmbito da geografia física das ilhas não invalida que cada uma delas não apresente particularidades que derivam dos diferentes estilos eruptivos e que se refletem na natureza da morfologia dos solos, no clima, na hidrologia, no restinto vegetal e na ocupação humana<sup>3</sup>. Com uma orografia muito acidentada, a Montanha do Pico, situada na ilha com o mesmo nome, é ponto mais alto do arquipélago com uma altitude de 2352 metros. De mencionar as lagoas existentes nas crateras de antigos vulcões que, após a extinção da atividade vulcânica, foram preenchidas pelas águas das chuvas, formando um conjunto de lagoas que, para além da riqueza em biodiversidade, são nos dias de hoje umas das suas principais atrações turísticas na generalidade das ilhas; com destaque para a Lagoa das Sete Cidades e Lagoa do Fogo na ilha de S. Miguel e a Lagoa do Caldeirão na ilha do Corvo.

Em termos demográficos, o arquipélago conta atualmente com uma população global 242.823 indivíduos, em 31 de dezembro de 2019 (de acordo com a Serviço Regional de Estatística), distribuídos de forma irregular pelas várias ilhas, concentrando-se mais de três quartos da população do arquipélago nas ilhas de São Miguel (137.228 habitantes) e Terceira (55.179 habitantes)<sup>4</sup>.

---

2 Cf. FERREIRA, António de Brum. 2008. "A geografia física dos Açores" in *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. I:22-23.

3 Cf. Idem: 37.

4 Cf. <https://srea.azores.gov.pt/ReportServer/Pages/ReportViewer.aspx?%2FDemografia%2FEstimativas>.

O arquipélago da Madeira está localizado entre os meridianos 16° 17'W e 16° 17'W e os paralelos 33° 07' N e 32° 24' N, a aproximadamente 900 km sudoeste de Portugal Continental e a 700 km oeste da Costa Ocidental Africana. O arquipélago é composto pelas ilhas da Madeira (com 736 km<sup>2</sup> é a maior das ilhas portuguesas) e do Porto Santo (com 42,26 km<sup>2</sup>). Este arquipélago é ainda constituído pelo sub-arquipélago das Desertas (Ilhéu Chão, Deserta Grande e Búgio) e pelas Selvagens (Selvagem Grande, Selvagem Pequena, Ilhéu de Fora, juntamente com um conjunto de ilhéus de menor dimensão) que constituem reservas naturais, sendo que apenas as Selvagens apresentam um reduzido efetivo de população permanente, formado por 4 a 6 guardas da reserva natural

A orografia das duas ilhas habitadas deste arquipélago é díspar. A Madeira apresenta um relevo montanhoso com uma grande diversidade de paisagens com altitudes muito elevadas e desníveis consideráveis, expondo vertentes com elevados declives, superiores a 25%. O Pico Ruivo é o terceiro mais alto de Portugal, com 1861 metros de altitude. A floresta Laurissilva, endémica da Madeira, foi classificada como Património Mundial pela UNESCO em 1999.

O Porto Santo é, de todas as ilhas que constituem a Macaronésia, a que mais próximo se encontra do continente europeu, sendo que a sua constituição geomorfológica é diferente à da ilha da Madeira, mostrando uma nuance do relevo essencialmente plana, com solos pobres pouco aptos para a agricultura, apresentando ao longo do ano uma baixa pluviosidade. Possui uma praia de areia fina e dourada, com 9 km de extensão de origem orgânica (calcário), que é uma das suas principais imagens de marca de divulgação turística.

Em termos demográficos, e segundo a Direção Regional de Estatística da Madeira, a Região Autónoma da Madeira contava com uma população de 253.945 habitantes (dados de 2018), expondo uma densidade populacional, em 2018, de 316,8 habitantes por Km<sup>2</sup>. O Funchal foi o município a registar o maior valor (1.366,5 hab/Km<sup>2</sup>), contrastando com o Porto Moniz, que apresentava o valor mais baixo (28,3 hab/Km<sup>2</sup>)<sup>5</sup>. A cidade do Funchal, capital da região autónoma, concentra, na sua zona metropolitana, cerca de 44% da população do arquipélago, contrastando com a ilha do Porto Santo com uma população residente de 5.483 habitantes.

---

5 Cf. <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/social/popcondsocpt/demografia-pt/demografia>.

As Canárias são uma comunidade autónoma do Reino de Espanha, administrada por um governo regional próprio, compreendendo um total de oito ilhas povoadas: Tenerife, Grand Canária, La Palma, La Gomera, El Hierro, Lanzarote, Fuerteventura, La Graciosa e, ainda, vários pequenos ilhéus que perfazem uma superfície emersa de 7.447 km<sup>2</sup>. O arquipélago está dividido em duas províncias: Santa Cruz de Tenerife e Las Palmas. Sendo as suas cidades capitais, Santa Cruz de Tenerife e Las Palmas de Gran Canaria, respetivamente. Em termos geográficos, as Canárias encontram-se situadas a cerca de 1.300 km a nordeste de Cabo Verde, numa posição frontal às costas de Marrocos e do Sahara Ocidental, sendo de todas as ilhas atlânticas as mais próximas do continente africano, divergindo Fuerteventura e Lanzarote apenas uma escassa centena de quilómetros da massa continental<sup>6</sup>.

No conjunto dos quatro arquipélagos que constituem a região da Macaronésia, este é o arquipélago mais populoso, com 2.153.389 milhões de habitantes, representando mais de dois terços da população desta região. Tenerife é a maior de todas as ilhas deste espaço insular, possuindo uma área de 2036 km<sup>2</sup> e uma população de 933.429 habitantes, seguida das ilhas de Fuerteventura com 1.655 km<sup>2</sup> e Gran Canária com 1.560 km<sup>2</sup>, com um efetivo populacional de 859.835 habitantes, acolhendo ainda a maior cidade da Macaronésia, Las Palmas, com 378.517 habitantes<sup>7</sup>.

De origem vulcânica, estas ilhas possuem rasgos topográficos, climáticos, vegetais e antrópicos que lhes conferem uma personalidade física muito própria, patenteada por uma paisagem extrusiva<sup>8</sup>. O pico de Teide, na ilha de Tenerife, alcança os 3.718 metros, sendo o mais alto da Espanha e de todas as ilhas do oceano Atlântico. O seu clima subtropical, apresenta temperaturas amenas todo o ano, sendo que esta característica climática potenciou o desenvolvimento da floresta *Laurissilva*, típica deste espaço insular e atlântico.

As ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde formam, desde 1975, a República de Cabo Verde, localizando-se na região oriental do Oceano Atlântico a cerca de 570 km da costa ocidental de África. De origem vulcânica, o arquipélago é constituído por dez ilhas, das quais 9 habitadas,

---

6 Cf. HENRIQUES, Eduardo Brito. 2009. *Distância e Conexão Insularidade, relações culturais e sentido de lugar no espaço da Macaronésia*. Instituto Açoriano de Cultura. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

7 Cf. [https://www.ine.es/dyngs/INEbase/es/categoria.htm?c=Estadistica\\_P&cid=1254735572981](https://www.ine.es/dyngs/INEbase/es/categoria.htm?c=Estadistica_P&cid=1254735572981)

8 Cf. YANES, Amelia; LUIS, Maniel & ROMERO, Carmen. 1988. "La Entidad Geográfica de las islas bajas Canarias" in: *Eria. Revista Cuatrimestral de Geografía*, N.º 17:259-266.

e oito ilhéus, que se estendem sobre uma superfície total de 4033 Km<sup>2</sup>. Na generalidade, o relevo é acidentado, com altitudes superiores aos mil metros, sendo de destacar os 2.830 metros do cume do vulcão ativo, na ilha do Fogo, que é igualmente o ponto mais elevado do arquipélago. Devido ao seu clima semiárido, constituído por duas estações, seca e húmida, a vegetação é díspar alternado o tropical e a aridez das ilhas mais orientais do arquipélago, Boa Vista e Maio, provocada pelos ventos secos e quentes do Deserto de Sahara.

As ilhas integrantes deste país insular encontram-se divididas por dois grupos: a norte as ilhas de Barlavento - Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista e os ilhéus desabitados de Branco, Raso, dos Pássaros, Rabo de Junco e os ilhéus de Sal Rei e do Baluarte. A sul as ilhas do Sotavento - Maio, Santiago, Fogo e Brava, sendo adjacentes os ilhéus desabitados de Santa Maria, Grande, Rombo, Baixo, de Cima, do Rei, Luís Carneiro e o ilhéu Sapado.

Com uma população de 491.875 habitantes, segundo os censos de 2010, demograficamente, a ilha de Santiago é a maior e a mais populosa das ilhas deste arquipélago, concentrando no seu território de 991 km<sup>2</sup>, mais de metade da população do país com 274.044 habitantes. Reunindo, assim, uma densidade de 237 habitantes/km<sup>2</sup>, o que se colocava muito acima da média do arquipélago, 107 habitantes/km<sup>2</sup>. É nesta ilha que se situa a cidade da Praia, capital do país, com uma população superior a 100.000 habitantes<sup>9</sup>. Segundo o recenseamento de 2010, a distribuição da população encontra-se repartida da seguinte forma: “A ilha de Santiago é aquela que alberga o maior quantitativo populacional representando 56% da população Cabo-verdiana. Nesta ilha, o concelho da Praia é o mais povoado, albergando um quarto da população total do país, ou seja, cerca de 27% da população de Cabo Verde. São Vicente ocupa o segundo lugar, com 16% da população do país. A ilha de Santo Antão ocupa o terceiro lugar, representando 9% da população, seguida da ilha do Fogo com 7% da população. As restantes ilhas (Sal, Boavista, Maio e Brava) representam 8% da população Cabo-verdiana”<sup>10</sup>.

**Duarte Nuno Chaves (Coord.)**

*Ponta Delgada, 30 de abril de 2020*

---

9 Cf. HENRIQUES, 2009.

10 Cf. CARVALHO, Paulo & Fernandes, Nélia. 2014. “Território, População e Desenvolvimento em Cabo Verde” in: *DELOS-Desarrollo Local Sostenible*.

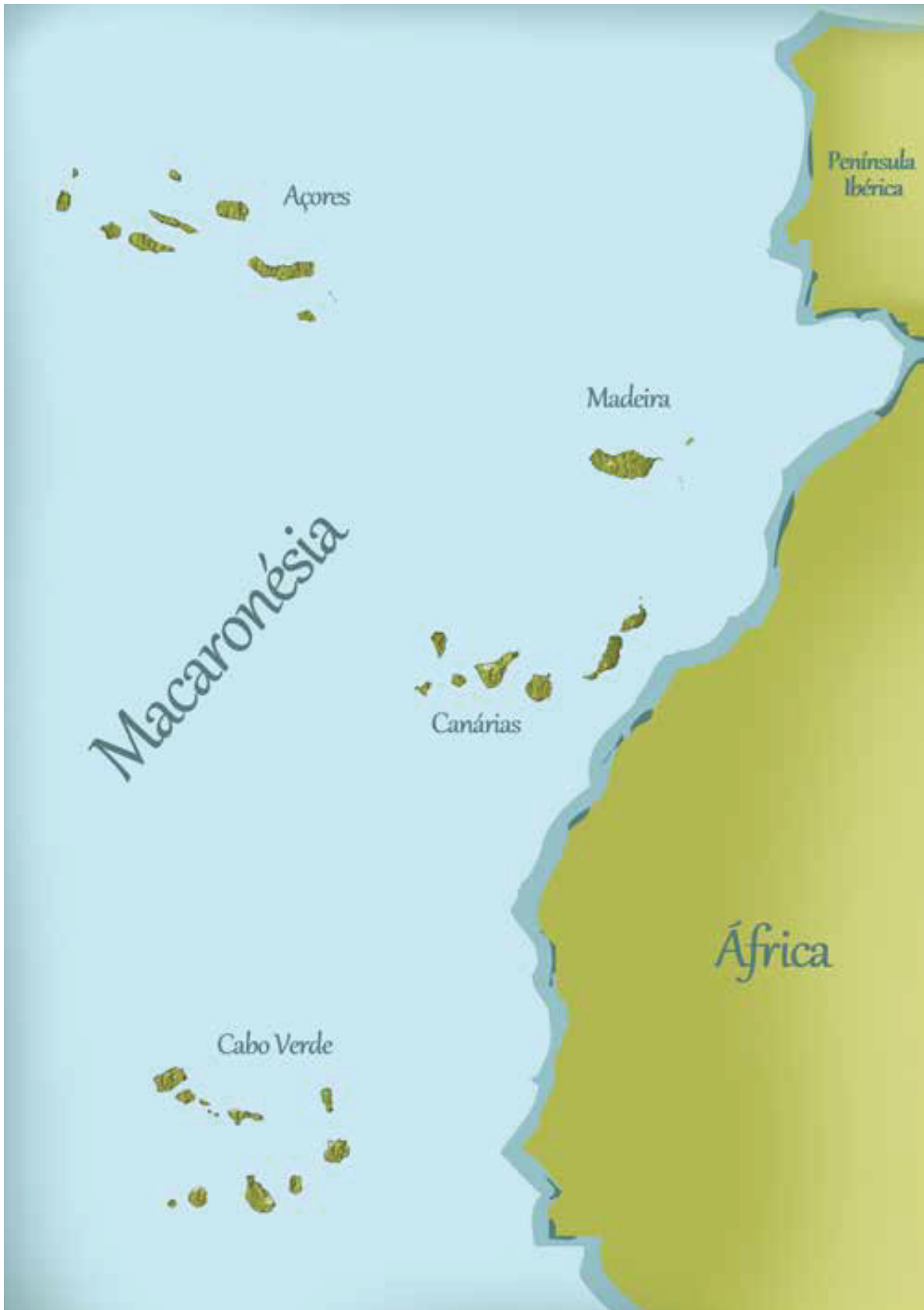


Fig. 2 – Extensão geográfica da Macaronésia. Grafismo de Laura Catarina Nunes.

## **CAPÍTULO I**

### **ITINERÁRIOS DO ESPAÇO E DA HISTÓRIA**



## UMA APROXIMAÇÃO AO MUNDO INSULAR. ENTORNO ARQUITETÓNICO EM SOCALCOS NA MACARONÉSIA

**Liliana Ferreira**

CHAIA | *Universidade de Évora*  
*lilianamaf@gmail.com*

**Palavras-chave:** Madeira; Açores; Identidade; Território; Paisagem.

### Nota Introdutória

A prática agrícola foi um dos principais impulsores da antropização da paisagem das ilhas da Macaronésia.

A estratégia de povoamento no espaço insular atlântico não foi tarefa fácil devido à necessidade de adaptar a realidade agrícola às exigências económicas verificadas ao longo dos séculos XV e XVI<sup>1</sup>. Essa exigência impulsionou o Homem insular a desenvolver técnica e sabedoria sobre o território para poder habitá-lo e retirar dele o seu sustento. Uma das técnicas desenvolvidas nesse processo de territorialização foi a construção de socalcos<sup>2</sup> agrícolas, mais conhecidos como “poios” na Madeira e por “currais” nos Açores.

---

1 Sobre esta temática ler :

Vieira, A. (1989). Consequências económicas do povoamento da Madeira e Açores. Em L. d. Albuquerque, *Portugal no Mundo - Povoamento e colonização do Reino de Portugal. Início dos descobrimentos marítimos portugueses. O avanço Atlântico* (pp. 189-200). Lisboa: Beta, projetos Editoriais, Lda. .

Vieira, A. (2014). *Nova História Económica da Madeira*. FUNCHAL: Esfera do Caos editores e APCA - Agência de promoção da Cultura Atlântica.

2 Definição de socalco: porção de terreno mais ou menos horizontal - espécie de degrau, nas encostas, suportado por muro, para o cultivo.

Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/socalco>, consultado a 19-03-2020.

O socalco é um elemento arquitetónico de contenção de terras, é uma construção ancestral realizada com muros de pedra seca com o objetivo de criar áreas de solo favorável para o cultivo. Além do mais, é um exemplo singular de apropriação e ocupação do território ao longo dos tempos e um modelo inteligente de humanização da paisagem para enfrentar as fortes limitações orográficas e ambientais.

A paisagem cultural e natural das ilhas da Macaronésia, como é o caso da Madeira e dos Açores, é um património comum de identidade insular que se encontra materializado na construção de muros de pedra seca de origem vulcânica.

Neste artigo, abordaremos o caso da ilha da Madeira e da ilha de Santa Maria, onde a temática do socalco é mais evidente.

Monumento este único no mundo, porque jamais em parte alguma, com tão grande amplitude, tanto esforço humano foi empregado na conquista da terra.

(Natividade, 1953)<sup>3</sup>

### **Povoar o território com a arte de arrumar as pedras.**

«A primeira e primordial arquitetura é a geografia»

Arq. Paulo Mendes da Rocha<sup>4</sup>

A condição geográfica das ilhas da Macaronésia definiu as diferentes estratégias de povoamento e da antropização da paisagem rural. Esta relação Homem-Natureza surge estritamente relacionada com a prática agrícola, possibilitando o uso eficiente dos recursos como a pedra, a água e a terra.

A geografia das ilhas ditou a forma de povoamento que, segundo a análise cartográfica das ilhas<sup>5</sup>, deu-se inicialmente junto à linha de costa e posteriormente foi-se distribuindo de acordo com os fatores humanos, técni-

---

3 Natividade, J. V. (1953). *Madeira, A Epopeia Rural* (Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal ed.). Funchal.

4 Arquiteto Urbanista Brasileiro reconhecido a nível internacional.

5 Análise cartográfica da ilha Madeira, dos séculos XV até os nossos dias, mostra que o povoamento se deu próximo da linha de costa, nos principais canais de desembarque, como nas ribeiras ou enseadas com bom acesso ao mar. (A análise está a ser realizada no âmbito do Doutoramento em Arquitetura sobre as paisagens em socalcos da ilha da Madeira).



Fig. 1 – Fotografias de Territórios em Socalcos na ilhas da Macaronésia –  
1- ilha de La Gomera; 2- ilha de São Jorge; 3- ilha de Santo Antão;  
4- ilha de Santa Maria; 5- ilha da Madeira.

cos, geográficos e económicos. Por conseguinte, verifica-se que as atividades humanas foram-se instalando sabiamente no território em conformidade com a altitude, relevo, clima e características geográficas de cada ilha, determinando a distribuição e localização do tipo de culturas e o desenvolvimento das técnicas necessárias para a fixação do povoamento. O socalco surge, neste contexto, como elemento definidor e organizador do espaço insular intrinsecamente relacionado com a atividade agrícola.

A construção de socalcos organizou o espaço rural das ilhas de forma particular, cujas construções faziam parte da unidade agrícola, adaptada à topografia e à agricultura. A população fixou-se nas áreas favoráveis para agricultura e foi entorno dela que se instalaram as primeiras casas, caminhos e infraestruturas ligadas ao sistema agrário.

O povoamento está ligado com a construção, com o conhecimento dos territórios e das suas potencialidades, bem como a necessidade de marcar a propriedade. Para povoar é necessário apropriar e para apropriar é necessário dividir ou parcelar o território. Na história do Homem, a “PEDRA”



Fig. 2 – Socalcos na Maia, ilha de Santa Maria - Açores.

foi um dos elementos construtivos mais utilizados para a divisão e apropriação do espaço que, no caso das ilhas com orografia acidentada, deram origem aos sistemas em terraços. Portanto, podemos dizer que o socalco é uma forma e de apropriação do espaço construído baseado na criação de plataformas niveladas que contribuíram para o parcelamento do território. «Neste processo de ocupação, rentabilização, mas também de construção do espaço, é de notar que muitas sesmarias deram origem não só às explorações agrícolas ou agroindustriais, mas também a agregados populacionais»<sup>6</sup>

Há necessidade de arrumar a rocha, construir paredes para segurar a terra e as culturas. E, para além disso, é necessário canalizar a água das ribeiras e trazê-las até aos poios para regar as culturas, porque senão nada ou quase nada se produz.

(Alberto Vieira, 2014)<sup>7</sup>

O socalco é elemento arquitetónico de contenção de terras, é um bem patrimonial do “saber fazer”, é a arte de arrumar as pedras por meio de técnicas ancestrais que passaram de geração em geração e que fazem este tipo de construção única no mundo. Foi com a arte de arrumar as pedras, através de arquitetos e engenheiros “anónimos”, que se construiu o povoamento nas ilhas. Todo este processo de territorialização demandou muito anos de esforço, muita mão de obra, cultura, técnica e conhecimento sobre o território. Mais do que uma técnica agrícola, o cultivo em socalcos possui uma notável estabilidade contra forças erosivas e tem boa capacidade de infiltração dos solos, evitando assim a erosão do solo<sup>8</sup> e contribui para a prevenção dos riscos naturais.

E o vilão ataca e tritura a rocha para a transformar em solo agrícola; geme sob o peso de enormes pedras para construir um socalco; marinha pelas falésias para conquistar um palmo de terra, mesquinha gleba, pouco maior por vezes do que um ninho de águias alcandorando no pendor de uma fraga. Antes de ser agricultor, é cabouqueiro e arquitecto.

(Natividade, 1953)<sup>9</sup>

---

6 Gregório, R. D. (2017). A Apropriação do Espaço nas Ilhas do atlântico: As Sesmarias, séculos XV-XVII. Em D. N. Chaves, *Açores e Madeira - Percursos de Memória e Identidade* (pp. 75-81). São Jorge- Açores: Santa Casa da Misericórdia das Velas.

7 Vieira, A. (2014). *Nova História Económica da Madeira*. FUNCHAL: Esfera do Caos editores e APCA - Agência de promoção da Cultura Atlântica.

8 Kiesow, S., & Bor, H.-R. (2017). Agricultural terraces as a proxy to landscape history on Madeira island, Portuga. *Ler História*, pp. p. 127-152.

9 Natividade, J. V. (1953). *Madeira, A Epopeia Rural* (Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal ed.). Funchal.

## O socalco aos olhos de Gaspar Frutuoso

Para entender a grandiosa transformação da paisagem cultural da Madeira e dos Açores em torno da arquitetura em socalcos, temos a necessidade de recuar um pouco no tempo através da leitura da obra as “Saudades da Terra” de Gaspar Frutuoso. O Autor descreve liricamente o início do povoamento das ilhas da Macaronésia, mostrando a evolução do espaço virgem até a humanização do território, resultante das iniciativas dos cabouqueiros.

No caso da Madeira, Gaspar Frutuoso descreve-a como sendo uma densa floresta inóspita que ia da serra ao mar, razão pelo qual Gonçalves Zarco lhe pôs o nome “*Madeira*” «por causa do muito, espesso e grande arvoredo de que era coberta»<sup>10</sup>. Com a vinda dos primeiros povoadores surge a necessidade de habitar a ilha, mas para tal tiveram de moldá-la e desenvolver técnicas de arroteamento para conseguirem fixar-se, inclusive surgiu a necessidade de pôr fogo à ilha com o intuito de lavrar as terras e tirar proveito delas. Um total de 45.000 hectares de floresta indígena foram queimadas com o propósito de criar solos agrícolas e satisfazer as carências da época. «Os primeiros povoadores quebraram o silêncio dos bosques e procuram criar desta ilha paraíso, e quase só paraíso, um recanto onde pudessem viver e usufruir dela»<sup>11</sup>. Imaginar a Madeira há 600 anos é um exercício curioso, ainda mais quando nos deparamos com a sua gigantesca escala orográfica e a sua acidentada topografia. Imaginar tal transformação, demonstra a proeza do Homem madeirense para lidar com a Natureza, principalmente na construção laboriosa dos socalcos agrícolas ao longo dos vales e montanhas, exaltando o verdadeiro esforço humano.

É incalculável idealizar tal coragem materializada em diversas infraestruturas da ilha, quer seja na construção dos “poios”, dos caminhos, estradas ou das levadas.

Os poios são caracterizados por diferentes níveis no terreno que se escalonam milagrosamente pelas vertentes das serras inacessíveis, alcandoradas em pequenos terraplenos ou socalcos, suportados por muros de pedra seca e vulcânica, numa realização exaustiva e arrojada de engenharia intuitiva e popular.

(Edmundo Tavares, 1948)<sup>12</sup>

---

10 Frutuoso, G. (1998). *Saudades da Terra - Livro II* (Vol. II). Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

11 Vieira, A. (20 de junho de 2014). Conhecer a História da Agricultura Familiar na Madeira. *Que papel teve a Agricultura Familiar na história da Madeira e que contributo deu para a nossa economia e cultura?*.

12 Tavares, E. (1948). *Terra Atlântida (Impressões da Madeira)*. Lisboa: Bertrand (Irmãos), Lda.



Fig. 3 – Ribeira da Janela, ilha da Madeira anos 40.

No caso dos Açores, Frutuoso descreve a ilha de Santa Maria como sendo detentora das melhores vinhas, mencionando que a «Maia, prantada de vinha nova que dá muito e bom vinho, como são quase todos os que cria aquela terra, que são quase como os da ilha da Madeira, por lhe ser semelhante o torrão e salão dela (...) Não falo nas vinhas e bom vinho, que já disse haver ali muito»<sup>13</sup>. Enquanto o autor descreve as vinhas, percebe-se que não ficou indiferente as construções de muros em pedra seca, ou seja, aos “currais” existentes na paisagem da ilha de Santa Maria, sobretudo das zonas de Santa Barbara e da Maia.

De facto, a Maia é sem dúvida um dos melhores exemplos dos socalcos nos Açores. Nas suas encostas altas e declive muito acentuado com socalcos, destaca-se a existência de parcelas divididas por muros de pedra seca para fazer frente a erosão e aos ventos, predominando a cultura da vinha. Contudo, em Maia a construção é mais organizada, grandiosa e perfeita no sistema de construção, as pedras parecem ter sido colocadas meticulosamente com

---

13 Frutuoso, G. (1998). *Saudades da Terra - Livro III*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

ajuda de “régua e esquadro”, completamente diferente aos muros de pedra seca da ilha de São Jorge ou da Madeira. São sem dúvida um património cultural de intensa humanização e de interligação Homem-Natureza, atualmente em estado de abandono.

(...) com as pedras reunidas e amontoadas delimitam-se pequenas parcelas, os currais, que têm poucos metros quadrados de extensão e se depõem em quadriculas. Os muros abrigam as vinhas dos ventos que sopram do mar e arrastam consigo pequenas gotas de água salgada; origina-se uma espécie de microclima, com ar mais fresco, ficando reforçado o aquecimento desejável na altura da maturação, em que o calor irradiado pelo basalto faz sentir os seus efeitos. Além disso, os referidos muros correspondem, na maior parte dos casos, a paredes singelas, isto é, constituídas simplesmente por pedra equilibradas umas sobre as outras e que deixam entre si intrínsecos maiores ou menores; estes permitem que passe algum vento.<sup>14</sup>

Em São Jorge, a literatura “frutuosiãna” não desenvolve muito o tema do socalco, sabe-se que as referências de Frutuoso nas outras ilhas são menos detalhadas. Contudo, destaca-se impressionantes apontamentos na descrição da paisagem cultural desta ilha como, por exemplo: «Os melhores vinhos Açorianos eram de São Jorge e Pico. Em São Jorge as vinhas espalhavam-se sobretudo pelas fajãs da costa sul»<sup>15</sup>.

Por outro lado, na classificação internacional das Fajãs de São Jorge como Biosfera da UNESCO<sup>16</sup>, as fajãs são caracterizadas como sendo «um modelo único de ocupação do espaço, que resultou numa forma típica de povoamento, associando socalcos ao aproveitamento de todas as superfícies planas disponíveis e um tipo de arquitetura de grande sobriedade e funcionalidade, que contribuem de forma decisiva para o tipicismo das fajãs». A candidatura reforça, mais uma vez, que a geografia da ilha definiu o povoamento e a agricultura foi a base económica, associado aos socalcos nas zonas das fajãs.

---

14 Medeiros, C. A. (1994). *Contribuição para o Estudo da Vinha e do Vinho nos Açores*. pp. 199-229.

15 Frutuoso, G. (1998). *Saudades da Terra - Livro VI*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

16 Disponível em: [http://servicossraa.azores.gov.pt/grastore/dra/dot/candidaturasjgbiosfera/FAJAS%20DE%20SAO%20JORGE\\_PT.pdf](http://servicossraa.azores.gov.pt/grastore/dra/dot/candidaturasjgbiosfera/FAJAS%20DE%20SAO%20JORGE_PT.pdf), consultado em 21-03-2020.

## O socalco como paisagem, património e identidade

«A paisagem é anterior à presença do Homem, mas quase sempre a imagem que se retém é a paisagem humanizada. A paisagem é assim entendida, muitas vezes, como resultado da ação humana, materializada na expressão dos poios, levadas, casas de habitação»<sup>17</sup>.

A paisagem da Madeira e dos Açores é caracterizada pela atividade agrícola, extremamente vinculada com interação entre o ambiente natural e as atividades humanas, é uma paisagem cultural e natural que depende do desenvolvimento sustentável da agricultura. Nesta conjuntura, verificamos que os socalcos são «obras do Homem, ou obras conjugadas do Homem e da Natureza com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico»<sup>18</sup>, ou seja, é património. Por outro lado, «são uma paisagem viva, pois mantém um papel social ativo na sociedade contemporânea associada ao estilo de vida tradicional, no qual o processo de evolução ainda está em andamento»<sup>19</sup>. Estas duas definições correspondem, sem dúvida, a descrição do que são os socalcos na ilha da Madeira, dos Açores e nas restantes ilhas da Macaronésia.

Neste seguimento, as paisagens em socalcos são fundamentais para o reconhecimento das identidades territoriais das ilhas. As suas características singulares são imprescindíveis para o reconhecimento da identidade do lugar, onde a pedra a água e a terra têm significados distintos na forma de viver e habitar estes espaços. São paisagens com cultura tradicional atlântica, ligadas à agricultura e ao mundo rural, estabelecendo uma ligação forte com o passado que, por sua vez, estão ligadas com a tradição dos seus habitantes, quer seja nas festividades, na arquitetura, no turismo, na forma de ocupação do espaço e da constituição das relações socioeconómicas.

Os elementos que compõem a paisagem em socalcos na Madeira e nos Açores podem determinar o sentido de lugar. Falar no sentido de lugar é falar na memória e identidade sobre o lugar. No caso da Madeira, esse sentido de lugar manifesta-se no “poio”, «pois no quadro de referência da conceção de território, temos a definição do poio como espaço e lugar da memória dos madeirenses. É aqui que tudo acontece de forma real e virtual. É também a

---

17 Vieira, A. (5 de junho de 2017). *Formas de ver e Registar a Paisagem Madeirense*.

18 Organização das Nações Unidas para a Educação, C. e.-U. (16 de novembro de 1972). *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris.

19 Sítios, C. I. (Janeiro de 2011). *Orientações para a Avaliação de Impactes em Bens Culturais Património Mundial*.



Fig. 4 – Plantação de Batatas na Fajã de São João © Misericórdia das Velas.

partir daqui que tudo é gerido, no seio familiar, e em termos da relação com o outro, seja ele madeirense ou não»<sup>20</sup>.

Nos Açores, o sentido de lugar pode ser verificado nas tradições que emergiram entorno da agricultura e da vida rural. Em Santa Maria, São Jorge ou Pico essa atividade fomentou hábitos do qual os Açorianos se identificam e que acabam por nos presentear dados valiosíssimos do quotidiano dos insulares. Podemos falar da memória da era açucarina, do vinho, dos cereais, do pastel que criaram tradições e vincaram a forma de viver e de ser de terminadas populações até os dias de hoje. Essa constituição da identidade é um processo complexo que se manifesta desde relações culturais e de tradição, passando por aspetos económicos, turísticos e de constituição da paisagem urbana e rural.

Nessa perspetiva, o socalco é um elemento potencializador da memória e da identidade, que atua como elemento ativo na sociedade. A relação entre o socalco, memória e identidade compõe uma relação de multivivências em cada região. Assim, visualizamos a paisagem humanizada pelo socalco

20 Vieira, A. (2017). Memória e Identidade Insular - De Gaspar Frutuoso à Atualidade. Em D. N. Chaves, *Açores e Madeira - Percursos de Memória e Identidade* (pp. 33-74). São Jorge- Açores: Santa Casa da Misericórdia das Velas.



Fig. 5 – Socalcos da Maia, Ilha de Santa Maria - Açores.

como património construído, vinculando-se à ideia de identidade e fomentando laços de memória.

Falar em socalco é refletir sobre a preservação da memória como identidade insular, comuns as várias ilhas da Macaronésia. Falar em Identidade através do socalco é direcionar o olhar sobre o socalco enquanto objeto arquitetónico cultural, é despertar consciências para um património coletivo e histórico de valor ímpar, que deve ser valorizado enquanto instrumento ativo de revitalização da cultura popular.

O socalco é expressão de identidade e unidade territorial, na perspetiva de que este deixe de ser património ameaçado. Assim, resulta a vontade de eternizar valores de identidade local, claramente em risco de desaparecimento, recuperando saberes e culturas construtivas populares através da vivência destes espaços e reinterpretação deste tipo de construções de arquitetura e engenharia intuitiva popular, vinculada diretamente com o povoamento das ilhas.



Fig. 6 – Vida dos ilhéus em torno do mundo rural.

No “IV congresso mundial ITLA”<sup>21</sup> sobre territórios em socalcos, realizado nas ilhas da Macaronésia em 2019, constatou-se que, apesar de as ilhas serem todas de origem vulcânicas, são todas diferentes na variedade e complexidade dos socalcos, quer seja na diversidade do sistema de rega, na forma de construção das paredes de pedra seca, na sua tipologia, no tipo de culturas utilizadas e no significado e laços de memória que cada uma delas representa. O que têm é comum é que todas elas demonstram a conquista do território através do conhecimento campestre que soube adaptar-se as condições e especificidades geográficas do território.

## Conclusão

A paisagem em socalcos tem um vínculo forte e essencial com a Arquitetura, é um sistema construtivo que humanizou a paisagem e está presente no campo, nas cidades e nos hábitos tradicionais e culturais dos seus habitantes. A diversidade de socalcos reflete diversidades de culturas e saberes que, no caso das ilhas, possuem um significado histórico, simbólico e cultural por detrás dos muros de pedra seca.

Os socalcos são elementos de cultura e identidade, nascidos da cons-

21 “IV congresso mundial ITLA” (International Alliance for Terraced Landscapes), realizou-se nos dias 13-23 de março de 2019 com objetivo de estudar os territórios em socalcos nas ilhas da Macaronésia: Madeira; Açores; Canárias e Cabo Verde.



Fig. 7 – Vista aérea sobre os socalcos de Santa Bárbara, Ilha de Santa Maria - Açores.

trução narrativa de paisagens em terraços que alertam para a necessidade de dar resposta aos problemas ambientais contemporâneos a partir de novas perspetivas de proteção, ação, transformação e valorizações sustentável deste património.

O Açores e a Madeira são exemplos sugestivos, modelos de investigação da especificidade deste tipo território entre a Arquitetura e Paisagem. Neles, podemos recolher meios capazes de alimentar visões e cenários futuros, são autênticos laboratórios de sustentabilidade ambiental.

Trata-se de pôr em valor o legado do passado para viver o futuro, salvaguardando a qualidade da paisagem pelo seu valor social, ambiental, económico e arquitetónico.

Pode-se dizer que as paisagens em socalcos na Macaronésia são fruto histórico da intervenção dos seus habitantes sobre os seus distintos ecossistemas, que não devem ser esquecidos.

«Foi então que, “o vilão madeirense ergueu com tão pobres materiais um dos mais extraordinários edifícios agrícolas do mundo e escreveu, com o seu sangue, o seu suor e as suas lágrimas uma grande epopeia»

(Natividade, 1953)<sup>22</sup>

---

22 Natividade, J. V. (1953). *Madeira, A Epopeia Rural* (Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal ed.). Funchal.



**LA ISLA DE SAN BORONDÓN  
UN ELEMENTO DE IDENTIDAD ATLÁNTICA  
DESDE LA EDAD MEDIA HASTA LA ACTUALIDAD**

**José Antonio González Marrero<sup>1</sup>**

*Instituto de Estudios Medievales y Renacentistas*

*toglez@ull.edu.es*

**Palabras clave:** San Borondón; Atlántico; Edad Media; Islas; Cartografía.

En varias de mis investigaciones he tratado de demostrar tanto la influencia como la repercusión que tuvieron las incursiones marítimas que los santos viajeros irlandeses realizaron en el océano Atlántico desde el siglo VI al VIII<sup>2</sup>. Hay que tener en cuenta que los condicionantes para una navegación a mar abierto desde Irlanda son innumerables en esta época y tampoco tenemos constancia de que los monjes marineros tuvieran conocimientos astronómicos para realizar travesías largas. Realmente, resulta complejo comprender cómo, movidos por la fe, estos monjes realizan las primeras navegaciones que con certeza se refieren a las aguas del Atlántico norte con barcos ligeros y sin conocer la brújula o medio alguno para orientarse y estimar las distancias. Y en ello coinciden las referencias que encontramos

---

1 Este trabajo forma parte del proyecto FFI2014-56462- P “La ciencia en Europa en torno a la Era de los Descubrimientos: la construcción de un nuevo enfoque del saber en Astronomía y Navegación (textos árabes, latinos y españoles)”, financiado por el Ministerio de Economía, Industria y Competitividad.

2 Véase, entre otros, José Antonio González Marrero, «La navegación por las islas atlánticas a través de las *Vitae Sanctorum Hiberniae*», en Juan Francisco Mesa Sanz (ed.), *Latinidad Medieval Hispánica*, SISMEL-Edizioni del Galluzzo, Florencia 2017, 263-276.

en el *Liber de mensura orbis terrae*<sup>3</sup>, escrito por el geógrafo irlandés Dicuil a comienzos del siglo IX, donde se muestra que era habitual salir a navegar a alta mar sin observar las estrellas para guiar el rumbo de sus naves: *Nulla in nauigando siderum obseruatio*<sup>4</sup>. Sin embargo, unos siglos antes, Isidoro de Sevilla (560-636) manifestaba lo contrario, pues insistía que si los navegantes no seguían la posición de las estrellas se verían arrastrados por las olas y los vientos en otra dirección: *Sidera dicta, quod ea nauigantes considerando dirigunt ad cursum consilium, in fallacibus undis aut uentis alibi deducantur*<sup>5</sup>.

Nos sirve este argumento para ejemplificar que los monjes irlandeses se adentraban a mar abierto en momentos diversos del año, aunque establecían como período seguro desde febrero hasta octubre o, como señala el propio Dicuil, desde primeros de febrero a primeros de agosto, porque las condiciones climáticas en el norte no facilitaban la navegación de vuelta a casa con posterioridad<sup>6</sup>: *Clerici (...) a kalendis Febroarii usque kalendas Augusti in illa insula manserunt*<sup>7</sup>.

Uno de estos santos, paradigma de la Irlanda altomedieval, se transforma en elemento identificativo de diversos puntos oceánicos, en especial del que se conoce como San Borondón en las Islas Canarias. Se trata de San Brandán de Clonfert, abad del monasterio que le da nombre, nacido entre el año 477 y el 485 en *Altraighe Caille*, en el condado de Kerry<sup>8</sup>, y fallecido unos 93 o 94 años después en el monasterio de *Enach Duin*, en el condado de Galway, a donde se había retirado<sup>9</sup>.

La vida de Brandán de Clonfert coincide con el comienzo de la primera

---

3 Sigue vigente la edición de J. Tierney, *Dicuili Liber de mensura orbis terrae*, Dublín 1967.

4 Dicuil, *Liber de mensura orbis terrae*, IX, 29.

5 ISID. orig. 3, 71, 4: *Las constelaciones o sidera se llaman así porque, fijándose en ellas, dirigen su rumbo los navegantes, para no verse arrastrados en otra dirección por las olas y los vientos*. José Oroz Reta – Manuel Marcos Casquero, *San Isidoro. Etimologías*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid 2004, 465.

6 Véase José Antonio González Marrero, «Las islas atlánticas en el *Liber de Mensura Orbis Terrae* del monje geógrafo irlandés Dicuil del siglo IX», *Anuario de Estudios Atlánticos* 56 (2010) 71-89; José Antonio González Marrero – Carlos Medina Hernández, «Estrategias para navegar: de Plinio a Isidoro de Sevilla», *Lingüística y literatura* 62 (2012) 255-271.

7 Dicuil, *Liber de mensura orbis terrae*, 7, 6-15: *Unos clérigos (...) permanecieron en la isla desde el 1 de febrero al 1 de agosto*.

8 Su genealogía se puede encontrar en diferentes narraciones, que cuentan que fue hijo de Findlug, Findlonga o Filocha, a su vez hijo de Elchu y este de Alta, hijo de Ogaman, hijo de Fidchuire, hijo de Delmna, hijo de Enna y este de Fualascach, hijo de Astoman, que era hijo de Mogaed, que fue llamado Ciar, hijo de Fergus y este de Ros. Su madre se llamó Cara o Brígida y tuvo al menos tres hermanos varones más, cuyos nombres fueron Domaingin de Tuaim Musgire, Fartleac de Cluain Tuascirt y Faolan de Cill Tulac, y una hermana, Brig de Enach Duin, cuya fiesta se celebra en el santoral el día siete de enero.

9 La fiesta de su nacimiento se conmemora el 16 de mayo y su muerte el 17 de junio en el calendario de la Iglesia Católica.

iglesia irlandesa. Poco después de la conversión de este pueblo al cristianismo, la necesidad de expandir la fe llevó a una búsqueda de santos para conseguir, también, un arraigo fiel entre la población. Esta tarea, muy lenta al principio, alcanzó un despliegue generalizado por Irlanda cuando se eliminan los obispos y se sustituyen por abades como reguladores de la iglesia. Los siglos V y VI suponen, en realidad, un complejo período de desarrollo durante el que las ideas monásticas caminaron a pasos agigantados, sobre todo cuando los hijos de los jefes de los clanes fundaron pequeñas iglesias y grandes monasterios. Entre ellos se encuentra el sabio menester de precursores como Enda de Aran o Ailbeo y Finiano y de líderes como Ciaran de Clonmacnois, Comgall de Bangor o nuestro Brandán de Clonfert, hombres, sin duda, de alto valor intelectual<sup>10</sup>.

Dos obras medievales, la *Nauigatio sancti Brendani* y la *Vita sancti Brendani*, compuesta la primera probablemente en torno al siglo IX y la segunda unos siglos después, cuentan que San Brandán viajó por el Atlántico durante siete años en pequeñas embarcaciones llamadas *curraghs*, recubiertas de piel de buey<sup>11</sup>. La gran difusión que tuvieron las obras se debió al hecho de que estaban escritas en latín, pues sirvieron de modelo a las traducciones y adaptaciones que se hicieron en siglos posteriores en las principales lenguas europeas. Y se traduce de forma tan rápida por dos motivos: en un primer momento, por una cuestión religiosa y doctrinal, es decir, exhortar a los monjes a seguir el buen ejemplo dado por el héroe San Brandán y sus seguidores en la evangelización de nuevas tierras, pero, después, a finales de la Edad Media este primer móvil da paso a nuevos propósitos tales como satisfacer la curiosidad de burgueses, marineros, aventureros, cartógrafos y hasta mercaderes. La *Nauigatio* se convierte, en cierto modo, en una pequeña guía turística medieval que da a conocer al lector novedades geográficas, simbólicas y maravillosas desde la experiencia del viaje realizado a mar abierto.

Por tanto, si para los monjes irlandeses el mar no suponía una barrera

---

10 El encuentro entre el paganismo y el cristianismo en Irlanda llega a convertirse en un hecho de actitud especial y de asimilación recíproca.

11 Cf. Tim Severin, *The Brendan Voyage*, McGraw-Hill, Nueva York, 1978. A partir de los datos ofrecidos por la *Nauigatio* y de una manera similar a la de Brandán y sus monjes realizó Severin el viaje hasta América. La mayor parte de estos navíos fueron construidos entre los siglos V al VII. A partir del siglo VIII, la influencia nórdica propició la adopción más generalizada de embarcaciones con forro de madera. La mayoría de los que hoy se conservan son pequeños y los mayores, los de la costa de Kerry, están capacitados para transportar seis hombres. No obstante, en la actualidad siguen usándose los *curraghs* sobre todo para pescar y viajar por la costa, si bien la lona embreada ha sustituido a los pellejos de buey. Cf. John Horace Parry, «Brendan's fabulous voyage», *Journal of the County Louth Archaeological Society* 2 (1909), 109-123.

ni por el norte ni por el sur, nuestro santo es tanto la confirmación que necesitaba la iglesia misionera como el aventurero que recorrió el helado territorio del norte hasta América y utilizó otras rutas hacia el sur para encontrar las Islas Canarias. La *Vita* y la *Nauigatio Sancti Brendani* adquirieron a lo largo del período medieval tintes heroicos más que hagiográficos, porque el monje fue conocido por su viaje al Más allá en el que buscaba en el Atlántico la isla-paraíso, la *terra repromissionis sanctorum*. El relato se despojó, pues, de los elementos literarios propios de las vidas de santos para acoger las aventuras de un expedicionario. Y, en este sentido, la leyenda del monje irlandés se leyó como parte de una expedición real cuyo fin no era otro que el paraíso terrenal. El Atlántico es más amplio desde ese momento, porque no solo abre su espacio al descubrimiento de lo desconocido, sino también de la aventura. Quiere ello decir que antes de ser descubierto, el Atlántico fue imaginado y pensado como el lugar de los *mirabilia*.

Pero el éxito que conocieron las versiones de la *Nauigatio*, difundidas por Europa, se mantiene aún hoy entre pueblos, que, como el canario, se siguen disputando la visión y la creencia en la isla de San Borondón. La tan traída y llevada cuestión de San Borondón, como la denominó Viera y Clavijo, sigue siendo en la actualidad motivo de investigación, no tanto por su búsqueda y descubrimiento<sup>12</sup>, cuanto como motivo de estudio histórico o filológico<sup>13</sup>. El nombre de la isla de San Borondón procede precisamente de una corrupción del hipocorístico *Bréndán*, que con el tiempo llegó a ser *Bréndan* o *Brénden* hasta pronunciarse como hoy en día *Bren'n* o, en su pronunciación francesa, “Brondon” (*Brandán*). El desarrollo de una vocal epentética entre la oclusiva sonora y la líquida explica con facilidad la creación del topónimo “Borondón”, que relaciona la visión en Canarias de una isla que aparece y desaparece en el mar con el momento en que el santo y sus monjes celebran la misa de la Pascua de Resurrección en el dorso de Iasconio, la isla-ballena<sup>14</sup>. Y esta isla llena de *mirabilia* hunde sus raíces en la Edad Media, e incluso más atrás, pero perdura hasta la actualidad.

La isla de San Borondón ha representado un importante papel en la historia de las Islas Canarias por el deseo y hasta empeño de los españoles en descubrirla. Ha recibido muchos nombres como *Ilha Nova*, *Aprositus* o *Inaccesible*

---

12 No olvidemos que se han realizado hasta cuatro expediciones para buscar la isla de San Borondón.

13 En los últimos cien años los estudios que se hacen eco de la leyenda son muy numerosos, por lo que no vale la pena citar si quiera algunos de ellos.

14 Otras deformaciones son Brandón, Brandaón, Blandón o Blandano.

(Ptolomeo), *Non Trubada* o *Encubierta*, si bien el más conocido es San Borondón. Pero, además, la difusión de la leyenda del santo viajero durante la Edad Media justificó su aparición en mapas y cartas náuticas de los siglos siguientes. Es un hecho habitual en la cartografía de los siglos XIII a XVI que esta isla se halle situada en distintos y numerosos lugares del océano Atlántico al norte y al oeste de Canarias e, incluso, hacia Madeira y Azores o podía insertarse simplemente en algún punto en blanco sin explorar, siguiendo la conjetura del cartógrafo. Hemos entresacado los más destacados:

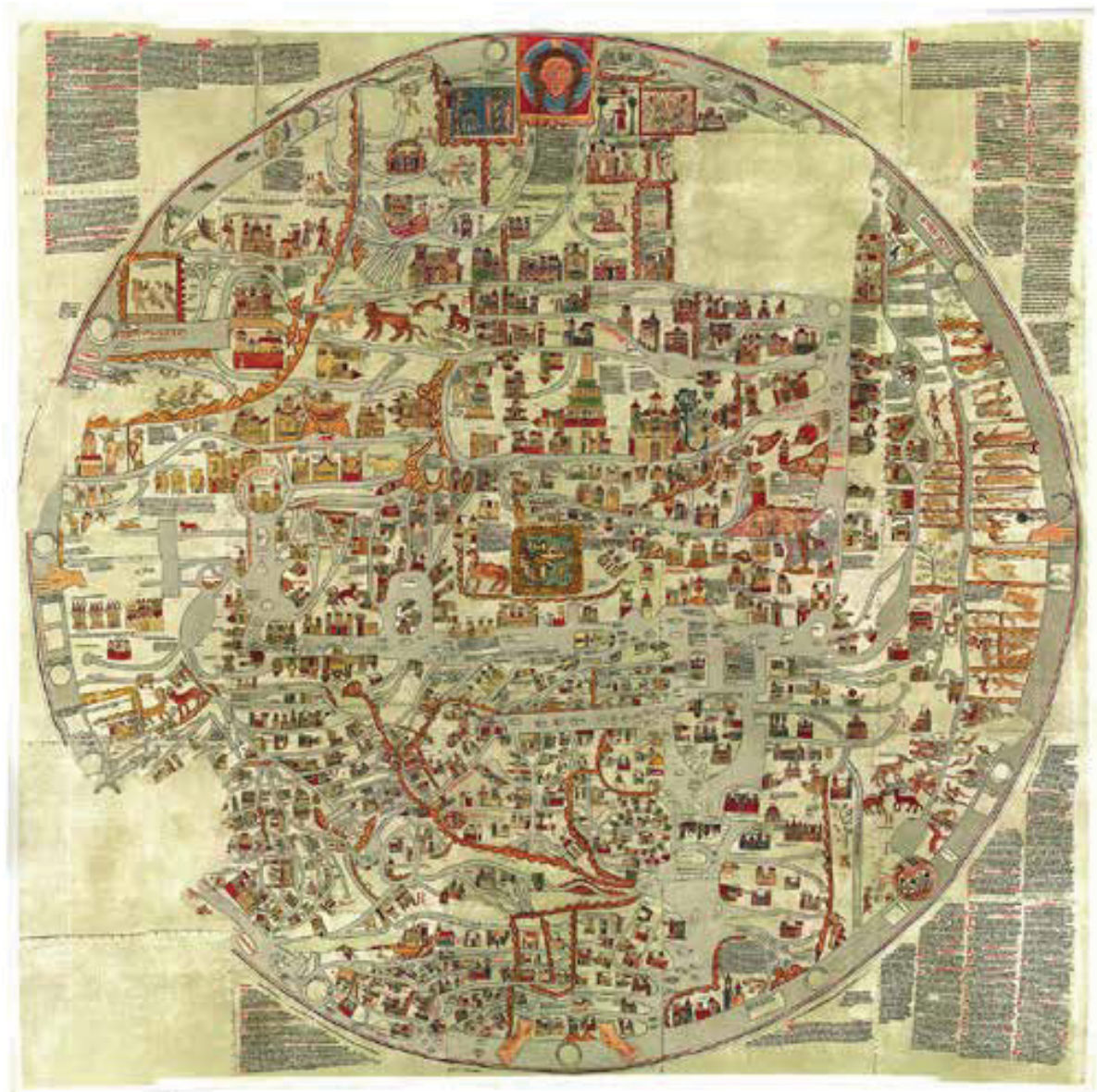


Fig. 1 – Mapamundi de Ebstorf<sup>15</sup>.

15 Esta imagen es de dominio público en internet.

El primer mapa que incluye la isla de San Brandán es el mapamundi de Ebstorf, tradicionalmente datado en 1235. Es un mapa mural de pergamino que fue destruido en 1943 durante un bombardeo sobre Hanóver y que se ha conseguido reproducir a partir de las fotografías que existían de él. No recoge, como es natural, la forma real de los continentes, sino el conocimiento teológico del mundo. Se divide en los tres continentes habitados: Europa abajo, a la izquierda; Asia en la mitad superior; y África abajo, a la derecha. Sigue el trazado de los mapas isidorianos en los que el disco es la letra O y la división representa tres segmentos de la T, la cruz, y con ellas se simboliza el *Orbis Terrarum*. Y en la parte circular del mapa, donde se encuentra el océano, en los límites más lejanos del mundo conocido, hay una isla que tiene el siguiente lema *Insula p[er]dita hanc inuenit S[an]c[tu]s Brandanus a qua cum nauigasset a nullo hominum a postea a inuenta*<sup>16</sup>.



Fig. 2 – Mapamundi de Hereford<sup>17</sup>.

16 *La isla perdida. La encontró San Brandán y después de que navegó lejos de ella nunca ha sido vista de nuevo por ningún hombre.*

17 Esta imagen es de dominio público en internet.

Aparece después en el mapamundi de la catedral Hereford, al oeste de Inglaterra, fechado entre 1275 y 1300. En él se lee lo siguiente: *Fortunate Insulae sex sunt Insulae Sct. Brandani*<sup>18</sup>. Este es un mapa con la misma estructura del anterior y está dibujado en una sola hoja de pergamino con tinta negra y algunos toques de rojo, verde, oro y azul. La isla de San Brandán se sitúa en Canarias<sup>19</sup>.

La carta náutica del cartógrafo mallorquín Angelino Dulcert fechada en 1339 ofrece hacia el noroeste, cerca de Madeira, la ubicación de las *Insulae sci Brandani siue puellarum*<sup>20</sup>. Como ha señalado Rodríguez Wittmann, este portulano abre una nueva vía en la representación de las Afortunadas, porque a partir de él se asienta, de manera definitiva, el citado apelativo y su identificación con Canarias<sup>21</sup>.



Fig. 3 – Carta portulana de Angelino Dulcert<sup>22</sup>.

18 *Las seis islas Afortunadas son las islas de San Brandán.*

19 Como en el de Ebstorf, Jerusalén se encuentra en el centro y Asia en la mitad superior, quedando el cuadrante inferior izquierdo para Europa y el derecho para África, separados estos dos continentes por las Columnas de Hércules.

20 *Las islas de San Brandán o de las niñas.*

21 Kevin Rodríguez Wittman, «Las islas imaginadas. Representación iconográfica del archipiélago canario en la cartografía del occidente medieval», en Jesús Brufal Sucarrat (coord.), *Nuevas aportaciones de jóvenes medievalistas*, Compobell, Lleida, 2014, 119-134.

22 El acceso a esta imagen es público en internet.

En la carta de los hermanos Francesco y Domenico Pizzigano de 1367, en el lugar de Madeira, figuran también las *Ysolae dictae Fortunatae seu (ponçele) sancti Brandany*<sup>23</sup>.



Fig. 4 – Carta de los hermanos Pizzigano<sup>24</sup>.

Otros mapas muestran el destino de San Brandán como una referencia a todo el conjunto insular que va desde Azores hasta Canarias pasando por un número variable de islas inexistentes. Es un grupo de archipiélagos que abarca toda la Macaronesia, como el portulano de Beccario (1426) y los mapas del estilo del anónimo Weimar (1424), de Pareto (1455) y Gracioso Benincasa (1482). En su mayoría muestran el lema *Insulle fortunate sancti brandany* con ligeras diferencias ortográficas entre unos y otros<sup>25</sup>. Sin embargo, frente a estos, el mapa de Andrea Bianco de 1436 se presenta sobre la realidad de que los portugueses habían descubierto las Azores, a excepción de Flores y Corvo. Pero muestra la vieja y conocida cadena de norte a sur de los tres grupos de las Azores como habían llegado a él de forma conven-

23 Islas llamadas *Afortunadas* o (¿de las niñas?) de San Brandán.

24 Esta imagen es de dominio público en internet.

25 Islas *Afortunadas* de San Brandán.

cional y no se atrevió a descartar la tradición que le había llegado. Dibujó nombres de fuentes diversas y entre este grupo de las islas azorianas figura el título y *Fortunat de sa. beati Blandan*<sup>26</sup>. Y ofrece los nombres de Madeira, Porto Santo y Deserta en sus emplazamientos habituales<sup>27</sup>.



Fig. 5 – Mapa de Andrea Bianco<sup>28</sup>.

26 *Las Afortunadas de San Brandán.*

27 Podría estudiarse aquí el controvertido mapa de Vinlandia, descubierto en 1957 junto a un manuscrito cuyo título es *Historia tartarorum* (*Historia de los tártaros*), cuya importancia está en el perfecto trazado de Groenlandia y en la enorme isla llamada Vinlandia que se halla en medio del Océano Atlántico. Ambos aspectos establecen una visión precolombina de América y demuestran que fueron los noruegos quienes la visitaron primero. Aunque el pueblo noruego no hacía mapas, podemos, si quiera brevemente, comentar que se trata de un mapa en el que los nombres y leyendas están escritos en horizontal en alineación este-oeste. Como quiera que el cartógrafo medieval forma y orienta el mapa llenando las distancias a su manera, este representa, a grandes rasgos, las tres partes del mundo medieval: Europa, África y Asia, rodeadas por el océano y en los espacios atlánticos del oeste se hallan varios archipiélagos: *Desiderate insule*, *Beate isule fortune*, *Magnae Insulae Beati Brandani Branziliae dictae*, y al norte y noroeste *Isolanda Ibernica*, *Gronelada* y *Vinlanda Insula*. Este documento fue reconocido en 2009 como auténtico por el profesor Rene Larsen, rector de la Escuela de Conservación en la Academia Real Danesa de Bellas Artes. Puesto que fue dado a conocer en 1965, las publicaciones que representan los distintos argumentos empiezan a ser habituales a partir de la década de 1970. De ellas entresacamos las siguientes: Helen Wallis (ed.), *The Strange Case of the Vinland Map: A Symposium*, Royal Geographical Society, Londres, 1974; Peter Skelton (coord.), *The Vinland Map and the Tartar Relation*, Yale University Press, Yale, 1992; y Kristen A. Seaver, *Maps, Myths, and Men*, Stanford University Press, Stanford, 2004. Los análisis hechos a la tinta han sido estudiados en un reciente trabajo de Jaqueline S. Olin, «The Vinland Map: Transmission Electron Migrograph of the Ink», *International Journal of Advances in Chemistry*, 1, 1 (2013), 35-39. La discusión en torno a su autenticidad es larga, pues se remonta a mediados del siglo XX, pero debe frenar nuestra intención de un estudio más amplio en estas páginas. Las últimas teorías fechan el documento en 1440.

28 Esta imagen es de dominio público en internet.

A partir del siglo XVI, cuando el mundo occidental tiene una percepción más real de la situación de las islas del Atlántico sur, que coincide casi con el actual, se sigue recogiendo la isla o islas de San Brandán en los mapas, pero ahora no muy lejos de las zonas por las que debió explorar el santo, cercanas a su país. En definitiva, la opinión final de navegantes y cartógrafos, en lugar de hacer desaparecer la isla de los mapas, fue elegir un escondite entre las islas residuales del Atlántico norte como establecimiento definitivo<sup>29</sup>. De estos mapas la *Americae siue novi orbis noua descriptio* de Abraham Ortelius, inserta en las ediciones del *Theatrum Orbis Terrarum* que fue publicado por primera vez en 1570, repite sin gran cantidad de cambios la proyección de los anteriores en los que convivían criaturas maravillosas y los nuevos descubrimientos reales.



Fig. 6 – Descripción de América de Abraham Ortelius.

29 José Antonio González Marrero, «Los santos irlandeses ¿precursores de Colón en América?», en María Consuelo Álvarez Morán – Rosa María Iglesias Montiel, *Contemporaneidad de los clásicos en el umbral del tercer milenio: actas del congreso internacional de los clásicos. La tradición grecolatina ante el siglo XXI* (La Habana, 1 a 5 de diciembre de 1998), Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, Murcia, 1999.

Durante esa primera centuria posterior a la conquista conviven la isla de San Brandán y la de San Borondón, aunque incluso en 1756 se puede encontrar una referencia a la isla brandaniana en un curioso mapa científico diseñado para una obra de Jacques Gautier d'Agoty sobre terremotos, *Cartes en Couleur des lieux sujets aux tremblements de terre dans toutes les parties du monde selon le sisteme de l'impulsion solaire*. Después, la leyenda del santo irlandés que partió en busca del paraíso entrega su deambular por los mares de Canarias y así queda recogida en la cartografía, porque fue probablemente poco después de la conquista de las Canarias cuando los españoles, quizás por las indicaciones de los habitantes de las islas, conocieron que había una tierra que aparecía en diversas épocas del año, entre las islas de El Hierro y La Palma. Su ubicación exacta se recoge en 1632 en la *Historia de la conquista de las siete islas de Canaria* de José de Abreu y Galindo: «10 grados y 10 minutos de longitud, y en 29 grados y 30 minutos de latitud», es decir, al noroeste de la isla de El Hierro<sup>30</sup>. Y su descripción física la ofrece José de Viera y Clavijo (1731-1813), en su *Noticias de la historia general de las islas de Canaria*, al señalar que su extensión podría alcanzar 87 leguas de largo y 28 de ancho y situaba su localización a unas 100 leguas de El Hierro, a 40 de La Palma en dirección oeste-suroeste de La Palma y en dirección oeste-noroeste de El Hierro.

A finales de este siglo, el ingeniero italiano Leonardo Torriani (1560-1628) escribió *Descripción e historia del reino de las Islas Canarias* (1588). Se trata de una obra singular para la historia de Canarias porque Torriani describe las islas, sus principales poblaciones y su historia y proporciona datos y planos de sus fortificaciones. Fruto de esas investigaciones es el mapa que levantó de la isla de San Borondón.

Casi cien años después, en 1686, comenzó Pedro Agustín del Castillo (c.1669-1741) a redactar su *Descripción histórica y geográfica de las Islas de Canaria* y la terminó en 1737. Verá la luz un siglo después y en ella se incluye un capítulo que describe la isla de San Borondón.

Por esta misma época, el cartógrafo francés Guillaume Delisle (1675 -1726), conocido por sus detallados mapas de Europa, representó las recién exploradas tierras de América y África. En el mapa del norte de África cita *En este paraje algunos autores han situado la fabulosa isla de San Borondón*.

---

30 Se trata en realidad de una edición de la *Historia de las islas Canarias* que dejó inacabada su verdadero autor Gonzalo Argote de Molina a su muerte en 1596.

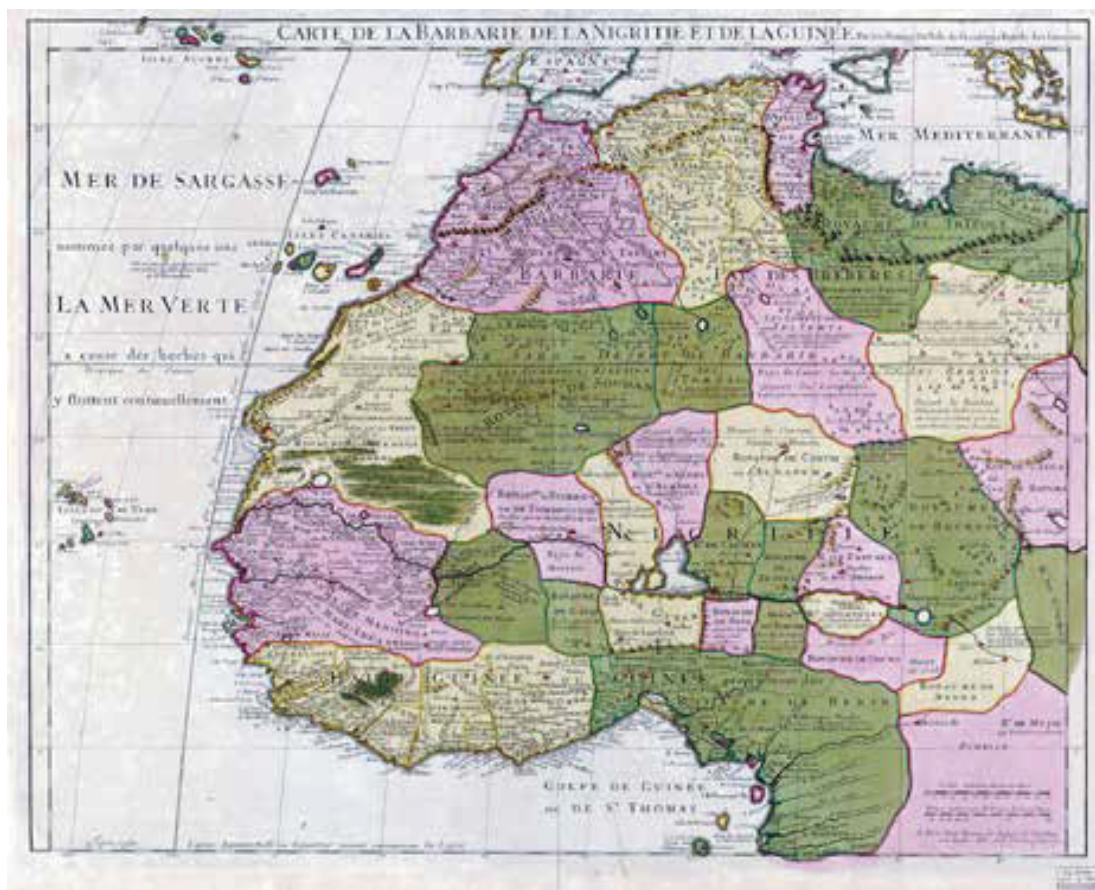


Fig. 7 – Noroeste de África por Guillaume Delisle.

El mapa que se encuentra en el *Plan de las Afortunadas Yslas del Reino de Canarias* es, sin duda, un detallado ejemplar del siglo XVIII (c. 1765), que Juan Tous Meliá atribuye al realejero Dámaso Quesada y Chaves. En él se coloca San Borondón en una zona intermedia entre El Hierro y La Palma, al oeste<sup>31</sup>. Y, como hemos señalado, de esta época es la descripción física que se halla en la obra de José de Viera y Clavijo (1731-1813), *Noticias de la historia general de las islas de Canaria* (2 vols. 1772-1773)<sup>32</sup>.

Después, debemos trasladar nuestra visión de la isla a tiempos más modernos en los que el diseño cartográfico dio paso a la fotografía. En 1958, el arqueólogo, antropólogo y poeta Luis Diego Cuscoy publicó en el diario ABC la primera imagen de la silueta de San Borondón obtenida a través de una cámara fotográfica que Manuel Rodríguez Quintero había realizado el 28 de julio de 1958 desde Los Llanos de Aridane en la isla de La Palma.

31 Juan Tous Meliá, *El plan de las afortunadas islas del reyno de canarias y la isla de San Borondón*, Museo Militar Regional de Canarias, Santa Cruz de Tenerife 1996.

32 La última edición de esta obra es la que hizo Manuel de Paz Sánchez (ed.), *Historia de Canarias de José de Viera y Clavijo*, Vol. I, Ediciones Idea, Santa Cruz de Tenerife 2016.



Fig. 8 – Fotografía de San Borondón.<sup>33</sup>

La realidad de San Borondón llegó a ser tan clara que hacia allí se realizaron diversas expediciones en épocas en que los gobernantes y los inversores no armaban barcos con facilidad para emprender viajes largos, peligrosos e innecesarios y, sobre todo, cuando las decisiones se tomaban después de un proceso de razonamiento geográfico. E incluso su hallazgo se consideró tan importante que el Tratado de Paz de Évora del 4 de junio de 1519 que ponía fin a los litigios entre la corona de Portugal y la de Castilla con la cesión que la primera hacía a la segunda de los derechos de conquista de las Islas Canarias incluyó expresamente la *Non Trubada* o *Encuberta*<sup>34</sup>. Y unos años después, en 1526, según indica Martín Acosta, la capitulación de Francisco Fernández de Lugo la llama de *San Blandian*:

*... La Palma es en las islas de Canarias, de donde muchas veces se ve a devisa una isla que se llama Sant Blandian, a la cual muchos han ido a buscar, asi vasalos de Vuestra Majestad como del rey de Portugal... Si Dios Nuestro Señor le diere ventura que la halle e descubra, pueda entrar en ella como en tierra de vuestra Majestad...<sup>35</sup>.*

33 Véase Luis Diego Cuscoy, «La isla errante de San Borondón ha sido fotografiada por primera vez», *ABC*, 10 de agosto de 1958, 6-7.

34 Marcos Martínez Hernández, «El mito de la isla perdida y su tradición en la historia, cartografía, literatura y arte», *Revista de Filología de la Universidad de La Laguna*, 16 (1998) 143-184.

35 Emelina Martín Acosta, «La capitulación de Francisco Fernández de Lugo para conquistar San Borondón», *X Coloquio de Historia Canario-Americana* (1992), Vol. II, Las Palmas de Gran Canaria 1994, 279-296.

Y en 1570 en la expedición en que parte Fernando Villalobos desde La Palma con tres navíos ya se llama San Borondón:

... acordamos de yr a descubrir la isla de Sant Borondón o otra qualquiera isla que hallá[se]mos y porque este descubrimiento lo hazemos en juiçio de Dios, Nuestro Señor, y de su magestad de el rey don Philipe, nuestro señor, ... y para el dicho descubrimiento avemos fletado el navío de Miguel Perez, nombrado Sant Andres, ... y proveydo el dicho nauío de los mantenimientos nesçesarios, y avemos acordado y acordamos que el dicho bachiller Melchior de Lugo a[ya] de yr y vaya por sobrecargo y capitán en el dicho descubrimiento que así queremos hazer de [dicha] ysla... conviene dexar gente en la dicha ysla para que si oviere gente en ella la puedan conquistar y se quedar para la yr descubriendo...<sup>36</sup>.

En definitiva, nuestra conclusión debe hacer ver que en el espacio atlántico hay, de norte a sur, islas y archipiélagos reales, pero también un número grande de islas imaginarias de mayor o menor crédito que se relacionan con lo que el profesor Marcos Martínez ha llamado la occidentalización de los mitos clásicos relacionados con el paraíso. El concepto de Islas de los Bienaventurados, traducción del sintagma griego *Makáron nêsoi* y la versión latina que encontramos en *Los tres centavos* de Plauto como *Fortunatorum insulae* o *Fortunatae Insulae* (Islas Afortunadas), enlaza, desde la literatura antigua, con el mito de la Edad de Oro, unas islas en las que residen héroes que por sus hazañas y comportamiento son recompensados por los dioses a vivir felizmente, libres de preocupaciones. Ya Sigeberto de Gembloux (1030-1112) señala en su *Chronicon siue Chronographia: Hoc tempore in Scottia Brendanus claruit qui Fortunatas Insulas septennali nauigatione requirens multa miraculo digna uidit*<sup>37</sup>. Lo cierto es que estas islas, cuya conexión con el mito del Más Allá es tan evidente, se caracterizan por la suavidad de su clima y por disfrutar de una naturaleza fértil y, según el concepto druida, el otro mundo, como lugar intemporal, era una isla que llamaban *Isla Afortunada*, porque tiene una vegetación natural y no necesita que la cultiven y el suelo lo produce

---

36 Luis Regueira Benítez - Manuel Poggio Capote, «Una expedición de Melchor de Lugo para descubrir la isla de San Borondón (1570)», *Anuario de Estudios Atlánticos*, 53 (2007), 99-166.

37 Cf. Sigeberto de Gembloux, *Chronica*, Hanóver, 1844, p. 318: *En este tiempo vivió en Irlanda San Brandán quien realizó un viaje de siete años a las Islas Afortunadas y vio muchas cosas dignas de milagro*. La obra del abad belga es una crónica del mundo en la que no pretende hacer solo un estudio cronológico, sino incluir sucesos y detalles del mundo y, fundamentalmente, de la época en que vivió, que es la que trata de manera más referenciada (de 1105 a 1111).

todo como si fuera hierba.

En consecuencia, y siguiendo estos argumentos que hemos esgrimido en páginas anteriores, son tres los aspectos que nos permiten relacionar a San Brandán con San Borondón:

- la ubicación en el océano Atlántico de los mitos clásicos relacionados con el paraíso y del Más Allá;
- la leyenda de San Brandán que viaja a lo largo de siete años para encontrar el paraíso, cuyas características son las propias del lugar que hemos relatado. En su periplo recalca cada año en la isla-ballena que aparece y desaparece.
- la identificación de Canarias como Islas Afortunadas.

Sin duda estos tres elementos convierten San Borondón en una isla atlántica y macaronésica en época medieval, pero en otra isla del archipiélago canario con posterioridad al siglo XVI, una isla cartografiada y descrita, como hemos visto, en distintos puntos del océano Atlántico, que se puede ver en las Canarias occidentales en días claros y cuando soplan vientos favorables. No se puede negar el hecho de que los relatos de viajes maravillosos pertenecen al ámbito de la literatura más que al de la historia, pero en algunos casos este tipo de textos permite corroborar lo que acaba convirtiéndose en identidad de un lugar.



**LA REPOBLACIÓN DE GRAN CANARIA  
DESPUÉS DE LA CONQUISTA A FINALES DEL SIGLO XV.  
ASPECTOS HUMANOS Y POLÍTICOS**

**Mariano Gambín García**

*Instituto de Estudios Canarios, La Laguna*

*mgambin@mgambin.com*

*“En el tiempo que esta ysla se poblava e hazian haciendas, en ella hera poca abitacion e poca gente e todos bivian llanamente y en amistad e amor y en poco rigor, e muchos de ellos andavan syn capas aunque las tenian, porque se holgavan de ello e se usava asy”<sup>1</sup>.*

**Palabras clave:** Gran Canaria; Repoblación; Colonización; Atlántico; Edad Moderna

**Aspectos humanos**

Gran Canaria posee una abrupta orografía, lo que condicionó desde un principio el asentamiento humano, ya fuera el previo indígena como el posterior repoblamiento europeo. En ella se hallan cimas montañosas que superan los mil metros de altitud en macizos montañosos situados en el centro de la

---

<sup>1</sup> Archivo General de Simancas (AGS), *Consejo Real*, leg. 545,1, fol. 325. Proceso de Luis Maza contra los regidores. Testimonio de Juan Rodríguez de Orihuela.

isla. Rompen las montañas profundos barrancos, en muchos de los cuales corrían en el siglo XV caudales continuos durante todo el año. El predominio de los vientos alisios de procedencia nordeste provoca, gracias a las lluvias que aportan, que la vertiente norte de la isla sea las más fértil y apropiada para la vida animal y vegetal y, por ende, para los asentamientos humanos. La interrelación de vientos, montañas y lugares idóneos de asentamiento intervinieron para que el puerto principal se orientara en la isla hacia el este.

Los recursos naturales insulares eran escasos: los habitantes prehistóricos basaban su economía en el aprovechamiento del ganado, ovejas y cabras, complementado con una agricultura poco desarrollada y actividades de recolección de frutos y mariscos. Esta rudimentaria economía fue transformada después de la conquista con la importación por parte de los europeos de especies vegetales y animales procedentes de Europa que arraigaron con facilidad en el nuevo medio. El trigo, la vid y la caña de azúcar fueron los principales cultivos foráneos adaptados a los diferentes microclimas existentes en la isla, desarrollándose de tal modo que no exageramos si decimos que toda la economía insular giró en los siglos siguientes en torno a estos tres cultivos.

Para el tema que estudiamos, más que el origen de los conquistadores en general que estuvieron presentes en los combates, nos interesa conocer quiénes se quedaron cuando la isla fue conquistada, pues muchos no quisieron quedarse en ella. Se conoce el caso de un listado de setenta conquistadores que no vivían en Gran Canaria poco después de la finalización de la conquista<sup>2</sup>. De los datos que nos han llegado, se deduce que el número de los que decidieron quedarse fue poco numeroso, por lo que la importancia de la repoblación con pobladores no conquistadores fue un hecho palpable en pocos años.

De los europeos, es muy difícil determinar el porcentaje de cada grupo en función de la procedencia. Evidentemente, son mayoría los súbditos del reino de Castilla, pero dentro de éstos, aunque en teoría deberían destacar los andaluces, en una muestra de testamentos, aparecen en número similar los castellanos y extremeños, lo que podría indicar, con todas las reservas que implica la falta de documentación, un número similar de repobladores originarios de cada una de estas regiones<sup>3</sup>. No obstante, el hecho de que gran parte

---

2 AGS, *Casa y Sitios reales*, leg. 47, núm. 78: “que no viven en ella, ni se sabe de ellos y algunos son muertos sin herederos”.

3 Eduardo Aznar Vallejo, *La integración de Canarias en la Corona de Castilla*, 2ª edición. Las Palmas de

de los conquistadores eran andaluces se demuestra al contabilizarlos cuando acceden a buenas tierras en el reparto posterior y se encumbran a puestos de gobierno en el Regimiento. Esta asumida preponderancia de los andaluces venía determinada por la cercanía de los puertos del sur de la Península y el intenso tráfico mercantil con esas zonas, que dominaban sus coterráneos.

Entre los castellanos destacaron los mercaderes burgaleses, como los Palenzuela, Santa Gadea y otros. Los miembros del cabildo catedralicio eran en su mayoría castellanos y andaluces<sup>4</sup>. Los extremeños, a pesar de la existencia de algún regidor originario de esa zona, se van a ocupar principalmente de labores agrícolas<sup>5</sup>. Los vascos, a pesar de tener un contingente reseñable entre las tropas de conquista, volvieron casi todos a la Península. Entre los pocos que quedaron destacó Juan de Civerio, fundador de una familia de gran peso político en la isla años después.

Junto al contingente peninsular, se añadieron a los combatientes otros grupos provenientes de las propias islas. Destaca sobre ellos un grupo de conquistadores vecinos de la isla de Lanzarote, la mayoría descendientes de los primeros pobladores franceses y castellanos que llegaron setenta años antes a dicha isla con Jean de Bethencourt. La nota común que caracterizaba a la mayoría de los lanzaroteños que se convirtieron en pobladores de Gran Canaria era la de ser enemigos de los señores de Lanzarote y de las otras islas conquistadas, Inés Peraza y su marido Diego de Herrera. A raíz de la solicitud realizada a los monarcas para convertir el régimen de señorío de Lanzarote en realengo, los señores consideraron un desacato el intento fallido de los vecinos disconformes y realizaron sobre ellos una presión tal que los afectados optaron por exiliarse de la isla. Estos lanzaroteños, unidos entre sí por lazos familiares, tuvieron gran importancia no sólo en la conquista de la isla, dado su conocimiento del terreno y de la lengua canaria, por haber participado en las expediciones y asentamientos realizados años atrás por Diego de Herrera, sino también en el repoblamiento posterior, ya que todos se asentaron como vecinos en Gran Canaria, sobre todo en las zonas de Guía–Gáldar y Telde.

Otro contingente considerable, aunque de menor peso con posterioridad, fue el de los gomeros que acudieron con Fernán Peraza y participaron en las campañas de la costa oeste de la isla. Su mínima permanencia como

---

Gran Canaria, (1992), p. 195.

4 *Ibidem*, p. 247.

5 *Ibidem*, p. 246.

vecinos tras el final de la contienda resta importancia a su aportación poblacional en Gran Canaria.

De los repobladores no castellanos, hay que referir la significativa aportación humana de los portugueses, seguidos por la presencia de otras minorías, como italianos y catalanes, estos de menor importancia cuantitativa, pero no cualitativa, por su esencial aporte económico.

Los portugueses son pobladores llegados la mayoría después de la conquista. Proviene de las provincias del norte de Portugal y de las islas atlánticas, sobre todo de Madeira<sup>6</sup>. Son repobladores que llegan sin riqueza y que se asimilan por completo al entorno político social, no destacando como ocupantes de los cargos institucionales isleños. Muchos traen su experiencia como técnicos en las haciendas azucareras de Madeira y por ello son bien acogidos.

Al contrario, los italianos, de los que destacan los genoveses, son mercaderes, la mayoría afincados previamente en Andalucía, y que están vinculados al Archipiélago con el comercio de la orchilla y financiando las operaciones de conquista, comerciando con esclavos, y posteriormente favoreciendo la implantación de las haciendas azucareras y el tráfico del azúcar en los mercados europeos. Este factor cualitativo de banqueros en una zona sin infraestructura económica les dará una importancia clave en el comienzo de la economía de mercado en Gran Canaria. También hay constancia de la intervención de mercaderes florentinos, aunque en menor medida. Los flamencos tendrán una presencia tardía en Canarias. A partir de la llegada del rey Felipe a Castilla en 1506, y sobre todo del rey Carlos en 1517, los comerciantes flamencos se harán más numerosos, estando presentes en las relaciones comerciales de forma continua en todos esos años.

Respecto a los indígenas canarios, la política deportadora de los conquistadores antes, durante y después de la campaña de conquista hizo que la isla quedara con muy pocos habitantes prehispánicos. El gobernador Pedro de Vera siempre fue partidario de sacar de la isla a los canarios, ya fueran de bandos de paces como de guerra. De hecho, por las noticias que nos han llegado, el vivir en la isla de origen se convirtió en un privilegio, para lo que era necesario licencia real, como la que obtuvo don Fernando Guadarteme, uno de los indígenas principales de la Isla, en la que se le permitía residir en ella con cuarenta de sus allegados<sup>7</sup>. El retorno de muchos canarios a la isla,

---

6 *Ibidem*, p. 247.

7 AGS, Registro General del Sello (RGS), 27 de septiembre de 1491: “*Le dimos facultad para que biviese en la dicha ysla con quarenta parientes suyos que avian seydo en conquistar la dicha ysla...*”.

una vez aculturados a la castellana en la Península, fue lento y tuvo un significativo peso respecto al total de la población, por lo menos en los primeros años posteriores a la conquista. La presencia de este elemento indígena queda refrendada con una solicitud del concejo de Gran Canaria a los Reyes en 1491, alarmados porque el número de canarios había crecido hasta la cifra de ciento cincuenta, cantidad que, al parecer, era ya peligrosa para los pobladores europeos, lo que es indicador de la escasez de personas que habitaban la isla en aquellos años<sup>8</sup>. No obstante, muchos de los canarios que volvieron a la Isla vieron mayor perspectiva de riqueza fuera de ella, como prueba el hecho de que la mayoría acompañara a Alonso de Lugo en la conquista de las islas de La Palma y Tenerife, quedándose con posterioridad a vivir en ellas, sobre todo en la última. Con el tiempo y la llegada continua de pobladores europeos, los canarios fueron conscientes de ser minoría dentro de la población del Archipiélago, como se desprende de una solicitud hecha por varios de ellos en 1511, en la que exponían que en todas las islas no vivían en aquella fecha más de cien originarios de Gran Canaria.

Para finalizar con los grupos sociales que intervinieron en la repoblación, es necesario hacer referencia a los esclavos, de origen principalmente morisco y africano. Los moriscos siempre fueron objeto de suspicacias por parte de los repobladores cristianos. Su presencia en Gran Canaria fue bastante controlada y su importancia cuantitativa era pequeña, al contrario de lo que sucedía en Lanzarote y Fuerteventura, donde tuvieron un relevante papel repoblador<sup>9</sup>. Los esclavos negros, de un número creciente con el paso de los años, también aportaron su fuerza a la repoblación. Para éstos era más difícil el ahorramiento, por lo que su permanencia en la esclavitud fue más duradera.

El escaso número conjunto provocaba la necesidad de una mayor inmigración en el Archipiélago de pobladores foráneos. La redistribución de indígenas, de “gentes de las islas” y de castellanos de unas islas a otras no era sino el paso inicial de la colonización de las últimas incorporadas. Tanto las autoridades locales como la Corona fueron conscientes de esta eventualidad, y por ello la atracción de nuevos vecinos se convirtió en uno de los objetivos esenciales de la nueva sociedad.

Las condiciones básicas para adquirir la vecindad eran la permanencia en la Isla de los pobladores durante seis años<sup>10</sup>, casados y con casa poblada,

---

8 AGS, RGS, 27 de septiembre de 1491: “... *E diz que agora ay obra de çiento e çinquenta poco mas o menos...*”.

9 Eduardo Aznar Vallejo, *La integración...*, op. cit., 1992, pp. 186 y ss.

10 Así lo expresaba en 1503 un vecino de la Isla, Bartolomé Ramírez Nieto: “*diz que algunos vecinos de la dicha*

lo que era lo usual también en las tierras ganadas en la guerra de Granada<sup>11</sup>. La posibilidad de poseer tierras en propiedad venía determinada por la condición de vecino.

Como medidas favorecedoras de la repoblación europea de las islas de realengo, la Corona expidió varios privilegios y provisiones que creaban un régimen fiscal menos gravoso que en la Castilla peninsular<sup>12</sup> y que permitía el libre paso de los habitantes de una isla a otra<sup>13</sup>. La oferta de tierras complementaba la atracción económica, a lo que se unía el carácter abierto de sociedad de frontera, que ofrecía la oportunidad de asentarse a personas que deseaban mantener un cierto anonimato, lejos de las justicias seculares y eclesiásticas peninsulares.

Como esto no fue suficiente, dada la competencia de la repoblación india y granadina, fueron los propios concejos quienes dieron pasos en aras a conseguir pobladores para las Islas. Tenemos constancia de varios poderes otorgados por los gobernadores o los concejos a personas en Castilla para concertar la captación de pobladores para ser vecinos en Gran Canaria<sup>14</sup>.

Un ejemplo ilustra esta situación: Los apodos con que se conocían a algunos padrinos en los registros de bautismos: “la asturiana”, “la cordobesa”, “la gallega”, demuestra que el grupo poblacional era pequeño y se desarrollaba en un lugar donde todos se conocían<sup>15</sup>.

A pesar de la experiencia en colonización de nuevas tierras que poseían los castellanos, en Canarias se encontraron con un entorno completamente distinto. No existía la más mínima infraestructura económica aprovechable al uso europeo. Los pobladores debían partir de cero. Cualquier elemento tecnológico, hasta el más simple, debía ser importado de Castilla o Portugal. Las tierras estaban sin roturar y el agua, aunque existía, tampoco era un bien

---

*ysla han comprado muchas tierras e otras heredades e aguas de personas que non las podian vender por no aver residido e bivido e morado en la dicha ysla los seys años que eran obligados de residir para que fueran suyas propias e pudiesen venderlas”. AGS, RGS, 6 de abril de 1503.*

- 11 Por ejemplo, en Loja y en Tenerife se exigieron cinco años de residencia.
- 12 Eduardo Aznar Vallejo, y Miguel Ángel Ladero Quesada. “La hacienda real en Canarias: Peculiaridades y rasgos comunes en el régimen general de Castilla a comienzos del siglo XVI”, en *IV Coloquio de Historia Canario Americana*, Las Palmas de Gran Canaria, 1982.
- 13 Se trataba de aplicar una pragmática de 1480, cuya vigencia fue suspendida durante cinco años para el caso de Gran Canaria desde 1484. AGS, RGS, 5 de enero de 1484, fol. 6.
- 14 Poderes del gobernador de Gran Canaria Lope Sánchez de Valenzuela a vecinos de Moguer y Córdoba a tal fin; véase en Francisco Morales Padrón, “Canarias en el archivo de Protocolos de Sevilla”, *Anuario de Estudios Atlánticos*, 8, 1962, doc. núm. 243, 4 de agosto de 1505.
- 15 Manuel Lobo Cabrera, y Benedicta Rivero Suárez, “Los primeros pobladores de Las Palmas de Gran Canaria”, *Anuario de Estudios Atlánticos*, 37, 1991, p. 3.

muy abundante. No había poblaciones al estilo europeo, ni la trama política prehispánica resultaba relevante, como sí lo fue en América. Salvo la organización ganadera en algunos aspectos, nada era “aprovechable”<sup>16</sup>.

A las dificultades propias del medio físico se unía la lejanía de la Península, detalle siempre presente y que disuadía a muchos para embarcarse en una aventura incierta. Además, el incentivo de los posibles pobladores europeos sufrió la competencia nada desdeñable de la repoblación de las nuevas tierras disponibles primero en Granada y luego en América.

Estas circunstancias provocaron que la repoblación europea de las islas de realengo de Canarias fuera forzosamente lenta y dura. Sin embargo, existían otros factores atrayentes. En primer lugar, la posibilidad de negocio por la temprana introducción con éxito de la caña de azúcar y su rápida comercialización en los mercados europeos. Y en segundo lugar, la aparente igualdad de los primeros repobladores por provenir de una base social y jurídica común y la ausencia de nobleza en las Islas. La pertenencia de Gran Canaria al realengo fue otro factor importante en un momento en que el poder y el prestigio de los Reyes Católicos se encontraban en auge.

Desde un principio el asentamiento castellano se produjo a partir de la fundación de una ciudad. Es el punto neurálgico desde donde se extendió la colonización al resto del territorio. En Gran Canaria, la ciudad, Las Palmas, se levantó sobre el campamento militar originario. El puerto, la presencia de agua y los terrenos aprovechables en las cercanías facilitaron la elección del asentamiento en la desembocadura del Guiniguada.

La ciudad se plantea de modo inmediato como el lugar donde se van a centralizar los poderes políticos, jurisdiccionales y religiosos. Los dos primeros iban unidos en aquellos momentos al gobernador, que era también justicia mayor, figura esencial de la que hablaremos luego. La ciudad dispuso de un estatuto o régimen municipal propio y es asimismo la sede del concejo, órgano administrativo donde se tomaban las decisiones referidas a la vida pública municipal. Allí se dictaban sentencias, se otorgaban licencias, se cobraban impuestos y es donde vivían los oficiales administrativos. También es donde se instalaron las primeras parroquias, elemento de cohesión social de primera importancia: bautizos, misas, bodas y entierros son partes integrantes de la vida social de los pobladores. El clero tuvo un papel importante en el desarrollo de la ciudad, apareciendo en ocasiones como defensor

---

16 Roberto Roldán Verdejo, “Concejos y ciudades medievales en las Islas Canarias (perspectiva de conjunto), en *Concejos y ciudades en la Edad Media Hispánica*, León, 1990, p. 279.

de los intereses vecinales. Las órdenes religiosas se desarrollaron siempre en la ciudad.

El lugar de establecimiento de los representantes políticos y religiosos condicionaba el centro económico de la población. Mercaderes y financieros se establecieron en la ciudad necesariamente tanto para estar cerca de quienes les otorgaban licencias, como para acercarse a su clientela potencial: la población emergente. Y alrededor de todos ellos se fue creando un grupo de agentes de servicios, artesanos y pequeños comerciantes que también se instalaron en la población.

En el Real de Las Palmas se establecieron el gobernador y los principales oficiales del concejo, salvando a los regidores, de los que hablaremos a continuación. Los alcaldes, alguaciles, escribanos del concejo, mayordomos y demás auxiliares concejiles tenían su residencia junto a la del gobernador. Los principales escribanos públicos, los denominados “del número” también tenían sus estudios en la principal población.

Llama la atención la poca importancia que se le da inicialmente a la falta de edificios propios para el concejo. Las “casas de cabildo” no aparecen en la documentación hasta la segunda gobernación de Lope de Sosa, después de 1514. Existe una referencia en 1506 de la existencia de una “casa del Abdiencia”, pero no del cabildo<sup>17</sup>.

Este detalle es común a las ciudades castellanas. En Sevilla el cabildo municipal compartió durante toda la Edad Media con el eclesiástico de canónigos de la catedral el “corral de los olmos”, propiedad de éste último, en la iglesia mayor hispalense, y no tuvo edificio propio hasta el siglo XVI. En Carmona el cabildo se reunía en el portal de la iglesia de El Salvador. En algunas ciudades fue frecuente depositar los archivos municipales en algún convento franciscano<sup>18</sup>.

Los servicios a la población, tanto públicos como privados, fueron un componente intrínseco de la vida ciudadana. La construcción fue el sector donde inicialmente más se notó el esfuerzo inversor, sobre todo en los edificios privados y religiosos, quedando los militares, al contrario que en Castilla, en un segundo plano. Tras la construcción, y en ocasiones al mismo tiem-

---

17 “En la dicha villa del Real de Las Palmas, en la plaza publica della, fue pregonado el dicho mandamiento por Juan Bernal, pregonero de la dicha villa, a alta boz, de bervo ad bervum, segund en el se contiene, en presencia de mi Pedro Hernandez, escrivano de Su Alteza e de la dicha reformacion, yo leyendo e el pregonando; e despues de pregonado, fue clavado e fixado en la casa del Abdiencia susodicha”. En Francisco Morales Padrón, “Canarias en el archivo de Protocolos de Sevilla”, op. cit., 1962, apéndice V, p.426.

18 Miguel Ángel Ladero Quesada, “Las ciudades de Andalucía occidental en la Baja Edad Media: sociedad, morfología y funciones urbanas”, *En la España Medieval*, 10, 1987, p. 88.

po, se desarrollaron los servicios de carácter público, fruto de la iniciativa de los representantes políticos o de los particulares: Canalizaciones de agua, limpieza, pavimentación, mesones, prostíbulos, y enterramientos en templos.

El interés por la limpieza y “apostura” de las calles es propio de la Edad Moderna. Al respecto encontramos referencias no muy edificantes. En 1520 se acusaba al almotacén de que “las calles estan muy suzias e non pone diligencia en las hazer limpiar algunas de las dichas calles”<sup>19</sup>.

Destaca también una preocupación continua por el aprovisionamiento de agua en la ciudad. En 1519 se construía un pilar en Triana y tres años después comenzó una gran obra hidráulica que llevó el agua de la sierra de Tejada a Las Palmas. La apertura y mantenimiento de los caminos era otra de las iniciativas públicas más constantes en estos años. La ciudad completaba sus servicios con locales para carnicerías, pescaderías y mataderos, alhóndiga y plazas de mercado. Por su parte, los hospitales tenían como misión acoger entre sus muros a los pobres y desheredados, a los huérfanos y a los peregrinos para practicar con ellos la beneficencia.

El urbanismo de la ciudad adolecía de un plan conjunto. Los alineamientos de las casas fueron irregularidades hasta que comenzó a organizarse en el cambio de siglo con la apertura de la plaza de Santa Ana, que se destinó a la vida social, y poco después con la ordenación de la calle Real de Triana, que provocó que las casas quedaran alineadas. No había murallas todavía en la ciudad, no había dinero para ello.

En los primeros momentos del asentamiento la incipiente zona urbana no fue incompatible con la explotación agrícola. Conocemos la existencia de plantaciones de cañaverales y de instalación de ingenios para la fabricación de azúcar en los márgenes del barranco de Guinguada, que dividía en dos la primitiva villa, y en los alrededores de la misma.

En la zona de Gáldar y Telde se establecieron una serie de repobladores con una vocación esencialmente agrícola. En el norte destacaron los genoveses como grandes hacendados, mientras que en Telde fueron castellanos y portugueses quienes levantaron las infraestructuras económicas de la comarca.

En la ciudad acabaron viviendo los propietarios de la tierra, aunque tuvieran casa en las haciendas. Las referencias a casas de su propiedad en Las Palmas y su presencia periódica en los registros notariales así lo demuestran.

En la ciudad gastaban parte de sus rentas, desarrollando los demás

---

19 AGS, Consejo Real, leg. 445,1 fol. 43r. Juicio de residencia contra el gobernador Pérez de Guzmán. Testimonio de Cristóbal de la Coba.

sectores económicos, convirtiéndose así el mercado urbano en el lugar por excelencia donde se intercambian bienes, servicios y productos agrícolas e industriales.

Al contrario que en Castilla, la mayor parte de la población grancanaria no vivía fuera de las ciudades. La cercanía al campo está presente en la existencia de huertos y cercados dentro de las ciudades y en que las zonas cultivables limítrofes con la ciudad se convirtieron en las más demandadas por sus habitantes.

Un testimonio posterior nos dibuja un bucólico paisaje de aquellos años:

*En dicho tiempo no avia nesçesydad de mas estrechura de regimiento porque en regir los canpos e montañas no avia nesçesydad de mucho primor ni rigor, porque en aquella sazón no avia las haziendas de ynjenios de açucares que despues se an fabricado e edificado en esta ysla ni avia los ganados e labranças que des(pues) a avido. Y en regir los ofiçios ni mercaderias no avia nesçesydad de rigores e hordenanças porque no avia muchos mercaderes e ofiçiales e por ser la tierra nueva se avia de sufrir a los dichos mercaderes e ofiçiales qualquiera desorden que toviesen en las dichas mercaderias e ofiçiales por los conservar e hazer la tierra<sup>20</sup>.*

### Aspectos políticos

En aquellos años del tránsito al siglo XVI se aplicaba en la elección de los regidores concejiles el sistema establecido en 1494 por el denominado Fuero de Gran Canaria<sup>21</sup>. Este sistema, en apariencia democrático, consistía en que por parte de los seis regidores ejercientes en sus cargos, echarían suertes entre ellos quedando sólo tres, los cuales elegirían de entre los vecinos a seis electores “*llanos e abonados e de buena conciencia*”, quienes elegirían a su vez a los oficiales “*para aquel año que entra e para otro venidero*” a través de un sorteo entre los votos depositados<sup>22</sup>. Este sistema, que intentaba disgregar el voto vecinal, ofrecía la posibilidad, a poco que los principales de la isla se pusieran de acuerdo, de que los oficios pudieran recaer en personas

---

20 AGS, *Consejo Real*, leg. 545,1, fol. 313. Proceso de Luis Maza contra los regidores. Interrogatorio presentado por Escobedo.

21 Sobre el Fuero de Gran Canaria y su aplicación, véase Leopoldo de la Rosa Olivera, “Vigencia del Fuero de Gran Canaria” *Revista de Historia Canaria*, 169 (1971-1972).

22 Fuero de Gran Canaria, 20 de diciembre de 1494, en Pedro Cúllen del Castillo, *Libro Rojo de Gran Canaria*, 2ª edic. Las Palmas de Gran Canaria, 1995, p.120.

afines a quienes los elegían, con la consiguiente perpetuación en los cargos de los grupos de influencia.

La primera elección de regidores con el sistema del fuero tardó varios años en celebrarse. Los regidores nombrados años atrás por Pedro de Vera poco después de la conquista estorbaron la elección foral presentando en la Corte peticiones sobre el tiempo de duración de los oficios. Argumentaban los peticionarios que la elección de nuevos regidores les producía gran perjuicio, ya que “*tenían los dichos ofiçios del regimiento dende que la dicha ysla se pobló*”, pero considerando que era inevitable su cese, al menos proponían que los elegidos se mantuvieran en el cargo al menos tres años, dado que no había en Gran Canaria “*tantas personas que sean aviles e pertenesçientes para los dichos oficios*”<sup>23</sup>. La Corona accedió a la petición, modificándose el fuero en lo tocante a los tres años de ejercicio de los oficios de regimiento.

El gobernador Alonso Fajardo, que fue el designado para aplicar el Fuero en Gran Canaria, murió a finales de 1497 antes de poder llevar a cabo la misión. Fue su sucesor, Lope Sánchez de Valenzuela, quien venció las reticencias de los regidores de la conquista y logró que por fin se celebrase la elección de los miembros del regimiento el día de Santiago de 1498. La confirmación real de esa elección, requisito imprescindible para perfeccionarla, llegó mediante carta de 22 de marzo de 1499, donde se detallan los oficiales del Cabildo:

*(...) Sepades que vi vuestra petycion por la qual me enbiastes a faser relacion que vosotros, usando del fuero por mi dado a esa dicha ysla elegistes por alcaldes a Bartolomé de Cardela e a Lope de Salasar e Pedro de Ervas, e por regidores a Fernando de Bachicao, e Pedro de Santana, e Lasaro Martin, e Bartolome Paez, e Maçiot de Betancor e Alonso Çorita, e por alguasil a Enrique Yañez e por presonero a Juan de Barçelona e por mayordomo a Bartolome de Fontana..., e por la presente confirmo la dicha eleçion por vosotros fecha e doy licencia e facultad ... para que puedan usar e exerçer los dichos ofiçios por el dicho tiempo de los dichos tres años e llevar e lleven los derechos que como tales ofiçiales pueden e deven llevar (...)*<sup>24</sup>.

---

23 “E agora, por parte de los regidores desa dicha ysla nos fue fecha relacion diciendo que sy el dicho capitulo en el dicho fuero contenido que çerca de lo susodicho habla se oviere de guardar en esa dicha ysla, ellos resçibirian mucho agravio e daño, porque ellos tenían los dichos ofiçios del regimiento dende que la dicha ysla se pobló, e porque dis que no se podrían elegir e nombrar en cada un año los regidores que para esa dicha ysla fuesen menester, como en el dicho fuero se contiene, a cabsa que diz que no ay en ella tantas personas que sean aviles e pertenesçientes para los dichos oficios” AGS, RGS, 20 de febrero de 1497, fol. 207.

24 AGS, RGS, 22 de marzo de 1499.

Dentro de la incipiente sociedad grancanaria de aquellos años, destacan como propietarios de cierta entidad los elegidos como alcaldes y regidores, y no conocemos la situación económica del alguacil y el personero. Se deduce de esto el hecho de que los primeros elegidos fueron efectivamente personas descollantes económicamente en el entorno social de la villa del Real de Las Palmas a finales de siglo.

En estos años finales del siglo XV es cuando empezamos a tener noticias de cómo se habían efectuado algunas distribuciones importantes de tierras en la isla. A raíz de la aplicación de una provisión de los monarcas por la que se concedía al gobernador Lope Sánchez de Valenzuela de varias tierras de regadío en Firgas comenzó un largo pleito que enfrentaría al gobernador con un grupo ya establecido de terratenientes locales. El problema se suscitó cuando el gobernador Valenzuela, haciendo un uso extensivo de la facultad concedida por los monarcas de hacer nuevos repartimientos de tierras y aguas y de revisar los ya efectuados, decidió adjudicarse los terrenos concedidos por los Reyes no en Firgas, donde se localizaba una merced de tierras concedidas por ellos, sino en Arucas, que le parecían más rentables. Uno de los afectados era casualmente Pedro de Santana, uno de los regidores electos en 1498, que presentó la denuncia de esta irregularidad en la Corte:

*(...) e que hezimos merçed al dicho Lope Sanches de tierras de regadio para cien fanegas de sembradura, e dis que el dicho governador tomo las dichas tierras en otras partes e logares de las que por nos les fue mandado, e porque algunas personas ge lo contradesian, dis que les dio muchas tierras y heredades porque lo oviesen por bien, e los que nos avian servido en la dicha conquista dis que no fueron pagados de lo que se les devia nin les dio tierras ningunas, en lo qual dis que avian reçevido mucho agravio e daño<sup>25</sup>.*

Según se desprende del texto, la táctica del gobernador fue la de contentar a los vecinos afectados con la entrega de nuevas tierras, lo que a su vez disgustó a otros, que se llamaban “conquistadores”, y que consideraban que tenían mejor derecho a ellas.

Este enfrentamiento por cuestiones de tierras Valenzuela y Santana debió tener su traslación al ámbito municipal, donde ambos formaban parte del cabildo del concejo de la isla. El gobernador debía estar deseando que Santana saliera del regimiento lo antes posible, y esta circunstancia debió

---

25 AGS, RGS, 4 de febrero de 1502. Otra carta del mismo tenor en AGS, RGS, 24 de febrero de 1502.

influir para que se iniciara un nuevo conflicto a raíz de la elección de los nuevos regidores en 1501.

El plazo del ejercicio de los oficios concejiles elegidos en 1498 finalizaba en el verano de 1501. El día de Santiago de ese año se convocaron nuevas elecciones conforme al fuero, resultando de ellas un nuevo grupo de oficiales, confirmados por carta de real de 22 de febrero de 1502:

*(...) dis que aveys agora elegydo de nuevo otros oficiales para otros tres años primeros syguientes conformandovos con el dicho fuero en que avia des elegido por alcaldes hordinarios de esa dicha ysla a Juan de Sant Lucar Labrador e a Diego de Sant Martín e a Diego de Betancor e por regidores a Juan Martines de Bilvao e a Juan Milian e a Gregorio de Trugillo e a Fernando del Castillo e a Gonçalo Xara (Xuares) Quemada e a Pedro de Arguello, e por alguasil a Juan Prieto e por personeros a Françisco de Cabrejas e por mayordomo a Gonzalo de Segura, las quales dis que son personas habiles e sufyçientes para exercer los dichos ofiçios (...)*<sup>26</sup>.

Pedro de Santana, como era previsible, desaparece del Regimiento, y entre este cese y su aparición en la Corte presentando varias denuncias contra el gobernador Valenzuela pasaron apenas seis meses. Además de la queja por la adjudicación de tierras, Santana presentó otra por la que acusaba al gobernador de auspiciar una elección que no se ajustó a las normas contenidas en el fuero de la isla:

*(...) Sepades que Pedro de Santana, por sy e en nombre de otros vesinos de la dicha ysla, nos fizo relaçion por su petiçion deziendo que a su notyçia era venido que Lope Sanches de Valençuela, gobernador que fue desa dicha ysla e algunos regidores que agora son, diz que han fecho çierta eleçion de regidores e otros ofyçiales nuevos, la qual diz que non fezieron conforme al fuero que mandamos dar a la dicha ysla e a la prematica por Nos fecha çerca de la forma que han de ser elegydos e nombrados los ofyçiales de las çibdades e villas e lugares de nuestros Reynos, en lo qual diz que los vezinos e la dicha ysla han reçebido mucho agravio e daño, porque diz que los dichos regidores que asy fueron elegidos non heran personas convenientes para los dichos ofiçios...*<sup>27</sup>.

---

26 AGS, RGS, 22 de febrero de 1502.

27 AGS, RGS, 4 de diciembre de 1501.

Santana concluía solicitando la repetición de las elecciones conforme al fuero. A pesar de que no se especifica en qué consistía la irregularidad en la elección, parece evidente que el trasfondo de este asunto se centra en que los elegidos para el regimiento debían estar dentro del grupo de influencia del gobernador más que del de Pedro de Santana y otros vecinos conquistadores, a quien decía representar, aunque no conozcamos sus nombres.

El asunto se complicó al elegir los monarcas un nuevo gobernador para que sustituyera a Lope Sánchez de Valenzuela a principios de 1502. Esta sustitución se enmarcaba en la política general del reino de relevar periódicamente a los oficiales reales para prevenir que éstos se “aficionaran” excesivamente a sus lugares de destino. En este caso, Valenzuela es un paradigma de la afición del oficial por el lugar de su gobernación, ya que estaba instalado en Gran Canaria con su familia y había adquirido por merced real un buen número de tierras de regadío y había comenzado a hacer un ingenio de azúcar.

El nuevo gobernador que debía sustituir a Valenzuela fue el contino real Antonio de Torres, conocido por su estrecha colaboración con Cristóbal Colón en los primeros viajes de descubrimiento. Torres había sido nombrado alcaide de la torre de Santa Cruz de Mar Pequeña con anterioridad a su designación como gobernador de Gran Canaria. El 22 de noviembre de 1501 se hizo entrega de la fortaleza al nuevo alcaide<sup>28</sup>. La carta de nombramiento de Antonio de Torres como gobernador, al parecer, tiene fecha de 4 de febrero de 1502. Torres llegó a Gran Canaria y comenzó a tramitar el correspondiente juicio de residencia al ya exgobernador Valenzuela<sup>29</sup>. Dentro de la multitud de asuntos en que entendió Torres en aquellos días se encontraba la impugnación de la elección de los miembros del regimiento. Ya fuera porque efectivamente detectó errores en la elección o bien porque hizo causa común con el grupo de Pedro de Santana, el caso es que informó desfavorablemente a la Corte sobre la elección del año anterior, según indicaban los propios monarcas:

*(...) y por quanto parece que la dicha elección no se hizo como devia nin fueron elegidos e nombradas las personas que devian para los dichos ofiçios y en el nuestro Consejo visto, e con Nos consultado, fue acordado que de-*

---

28 AGS, *Escribanía Mayor de Rentas*. Tenencias de Fortalezas. Santa Cruz de la Mar pequeña.

29 El juicio de residencia era un procedimiento judicial por el que se revisaba la actuación de los oficiales del concejo durante su período de mandato. Durante el mismo los oficiales quedaban suspendidos en sus oficios y debían responder a las denuncias presentadas contra ellos por los vecinos y a una instrucción llevada de oficio por el juez de residencia. Si resultaban culpables de las acusaciones, se les imponían sanciones pecuniarias. Véase Mariano Gambín García, *La vara y la espada*, La Laguna, 2004.

*viamos mandar dar esta nuestra carta ... por la qual damos por ninguna e de ningund valor nin efecto la eleçion e nombramiento de que los dichos ofiçios fue fecha (...)*

Además de la anulación de la elección, parece que se daba autorización a Torres para elegir a los nuevos regidores, conforme al fuero, aunque en este caso no sería necesaria la confirmación regia:

*(...) y vos mandamos que sin embargo della conforme al fuero de esa dicha ysla tiene çerca de la eleçion de los dichos ofiçios, nombres e hagays nombrar para ello personas aviles e suficietes en quien concurran las calidades en el dicho fuero contenidas, a los quales que asi fueren elegidos y nombrados conforme al dicho fuero, mandemos que sin otra confirmacion por esta vez usen de los dichos ofiçios por el tiempo y de la manera que en le dicho fuero se contiene (...)<sup>30</sup>.*

No sabemos la fecha en que se recibió esta provisión real de 14 de julio en la isla, pero parece que al gobernador no le dio tiempo de aplicarla, ya que murió en un naufragio frente a la costa de Cádiz en octubre de ese año de 1502.

Por su parte, los oficiales nombrados por la elección anulada y que se habían visto privados de sus oficios recurrieron a su vez a la Corte, quejándose de que,

*(...) Antonio de Torres nuestro governador que fue de esa dicha ysla, ya defunto, por enemistad que con ellos tuvo e sus ofiçiales no les han dexado nin consentydo usar de los dichos ofiçios, porque el dicho Antonio de Torres dis que los queria dar a personas de su parçialidad e que fuesen los dichos ofiçios perpetuos (...)<sup>31</sup>.*

Los Reyes, ante tanta queja contradictoria, decidieron en febrero de 1503 encomendar al gobernador sucesor de Torres que realizara una investigación sobre el caso y la enviara a la Corte. El nuevo gobernador, Alonso Escudero, se demoró tanto en tomar posesión de su cargo, que los Reyes en junio de ese año optaron por mantener en sus cargos a los elegidos inicial-

---

30 AGS, RGS, 14 de julio de 1502.

31 AGS, RGS, 22 de febrero de 1503.

mente, y que quando llegara el gobernador a la isla se realizara nueva elección de oficiales del Concejo ...*dentro de quince dias despues que fuere ydo a la dicha ysla...*, dejando así resuelto el problema<sup>32</sup>.

De este enfrentamiento se deducen claramente varias consecuencias. Por un lado, que a pesar de la redacción del fuero, era posible influir en la elección de los miembros del regimiento, que modo que los cargos pudieran recaer en personas afines a un grupo de influencia determinado. Por otro, que la introducción de un advenedizo como el gobernador de Valenzuela en la propiedad de buenas tierras de regadío le enfrentó con los pobladores “conquistadores”, que se consideraban con derecho preferente a las mismas. Finalmente, que existían al menos dos grupos de vecinos enfrentados a causa de las elecciones al regimiento, o lo que es lo mismo, por el acceso al poder municipal.

El poder político se configura así como un arma importantísima para respaldar situaciones económicas concretas. Esta circunstancia fue comprendida por aquellos sectores de la población con problemas con quienes desempeñaban los cargos políticos. Para que desaparecieran las situaciones de conflicto bastaba con llegar a ocupar los puestos de poder.

La elección suspensa hasta la llegada del nuevo gobernador Escudero se realizó efectivamente a la llegada de éste a la isla. Las votaciones se realizaron sin problemas aparentes, y los alcaldes, regidores, alguaciles y personero fueron elegidos por dos años, siendo ratificados en sus cargos por carta real de 15 de mayo de 1504<sup>33</sup>.

Sin embargo, el gobernador Escudero falleció apenas tres meses después de haber tomado posesión de su cargo. Se estima la fecha de su muerte en torno al mes de enero o primeros días del mes de febrero de 1504, ya que la primera noticia de su fallecimiento la tenemos a través de una carta real, de fecha 29 de febrero de dicho año, en la que se hace relación de Escudero como “*ya defunto*”<sup>34</sup>. El lugar de la muerte parece ser la isla de Gran Canaria, según

---

32 “Mandamos que los regidores e otros oficiales que fasta aquí han sydo en la dicha ysla, tengan e usen e los dichos ofiçios de regimiento e otros ofiçios del conçejo de ella, como fasta aquí lo ha fecho, fasta tanto que el dicho nuestro juez de residencia sea ydo a la dicha ysla”. AGS, RGS, 16 de junio de 1503.

33 “...que conforme al fuero que mandamos dar a esa dicha ysla ovistes elegido para este presente año e para el año venidero por alcaldes a Enrique Ianes e a Françisco de Cabrejas e a Fernando de Aguayo, e por alguazil a Christoval Ramires, e para regidores a Bartolome Fontana e a Geronimo de Orerio e a Diego Ramires e a Diego de Betancor, e a Estevan Zanbrano e a Christoval Garcia de Moguer, e por personero a Bartolome de Salamanca, e para mayordomo a Rodrigo de la Fuente, los quales diz que son personas honradas e tales que cada uno dará buena cuenta de su ofiçio”. AGS, RGS, 15 de mayo de 1504.

34 AGS, RGS, 29 de febrero de 1504.

documentos de fecha posterior<sup>35</sup>. La muerte del gobernador volvía a provocar incertidumbre política en los recién nombrados miembros del concejo.

La continua sucesión de gobernadores breves al frente del concejo grancanario desde 1495 había provocado un clima de inestabilidad política que se había dejado sentir en los años anteriores. El funcionamiento de la principal institución política de la isla y la aplicación del Fuero se habían visto interrumpidos por la muerte en pocos años de tres de sus gobernadores y el enfrentamiento directo y personal entre dos de ellos. Hasta 1504 los monarcas castellanos no acertaron con el gobernador que necesitaban para terminar con tanta provisionalidad. El nuevo gobernador, Lope de Sosa, persona de confianza de la Corona, traía consigo un bagaje de experiencia tanto municipal como cortesana<sup>36</sup>. Al llegar a la isla en 1505, contempló con sorpresa el acaparamiento de tierras realizado por los genoveses, por lo que instó de los reyes la prohibición de la venta de tierras a gente “poderosa” y a los financieros italianos. La respuesta de la Corona fue doble. En dos provisiones fechadas el mismo día, el 25 de febrero de 1506 los monarcas ordenaban que, “..de aquí adelante ningund vecino desas dichas yslas pueda vender engenio nin heredamiento alguno a ningund grande ni persona poderosa nin a ningund extranjero destos nuestros reynos so pena de perder lo que asy vendiesen”. La segunda se dirige en los mismos términos en exclusiva a los extranjeros, ya que “...algunos vecinos de esa dicha ysla por neçesidad que se les ofreçe, venden algunas heredades que tienen, e acaçe que los estranjeros que estan en esa dicha ysla compran las dichas heredades e gosan los frutos e esquilmos dellas, bibiendo fuera desa dicha ysla, e que asymismo los que los venden se van fuera por no tener en qué se mantener...”<sup>37</sup>.

Sin embargo, estas medidas ya llegaban tarde. Al hecho conocido de que la mayoría de los extranjeros se habían naturalizado castellanos, se unía el que los que se encontraban en la isla ya poseían la suficiente cantidad de tierras para realizar lucrativamente sus negocios. Lo único que les faltaba antes de 1504 era participar en alguna medida del poder político, algo que

---

35 Así se afirma en una respuesta del interrogatorio de la “*Ynformaçion fecha de ofiçio de la justiçia Real contra el liçenciado Fernando de Aguayo, rregidor*”, en el archivo de El Museo Canario, 1 a 5 de abril de 1525, publicado en Aurina Rodríguez Galindo, A, “El Museo Canario. Catálogo y extractos de la Inquisición en Canarias”, *El Museo Canario*, vols. XXXI-XXXII, (1970-71), p. 139.

36 Lope de Sosa fue nombrado gobernador de Gran Canaria el 9 de mayo de 1504, (AGS, RGS, 9 de mayo de 1504), llegando a Gran Canaria en enero de 1505, y tomando posesión de su gobernación en sesión del Cabildo de la isla el día 25 de dicho mes y año. AGS, *Contaduría Mayor*, 1ª época, leg. 171 (sin foliar), donde se especifica, de cara a los honorarios devengados por el cargo, la fecha de toma de posesión del mismo.

37 AGS, RGS, dos cartas de 25 de febrero de 1506, fols.12 y 14, respectivamente.

consiguieron desde las elecciones de ese año. Destacan como miembros del concejo los genoveses Bartolomé Fontana y Jerónimo de Orerio, conocido comerciante azucarero. En las elecciones de 1507 aparecen en el regimiento dos importantísimos hacendados genoveses, Batista de Riberol, como regidor, y Constantín Cairasco, como mayordomo<sup>38</sup>. Con ambos en las reuniones del cabildo grancanario, aunque no podamos decir que las decisiones del concejo pudieran ser controladas por éstos, al menos su presencia mediatizaba las decisiones que pudieran atacar sus intereses económicos.

Esta situación se revelaba perjudicial para los pobladores castellanos que aspiraban a conseguir un estatus social elevado y no se encontraban a su vez dentro del regimiento. Uno de los más afectados era el exgobernador Lope Sánchez de Valenzuela y su familia, propietario de excelentes tierras y un ingenio en Arucas. En 1509 se encontraba ante la corte en Valladolid, quejándose de la actuación del reformador Ortiz de Zárate, que había aprovechado su poder de repartir tierras para hacerlo “... a otras personas yndevidamente, especialmente dio e repartió tierras, estando proybido, a gino-veses...”<sup>39</sup>. Esta denuncia dio origen a un pleito posterior.

Pero en lo que respecta a la estrategia utilizada por Valenzuela para contrapesar la influencia de sus competidores genoveses en el concejo, no fue otra que solicitar su nombramiento como regidor vitalicio, tal como solía hacerse en otros municipios de la Castilla peninsular. Este oficio “acrecentado” contravenía directamente el contenido del Fuero, que establecía un número cerrado de regidores, pero ya fuera por ignorancia del contenido del Fuero por parte de los miembros del Consejo Real, o bien por seguir la Corona una política de colocar en todos los municipios a personas fieles a sus intereses, lo cierto es que el 30 de octubre de 1510 se expidió el nombramiento de Valenzuela como regidor vitalicio<sup>40</sup>. Pocos meses después, su hijo homónimo conseguía de la misma manera otra regiduría<sup>41</sup>. En un primero

---

38 AGS, RGS, 6 de noviembre de 1507: “...ovistes elegido para este presente año e para el venidero por el alcalde hordinario a Françisco de Nate e a Alfonso de Polvorança e a Alonso Fernandes de Arevalo, e por alguazil a Luys Ximenes, e por regidores al bachiller Pedro de Valdes e a Garçia de Llerena e a Bautista de Riberol e a Juan de Narvaes, e a Gonzalo de Aguiler e a Juan de Alcalá, e por personero a Francisco de Mercado, e por mayordomo a Constantin de Cairasco, todos vecinos desa dicha ysla, los quales diz que son personas abonadas e tales que cada uno dará buena cuenta de su ofiçio...”

39 AGS, RGS, 15 de noviembre de 1509. En la misma se adjunta la comparecencia de Juan de Ariñez, que defendió la gesitón del reformador.

40 AGS, RGS, 9 de abril de 1510: “Por hazer bien y merçed a vos, Lope Sanches de Valençuela, acatando vuestra suficiencia e habilidad y los serviçios que me aveys hecho y espero que me hareys, es mi merçed y voluntad que agora e de aquí adelante para en toda vuestra vyda, seays mi regidor de la villa del Real de Las Palmas”.

41 AGS, RGS, 30 de octubre de 1510.

momento, el regimiento, en defensa del fuero de la isla, se opuso al nombramiento de Valenzuela, iniciándose un proceso ante el Consejo Real que fue fallado a favor del exgobernador<sup>42</sup>.

En lo que se tramitaba este pleito, los miembros del concejo grancanario celebraron las elecciones correspondientes a 1510, que fueron confirmadas el 7 de junio de 1511<sup>43</sup>. Sin embargo, el proceso entablado por el concejo contra el nombramiento regio como regidor de Sánchez de Valenzuela ante el Consejo Real traería consecuencias importantes para la isla. Da la impresión de que a la Corona no le gustó la fuere oposición que el concejo grancanario hizo de una decisión suya. Posiblemente viera en la actitud de los isleños un deseo de evitar que los monarcas colocaran a personas fieles en el regimiento, algo que iba contra la corriente generalizada de la política regia en los últimos años en Castilla. Sólo así se explica que tomara la trascendental decisión de cambiar el sistema de regimiento en Gran Canaria, pasando por encima del fuero, y reordenarlo, no sólo en cuanto al sistema de nombramiento, ahora a designar por la Corona, y el número de regidores, que pasaría a doce, sino también en cuanto al tiempo de ejercicio del cargo, ahora vitalicio.

La Reina ordenó al gobernador que eligiese las doce personas idóneas para ejercer las regidurías de la isla:

*Yo (la Reina) mandé a Lope de Sosa, mi governador de la dicha ysla, que nombrase las personas que a él le paresciesen que seryan buenas personas para haser regydores e haser numero de doze personas para que yo les proveyese<sup>44</sup>.*

Conocemos la respuesta de Sosa de forma indirecta, ya que el 4 de octubre de 1511 se expidieron por el Consejo Real al menos diez cartas de nombramiento de regidores vitalicios a favor de los vecinos de Las Palmas García de Llerena, Martín de Vera, Cristóbal Vivas, Luis Cerón, Diego Cabrera, Pedro de Góngora, Ortiz de Zárate, Hernando de Aguayo, Juan de

---

42 AGS, RGS, 14 de noviembre de 1510.

43 AGS, RGS, 7 de junio de 1511: “*En cumplimiento del dicho fuero e conforme a él, el dia de Todos Santos pasado diz que elegistes para los tres años venideros por alcaldes a Vasco Lopez y Françisco Lopez e Martin Perez de Trugillo, e por regidores el liçençiado Juan Ortiz de Çarate, e Martin de Vera e Diego de Çurita e Ximon Luzardo e Diego de Bera e Pedro de Juhan, e por alguazil a Luys de Canpos, e por mayordomo a Antonio Bravo, vezinos de la dicha ysla*”.

44 AGS, RGS, 4 de junio de 1513.

Narváez, y Cristóbal de Serpa<sup>45</sup>. Estos nombramientos, junto a los del ex-gobernador Valenzuela y su hijo ya citados, hacían los doce requeridos por la Reina. Como podemos observar, los elegidos eran todos castellanos, la mayoría con experiencia en el regimiento al haber actuado en él años antes como regidores o como justicias.

Un problema inesperado surgió cuando, el día 14 del mismo mes de octubre de 1511, cuando se eligieron los regidores vitalicios, se emitió otra carta designando también como regidor a Nicolás Rodríguez, otro vecino grancanario. El regimiento recién creado contestó protegiendo sus derechos contra dicha designación de forma contundente:

*(...) diz que yo (la Reina) vos hize merçed (a Rodríguez) de un regymiento de la dicha villa por relacion que me fesistes desiendo que ya avia vacado por fyn e muerte de Francisco de Mercado, el qual diz que nunca avia seydo por mí proveydo del regymiento e ni avia seydo rescibido por regydor en el cabildo de la dicha ysla como lo suelen e acostumbran haser e suplicar, e suplicó (el concejo grancanario) de la dicha mi carta de merçed que yo vos hize del dicho regymiento, e dixo ser contra los dichos sus partes muy injusta e agraviada (...)*<sup>46</sup>.

Nicolás Rodríguez tuvo que iniciar un pleito complicado que le llevó varios años en defensa de su nombramiento como regidor, sin que pudiera tomar posesión del mismo durante su tramitación<sup>47</sup>.

No conocemos con certeza la razón que movió a los monarcas a dejar en la práctica sin efecto la elección conforme al fuero de 1510, refrendada apenas unos meses antes. Posiblemente sea un cambio de política a nivel del reino, ya que a partir de 1511, se constata un avalancha de peticiones a la Corte de confirmación de oficios municipales<sup>48</sup>, o tal vez fuera consecuencia de la resistencia concejil al nombramiento inicial de Valenzuela como regidor.

No tenemos constancia de que los regidores electos por el fuero conti-

---

45 AGS, RGS, dos cartas de 4 de octubre de 1511, En la segunda se hace referencia al nombramiento de los otros ocho regidores. El tenor de una de ellas, todas iguales, es el siguiente: “*Por haser bien y merçed a vos, Martin de Vera, acatando vuestra suficiençia e abilidad e los buenos serviçios que aveys fecho, es mi merçed que agora e de aquí adelante, para en toda vuestra vida seays mi regidor de la çibdad Real de Las Palmas, que es en Canaria, e que asy como mi tal regidor gozeys de todas las honras, gracias, merçedes, franquezas e livertades que por razon del dicho ofiçio vos deven ser guardadas...*”.

46 AGS, RGS, 4 de junio de 1513.

47 AGS, RGS, 28 de junio y 23 de septiembre de 1514, y 25 de mayo de 1515.

48 Igual ocurría en Tenerife en ese momento.

nuaran en sus cargos. De hecho, en las pocas actas de cabildo que nos han llegado hasta hoy se constata la presencia de los elegidos por la Corona y no de los electos conforme al fuero<sup>49</sup>.

Sea como fuere, el hecho es que a partir de ese momento los regidores fueron nombrados directamente por el monarca, generalmente de forma vitalicia, lo que transformó totalmente el sistema de acceso a los cargos de poder político, que se concentró en un pequeño grupo de familias. Las autorizaciones posteriores de la Corona para renunciar en los cargos a favor de tercera persona provocaron que los cargos pudieran mantenerse dentro de familias o clientelas, creándose a partir de entonces grupos que ya no perderán su cuota de poder político.

Se produce así un fenómeno de reforzamiento del poder del Rey a nivel local con doble vertiente. Por un lado, el Fuero de la isla perderá fuerza frente a las disposiciones reales, muchas veces en confrontación directa con aquél; y por otro, el monarca asegurará una elite ciudadana fiel a sus designios, a cambio de su perpetuación en los cargos políticos y administrativos.

Años después, en 1522, un regidor enfrentado a los demás, echaría en cara a los otros que habían obtenido los oficios mediante compra en el Consejo Real, procedimiento que, sin ser legal, se toleraba a menudo<sup>50</sup>. En un proceso judicial que se entabló en 1524 entre los mimos protagonistas, todavía se discutía la conveniencia de mantener los regidores vitalicios o de volver al sistema del Fuero. Para el representante de los regidores, la situación debía seguir como estaba:

*(...) porque el fuero que fue dado a esta ysla çerca de la eleçion de los regimientos no fue perpetuo, sino quanto curase la voluntad de su magestad e quanto con mayor deliberaçion se proveyese çerca de ello, y en tiempo quel dicho fuero se usó esta ysla no fue bien regida ni hera poblada ni ennobleçida ... e despues de perpetuados los dichos ofiçios esta ysla se a regido e rige bien<sup>51</sup>.*

---

49 En un cabildo de 31 de diciembre de 1511, aparecen presentes sólo los regidores de designación real, es decir, Lope de Sosa, gobernador; Martín de Vera, García de Llerena, Juan de Narbaez, Cristóbal de Serpa, Cristóbal Vibas, regidores, y Juan de Ariníz, escribano. Véase en Manuela Ronquillo Rubio, y Eduardo Aznar Vallejo, *Repartimientos de Gran Canaria*, Las Palmas, 1998, p.210. Libro de Protocolos de Repartimientos de Tierras, año de 1542, nº 140. En otro cabildo de 5 de enero de 1512 están presentes Lope de Sosa, gobernador; Martín de Vera, García de Llerena, Juan de Narvaez, Pedro de Góngora, Cristóbal de Serpa, Fernando de Aguayo, Cristóbal Bibas, regidores. Juan de Ariníz, escribano. *Ibidem*, p.209. Libro de Protocolos, nº 140.

50 AGS, RGS, 5 de abril de 1522.

51 AGS, *Consejo Real*, Leg. 545, núm. 1, fol. 17.

El defensor del sistema foral, por su parte, defendía todo lo contrario:

*(...) y entre las cabsas por donde es mas utile e provechoso que los regidores sean cadañeros e no perpetuos e una de ellas, porque syendo cadañeros no ternán atrevimiento de hazer levantamiento alguno contra la justícia, y seyendo perpetuos podian tener mas osadía para lo hazer<sup>52</sup>.*

El juicio no logró la vuelta de la aplicación del Fuero en ese punto concreto, con los que este grupo de regidores vitalicios permaneció en sus cargos en los años siguientes, conformando un grupo cerrado, en el que se pudieron incluir otros oficiales como los principales escribanos y los de administración de justicia, que daría lugar a la primera elite política consolidada en la isla.

---

52 Ibidem, fol. 19.

**EXOGENESIS E INCLUSIÓN SOCIAL  
EN ÁREAS DE CONTACTO: EL COMPROMISO LOCAL  
DE LA ÉLITE PORTUGUESA EN TENERIFE  
DURANTE LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XVII**

**Javier Luis Álvarez Santos**  
*CHAM – Centro de Humanidades*  
*jasantos@fcsh.unl.pt*

**Palabras clave:** Tenerife; Portugueses; Atlántico; Cabildo; Exogénesis.

**Exogénesis social de Canarias**

La situación privilegiada de Canarias en el entorno atlántico, así como el régimen de excepción de que disponían las Islas para participar en el monopolio mercantil americano, atrajeron la llegada de forasteros, ya fueran castellanos u oriundos de otras comunidades<sup>1</sup>.

Desde la incorporación del Archipiélago a la corona de Castilla, incluso antes de que fuesen dominadas las islas de realengo, sobresalieron entre estos foráneos los portugueses dentro del conjunto de europeos que se establecieron en Canarias, únicamente superados en número por los castellanos. Participaron éstos activamente en los repartimientos de tierras y en su puesta en explotación.

---

<sup>1</sup> Agustín Guimerá Ravina, *Burguesía extranjera y comercio atlántico: la empresa comercial irlandesa en Canarias*, Gobierno de Canarias/CSIC, Santa Cruz de Tenerife, 1985, p. 21.

La necesidad de una rápida repoblación facilitó la integración de este contingente en la incipiente sociedad insular de fines del siglo XV. No en vano, los portugueses se beneficiaron de los repartimientos de tierra y participaron en el cultivo de la caña de azúcar y su exportación desde estos primeros años<sup>2</sup>. En consecuencia, es un hecho constatable la aportación de este colectivo a la conformación social y al desarrollo económico canario, así como su intensificación durante gran parte de la Edad Moderna, por lo menos hasta mediados del Seiscientos.

Es indudable que la población portuguesa es una de las comunidades no castellanas más relevantes en cuanto al número de individuos se refiere. De este modo, mientras genoveses y flamencos fueron desapareciendo según avanzaba la Edad Moderna, los naturales de Portugal se adecuaron a cada nueva circunstancia, consolidándose con el paso de los siglos. En proporción, los portugueses eran mayoritarios frente a otros foráneos, incluso antes de la Unión Ibérica. El número de lusos en Canarias se acrecentó gradualmente hasta alcanzar su máximo esplendor durante el primer cuarto del XVII coincidiendo con el periodo de esplendor de la economía vitivinícola de exportación.

Esta coyuntura favoreció la creación de redes socioeconómicas de origen portugués establecidas tanto en Europa como en América y África, haciendo que sus actividades en el Archipiélago fuesen notables y continuas en el tiempo. A su vez, la sociedad canaria, tradicionalmente de carácter permeable, fue tolerante a esta integración de largo recorrido de la población portuguesa con el objetivo de poder participar en este entramado de negocios y conexiones.

### **La inclusión social de las élites exógenas**

Junto a los contratos de casamientos, y generalmente vinculados a éstos, los portugueses asentados en la Isla y los tinerfeños utilizaron otro elemento para consolidar esta unión: las administraciones locales insulares. De una parte, la élite local instrumentalizó y dirigió los órganos rectores locales para aprovecharse de las redes y de los contactos de los agentes lusos en la Isla para su beneficio y, en último término, para el de la propia sociedad

---

2 Juan Manuel Bello León, «La participación de los extranjeros en los repartimientos canarios. Introducción a su estudio», *El Museo Canario* 53 (1998) 187-213.

insular. De la otra, los miembros destacados de la comunidad portuguesa en Tenerife intervinieron en el comercio insular y en las decisiones para la gobernanza de la Isla a través de la mediación de la administración local, siempre y cuando éstos integrasen al territorio insular y a su élite en las redes atlánticas de las que eran partícipes. Por tanto, se forjó un pacto social entre la élite tinerfeña y la portuguesa. Este pacto aseguró el suministro de víveres a la Isla y consolidó la exportación del vino a los mercados circundantes lusos. Además, este compromiso insular repercutió en las relaciones atlánticas transcontinentales. No fue un acuerdo suscrito, sino una alianza natural entre dos grupos de la élite insular. En último término, este pacto condicionaba la supervivencia de los moradores de una ínsula, naturales o foráneos, en el seno de un océano.

El empleo de estas vías para la consecución de la mimetización permitió emparentar a estos lusos con la oligarquía institucional-mercantil y, de este modo, interferir en las decisiones internas de la Isla. Además, imitaron el comportamiento de esta élite local interesada en la explotación de la tierra y en la comercialización de productos de la Isla. Los portugueses lograron intervenir directamente en la producción de azúcares y vinos, así como en su exportación. La novedad de este sistema de integración estribaba en que, en contrapartida a este pacto social, la comunidad lusa aseguraba la agregación de la Isla –y de sus habitantes– a las redes económicas mercantiles atlánticas en las que ellos eran partícipes.

Con este modelo de asimilación, los destacados hombres de negocio portugueses no sólo pretendieron aparentar ser un miembro más de la élite y disfrutar de los privilegios de los individuos más reputados de la sociedad. Sobre todo, buscaban acceder mediante un acuerdo social a las oportunidades económicas que les brindaba la Isla, tanto en la exportación de productos locales como por la situación estratégica de este territorio en relación al circuito mercantil atlántico.

Esta estrategia dual de la comunidad portuguesa para ratificar su integración, basada en el compromiso local y en la inserción de la Isla en las redes en las que ellos participaban queda manifestada a través del estudio del comportamiento social de los principales hombres portugueses asentados en Tenerife. Hacia 1564, casi dos décadas antes de la agregación portuguesa a la Monarquía Hispánica, se instaló en Tenerife Pedro Afonso Mazuelos, un portugués natural de Guimarães. Poco sabemos de sus primeros años

en la Isla<sup>3</sup>. La documentación del Cabildo menciona por estas fechas varias veces a un individuo como «el portugués»<sup>4</sup>. Por la cronología y las acciones que desarrolla –especialmente abasteciendo a la Isla, empleando para ello las redes mercantiles en las que está integrado, y en ocasiones concediendo créditos al Regimiento–, pensamos que se trata de la misma persona.

Es sintomático que a este individuo le denominen «el portugués». No se trata de una discriminación hacia él, como pudiera acontecer en otro contexto. Tampoco este apelativo incide en su condición de extranjero, a pesar de que nos referimos a una cronología anterior a la Unión Ibérica. Con el empleo del término «portugués», el Cabildo reafirma los vínculos tan relevantes que aporta este sujeto a la Isla.

Estas primeras aportaciones a la sociedad insular, convirtieron a este individuo rápidamente en un miembro más de la comunidad local, confirmándose un pacto entre los insulares y el portugués. En 1575, la documentación notarial refiere ya a Pedro Afonso Mazuelos como vecino de Tenerife. Conocemos que, por estos años, poseía casa y diversas propiedades en la Isla. También sabemos que contrajo matrimonio en el territorio insular, aunque ignoramos cuándo fue realizado y si la cónyuge, Juana Blanco, era natural de la Isla<sup>5</sup>. Estas estrategias personales, conforme al derecho, así como en conformidad con los intereses locales, le permitieron mimetizarse rápidamente en la sociedad local. Este proceso de naturalización culminó en el mismo año de 1575, cuando juró como escribano público de Los Realejos por renuncia de Antón de Azoca<sup>6</sup>.

En menos de una década, este forastero se había convertido en un elemento relevante de la sociedad e, incluso, participó indirectamente a través de sus negocios en las decisiones del Regimiento<sup>7</sup>. Su capacidad de vincular

---

3 Sobre Pedro Afonso Mazuelos, véase: Constanza Negrín Delgado, «Las mandas piadosas del portugués Pedro Afonso Mazuelos. Su institución y cumplimiento en la iglesia parroquial de Nuestra Señora de los Remedios, a través de las escribanías de La Laguna», *Anuario del Instituto de Estudios Canarios*, 41 (1996), pp. 271-324 y Javier Luis Álvarez Santos, «El portugués Pedro Afonso Mazuelos», *XVIII Coloquio de Historia Canario Americana* (2008), Cabildo de Gran Canaria, Las Palmas de Gran Canaria, 2010, pp. 1231-1241.

4 Como ejemplo, en 1576 el Cabildo compró a «el portugués» cierta cantidad de cal para las fortificaciones. Archivo Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 1º, Libro 14, sf.

5 Tal vez esta Juana Blanco, fuera pariente del mercader flamenco Pedro Blanco, con quien mantuvo intenso trato Pedro Afonso Mazuelos.

6 Archivo Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 2, f. 427 v. Cargo en el que es ratificado un año después y que ocupó hasta 1578. Archivo Municipal de La Laguna, T-XIX, 20.

7 Durante la década de los 80 del siglo XVI el Regimiento acude a Pedro Afonso Mazuelos en una decena de ocasiones para que le preste dinero para poder hacer frente a ciertas deudas que mantiene la citada institución. Otras veces, se le solicita que intervenga directamente en el abastecimiento de la Isla, por ejemplo

a la Isla con el entorno portugués le convirtieron en un nexo indispensable entre los dos mundos. Véase como ejemplo elocuente que, en 1575, al llegar a Tenerife un poder desde Madeira de dos mercaderes franceses en lengua portuguesa, las autoridades locales pidieron a Pedro Afonso que lo tradujese<sup>8</sup>.

En un breve espacio de tiempo Mazuelos consiguió ser aceptado por la sociedad a través de los mecanismos legales, pero también empleando otros resortes que ayudaron a su naturalización, auspiciada por los miembros de la administración local. Así, en el año 1581 solicitaba este individuo el encauzamiento de las rentas del almojarifazgo, aunque sólo las logró obtener en 1585. Con esta aspiración por controlar las aduanas de la Isla, iniciaba Pedro Afonso Mazuelos una tradición, como sucediera en otras partes de Castilla, de intervención portuguesa en las rentas reales. Tras él, portugueses como Manuel de Oliveira, Luis Lorenzo, Tomás Pereira, etc., hasta la marcha de la Isla de Duarte Enríquez en 1652, controlaron el fisco y las aduanas de Tenerife. Esta supervisión, de las mercancías que entraban y salían, en un territorio tan dinámico como éste, otorgaba a estos individuos cierto poder local.

También este interés por el control aduanero estaba estrechamente vinculado al entorno circunatlántico en el que está encajada la Isla. La dependencia del territorio insular de los circuitos mercantiles lusos condicionaba cierto interés por parte de la oligarquía para favorecer la presencia de alguien de confianza y miembro de la vasta red portuguesa para supervisar la actividad mercantil en los puertos insulares.

¿Significaba esto que buena parte de la actividad mercantil estaba dirigida por redes exógenas a la Isla? ¿La actuación de estos individuos principales en Tenerife estaba coaccionada por los intereses de foráneos? Es verdad que quienes intervinieron en estos negocios y controlaron las rentas y las aduanas procedían de fuera de la Isla, con el estímulo y el apoyo de redes portuguesas exógenas, a quienes debían dar cuentas<sup>9</sup>. Pero al mismo

---

para traer 1.000 fanegas de trigo compradas al vicario de la isla de Gran Canaria. Archivo Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 4, f.110 r.

8 En esta misiva se pedía que se cobrara a un comerciante flamenco todas las mercancías que le pertenecían. Archivo Histórico Provincial de Santa Cruz de Tenerife, leg. 1002, f. 374 v.

9 El arrendamiento de las rentas reales, en concreto del almojarifazgo, estaba favorecido por los hombres de nación de otros lugares, interesados más en las posibilidades de comercio desde la Isla –legal o ilegal– que en el propio control de los puertos. Además, desde 1641 hasta 1670, éstas rentas siguieron estando en manos portuguesas; de Duarte Enríquez Álvarez, desde 1641 a 1650, y de Diego Pereira de Castro desde 1651 a 1670. Luis Alberto Anaya Hernández, «Los judeoconversos portugueses en Canarias y sus relaciones con el mundo Atlántico Europeo», IV Centenario del ataque de Van der Does a las Palmas de Gran Canaria (1999): Coloquio Internacional Canarias y el Atlántico, 1580-1648, Cabildo de Gran Canaria, Las Palmas de Gran Canaria, 2001, p. 601.

tiempo, para que su empresa mercantil tuviera éxito, era necesario integrar en el beneficio de estas redes a los agentes rectores locales que, a su vez, eran quienes realmente volcaban a la Isla hacia el comercio exterior.

Fue norma entre estos individuos que pretendían acceder a la administración mediata de Tenerife pactar estrategias matrimoniales con la élite local<sup>10</sup>. Así el regidor de origen portugués Gaspar de Espinosa enlazó con la familia Villarroel, los Pereira con los Carrasco y Ayala y los Ocampo. Indirectamente también Cristóbal Salazar de Frías emparentó con la oligarquía. Su hermano Ventura de Frías Salazar había contraído nupcias en su corta estancia en la Isla con la hija del regidor Alonso de Ponte y Cuevas.

Este comportamiento no es contradictorio con la participación de estos individuos en una red mercantil exógena. Más bien se produce una yuxtaposición de intereses. Estos agentes son los elementos conductores que empaatan las necesidades de la Isla con el circuito mercantil atlántico y, al mismo tiempo, representan la voluntad de las redes extranjeras. Debemos tener en cuenta que, a diferencia de lo que ocurrió en otras partes de la Monarquía Hispánica, durante todo el siglo XVII no existió un consulado de portugueses, probablemente porque estaban perfectamente integrados en la sociedad local y no necesitaron una justicia privativa.

### **La élite insular ante los sucesos restauracioncitas**

A partir de la década de los 30 del siglo XVII, con la ocupación de Pernambuco por parte de los holandeses y la subida de aranceles para comerciar con Brasil, la intervención de la Isla en este circuito mercantil irá en retroceso. En realidad, la prohibición de participar sobre este mercado había comenzado a gestarse desde una década antes. En 1621, los oficiales de la cámara de Funchal habían remitido a Su Majestad unos «apontamentos» para que sólo los naturales de Portugal pudiesen enviar vinos a Brasil, advirtiéndose a través de esta actitud el futuro vitivinícola de Madeira<sup>11</sup>. Aun así, regidores de Tenerife como Cristóbal Salazar, solicitaron al Cabildo que se enviase un mensajero a la Corte para que se retomase el poder comerciar

---

10 Sobre la organización del Cabildo de Tenerife y las estrategias políticas y familiares de sus miembros durante el Antiguo Régimen, véase: Lourdes Fernández Rodríguez, *La formación de la oligarquía concejil en Tenerife: 1497-1629*, Instituto de Estudios Canarios, La Laguna, 2013.

11 Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Tombo 3º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal, f. 263 r.

libremente con la América portuguesa, porque si no es así, «su pobreza y necesidad ordinaria [de la Isla] se refuerza el desampararla»<sup>12</sup>.

Pero esta crisis derivada de la pérdida del circuito brasileño es sólo la antesala de las nefastas consecuencias de la Restauración, la consecuente pérdida del trato con los tradicionales vecinos de Tenerife. Con la llegada de la noticia de la sublevación, alerta el Regimiento que «este negocio es el más grave y de importancia que puede haber en estas islas porque con el levantamiento de Portugal, no solo queda cerrada la puerta a todo trato, sino a que carezca esta república de todo lo necesario [...]»<sup>13</sup>.

La actitud del Cabildo es reflejo del pensamiento de los insulares, donde la incertidumbre ante un panorama incierto hace sucumbir a la comunidad ante el miedo. Refiere el Concejo que las Islas se encuentran perdidas con tanto enemigo, por lo que es necesario fortificar Tenerife. Brasil está ocupado por holandeses y Portugal levantado, por lo que sería fácil que estos enemigos ocupasen alguna isla menor y de ahí saltasen a las demás<sup>14</sup>.

Este pánico infundado en la sociedad a una posible ocupación portuguesa deja paso en breve espacio de tiempo a una nueva percepción sobre las consecuencias de la Restauración. La separación portuguesa tuvo grave secuelas para los isleños, si bien no fueron en el ámbito militar. La pérdida de los mercados lusos supuso la salida de la Isla del circuito económico por el que se habían venido basculando las exportaciones e importaciones, asegurando el sustento para los insulares. En mayo de 1641 ya se notaban las consecuencias de esta ruptura de vínculos en el Atlántico. Afirmaba el Cabildo en esa fecha de lo extenuadas que estaban las Islas por la falta de trato con Brasil, su principal mercado, y por la falta de correspondencia con Portugal<sup>15</sup>.

Señala Anaya Hernández que el portugués Duarte Enríquez, después de hecha la postura para el arrendamiento y antes de que se le remataran las rentas, enterado de la sublevación, solicitó se le anulara su oferta, ya que las rentas valdrían mucho menos. El Consejo de Hacienda no aceptó y ordenó se le remataran, aunque indicó que tendría en cuenta sus argumentos para hacer un descuento. Una vez en Tenerife, volvió a insistir sobre el tema y

---

12 Archivo Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 12, f.210 v.

13 Archivo Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 13, f.213 r.

14 Archivo Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 1º, Libro 25, f.7 r.

15 Archivo Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 1º, Libro 25, f.19 r.

solicitó seis cuentos de maravedís anuales de rebaja, lo que equivalía a una tercera parte<sup>16</sup>.

La independencia de Portugal fue traumática para las Islas. Desde el poblamiento europeo de Canarias, siempre habían mantenido relaciones con su entorno luso. Los isleños no concebían su vecindario atlántico sin una correspondencia con los territorios portugueses. Aún en 1645, Cristóbal Salazar se lamentaba de la pérdida de Portugal. Decía ante el Regimiento:

«Que es muy público y notorio la gran quiebra y miseria en que esta isla y las demás han venido con la guerra, así del levantamiento de Portugal, con quien tenían gran comercio como de las partes del Brasil que los holandeses han ocupado. Y ha llegado esto a tan miserable estado que si no se procura con mucha brevedad y grandes veras el remedio de este daño, se perderán estas islas y se despoblarán [...]»<sup>17</sup>.

La conmoción por la Restauración en la comunidad insular, al igual que sucediera en otros territorios de la América española, no conllevó una desambiguación inmediata entre las dos identidades: la local, de base castellana, y la foránea, de componente portugués. Como advierte Trujillo para el caso de Buenos Aires, los lazos de integración habían logrado fundirse incluso más allá de esos límites identitarios. En el momento de la sublevación, era imposible realizar una distinción social en la ciudad bonaerense de una élite portuguesa, contrabandista y criptojudía de una castellano-criolla, leal y católica<sup>18</sup>.

A este respecto, Monteiro y Cardim apuntan que estudiar este horizonte hispánico a partir de la simple dualidad entre Portugal y España no es suficiente para explicar la complejidad del escenario que estamos abordando. Hay que tener en cuenta el comportamiento heterogéneo de cada espacio y en el que, además, intervenían otras naciones como la inglesa, francesa u holandesa que también tenían intereses en actuar sobre este mundo ibérico<sup>19</sup>.

---

16 Luis Alberto Anaya Hernández, «El converso Duarte Enríquez, arrendador de las rentas reales de Canarias», *Anuario de Estudios Atlánticos*, 27 (1981), p. 379.

17 Archivo Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 14, f.150 r.

18 Oscar José Trujillo, «Integración y conflicto en una elite fronteriza: los portugueses en Buenos Aires a mediados del siglo XVII», *CARDIM*, Pedro Cardim, Leonor Freire Costa y Mafalda Soares da Cunha (Orgs.), *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e conflito*, Centro de História de Além-Mar, Lisboa, 2013, p. 312.

19 Nuno Gonçalo Monteiro y Pedro Cardim, «A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806) », *História, histórias* 1 (2013), p. 3.

Sin embargo, después de 1640, como consecuencia de la separación portuguesa, en el Atlántico se comenzó a dibujar nuevas fronteras, con una demarcación más rigurosa entre los límites territoriales castellanos y portugueses. En Canarias, aunque no se produjese esta delimitación geográfica, se observa la constitución de nuevos lindes. Exteriormente, se quiebran los lazos que unían a las diferentes regiones portuguesas con Tenerife y, especialmente, se advierte un aislamiento del archipiélago canario respecto al conjunto de la Macaronesia. Internamente, en el aspecto social brotaron rápidamente recelos y desconfianza, pero solo hacia algunos individuos de la comunidad portuguesa como excusa para provocar alteraciones en el ordenamiento local. La identidad portuguesa, en Canarias, se empieza a construir a partir de la Restauración. En concreto, la pérdida del circuito mercantil portugués y la desvinculación de los intereses de los portugueses al beneficio de la sociedad quebraron el pacto que había permitido la asimilación e integración de estos portugueses, hasta el punto de haber sido considerados como un elemento más de la composición social de los insulares. Es a partir de entonces cuando los castellanos insulares compondrán en su imaginario una comunidad portuguesa bien definida y cuando se delimitará una frontera identitaria entre ambos grupos.

### **Conclusiones**

En una sociedad de frontera, dinámica y en constante regeneración, la élite insular aseguraba su posición estratégica en el sistema atlántico agregando a los resortes de poder locales elementos exógenos que conectasen este territorio aislado y dependiente con su entorno económico. En contramedida, los agentes foráneos se beneficiaron de la próspera economía local, tanto de sus productos como también de la internacionalización de la isla como centro de intercambios. En este sentido, hemos abordado los lazos que se originaron entre la oligarquía local y los miembros destacados de una comunidad foránea establecida la isla de Tenerife, la portuguesa, con el objetivo de consolidar la inserción de esa Isla en con el entono ibérico circundante durante el periodo de la agregación portuguesa a la Monarquía Hispánica.



## **CAPÍTULO II**

### **QUESTÕES DA MEMÓRIA ARQUIPELÁGICA**



## À SOMBRA DO PASSADO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E COSMOPOLITISMO INSULAR EM SÃO VICENTE<sup>1</sup>

**Carmo Daun e Lorena**

*Universidade do Minho*

*Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA)*

*carmodaun@gmail.com*

**Palavras-chave:** Cabo Verde; Cosmopolitismo; Identidade; Insularidade; Memória.

### **Introdução**

Se este texto, ao invés de se intitular “À sombra do passado”, se intitulasse “A sombra do passado”, os sentidos seriam, obviamente, muito diferentes. Neste segundo caso, o título remeteria para algo mau ou nefasto, um espectro sombrio que o passado pudesse ainda imprimir no presente. Mas o lastro do passado, mesmo de um passado colonial, nem sempre é totalmente sombrio. A reflexão que trago aqui é sobre sombras, mas não sobre passados

---

<sup>1</sup> Este texto é uma versão desenvolvida de uma comunicação que apresentei em 2018 no Congresso Internacional «Insularidades e enclaves em situações coloniais e pós-coloniais: trânsitos, conflitos e construções identitárias (séculos XV-XXI)» na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aí expus as ideias preliminares deste texto, presentes também numa secção do capítulo I da minha tese de doutoramento em Antropologia intitulada «Classe, memória e identidade em Cabo Verde: uma etnografia do carnaval de São Vicente», defendida em 2018 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e cuja pesquisa foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/77522/2011). Agradeço a João Vasconcelos a revisão que fez a uma versão anterior deste texto, bem como a troca de ideias e reflexões, ao longo da última década, sobre assuntos cabo-verdianos.

sombrios. Pelo contrário. Concentro-me no cosmopolitismo de outrora da ilha de São Vicente e nas suas memórias locais. Estas memórias são positivas e constituem motivo de orgulho para as gentes da ilha. Esse passado cosmopolita é um capital mobilizado ainda hoje, não apenas para falar dos tempos de antigamente, mas para falar do presente. Mais, é um elemento determinante na construção identitária dos são-vicentinos e na sua memória colectiva, que tem sido destacado e reproduzido ao longo do tempo, do período colonial à contemporaneidade.

Tendo por base pesquisa bibliográfica e etnográfica, proponho, para o caso de São Vicente, uma nova terminologia – *cosmopolitismo insular* – que não só convoca essas memórias locais, como pretende oferecer uma síntese entre o ensimesmamento ilhéu e o desejo de abertura ao mundo que caracterizam a identidade regional são-vicentina.

O debate académico sobre cosmopolitismo não é novo e tem atraído a atenção de vários campos disciplinares, da Antropologia à História. Não obstante o seu interesse e pertinência, não me vou debruçar aqui sobre ele, nem tão-pouco dissecar o conceito de cosmopolitismo.<sup>2</sup> O objectivo central deste texto é reflectir sobre a forma como, na ilha de São Vicente, o tropo do cosmopolitismo, usado insistentemente no passado e no presente, pode ser visto como uma forma de falar de si próprio, de construir identidade e também memória. Ademais, pretendo sugerir que certas características próprias das ilhas e das cidades-porto convidam a repensar a oposição entre cosmopolitismo e enraizamento cultural. A aparente contradição destes termos é uma chave interpretativa para descortinar as complexidades das identidades insulares.

Começo com a apresentação da sociogénese da ilha de São Vicente, dando conta de várias influências culturais que o trânsito portuário de finais do século XIX promoveu, e detenho-me em testemunhos desse legado cosmopolita para demonstrar a sua centralidade e persistência na história local. Avanço depois para uma análise mais conceptual acerca das intersecções entre cosmopolitismo, criouliização e insularidade. E termino com a apresen-

---

2 Além das referências indicadas ao longo do texto, outras reflexões sobre cosmopolitismo podem ser encontradas em: Ulf Hannerz, «Cosmopolitans and Locals in World Culture» *Theory, Culture & Society* 7(2-3) (1990) 237-251; Peter van der Veer, «Cosmopolitan Options» *Etnográfica* VI(1) (2002) 15-26; Carol A. Breckenridge, Sheldon Pollock, Homi K. Bhabha, Dipesh Chakrabarty (eds.), *Cosmopolitanism*. Duke University Press, Durham; London, 2002; Steven Vertovec, Robin Cohen (eds.) *Conceiving Cosmopolitanism. Theory, Context, and Practice*. Oxford University Press, Oxford, 2002; Kwame Anthony Appiah, *Cosmopolitanism. Ethics in a World of Strangers*. W. W. Norton & Company, New York, 2007.

tação da noção de *cosmopolitismo insular* que, considerando a diversidade de aceções e perspectivas teóricas hoje amplamente aceites, procura, antes de mais, traduzir o modo como o conceito de cosmopolitismo é utilizado localmente, do ponto de vista *emic*, na construção e reconstrução de uma identidade insular.

Deste modo, pretendo discutir a ideia – profundamente arraigada no senso comum e na memória colectiva dos mindelenses – de São Vicente ser uma ilha cosmopolita, ter uma identidade cosmopolita. E pretendo pensar sobre a forma como certas memórias sociais e repertórios identitários se constituem e se enraízam em contexto insular.

### **A sociogénese de São Vicente e o cosmopolitismo nascente**

O arquipélago de Cabo Verde tem uma população que ronda as 492.000 pessoas. Na capital do país, a cidade da Praia, na ilha de Santiago, estão concentradas cerca de 130.000. A cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, é o segundo maior centro urbano do arquipélago e tem perto de 70.000 habitantes.<sup>3</sup> São Vicente está longe de ser uma ilha densamente povoada e a população concentra-se na cidade do Mindelo e nos seus subúrbios, havendo apenas cerca de cinco milhares de residentes espalhados por outras povoações.

O Mindelo cresceu à volta da sua baía e do seu porto e isso moldou desde o início o seu perfil identitário como cidade cosmopolita e como capital cultural do país.

O Porto Grande, localizado na linda baía virada para o emblemático Monte Cara – ou *Washington Head*, como lhe chamavam os ingleses – foi a porta de chegada do mundo à pequena e pacata ilha, e a porta de saída dos ilhéus para o mundo.

Das nove ilhas habitadas do arquipélago, São Vicente foi a última a ser povoada, embora tenha havido várias tentativas, todas fracassadas. Desde o seu achamento, em 1462, foi preciso esperar quase quatro séculos para aí começar a germinar uma cidade-porto, o que aconteceu em 1838, com o estabelecimento do primeiro depósito de carvão.<sup>4</sup> A partir de então, a ilha

---

3 Dados do censo de 2010, disponibilizados online pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

4 João Augusto Martins. *Madeira, Cabo-Verde e Guiné*. Livraria de Antonio Maria Pereira, Lisboa, 1891, p. 161.



Fig. 1 – Washington Head, São Vicente (c. 1907).

Fonte: BNP – Biblioteca Nacional de Portugal.

adquire um relevo nacional e internacional que deixou marcas indeléveis até hoje. Mais concretamente, a partir de 1850, com a instalação de outras companhias carvoeiras inglesas, o Porto Grande ganha um impulso que marca a sociogénese da ilha e que mudará para sempre o seu destino.<sup>5</sup>

Foram também os ingleses que instalaram na ilha uma das maiores estações telegráficas do mundo, a Western Telegraph Company. Os cabos submarinos que faziam a ligação intercontinental entre Cabo Verde, Europa, África e América do Sul foram outros dos impulsionadores da prosperidade de São Vicente.<sup>6</sup> Nesse fim do século XIX, o médico cabo-verdiano João Augusto Martins constatava: «Hoje, esta ilha verdadeiramente não é nossa, ou é-o apenas n'aquillo e pela maneira que os ingleses querem que ella seja».<sup>7</sup>

Mas para além dos britânicos, que constituíam a presença estrangeira dominante, fixaram-se na ilha outras gentes, como os italianos (com os seus bazares, estaleiros de reparação naval e mais tarde, a estação telegráfica da

5 Sobre a história oitocentista e novecentista do Mindelo e em particular do seu Porto Grande, ver Brita Papini (ed.), *Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo*. Fundo de Desenvolvimento Nacional – Ministério da Economia e das Finanças, 1984; António Leão Correia e Silva, *Nos tempos do Porto Grande do Mindelo*. Instituto Camões – Centro Cultural Português, Praia e Mindelo, 2005.

6 Ver Brita Papini, *op. cit.*, p. 56.

7 João Augusto Martins, *op. cit.*, p. 88.



Fig. 2 – Estação Telegraphica, São Vicente (s.d.); Fonte: ACDT-IICT  
Arquivo Científico Tropical – Instituto de Investigação Científica Tropical.

Italcable) e um importante contingente de comerciantes judeus, vindos de Marrocos e de Gibraltar, que deixaram uma descendência preponderante entre os ilhéus, bem patente nos apelidos de muitas famílias.<sup>8</sup> Para além destes, há ainda que mencionar todos aqueles que passaram em trânsito e, claro, os cabo-verdianos de outras ilhas, sobretudo as duas mais próximas, Santo Antão e São Nicolau, que chegavam a São Vicente à procura de trabalho e melhores condições de vida e subsistência.

O historiador António Correia e Silva refere-se ao Mindelo do final do século XIX como a «babel cabo-verdiana»<sup>9</sup> a que se juntam todos os povos de fora, originando uma «heterogeneidade social sem paralelo no pacato e provinciano arquipélago».<sup>10</sup> O Porto Grande gerava assim «uma atmosfera cosmopolita, em forma e intensidade nunca experimentadas no arquipélago».<sup>11</sup>

8 Alguns apelidos de origem judaica, inglesa e italiana que ainda hoje são comuns entre os mindelenses são: Abu Raya, Anahory, Bem David, Benoliel, Benrós, Bonucci, Brigham, Cohen, Frusoni, Levy, Morazzo, Rendall, Rocheteau, Spencer, St. Aubyn, Wanhon.

9 António Leão Correia e Silva, *op. cit.*, p. 124.

10 Um dos indicadores disto mesmo era a numerosa representação consular existente no Mindelo (cf. António Leão Correia e Silva, *op. cit.*, pp. 124-125).

11 António Leão Correia e Silva, *op. cit.*, p. 126. Este imaginário de cosmopolitismo tem servido para outras leituras e associações inesperadas. Gabriel Fernandes («O lugar como um não-lugar. Expatriação, hibridização e aventuras cosmopolitas cabo-verdianas». *Estratégia* 20 (2004) 45-59) conseguiu ver um ca-

Para se ter ideia do movimento vivido no Porto Grande em finais do século XIX bastará referir que, no ano de 1888, o fluxo portuário foi de 1700 embarcações, transportando a bordo cerca de 240.000 pessoas, entre passageiros e tripulantes. No ano seguinte, atingiu o seu auge, com a entrada de 1927 navios mercantes de longo curso, o que é por si só expressivo, mas ganha outro impacto se tomarmos em conta que nesse mesmo ano, a população da ilha era de 6561 almas, tendo-se registado, aliás, um crescimento demográfico.<sup>12</sup> Por trás destes números estiveram seguramente muitos arranjos sociais e culturais, uns mais gloriosos que outros. Mas talvez por ter sido tudo muito repentino os ilhéus se tenham convencido de que era tudo muito especial. Não podemos esquecer que noutras ilhas do arquipélago, e há séculos, se vinham formando outros arranjos bem diferentes. Em Santiago e no Fogo, ilhas berço da colonização mercantil e escravocrata iniciada em finais do século XV, a sociedade de finais do XIX era bem marcada por esse passado sombrio. Chegou então um novo tempo, o tempo de São Vicente. Como Teixeira de Sousa escreveu num dos seus romances:<sup>13</sup> «Vocês não se esqueçam de que tudo que São Vicente tem o deve aos Ingleses. Ah, calê! Se não fossem os Ingleses, isto era outra Santa Luzia».<sup>14</sup>

Se até ao segundo decénio do século XX o Mindelo era uma cidade-porto essencialmente comercial, a partir daí, e na sequência disso mesmo, tornou-se também um polo de cultura. Tal ficou a dever-se, em grande medida, à instituição do ensino liceal na ilha, em 1917, e mais tarde, a partir da década de 1930, ao despontar de uma elite intelectual bastante influente em torno da revista *Claridade*.<sup>15</sup>

---

rácter cosmopolita nos três discursos que marcaram a política identitária cabo-verdiana no século XX, a saber: na proposta de fincar os pés na terra, dos claridosos; na de retornar às origens, dos africanistas; e na de reencontrar-se consigo próprio, do MpD (Movimento para a Democracia, partido político fundado em 1990). O mesmo autor retoma e desenvolve posteriormente estas ideias (cf. Gabriel Fernandes, *Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Editora da Universidade Federal de Santa Catarina/ Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Florianópolis e Praia, 2006, pp. 243-272), acrescentando aos claridosos a geração anterior dos nativistas (2006:246-248). Mas Fernandes vai mais longe. Afirma que «crioulização e cosmopolitismo aparecem íntima e inextricavelmente ligados, consolidando-se na história do arquipélago como um dos mais directos efeitos de expatriação», deliberada ou forçada, de dominadores e dominados, de brancos e negros (2004:53 e 2006:265). Preconizando um novo cosmopolitismo para Cabo Verde, o autor considera que a «sua [do ilhéu] história de expatriação e hibridização confunde-lhe a consciência de lugar, impulsionando a marcha cosmopolita» (2004:54 e 2006:266).

12 Cf. João Augusto Martins, *op. cit.*, p. 85 e Brita Papini, *op. cit.*, p. 53 e p. 58.

13 Henrique Teixeira de Sousa, *Capitão de mar e terra*. Publicações Europa-América, Mem Martins, 1984, p. 167.

14 A ilha deserta do arquipélago.

15 A *Claridade* foi uma revista que surgiu em São Vicente e da qual se publicaram somente nove números entre 1936 e 1966. Porém, teve um impacto tremendo fora dos limites da ilha e ao longo de gerações. Con-

O cosmopolitismo do Mindelo, herança do Porto Grande, foi intensamente propalado ao longo da história, mesmo quando o movimento portuário já definhava. O escritor *claridoso* Manuel Lopes, que definiu a baía de São Vicente como a “sala de visitas do arquipélago crioulo”, afirmou também que «A cidadezinha do Mindelo pode-se dizer que veio ao mundo sobre as quilhas da navegação internacional, nasceu, por assim dizer cosmopolita, porque nasceu parasita do porto, e até hoje sempre dependeu dele».<sup>16</sup>

A ideia do Mindelo como cidade cosmopolita foi insistentemente reproduzida no passado, pelo que não admira que o seja ainda hoje. Este discurso de cosmopolitismo tende, contudo, a ser totalizante e ofusca muitas outras dimensões importantes da sociedade mindelense. A estratificação social é uma delas. As assimetrias de classe entre ingleses e cabo-verdianos, por exemplo, eram profundas.

Os ingleses são um marco histórico incontornável pois foram os responsáveis pelo desenvolvimento económico da ilha, assim como por muitas outras influências culturais, dos desportos (como o ténis, o golfe e o críquete), passando por alguns hábitos mais mundanos (como o “chá das cinco” ou o *gin* tónico), até à toponímia da cidade e às contaminações linguísticas e lexicais no crioulo falado quotidianamente.<sup>17</sup> O Porto Grande, bem como o estilo de vida dos ingleses, inspiraram inclusive os trajes e os festejos de carnaval:<sup>18</sup> os homens mascaravam-se de almirantes e oficiais da marinha, as mulheres de criadas “à inglesa” e os grupos carnavalescos tinham nomes de navios de passageiros, couraçados e companhias de navegação. Mas se é certo que os são-vicentinos adoptaram muitos dos hábitos e modos de estar

---

tou com vários colaboradores, mas o seu núcleo duro era constituído por Baltasar Lopes, Jorge Barbosa e Manuel Lopes que, influenciados por outros movimentos literários, nomeadamente a *Presença* de Portugal e o romance regionalista do Brasil, lançaram este, que viria a ser determinante na formação de uma nova concepção de cabo-verdianidade. Nas páginas da revista era possível encontrar tanto literatura (da poesia ao conto) como ensaio. Ambos os géneros eram animados pela denúncia dos problemas da terra e pela afirmação de uma identidade regional cabo-verdiana.

- 16 Manuel Lopes, «Reflexões sobre a literatura cabo-verdiana ou a literatura nos meios pequenos» In *Colóquios Cabo-Verdianos*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1959, 1-22, p. 9.
- 17 Na variante do crioulo falada em São Vicente existem muitas palavras cuja origem remonta a essa presença britânica. A título de exemplo, deixo aqui algumas (em grafia inglesa, ainda que em crioulo os vocábulos vejam a sua escrita e fonética alterada): *best*, *boys*, *brother*, *business*, *chewing gum*, *cool*, *drink*, *job*, *nice*, *show*, *sorry*. Todavia, convém não esquecer que muitas palavras de inspiração anglófona foram introduzidas posteriormente, devido às dinâmicas migratórias do arquipélago, e são observáveis noutras ilhas. A ilha Brava é um bom exemplo no que concerne à importação de anglicismos, por via da intensa emigração para os Estados Unidos da América.
- 18 Para uma análise histórica e etnográfica do carnaval do Mindelo, veja-se a minha dissertação de doutoramento (*Classe, memória e identidade em Cabo Verde: uma etnografia do carnaval de São Vicente*, Tese de doutoramento. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018).

dos britânicos, a interação entre uns e outros era praticamente inexistente. Apesar da sua profunda influência, tanto na ilha, como na sua gente, os ingleses constituíam um enclave bem delimitado naquele território. Eram um grupo de referência pelo nível e estilo de vida, mas, «salvo raras exceções, a colônia britânica socializava pouco com a população da ilha. Foi por emulação que os mindelenses criouliizaram alguns costumes dos ingleses, e não através de um intercâmbio cultural propriamente dito».<sup>19</sup>



Fig. 3 – Golfistas do Grémio Sportivo Castilho (1932).

Fonte: fotografia gentilmente cedida por Valdemar Pereira.

Nessa época em que o “ouro negro” da altura, o carvão, impulsionava o desenvolvimento de São Vicente, essa prosperidade parecia encobrir as clivagens, mas foi ela que cavou os maiores fossos. Foi do cenário portuário fervilhante que surgiu o funcionalismo (seja com os trabalhadores no cais, armazéns, oficinas e escritórios, seja com a burocracia do Estado, de fiscalização e tributação aduaneira e outros serviços); foi devido ao trânsito portuário que se intensificou o comércio (com comerciantes e lojistas que se instalaram na ilha, atraídos pelas oportunidades de lucro desta boa vaga, abastecendo a cidade em crescimento); e foi a partir desse contexto portuário que se engendrou o patronato inglês e, a par dele, a nova classe do proletariado,<sup>20</sup> como os catraeiros, os estivadores, as carregadeiras. Surgiu tam-

19 João Vasconcelos. *Espíritos Atlânticos: um espiritismo luso-brasileiro em Cabo Verde*. Tese de doutoramento. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007, p. 77.

20 Noto que esta terminologia era empregue à época. Veja-se o pequeno excerto do discurso da tomada de

bém o lumpen: cicerones (que eram a uma só vez analfabetos e políglotas, habituados que estavam às várias línguas que ouviam no cais), meretrizes, contrabandistas, e tantos outros.

Esta nova configuração social do Mindelo terá efeitos duradouros nos modelos de relacionamento, que passarão a ser irreversivelmente marcados pela estratificação de classe.

Da mesma forma que o porto foi a porta de entrada de outras culturas na ilha, a formação escolar, por um lado, e o movimento *claridoso* por outro, foram os veículos de outro tipo de dinâmica cultural, de uma cultura de índole intelectual e erudita. Em todos estes casos, São Vicente destacava-se, mostrando a sua abertura ao mundo e conquistando uma posição de relevo no arquipélago, com uma identidade ímpar marcada pela chancela cosmopolita.

### **O espelho do cosmopolitismo nos dias de hoje**

Assim começou a desenhar-se o perfil cultural do Mindelo e nasceu a sua reputação de capital cultural de Cabo Verde, que sobrevive até à actualidade. Ainda hoje, e apesar da sua diminuta população, da sua exiguidade física e da estreiteza do meio social, São Vicente vê-se e projecta-se, nacional e internacionalmente, como uma ilha cultural, que tem associada a si vários imaginários, devedores dessa antiga conjuntura histórica e social. Digo imaginários, não apenas no sentido sociológico, mas também no sentido de ideal e de idílico. Um dos epítetos mais comuns para descrever o Mindelo é “capital da cultura”. E outra ideia generalizada, associada a esta, mas anterior a ela, é a de cidade cosmopolita.

Hoje em dia, não é difícil esbarrarmos na designação “cosmopolita” para descrever a cidade ou os seus habitantes. O Mindelo e os mindelenses são cosmopolitas, este é um traço da sua identidade. Encontramos esta ideia em conversas de café, na comunicação social, na promoção turística, e até entre académicos.

Actualmente, poder-se-ia pensar que o turismo,<sup>21</sup> com os seus fluxos

---

posse na Câmara Municipal em 1894 (citado por António Leão Correia e Silva, *Combates pela História*. Spleen Edições, Praia, 2004, pp. 227-228).

21 Para uma abordagem geral do turismo em Cabo Verde, veja-se a minha dissertação de mestrado (*Turismo em Cabo Verde: um estudo exploratório*. Tese de mestrado. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009).

marítimos e aéreos, faria as vezes do antigo movimento portuário e seria o equivalente contemporâneo daquele cenário cosmopolita. Mas não é bem o caso. Esse passado de glória jamais teve paralelo.

De uma forma geral, quando pensamos em cosmopolitismo, pensamos num conhecimento e abertura face a outras culturas e face à diferença cultural. Cosmopolitismo é muitas vezes usado como sinónimo de universalismo, mobilidade, hibridismo, multiculturalismo. Em determinadas acepções é mesmo tomado como o oposto de nacionalismos e racialismos ferozes, ou como um destruidor das fronteiras. Também não é bem isto que se passa em São Vicente.

Em São Vicente, os discursos sobre a identidade cosmopolita servem propósitos bem mais auto-referenciais. Servem para se falar da terra e das suas gentes. Além disso, há vários indícios que apontam em direcções bem distintas. Por exemplo, *estrangeiro* é mais do que uma designação para quem vem de fora, é a afirmação de uma fronteira, sendo que do lado de cá, ficam as coisas chamadas “da terra”. Esta fronteira não se impõe somente aos que estão de passagem, mas a todos aqueles que cultural ou racialmente não façam parte dessa comunidade, sejam eles imigrantes da costa ocidental africana (ali denominados de *mandjakus*), chineses, brancos ou falantes de outras línguas.

A longa história de um suposto “cruzamento de culturas” que o Porto Grande promoveu, a herança intelectual dos *claridosos* e a dinâmica cultural que fomentaram, aliado ao intenso fluxo de estrangeiros que ainda hoje afluem por mar ou por ar, parece chegar para fazer de São Vicente uma ilha com vocação cosmopolita. Um cosmopolitismo que estaria comprovado num passado e num presente de encontros, mais ou menos demorados, mais ou menos misturados. Subjacente está a ideia de cosmopolitismo como o confronto com a diversidade cultural e não com a internalização dessa diversidade. E parece-me haver ainda um abusivo salto hermenêutico, pois mais do que uma ilha cosmopolita, o que temos é um povo cosmopolita. Não é apenas o Mindelo que é cosmopolita, é o mindelense.

Não obstante esta ideia de cosmopolitismo convocar experiências reais de interconexões culturais, e até da miscigenação e da criouliização de que Cabo Verde é incontestável legatário, hoje em dia, em São Vicente, o que parece existir é, sim, um forte enraizamento de uma representação de cosmopolitismo, que já se transformou em ideia de senso comum, num chavão, mais do que efectivas práticas cosmopolitas de convivialidade e abertura ao mundo e à diferença. A meu ver, este cosmopolitismo do mindelense é mui-

to discutível, mas o que ele não veicula, de todo, é a máxima socrática do “cidadão do mundo”, não obstante o cabo-verdiano ser conhecido como um povo diaspórico e transnacional. Mais do que questionável, este rótulo de cosmopolitismo que a cidade do Mindelo ostenta e, por arrasto, os mindelenses, coloca problemas epistemológicos, pois apresenta o cosmopolitismo como uma característica intrínseca a uma cidade ou a um povo, o que – como se isto não bastasse para suscitar sérias reservas – se revela em total contramão das muitas e variadas análises sobre o cosmopolitismo, que tem sido visto a partir de fluxos ou redes (de informação, de consumo, diaspóricas, etc.) e de grupos bem diferentes (dos migrantes às elites), e que em nada justifica a sua aplicação a uma ilha somente com base no seu passado, ou à sua população, como se esta, mesmo quando imóvel ou fechada, transportasse o gene do cosmopolita.

### **Cosmopolitismo insular**

Regra geral, o cosmopolitismo tem uma conotação positiva, virtuosa até, mas a sua polivocalidade é complexa. Não é de estranhar que se tenham colado ao termo múltiplos adjetivos que revelam não apenas a utilidade, mas também a plasticidade do conceito. É sintomático, no entanto, que muitas dessas combinações se façam entre categorias aparentemente opostas, como nos casos de “cosmopolitismo vernacular”, “cosmopolitismo enraizado” ou “cosmopolitismo colonial”, para mencionar apenas três exemplos.<sup>22</sup>

Os debates académicos pós-modernistas da década de 1990 ampliaram o alcance heurístico do conceito e estabeleceram um novo paradigma: há vários tipos de cosmopolitismo e eles encontram-se um pouco por todo o lado e entre os mais variados grupos sociais. Contudo, e independentemente das correntes teóricas adoptadas, as discussões académicas falam sistematicamente do cosmopolitismo num tom celebratório. E apesar de terem alcançado uma visão plural e uma maturidade interpretativa consideráveis, não têm dado grande atenção ao modo como esse conceito é utilizado, ma-

---

22 Sobre estas acepções do conceito, ver Homi Bhabha, «Unsatisfied: notes on vernacular cosmopolitanism» In *Text and Nation. Cross-Disciplinary Essays on Cultural and National Identities*, Laura García-Moreno, Peter C. Pfeiffer (eds.), Camden House, London, 1996, 191-207; Pnina Werbner, «Vernacular Cosmopolitanism», *Theory, Culture & Society*, 23(2-3) (2006) 496-498; Kwame Anthony Appiah, «Rooted Cosmopolitanism» In *The Ethics of Identity*, Princeton University Press, Princeton, 2005, 213-272; Peter van der Veer, «Colonial Cosmopolitanism» In *Conceiving Cosmopolitanism. Theory, Context, and Practice*, Steven Vertovec, Robin Cohen (eds.), Oxford University Press, Oxford, 2002, 165-179.

nipulado e capitalizado localmente, do ponto de vista *emic*, na construção e reconstrução de identidades regionais e, em particular, de identidades insulares. A ilha de São Vicente é um bom campo para essa exploração, como procuro aqui sugerir. Mas antes de avançar algumas considerações a esse respeito e ensaiar mais uma outra terminologia – *cosmopolitismo insular* – atentemos noutras ponderações.

É hoje ponto assente que o cosmopolitismo não é apanágio das elites. Pode ser também percebido e experienciado pela classe trabalhadora, pobres, migrantes, refugiados. Também sabemos que não é consequência ou conquista do século XVIII, nomeadamente do Iluminismo, e menos ainda atributo exclusivo do Ocidente. Está presente nas mais diversas regiões do mundo e desde há muito, em tempos e sociedades pré-coloniais.

À semelhança de outros autores, Appadurai<sup>23</sup> sublinhou que o cosmopolitismo não é um privilégio somente das elites. Esta concepção, ainda assim bastante vulgarizada e corrente, assenta numa outra – que toma o cosmopolitismo como um conhecimento do mundo que vai para lá dos horizontes imediatos e que decorreria de determinadas capacidades, da literacia à facilidade de viajar, que permitiriam esse alargar de horizontes e experiências – concepção essa que pressupõe um contraste entre cosmopolitismo e enraizamento. Ao falar de enraizamento (*rootedness*), Appadurai usa também a palavra “provincialismo” (*provincialism*) para designar a ligação com o seu próprio grupo, país, língua ou mesmo classe, e a falta de interesse em cruzar essas barreiras. Estes seriam os antípodas do cosmopolitismo.

A partir do caso de Mumbai, a segunda maior cidade da Índia, Appadurai propôs uma nova terminologia. Para este autor, existe outro tipo de cosmopolitismo, que vem de baixo (*cosmopolitanism from below*), que tem em comum com o cosmopolitismo “canónico” a necessidade de expandir os horizontes individuais e culturais e um desejo de conexão com um mundo mais vasto, mas que, ao invés de reflectir certos privilégios de inclusão, deriva da exclusão. Este cosmopolitismo não nasce de uma vontade deliberada, é uma necessidade para os estratos sociais mais baixos e subalternos, é uma reacção à sua marginalidade e exclusão.

Acauteladas as devidas ressalvas quanto às diferenças entre as duas cidades, podemos, contudo, afirmar que o cosmopolitismo cliché que Appadurai identifica em Mumbai – e ao qual contrapõe o seu *cosmopolitanism*

---

23 Arjun Appadurai, «Cosmopolitanism from below: some ethical lessons from the slums of Mumbai» In *The Future as Cultural Fact. Essays on the Global Condition*, Verso, London, 2013, 197-214.

*from below* – é do mesmo tipo daquele que se verifica no Mindelo – e ao qual eu pretendo contrapor o *cosmopolitismo insular*. O exercício comparativo que quero fazer é duplo: não só existe um cosmopolitismo cliché em ambos os casos, como o sentido reactivo do “cosmopolitismo de baixo” de Mumbai assemelha-se ao efeito de reacção do *cosmopolitismo insular* do Mindelo. Este é igualmente uma forma de reagir à marginalidade e exclusão, ainda que de outra natureza que não a classe social. Portanto, e frisando uma vez mais as diferenças, em Mumbai, como no Mindelo, o cosmopolitismo da coexistência cultural e do contacto intercultural nada tem que ver com os ideais universalistas do Iluminismo europeu e é um cliché, mas é possível observar outro tipo de cosmopolitismo, com outros contornos e propósitos. De facto, os pontos em comum ficam por aqui. Na realidade, e no que diz respeito à existência efectiva de valores cosmopolitas, as semelhanças são só aparentes. Appadurai descreve as dinâmicas de uma grande metrópole cuja composição social não podia ser mais diversificada, reflexo de um país que é um mosaico multicolor mas estilhaçado e tenso, composto por muitas e variadas culturas, religiões, línguas, etnias, classes sociais. Isto está longe de ser o caso da pequena cidade do Mindelo que, apesar das suas assimetrias de classe, não tem cicatrizes fracturantes e mantém uma certa homogeneidade e paz social.

Retomando um termo usado por Appadurai e referido acima – *provincialism* – será interessante notar que o vocábulo inglês para insularidade (*insularity*) designa não apenas a condição de insular (tendo ilha como raiz etimológica), mas também significa desinteresse ou ignorância relativamente a ideias, culturas e povos diferentes. Esta limitação de espírito (*narrow-minded*) – significado tanto de *insularity* como de *provincialism* –, este ensimesmamento, poder-se-ia identificar como um traço social característico de São Vicente, assim como de outras pequenas ilhas e comunidades insulares. Não estou com isto a querer afirmar qualquer inferioridade, mas tão somente a realçar um certo sociocentrismo ou localismo bastante comum em meios pequenos e insulares. E para evitar qualquer espécie de excepcionalismo cabo-verdiano, convém lembrar que o carácter cosmopolita já foi observado em inúmeros lugares, nomeadamente em cidades-porto, seja na Europa, nas Américas, em África ou na Ásia.

Ao desenvolver a sua teoria da história conectada, o historiador indiano Sanjay Subrahmanyam também sustentou que o cosmopolitismo não é uma característica do Ocidente e tem particular expressão em cidades por-

tuárias.<sup>24</sup> E na verdade, as histórias conectadas revelam bem o processo de formação do cosmopolitismo. Não é difícil compreender que as cidades-porto, enquanto plataformas de rotas transoceânicas à escala global, com o seu fluxo de pessoas, mercadorias, ideias e experiências, se constituam como eixos de contacto fulcrais entre diferentes culturas. As ilhas – e determinados arquipélagos como é o caso de Cabo Verde – situam-se muitas vezes em localizações estratégicas que servem objectivos comerciais e geopolíticos externos e acabam por gerar novas configurações sociais e culturais.

Com efeito, ilha e cidade-porto pode emergir como uma junção perfeita para a marcha cosmopolita. Foi o que aconteceu em São Vicente. Mas aconteceu algo mais, e devido também a essa localização estratégica. Cabo Verde é resultado de um processo de criouliização, é uma sociedade que nasceu justamente do cruzamento desses diferentes trânsitos e rotas. O povo cabo-verdiano é um povo crioulo, fruto de contactos e misturas, de encontros e cruzamentos entre diferentes povos e culturas.

Neste contexto, também não é novidade a articulação entre cosmopolitismo e criouliização.<sup>25</sup> Ambos os conceitos pressupõem movimento e mistura. Françoise Lionnet<sup>26</sup> propõe repensar ambas as categorias, numa perspectiva de convergência (e não de oposição, como é mais comum e habitual), a partir do caso das regiões insulares do Oceano Índico. A autora chama ainda a atenção para o papel crucial que as histórias marítimas desempenham na construção de identidades culturais.

É na esteira destes contributos que sugiro então, para o caso de São Vicente, a equação de um outro tipo de cosmopolitismo: o *cosmopolitismo insular*. É da conjugação entre diferentes factores – da sua localização geoestratégica à sua história marítima, da sua condição insular e arquipelágica à sua matriz crioula, do seu isolamento físico e social à sua tradição diaspórica, da sua memória local à sua identidade regional – que nasce este *cosmopolitismo insular*.

---

24 Veja-se o seu recente artigo: Sanjay Subrahmanyam, «The Hidden Face of Surat: Reflections on a Cosmopolitan Indian Ocean Centre, 1540-1750» *JESHO – Journal of the Economic and Social History of the Orient* 61(1-2) (2018) 205-255.

25 Veja-se, por exemplo, Françoise Vergès, «Vertigo and Emancipation, Creole Cosmopolitanism and Cultural Politics», *Theory, Culture & Society* 18(2-3) (2001) 169-183.

26 Françoise Lionnet, «Cosmopolitan or Creole Lives? Globalized Oceans and Insular Identities», *Profession*, (2011) 23-43.

## Notas finais

O *cosmopolitismo insular* a que me refiro não pretende apartar ou resolver as diferentes perspectivas analíticas acerca dos processos de construção e reivindicação identitária em Cabo Verde. É mais uma abordagem e um subsídio para esse debate. Creio que se trata de outra faceta das ambivalências identitárias que caracterizam Cabo Verde e que já abordei noutra ocasião.<sup>27</sup> Também não esgota, de forma nenhuma, as vias interpretativas para o caso mindelense. Mas tenta oferecer uma síntese de várias dimensões da história e vida local que permita aprofundar o conhecimento sobre a identidade insular dos são-vicentinos.

Como espero ter ficado explícito, este *cosmopolitismo insular* tem por base uma estreita articulação entre identidade e memória. Ora, como é sabido, a memória é sempre fragmentada e parcial. A memória social é selectiva mas os usos que hoje se fazem do passado elucidam acerca daquilo que se quer recordar e fixar, por oposição ao que se tenta esquecer ou apagar. A selectividade da memória alia-se assim a processos de construção identitária, apontando tendencialmente para o que se deseja e nem sempre para o que se foi ou é. E à medida que se afirma uma memória que enaltece o passado, vai-se afirmando também uma identidade para o presente.

Desde o final do século XIX até meados dos anos 50 do século seguinte, viveu-se em São Vicente uma era de prosperidade que trouxe à cidade-porto viajantes dos quatro cantos do mundo e que fez com que ali aportassem influências de várias paragens. Este facto desencadeou interacções sociais e culturais várias que marcaram as formas de ser e estar dos ilhéus, o que, por sua vez, criou uma auto-representação que se foi reproduzindo ao longo dos tempos, mesmo quando o cenário era já outro e apesar das inúmeras transformações sociais e políticas que se registaram no arquipélago. Mesmo depois do declínio do movimento portuário, continuaram a chegar à ilha vozes de fora, fosse em formato de literatura, música ou ideais. E assimilava-se o que o Outro tinha de interessante. Além da paisagem social da ilha, o cosmopolitismo caracterizou em especial uma certa *intelligentsia*, a elite letrada dos *claridosos*. Estes intelectuais crioulos projectavam a sua ilha e o seu povo no mundo, a partir do que recebiam do mundo na sua pequena ilha.<sup>28</sup>

---

27 Carmo Daun e Lorena, «Ambivalências identitárias em Cabo Verde: da história à etnografia». *Análise Social* L-217 (2015) 784-808.

28 Não é surpreendente esta inclinação cosmopolita dos intelectuais crioulos. Veja-se a propósito dos das colónias francesas, Françoise Vergès, *op. cit.*

E poder-se-ia dizer que o *cosmopolitismo insular* ficou impresso nas obras literárias que produziram e no reflexo que nelas teve o ideário luso-tropicalista. Mas também contribuíram para disseminar a ideia de que São Vicente era uma ilha cosmopolita, aberta ao mundo e aos outros. Em São Vicente, o contacto intercultural, directo ou indirecto, moldou visões do mundo e sentimentos de pertença, e não só não inibiu como reforçou o enraizamento cultural dos ilhéus.

Este cosmopolitismo intensamente propalado contrasta com o forte enraizamento cultural que o mindelense cultivava sobre o seu arquipélago e especialmente sobre a sua ilha, e com um traço peculiar que denominei de auto-referencialidade,<sup>29</sup> que pretende dar conta de uma propensão acentuada entre os são-vicentinos para se falar muito da terra e para recorrer à realidade local de forma a enaltecer a sua especificidade. Assemelha-se a um auto-centramento mas não se reduz a isso e é um dispositivo essencial na construção de uma memória colectiva e de uma identidade comum. O *cosmopolitismo insular* abarca todas essas nuances e liga-se ainda a uma certa noção de autoctonia. E procura, no fundo, transcender o isolamento insular e combinar o particularismo regional e local com o universalismo mundial e global. Ecoa as memórias locais, projecta uma identidade regional e mescla o ensimesmamento ilhéu com o desejo de abertura ao mundo. E assim, o *cosmopolitismo insular* é um meio de produção e afirmação de uma memória colectiva local e de uma identidade insular regional.

Não obstante as suas diferentes versões e modalidades, o cosmopolitismo convoca invariavelmente, uma relação com o Outro, com a alteridade. Em São Vicente, esta relação fez-se de várias formas, umas vezes de observação e assimilação, outras vezes de copresença e separação, outras de contacto próximo e troca de experiências. Todos estes fenómenos sociais, diversos entre si, foram vistos como cosmopolitismo. E por vezes, esse desígnio cosmopolita é também comprovado com factos históricos mais duros e castigadores. O tráfico de escravos, a baleação, a emigração, são também apontados para confirmar esse cosmopolitismo cabo-verdiano.

As dinâmicas comerciais das cidades-porto geraram configurações sociais e culturais cuja especificidade não pode ser desligada dos contextos históricos e ideológicos em que ocorreram. Mesmo após o desaparecimento

---

29 Veja-se, em particular, o capítulo V da minha dissertação de doutoramento (*Classe, memória e identidade em Cabo Verde: uma etnografia do carnaval de São Vicente*, Tese de doutoramento. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018).

ou a profunda alteração dessas conjunturas, e mesmo depois de muitos povos visitantes rumarem para outras paragens para nunca mais voltarem, os povos anfitriões permaneceram os guardiões desses legados. As formações sociais daí resultantes também se alteraram, mas mantiveram essas heranças na sua matriz sociocultural. E esse passado, real e ficcionado, influencia profundamente as representações identitárias dos ilhéus, e em particular dos ilhéus das cidades-porto.

O passado de contactos e relações interculturais, que num contexto muito particular e delimitado, transformou São Vicente numa ilha cosmopolita, moldou igualmente a forma como os são-vicentinos se foram vendo a si próprios e a reprodução social desse imaginário cosmopolita – relativo tanto à história da ilha, como ao são-vicentino – foi-se fazendo não apenas através da experiência vivida e da história local, mas também mediante outros suportes, da literatura regional à promoção turística internacional.

As ilhas, em especial aquelas dos pequenos países insulares como Cabo Verde, tendem a ser vistas como as margens de um sistema-mundo e como irremediavelmente isoladas, quer física quer socialmente. O cosmopolitismo dos ilhéus, ao colocar em evidência a circulação (de pessoas, bens, ideias), desafia as interpretações mais comuns sobre centros e periferias, mostrando que a história conectada é mais do que uma corrente teórica, é também uma história partilhada. E, acima de tudo, uma história vivida, ontem e hoje, pelos ilhéus.

A insularidade de Cabo Verde não é apenas geográfica. A estrutural dependência financeira e económica de Cabo Verde face ao exterior, a inacessibilidade de comunicação e transporte entre as ilhas, são outros dos factores que contribuem para o isolamento do arquipélago. Este cosmopolitismo, recordado, reafirmado, é também uma forma de contrariar esse isolamento, mesmo que seja à custa de uma imagem já desfocada e longínqua, que sobrevive à sombra do passado...



## A ILHA GRACIOSA NOS RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS (SÉCULO XIX)

Susana Serpa Silva<sup>1</sup>

Universidade dos Açores/CHAM/FCSH

*susana.pf.silva@uac.pt*

**Palavras-chave:** Ilha Graciosa; Literatura de viagens; Século XIX.

### Nota Introdutória

A literatura de viagens, que abrange uma grande amplitude de categorias (diários, relatos, crónicas, cartas, ensaios científicos, entre outros), não se reporta somente aos estudos literários, sendo muito utilizada, como fonte, pela historiografia. Como, e bem, referiu António Andrade Moniz “a *literatura de viagens*, enquanto expressão da experiência humana de deambulação e de encontro físico e cultural com a pluralidade de espaços, está particularmente vocacionada, mais do que qualquer outro género ou subgénero, para o diálogo intercultural com todas as ciências”<sup>2</sup>. Logo, a História não é exceção, não obstante a necessária salvaguarda de um espírito crítico na análise deste tipo de testemunhos, por vezes descritivos e rigorosos; por

---

1 Investigadora integrada do CHAM Açores, núcleo do CHAM – Centro de Humanidades (FCSH – Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores).

2 António Manuel de Andrade Moniz, “Ciência e paraciência na literatura de viagens”, in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 14, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p. 15.

vezes subjetivos, imprecisos e presos a juízos de valor. Os textos da literatura de viagens confrontam o sujeito, individual e colectivo, com a problemática central da identidade/alteridade, ou seja, o eu e o outro, pelo que nem sempre se tratam de narrativas ou visões estritamente científicas<sup>3</sup>, mas resultantes de interpretações e impressões pessoais e, até, em alguns casos, sustentadas em escritos e relatos anteriores, ou seja, em fontes nem sempre fidedignas ou isentas de erros.

Como aponta Elisa Freitas Schemes, quando se estudam relatos de viagens, é necessário atentar para o “universo cultural” do viajante<sup>4</sup> e, mais ainda, para as motivações e propósitos da viagem, sempre que possível. Logo, serão forçosamente diferentes os relatos dos visitantes que viajam por prazer e lazer ou por motivos de saúde, daqueles que o fazem por curiosidade científica e, portanto, com o intuito de conhecer e estudar fenómenos naturais.

No caso da literatura de viagens sobre as ilhas dos Açores, no século XIX, deparamos com diferentes tipologias e com múltiplas situações no que se refere aos próprios viajantes. Por isso, podemos distinguir os registos dos naturalistas que demandaram o arquipélago em busca das suas paisagens, dos fenómenos vulcânicos, das riquezas geológicas e termais, das características biológicas ou meteorológicas, legando-nos relatos com alguma cientificidade; dos registos de outros viajantes (marinheiros, oficiais, jornalistas, doentes em busca de uma cura ou simples *touristes*) que a par de inúmeras observações sobre a geografia e a natureza insulares, se dedicaram também a descrever e a analisar a vida económica, a organização social, os costumes e o quotidiano. Nestes casos, deparamos com uma maior subjectividade, bem como com olhares etnocêntricos a roçar, por vezes, o preconceito.

Importa também especificar que nem toda esta literatura de viagens resultou, exactamente, da visita ou permanência nas ilhas açorianas. Há relatos que decorrem da experiência vivida e observada e que se traduzem em testemunhos na primeira pessoa, mas também há registos que repetem leituras efectuadas ou transmitem informações recolhidas, de um “ouvir dizer” que nem sempre alicerça, com rigor, as questões analisadas. Por isso, também importa ter em conta o leitor a que se destina a obra e, sobretudo,

---

3 Idem, p. 20. Cf. também Maria do Céu Fraga, “Literatura de Viagens: quando nós somos o outro”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.º 20, 2011.

4 Elisa Freitas Schemes, “A literatura de viagens como género literário e como fonte de pesquisa”, in *XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: velhos e novos destinos*, Florianópolis, p. 1. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439245917\\_ARQUIVO\\_2.ARTIGOANPUH2015Elisa-Final.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439245917_ARQUIVO_2.ARTIGOANPUH2015Elisa-Final.pdf)

o tempo em que foi escrita: se durante a viagem ou logo a seguir a esta (o que a torna mais fiável); se muito tempo depois, o que significa um maior distanciamento face aos acontecimentos e observações, ficando o registo à mercê da revisão da memória<sup>5</sup>.

Como referimos, anteriormente, no decurso de oitocentos, inúmeros viajantes, preferencialmente de origem britânica ou norte-americana, além de suecos, franceses e italianos, visitaram ou permaneceram em algumas ilhas dos Açores, com destaque para o Faial, o Pico, Flores, S. Jorge e S. Miguel, dada a sua importância, dimensão e localização geográfica, no conjunto do arquipélago. Havia, portanto, ilhas mais visitadas e, por consequência, o número de relatos é mais abundante para umas, em detrimento de outras. Ainda assim, alguns viajantes incluem dados relativos às ilhas mais pequenas, mas que resultam, amiúde, de fonte indirecta. Outros, porém, focaram-se apenas nas ilhas que visitaram e não deixaram qualquer referência às restantes. O itinerário dependia da rota do navio e da possibilidade ou não de obter transporte para as ilhas de menor dimensão. Apesar de algumas estadas serem longas, nem sempre era exequível a passagem ou permanência em todas as ilhas. Por tudo isto, e pela sua situação mais periférica, a ilha Graciosa é, no conjunto do arquipélago, uma das menos contempladas pela literatura de viagens, do século XIX, relativa aos Açores. Não são, pois, muito numerosas estas narrativas, sobrelevando, entre as poucas que existem, as de alguns naturalistas que, atraídos pela Furna do Enxofre, desembarcaram e visitaram a chamada Ilha Branca.

### **A Graciosa nos relatos de viajantes estrangeiros do século XIX**

No seguimento do que acabamos de observar, a conhecida obra da autoria dos irmãos britânicos Joseph e Henry Bullar, resultante da estada de ambos, nos Açores, em 1838-39<sup>6</sup>, é um exemplo das que não incluem quaisquer referência à ilha Graciosa, mas também às da Terceira e Santa Maria. No entanto, abarca as Flores, o Corvo e S. Jorge, conferindo grande destaque ao Faial, ao Pico e à ilha de S. Miguel, onde, em particular, permaneceram

---

5 Cf. Mary A. Junqueira, “Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador”, in *Cadernos de Seminários e Pesquisa*, FFLCH, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002663470>

6 Joseph and Henry Bullar, *A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas*, Londres, John Von Voorst, Paternoster Row, 1861.

por longo período. A jornalista norte-americana Alice Baker que publicou, em Boston, em 1882, *A Summer in the Azores with a Glimpse of Madeira* — relato resultante da sua fugaz passagem pelo arquipélago —, sublinhou a escassez de estudos sobre a vida nos Açores, considerando que estas ilhas, e até mesmo Portugal, eram pouco conhecidos e, por vezes, esquecidos pelos viajantes. Não obstante, Baker previa que, com o aumento do número de navios e carreiras de vapores americanos, os Açores se tornariam numa “apetecida estação de repouso a meio caminho da grande rota das viagens para a Europa”<sup>7</sup>. Sobre a Graciosa, as suas observações foram tão sumárias quanto rápido foi o avistamento da ilha, ao largo, numa sexta-feira, 15 de Agosto. Classificou-a como “le plus gentil des îles”, conforme lhe tinha assegurado um francês que seguia a bordo. A ilha Branca afigurou-se-lhe como “uma bonita ilhazinha, mas sem especiais atractivos para o turista”<sup>8</sup>. Na opinião desta jornalista, o maior problema das pequenas ilhas residia na falta de bons portos de abrigo e de alojamentos para os visitantes. Esta afirmação nada tem de surpreendente, pois idênticos reparos surgem nos testemunhos de outros viajantes, sobretudo em relação à escassez ou má qualidade das acomodações, mesmo nas ilhas mais populosas e de maior dimensão.

Já para o capitão italiano Enrico d’Albertis, que deixou um interessante testemunho sobre os Açores, datado de 1888, os ventos desfavoráveis, sobretudo quando rondavam a sul, impediam a ancoragem na ilha Graciosa, levando os viajantes, como ele, a rumarem a S. Jorge<sup>9</sup>. Portanto, fosse pela falta de transportes ou de infraestruturas; fosse pelas próprias condições naturais, a ilha Graciosa não era das mais visitadas. Ainda assim, há testemunhos de passagens e de algumas permanências nesta pequena ilha, que procuramos descortinar, seguindo um critério cronológico e naturalmente não exaustivo.

Em 1802, Jean-Gustave Hebbe, oficial da marinha sueca publicou uma *Descrição das Ilhas dos Açores*<sup>10</sup>, a que chamou ilhas Terceiras. Ao que tudo indica, terá passado pelo arquipélago numa viagem com destino ao Brasil, mas terá recorrido também a testemunhos de finais do século XVIII, escritos por outros viajantes estrangeiros. Além de apreciações gerais sobre o clima e a situação geográfica, deixou uma descrição de cada ilha, em particular,

---

7 Alice Baker, *Um Verão nos Açores e a Madeira de relance – I*, Angra do Heroísmo, Tipografia Andrade, Separata do vol. 16 do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, p. 1.

8 Idem, p. 38.

9 Enriço Alberto d’Albertis, *Crociera del Corsaro alle Azzore*, Milano, Fratelli Treves, Editori, 1888, p. 183.

10 Jean-Gustave Hebbe, *Description dès Îles Açores*, Stockholm, s/ n., 1802.



Fig. 1 – O Capitão Enrico Alberto d'Albertis a bordo do seu iate<sup>11</sup>.

incorrendo em alguns erros, como o de indicar a ilha do Pico como a maior do arquipélago. Referindo-se à Graciosa diz ser uma ilha pequena, que teria 3.000 habitantes e cujo principal comércio residia na venda de trigo e de algum vinho de fraca qualidade. Enquanto o número de residentes se afigura incorreto, pois no século XVIII a Graciosa já ultrapassava os 5.400 habitantes e, em 1844, rondava os 9.500<sup>12</sup>, já as referências à produção vinícola parecem corresponder à verdade. De acordo com Félix José da Costa, membro efetivo da Junta Geral Administrativa do Distrito de Angra do Heroísmo e oficial da Secretaria Geral do Governo Civil do mesmo distrito, em publicação dada ao prelo em 1845, os vinhos graciosenses, que antes eram convertidos em aguardente, exportada para o Brasil e territórios africanos, continuavam a ser “muito ordinários”, pelo que, neste tempo, só eram escoados para as ilhas da Terceira e de S. Miguel, “por um preço assaz diminuto”, continuando a converter-se em aguardente e angelica. As causas da diminuta qualidade estariam associadas “ao pouco cuidado e método de colheita e conservação”<sup>13</sup>, a que se seguiram, mais tarde, as pragas do *oidium* e da filoxera, à semelhança das demais ilhas<sup>14</sup>.

11 Fonte: <http://www.museidigenova.it/it/museinl/4750/body>

12 Veja-se Susana Goulart Costa, *Graciosa: a ilha esquecida*. Disponível em: <https://www.iac-azores.org/iac2018/projetos/IPIA/graciosa/santacruz/graciosa-ilha-esquecida.html>

13 Félix José da Costa, *Memória Estatística e Histórica da Ilha Graciosa*, Angra do Heroísmo, Imprensa de Joaquim José Soares, 1845, p. 112.

14 J. G. Reis Leite, “Graciosa (ilha)”, entrada da *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=5714>

Prosseguindo com a narrativa de Hebbe, este transcreve um relato que retirou da obra do célebre Chateaubriand, dada ao prelo, em Londres, em 1797, com o título *Essai historique, politique et moral sur les Révolutions anciennes et modernes*<sup>15</sup>. O autor citado que visitou a Graciosa em 1791 revela o testemunho de vários padres franceses, e em especial, de um jovem sacerdote britânico, convertido ao catolicismo, que ao rumarem às Américas se detiveram nestas paragens. Descreveram-na como uma ilha de pequenas colinas, coberta de rama de trigo, espalhado em campos simetricamente divididos por muros de pedra vulcânica. Inúmeras figueiras selvagens, com as suas flores violetas, sobressaíam entre os campos e por trás dos telhados vermelhos da pequena vila de Santa Cruz<sup>16</sup>. O padre britânico e o segundo capitão, em busca de água e mantimentos, acabaram por decidir ir a terra onde, junto à costa, avistaram numerosos moinhos. A proximidade dos viajantes terá alarmado a população, que parecia desconhecer a bandeira tricolor da França. Porém, quando se aperceberem de que eram europeus e não indivíduos oriundos de Alger ou Tunis<sup>17</sup>, receberam-nos com grande alegria e todos os habitantes de Santa Cruz acorreram para os ver! Foram recebidos pela principal autoridade insular, que permitiu que comprassem o que tinham de mais necessidade, e por um monge, oriundo de Jersey, que aqui ficara, na sequência de um naufrágio. Assim descreveram num tom pitoresco:

*Metade da Graciosa, sem qualquer exagero, parece povoada de moinhos pertencentes a grande parte da população. Entre esta, avistamos numerosas e atraentes mulheres. À noite, serviram-nos um excelente jantar, bem regado com Fayal e logo de manhã fomos à missa. Na igreja estavam muitos devotos que, no fim do santo sacrifício, beijaram religiosamente a manga da batina do padre, que oferecia o braço solenemente depois de uma noite de vinho e de deboche. Pouco depois, regressamos a bordo*<sup>18</sup>.

De acordo com Félix José da Costa, por meados de oitocentos, eram numerosos os chefes de família e proprietários (num total de 1253 indiví-

---

15 Cf. Jean-Gustave Hebbe, *ob. cit.*, pp. 316-322.

16 De acordo com Félix José da Costa, ainda por meados do século XIX, o trigo e as figueiras faziam parte da paisagem graciosense. Cf. Félix José da Costa, *ob. cit.*, p. 38.

17 A ilha Graciosa sofreu, por várias vezes, ataques de corsários argelinos. Em 1623, por exemplo, a ilha foi mesmo invadida e os habitantes defenderam-se e resistiram com valentia. Nos finais de setecentos, mais propriamente em 1691, terá havido lugar a uma nova investida, na vila da Praia, desta vez por “americanos ingleses”, que tendo vindo negociar no ano anterior, foram recebidos como amigos. Porém, acabaram por se exceder, pilhando e roubando as alfaias da própria Igreja. Cf. Félix José da Costa, *ob. cit.*, p. 133.

18 Cf. Jean-Gustave Hebbe, *ob. cit.*, pp. 321-322.

duos), entre a sociedade da ilha, revelando as mulheres “uma fisionomia agradável e estatura ordinária”. Abundavam também as igrejas e ermidas e, naturalmente, os preceitos e rituais religiosos<sup>19</sup>.

Uma década mais tarde em relação à passagem de Hebbe, o britânico Briant Barrett permaneceu nos Açores, entre 1812 e 1814, visitando 7 das 9 ilhas. O seu manuscrito, guardado por muitos anos na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, foi finalmente publicado, em 2017, após um árduo trabalho de tradução<sup>20</sup>. Pouco se sabe acerca deste viajante que diz ter vindo aos Açores para convalescença, mas que acabou por fazer uma autêntica expedição à descoberta das ilhas. É da sua autoria, o mais completo testemunho que encontramos sobre a ilha Graciosa. Em pleno verão, para aproveitar o bom tempo, Barrett partiu, do Faial, num barco de dez toneladas, carregado de cerâmica de Santa Maria e de Lisboa, com destino à vila da Praia. Após uma viagem que se revelou bem mais atribulada do que seria de esperar, em virtude da força do vento, chegaram sem acidentes, mas debaixo de um enorme susto. Já em terra, Briant Barrett foi recebido pelo Capitão-Mor, Bartolomeu Álvaro de Bettencourt<sup>21</sup> e toda a sua família. No seu entender, este era quase um “rei” nesta pequena ilha, da qual possuía um terço da superfície. As rendas das suas propriedades, tendo em conta o preço do cereal, em 1813, permitiam-lhe auferir nunca menos de 7.000 libras anuais<sup>22</sup>.

Depois deste à parte, Barrett descreve com minúcia a vila da Praia, o areal e a costa, bem como o ilhéu, anotando que os norte-americanos eram os únicos que tinham bons mapas destas ilhas, por virem com frequência caçar baleias nestes mares. Por isso, não hesitavam em navegar perto de terra, em sítios bastante perigosos e repletos de rochedos, como sucedia nesta ilha Graciosa. Prosseguindo com a sua visita, o inglês encantou-se por uma

---

19 Félix José da Costa, *ob. cit.*, pp. 52 e 57.

20 Cf. Nota Prévia e Prefácio de Briant Barrett, *Relato da Minha Viagem aos Açores (1812-1814)*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, 2017.

21 Era filho do alferes José Francisco de Bettencourt (bisneto de Gaspar Garcia Baleeiro e de sua mulher Bárbara da Silva de Mendonça), casado com D. Clara Maria de Bettencourt, filha de Manuel de Bettencourt Frazão e de sua 1.ª mulher D. Maria de Bettencourt. Bartolomeu Álvaro de Bettencourt, que viveu entre 1759 e 1818, era capitão-mor das ordenanças da Graciosa, desde 1795, o que justificou a sua nobreza em 1805. Casou com D. Joaquina da Corte Celeste Gil da Silveira, filha herdeira de José António da Cunha e Silveira, escudeiro e cavaleiro fidalgo da casa real (por alvará de 12 de Fevereiro de 1778), a quem foi passada a carta de brasão de armas, a 25 de Janeiro de 1719. Bartolomeu Álvaro de Bettencourt e sua esposa foram pais do 1.º Barão da Fonte do Mato, António Cunha da Silveira de Bettencourt, igualmente capitão-mor da Praia. Cf. Manuel Lamas, “Fonte do Mato, Barões e Viscondes da”, entrada da *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=7041>

22 Briant Barrett, *ob. cit.*, p. 200.

nascente a cerca de meia légua a sul, não muito longe da Ponta dos Homiziados — a qual ele próprio denominou de Formosa. Junto dela os locais juntavam-se para beber água e lavar roupa<sup>23</sup>. A caminho da aldeia do Carapacho, onde encontrou a nascente de água quente, pôde vislumbrar as terras do interior, junto às montanhas, que produziam muito linho. Na aldeia, mediu a temperatura da água e foi informado, pelo homem que a transportava em baldes “para umas paupérrimas casas de banho, onde havia banheiras”, que esta tinha a fama de abrir o apetite e que era recomendada às mulheres em “certas ocasiões”<sup>24</sup>. A maior parte da terra estava plantada com vinha e existia um forte com dois canhões que só eram disparados, como em quase todas as ilhas, por homens condenados. De regresso à Praia avistara a Serra Branca e a sul os melhores vinhedos da ilha<sup>25</sup>.

Depois da visita à aldeia de Nossa Senhora de Água de Lupe ou Guadalupe (cujo culto, na Península Ibérica, remontará ao tempo dos visigodos), o viajante assistiu à coroação de dois Imperadores em Nossa Senhora da Vitória. Além de descrever os rituais e as vestes dos foliões, Barrett não foi nada elogioso para com os cânticos em honra do Espírito Santo. Achou os sons “horríveis”, dizendo, com humor e alusão aos hábitos etílicos:

*A composição é espontânea e executada com mais ou menos fervor, de acordo com o génio poético do cantor. A sua devoção dependia, também, da quantidade de rum do Brasil que ele tivesse tomado, naquela altura*<sup>26</sup>.

Nas palavras de Félix da Costa, o povo da Graciosa era, naquele tempo,

*(...) amigo da caça, e dos recreios da pesca, assim como se entretém com o teatro, e se entrega a diferentes folgares, único descanso de suas fadigas diárias. Estes consistem em romarias, onde aparece grande concurso de todas*

---

23 Félix José da Costa menciona, não uma Ponta, mas os Ilhéus dos Homiziados, adjacentes à vila da Praia. Quanto à nascente, apelidada de Formosa, parece-nos ser a fonte da Rocha, a que se refere Félix da Costa, dizendo estar colocada a les-sueste da vila, correndo a água para um pequeno depósito que, ao formar uma piscina, permitia a lavagem de roupa. Apesar da água ser pesada e pouco sabrosa, era dela que bebiam os moradores dos Fenais e da Portela. De resto, algum gado também ia ali beber. Cf. *ob. cit.*, pp. 3 e 18-19.

24 Mais de 30 anos depois de Barrett, Félix José da Costa designava estas águas termas como “águas novas” que, então, se reputavam de sulfúreas, com misto de férreas e nitrosas. Segundo o então oficial da Secretaria do Governo Civil de Angra, dadas estas propriedades, com reflexos na limpeza de peças em ouro, por inícios do século XIX havia-se começado a recorrer a banhos, que se iam tornando profícuos no curativo de reumatismo, problemas cutâneos e moléstias nervosas. Em sua opinião, devia a Câmara Municipal da Praia, tratar dos melhoramentos do local, por ser de conveniência pública. Cf. *ob. cit.*, p. 25.

25 Briant Barrett, *ob. cit.*, pp. 202-203.

26 *Idem*, p. 206.

*as classes do povo, (...). Originam também muitos divertimentos, as festas do Espírito Santo, desde a Páscoa até domingo da Trindade, que se compõem de charambas, que abrangem muitas variedades de bailes com des-cantes e cantatas próprias de cada um, o que muito deleita este belo povo<sup>27</sup>.*

Seria, certamente, a estes cantares à desgarrada que se referiu, com estranheza, Briant Barrett. Todavia, apesar da crítica e da ironia, ficou bem impressionado com as festividades em honra do Divino, considerando que o espectáculo a que assistiu na Vitória tinha sido verdadeiramente agradável. Vira reunir cerca de 700 trabalhadores pobres a quem foi oferecido sopa, carne de vaca, pão e hortaliças, em grande abundância. Além disto, cada adulto recebeu um pão de milho e vinho, cabendo a cada criança metade da quantidade dos mesmos produtos.

A vila de Santa Cruz, capital da ilha, é igualmente descrita, com pormenor, na obra de Barrett, desde o convento dos Franciscanos, aos edifícios da bonita praça, a cadeia, a Capela de Santo André, a Igreja Matriz, que caracterizou nestes termos:

*A Igreja Matriz de Santa Cruz está em bom estado de conservação e é bem ornamentada, com pinturas muito antigas de grande valor; as colunas da nave são redondas.*

*Esta Igreja situa-se do lado sudeste da praça. No centro desta existe um grande tanque de água, cercado por um muro<sup>28</sup>.*

Referindo-se ao povo graciosense, Barrett fala de uma população trabalhadora, por não haver sequer um único acre de terra que não estivesse aproveitado. São suas as seguintes palavras:

*A pequena ilha Graciosa, com menos de cinco léguas de circunferência, produz, anualmente, para mais de 10.000 moios (...) de cereais de várias espécies, tais como: trigo, milho, cevada, e feijão, ervilhas e tremoços, sendo uma quantidade destes exportados para outras ilhas. Uma população com cerca de 10.000 habitantes (...) gasta cerca de 2.000 pipas de vinho, vinho este que é produzido na própria ilha<sup>29</sup>.*

---

27 Félix José da Costa, *ob. cit.*, pp. 56-57.

28 Briant Barrett, *ob. cit.*, p. 209.

29 *Ibidem*, p. 210. Também Félix da Costa enaltece o carácter laborioso dos graciosenses e a sua dedicação às tarefas agrícolas. Por meados de oitocentos, em toda a ilha, não se encontravam terrenos incultos, salvo raríssimas exceções. Cf. *ob. cit.*, pp. 57 e 103 e ss.

Ao longo dos seus percursos e passeios, Barrett deparou-se com inúmeros coelhos e contabilizou 24 vulcões, grandes e pequenos, no cimo das altas montanhas. A Grande Caldeira era das mais perfeitas do género que já tinha observado e, desde a sua descoberta, não havia memória de qualquer erupção. Tal como sucedeu com outros viajantes, Barrett desceu ao fundo da cratera, onde, segundo ele, encontrou muitas e curiosas grutas “de maravilhosa simetria”.

Não há dúvida que a Caldeira e a Furna do Enxofre constituíam já, mesmo apesar das difíceis acessibilidades, um dos principais atrativos da ilha Branca — epíteto atribuído, bem mais tarde, por Raúl Brandão. Aliás, alguns dos viajantes que aportaram à ilha, no século XIX, eram importantes e reconhecidos naturalistas, empenhados em conhecer as especificidades deste monumento natural. Os viajantes naturalistas eram exploradores ou cientistas de campo que, através do desbravamento do desconhecido, da observação direta e do levantamento, reconhecimento e classificação de elementos geológicos, minerais e biológicos, procuravam contribuir para a evolução do estudo da História Natural. Entre os seus objetivos estavam a comprovação ou refutação de conhecimentos já escritos e divulgados, bem como a apresentação de novos dados e descobertas<sup>30</sup>.

Em 1835-36, Carl Friedrich August Grosse, mais conhecido como Conde Vargas-Bedemar, camarista de Frederico VI, rei da Dinamarca, Diretor do Museu Real de História Natural de Copenhaga e membro da Academia Real das Ciências da Dinamarca<sup>31</sup> - um naturalista, portanto - deixou um relato das suas observações geológicas feitas aquando de uma viagem às ilhas da Madeira e dos Açores.

Salientando a importância destes arquipélagos pela sua situação geográfica, pelas suas produções e fenómenos vulcânicos, não deixou de notar que a maioria das ilhas que os compunham nunca haviam sido examinadas do ponto de vista científico. Por este motivo, procurou abranger, na sua deslocação, todas as ilhas, incluindo, portanto, a Graciosa. Sobre esta, registou:

---

30 Veja-se, por exemplo, Lucas de Lima Fernandes Padoan, “Explorando o desconhecido: as contribuições dos viajantes naturalistas para as Ciências Naturais no Brasil no século XVIII e XIX”, in *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental* - REGET - V. 19, n.º 1, jan.- abr. 2015, pp.194-201. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2236117015794>; Glyn Williams, *Naturalists at Sea. From Dampier to Darwin*, Yale University Press, 2013.

31 Conde Vargas-Bedemar, “Resumo de Observações Geológicas feitas em uma viagem às ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores nos anos de 1835 e 1836”, in *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, vol. X, pp. 289-296.



Fig. 2 - O cientista Vargas-Bedemar, numa pintura de 1840, do Museu Geológico de M. Brünnich<sup>32</sup>.

*É uma das [ilhas] pequenas e das mais notáveis do Arquipélago dos Açores. Quase no centro dela é que se acha o xisto argiloso primitivo, em camadas horizontais estendidas; a estas camadas se acham sobrepostas rochas basálticas e traquíticas. Na ponta meridional acha-se uma vasta cratera, no fundo da qual saem, por uma fenda quase inacessível, muitas florescências de enxofre. Uma veia basáltica mui notável desce por uma das paredes interiores da cratera de lava traquítica. O espaço em forma de anfiteatro semicircular, onde se acham colocadas três capelas nos três pontos principais, junto a Santa Cruz, não é mais do que um seguimento da cratera<sup>33</sup>.*

Também Félix José da Costa se refere à visita de Conde de Vargas-Bedemar à ilha Graciosa e afirma que nas investigações que ele levou acabo, veio a detetar que no fundo desta furna existia ferro em abundância, enxofre e outras substâncias mineralógicas, salientando que o solo daquele lugar, de

---

32 Fonte: <http://faeroensis.blogspot.com/2017/04/hc-lyngbye-kirkjubstolene-og-andre.html>

33 Idem, p. 295.

barro branco, nunca fora tocado pelo fogo. De resto, segundo este autor, com base nas explorações de Vargas-Bedemar, a estrutura do terreno da ilha Graciosa era a mesma que se encontrava nas ilhas da Madeira e Porto Santo, nas Canárias e por todos os Açores<sup>34</sup>.

O Conde, nas suas observações, concluiu que dada a existência de xisto argiloso primitivo, em camadas horizontais — não só na Graciosa, mas em quase todas as ilhas — de certo, as massas de rocha que as formavam, teriam sido levantadas no fundo do mar pela ação dos vulcões e que estas ilhas teriam feito parte de uma grande ilha ou continente, sobrevivendo a uma devastadora catástrofe, que teria sido configurada numa submersão<sup>35</sup>.

Anos mais tarde, mais precisamente em 1857, o naturalista francês Henri Drouet<sup>36</sup>, vindo de Lisboa, munido de uma carta de recomendação do próprio D. Pedro V, que classifica como “esclarecido protetor das ciências”, trazia a intenção expressa de explorar o arquipélago dos Açores, do ponto de vista da sua História Natural, assim como os territórios da Guiana e de Angola<sup>37</sup>. Inscrito, pois, na onda da exploração científica de novos territórios, sobretudo africanos — exponencialmente fomentada a partir de meados do século XIX —, Drouet, acompanhado por Arthur Morelet, permaneceu algum tempo na ilha de S. Miguel, partindo depois para o Faial. Na cidade da Horta (onde ficou o Sr. Morelet), Henri Drouet conseguiu um transporte para a Graciosa, para onde partiu, a 15 de julho, juntamente com o geólogo alemão, Georg Hartung<sup>38</sup>. A travessia num pequeno iate, com destino a

---

34 Félix José da Costa, *ob. cit.*, p. 30.

35 Conde Vargas-Bedemar, “Resumo ....”, in *ob. cit.*, p. 295.

36 Henri Drouet nasceu em 1829. Foi conselheiro da Prefeitura da Costa de Ouro, Cavaleiro da Ordem Real e Militar de Saint Jacques-de-l'Épée, membro honorário ou correspondente da Real Academia de Ciências de Lisboa, da Real Sociedade de Ciências de Liège, da Sociedade Lineana de Bordéus, da Sociedade Académica de Aube e de muitas outras agremiações de sábios francesas e estrangeiras. Tornou-se num especialista em malacologia e desenvolveu inúmeros contactos com naturalistas de vários países europeus. Cf. Notice sur M. Drouet, 1864. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6261871g/f3.image>  
Entre as suas principais obras, destacam-se: *Enumération des mollusques terrestres et fluviatiles vivants de la France continentale*, Liège : H. Dessain, 1855; com A. Morelet, “Conchologie Azoricae prodromus novarum specierum diagnoses sistens”, in *Journal de Conchologie*, (2), 2, 6, 1857, “Mollusques marins des îles Açores”, in *Mémoires de la Société Académique de l'Aube*, 22, 1858; *Rapport à S. M. le Roi du Portugal sur un voyage d'exploration scientifique aux îles Açores*, Troyes, 1858; “Coléoptères açoréens”, in *Revue et Magazine de Zoologie*, (2) 11: 248, 1859; *Éléments de la Faune Açoréenne*, Paris, J.-B. Baillièrre & Fils, 1861; *Catalogue de la Flore des îles Açores précédé de l'itinéraire d'un voyage dans cet archipel*, Paris, J.-B. Baillièrre & Fils, 1866 e, ainda, *Sur Terre et Sur Mer. Excursions d'un Naturaliste en France, aux Açores, a la Guyane et a Angola*, Paris, L. Hachette et C.ie, 1870.

37 Henri Drouet, *Sur Terre et Sur Mer. Excursions d'un Naturaliste en France, aux Açores, a la Guyane et a Angola*, Paris, L. Hachette et C.ie, 1870.

38 G. Hartung (1822-1891) deixou numerosos livros de viagens, entre eles sobre as ilhas da Macaronésia.

Santa Cruz, por entre avistamentos de enormes cachalotes, foi — segundo o próprio naturalista francês — uma das mais penosas que fez entre as ilhas dos Açores. Somente a 18 de julho conseguiram arribar à vila da Praia, muitíssimo fatigados. Contudo, bastaram algumas horas de repouso, para os viajantes resolverem explorar as imediações<sup>39</sup>.

No dia 20 de julho, sob um sol ardente, visitaram, então, a Caldeira. Chegaram lá por um caminho pedregoso, com um declive bastante suave, rodeado, até certa altitude, por figueiras enormes. Chegados à região das pastagens, o grupo em que Drouet se inseria, atingiu as bordas da cratera, avistando uma parte da mesma e descortinando um pequeno lago. A outra metade estava escondida por dois montículos mais volumosos que ocupavam a região do meio. A caldeira apresentava-se com uma “fisionomia particular e com um caracter eminentemente selvagem”. As paredes interiores, muito escarpadas e abruptas, eram compostas por rochas nuas e acinzentadas que formavam grupos bizarros. Havia pouca vegetação, mas a suficiente para mitigar a aridez do lugar. Ao fundo, no pequeno lago e pântano, algumas lavadeiras, vindas da Praia, procuravam a água que faltava nesta parte da ilha. Pelo meio-dia o sol era intenso (32 graus), projetando-se sobre a Caldeira, onde os viajantes já tinham recolhido muitas rochas pirotécnicas. A 21 de julho acabaram por partir com destino às Flores<sup>40</sup>.

Em março de 1879, outro entusiasta do estudo da natureza e, em especial, das questões oceanográficas e meteorológicas, aportou à vila da Praia, na ilha Graciosa, a bordo do seu iate *Hirondelle*<sup>41</sup>. Referimo-nos ao Príncipe Alberto I, do Mónaco, que, desde 1873, iniciara, precisamente nesta embarcação, inúmeras viagens pelo mar Mediterrâneo e pelo Atlântico, desde o norte de África até às Canárias, Madeira e Açores. Neste arquipélago, terá ficado fascinado com a beleza das paisagens e pela variedade e exuberância da vegetação<sup>42</sup>. Mais tarde, a partir de 1885, entusiasmado com o desenvol-

---

Na sua obra sobre os Açores (*Die Azoren in ihrer äusseren erscheinung und nach ihrer geognostischen natur: Atlas enthaltend neunzehn tafeln und eine charte der Azoren*, Leipzig, Verlag von Wilhelm Engelmann, 1860), incluiu um conjunto de ilustrações de grande interesse científico.

39 Henri Drouet, *Sur Terre... ob. cit.*, pp. 67-68.

40 Idem, pp. 68 e ss.

41 “Viagem do Príncipe de Mónaco à Ilha Graciosa em Março de 1879”, notícia transcrita do jornal *A Terceira*, n.º 1047, de 10 de Maio de 1879, in *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, vol. IX, pp. 477-480.

42 Jacqueline Carpine-Lancre, “Alberto I, Príncipe do Mónaco”, entrada da *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2812>

vimento da ciência e da técnica, especialmente em torno da investigação marinha, veio a organizar vinte e oito campanhas, treze delas dedicadas, no todo ou em parte, ao arquipélago dos Açores, região, aliás, à qual ficou histórica e cientificamente associado.



Fig. 3 – O iate Hironnelle<sup>43</sup>.

À chegada à ilha Graciosa, Sua Alteza recebeu, a bordo, o chefe da delegação da Alfândega, o fiscal da secção e mais dois cavalheiros, aos quais manifestou o seu desejo de visitar o vulcão extinto, denominado a Caldeira, solicitando logo numerosas informações. Como o tempo se encontrava chuvoso, a excursão ficou marcada para o dia seguinte<sup>44</sup>.

Embora a narrativa desta visita não se enquadre propriamente na designada literatura de viagens, dado que o que consta do *Arquivo dos Açores*, é uma notícia transcrita do periódico *A Terceira*, publicado em maio de 1879, seria imperdoável não dar nota desta visita, não só por ter sido efetuada por um viajante estrangeiro, mas atendendo à figura em causa — uma das mais

43 Fonte: <https://pt.dreamstime.com/hironnelle-iate-da-exploração-de-albert-mim-pr%C3%ADncipe-mónaco-cópia-velha-image111791809>

44 “Viagem do Príncipe de Mónaco ...”, in *ob. cit.*, pp. 478-479.

ilustres que visitou esta ilha. Ademais, a notícia transcrita procura refletir o grande interesse de Alberto I, do Mónaco em explorar a Caldeira da Graciosa, bem como algumas das suas impressões sobre o povo graciosense. Aliás, segundo o jornal *A Terceira*, era a primeira vez que um príncipe aportava à pequena ilha, o que terá deixado a população local muito entusiasmada.

Seguindo, pois, um relato feito na terceira pessoa, o Príncipe do Mónaco foi assaz madrugador, uma vez que no dia seguinte ao da chegada, pelas 7h00 da manhã, já estava a desembarcar, vindo no escaler da alfândega, juntamente com o seu ajudante de campo, Ernesto Plati. Atendendo à hora, a única pessoa que o recebeu foi o agente consular dos EUA, José de Castro Canto e Mello. Mas, espalhando-se rapidamente a notícia, de imediato compareceram as principais autoridades da ilha, assim como algumas das figuras mais proeminentes da sociedade local, como João José de Simas e Cunha<sup>45</sup>. Seriam 9h00 quando Sua Alteza, depois de recusar qualquer transporte, partiu, a pé, para a Caldeira, juntamente com o seu ajudante de campo e ambos acompanhados pelo “Dr. Azevedo, João José da Cunha Vasconcelos, Jerónimo de Castro, Manuel Mesquita e Estevão Borges do Canto”<sup>46</sup>.

Habitado a grandes caminhadas, feitas ao longo das suas expedições, o Príncipe nunca hesitou, mesmo aquando da subida da encosta. Mal o grupo chegou à cratera (hoje Furna do Enxofre), foram preparadas as cordas, pelas quais desceram, mais de 50 metros. Depois de examinar o local, o ilustre visitante terá declarado “que era a primeira coisa que naquele género tinha visto”<sup>47</sup>.

De regresso à Praia e após um farto lanche servido em casa do agente consular e na presença de diferentes autoridades, como o juiz substituto, João Álvaro de Brito de Albuquerque, o príncipe não só agradeceu e brindou ao povo graciosense, como terá manifestado a sua perplexidade pelo facto do príncipe Napoleão não ter visitado a ilha no decurso da sua “viagem científica”, acrescentando – segundo o jornal terceirense – “que estava intimamente convencido que se todos os viajantes conhecessem o carácter amável dos graciosenses esta ilha seria por eles mais visitada”<sup>48</sup>.

O próprio, porém, acabou por não chegar à vila de Santa Cruz, para desgosto dos seus habitantes e apesar de ter manifestado vontade de o fazer. Porém, tencionava levantar âncora ainda antes do por do sol. A poucos mo-

---

45 Seria descendente do antigo capitão de milícias João Inácio Simas e Cunha. Cf. Félix José da Costa, *ob. cit.*, p. 138.

46 “Viagem do Príncipe de Mónaco ...”, in *ob. cit.*, p. 478.

47 *Idem*, p. 478.

48 *Idem*, p. 479.

mentos de se retirar para bordo, Alberto de Mónaco deixou dois autógrafos, em que enalteceu a hospitalidade dos graciosenses:

*L'île Gracieuse est aussi bien nommée pour son aspect comme pour le caractère de ses habitants.*

*L'île Gracieuse est petite par son étendue mais grande par son hospitalité<sup>49</sup>.*

Por finais da centúria, mais propriamente em 1882, o norte-americano Lyman Weeks, publicou, em Boston, a obra *Among the Azores*, que resultou de um conjunto de cartas escritas durante a sua estada nas ilhas, preferencialmente, em S. Miguel. Este testemunho, publicado em fascículos na revista *Insulana*, do Instituto Cultural de Ponta Delgada, deixou-nos um breve olhar sobre a ilha Graciosa que, segundo este viajante, avistada ao longe, a partir do Faial, parecia duas pequenas ilhas separadas, atendendo a que as suas extremidades eram constituídas por altas montanhas e a parte central encontrava-se quase ao nível do mar. Das suas sumárias observações (que não resultam de uma estada na ilha, mas sim de informações recebidas), ressalta a seguinte passagem:

*É uma das mais férteis do arquipélago e, ainda que pequena, é razoavelmente próspera, produzindo e exportando grandes quantidades de cereais, frutas e hortaliças. Outrora, a população dedicava a sua atividade ao vinho. Este era geralmente destilado numa aguardente forte; mas, devido à decadência da viticultura, é atualmente pequena a produção de aguardente<sup>50</sup>.*

### Considerações finais

Sem pretendermos esgotar, neste texto, um tema fascinante, rico e abrangente, procuramos deixar um breve contributo para a História da Graciosa, com base nos olhares dos viajantes oitocentistas, sobre uma das ilhas, dos Açores, menos visitada naquela centúria e menos estudada pela historiografia dedicada ao arquipélago.

---

49 Ibidem, p. 480.

Já em 1845, Félix José da Costa relevava o carácter hospitaleiro, franco e delicado dos habitantes da Graciosa. Nas suas palavras: “São laboriosos, fortes e resolutos: dotados de uma sagacidade natural, amantes de suas famílias, e sobremodo solícitos pelo seu crédito e honra. O povo é bem morigerado, e humano (...). Entre seus principais moradores existem muitos indivíduos verdadeiramente cavalheiros, simpáticos pelas suas maneiras, nobreza, e independência do seu carácter”. *Ob. cit.*, pp. 55-56.

50 Lyman Weeks, “Os Açores”, in *Insulana*, Ponta Delgada, ICPD, vol. XIV, 2.º semestre, 1958, p. 244.

Sendo certo que se trata de uma ilha pequena e periférica, ainda assim quase atingiu os 10.000 habitantes, no século XIX, e exerceu um papel considerável na produção agrícola e nas redes comerciais inter-ilhas e exteriores. A sua pacata e um tanto isolada sociedade, viu destacarem-se algumas figuras de vulto, que não só alcançaram poder e riqueza, como demonstraram dominar as regras de bem receber.

Os relatos aqui descritos e compilados, conjugam observações e testemunhos resultantes de estadas na ilha, com informações recolhidas após meros avistamentos ao largo. A par dos destacados relatos de naturalistas, especialmente interessados na exploração da Caldeira e na descoberta das peculiaridades geológicas e vulcânicas da ilha, surgem outros, com interesses mais abrangentes e diversificados. Foi o caso de Briant Barrett que, além da descrição física da ilha, observou e registou alguns costumes e aspetos da vida quotidiana dos graciosenses: um povo trabalhador, morigerado e dedicado tanto ao cultivo da terra, como ao cultivo da hospitalidade.



## AÇORES E MACARONÉSIA TERRAS DE DEGREDADO POLÍTICO EM 1930

**Sérgio Rezendes**

*Instituto de História Contemporânea, NOVA-FCSH  
srezendes@hotmail.com*

**Palavras chave:** Deportação; Exílio, Açores; Madeira; Cabo Verde.

«[...] na ilha de São Nicolau, no arquipélago de Cabo Verde, existira já um campo de concentração. Durou poucos meses. Os prisioneiros da Revolução da Madeira (e Açores), em 1931 eram na sua maioria oficiais do Exército. O governo fixou residência a uns, em localidades das ilhas, concedeu-lhes subsídios e permitiu a outros que regressassem à Metrópole ou partissem para o exílio [...]»<sup>1</sup>.

A citação da obra coordenada por Franco de Sousa espelha a pretensão deste estudo, alicerçada num tema comum à Macaronésia, a deportação política nos anos de 1930 e 1931. Insere-se numa investigação mais vasta, apresentando-se aqui uma síntese. Dado o limite de páginas, não se abordam os acontecimentos que levaram às detenções com exceção quando, por uma questão de lógica, se enquadre. O mesmo se aplica à bibliografia, destacando-se uma acurada crítica à obra de Leonel Ferro Alves, *A Mornaça*<sup>2</sup>; aos registos familiares de Francisco da Cunha Rego Chaves e à documentação do Centro de Documentação da Zona Militar dos Açores e da sua extinta Repartição de Justiça, antes do seu arquivo ser enviado para o Histórico Militar.

---

1 AAVV, *Tarrafal – Testemunhos*, Editorial Caminho, Lisboa, 1980: 11.

2 ALVES, Ferro L., *A Mornaça: a revolta nos Açores e Madeira em 1931*, Parceria A. Pereira, Lisboa, 1935.

Constam do movimento identificado por Luís Farinha como *Revirvalho*, um conjunto de movimentos revolucionários visando a reorganização democrática de um regime que se afirmou totalitário e repressivo, constituindo «[...] a mais importante frente de combate à Ditadura [...]»<sup>3</sup>. Segundo Fernando Rosas...

«[...] de 1926 a 1939 foram presas, por motivos políticos, pelo menos cerca de 12.000 pessoas, entre militares e civis de todas as correntes políticas. Mas a manifesta subestimação do cálculo permite-nos (...) elevar o número para cerca de 15.000 (...). Dessas, terão sido deportadas para as colónias e para as ilhas atlânticas mais de 1.500. (...) Nas vésperas da amnistia de 1932, só nos Açores e nas colónias africanas (à exceção de Cabo Verde) haveria 729 deportados, 75 % dos quais eram militares. Haveria que somar-lhes 334 deportados, nessa altura, em Cabo Verde, no campo de São Nicolau, e pelo menos 358 deportados em Timor, na sequência do 26 de agosto, tudo num total nunca inferior a mais de 1.500 pessoas. Restará lembrar que a maioria dos presos do reviralhismo foi deportada sem julgamento, (...) que cumpririam longas penas sem condenação [...]»<sup>4</sup>.

Seguirá um fio condutor a partir de dois deportados para os Açores, com ideais, idades, condições familiares e percursos de vida diferentes, seguindo-se num dos casos a Madeira e no outro, Cabo Verde. A forma como estava organizada a deportação nestas ilhas; o contexto em que viviam os deportados e quais as mudanças ocasionadas pela *Revolta das Ilhas*<sup>5</sup> são aspetos importantes a desenvolver, até porque 1930 é um ano de conspirações falhadas, em que «[...] a esmagadora maioria dos oficiais reviralhistas se encontravam deportados, ou com residência fixa e portanto sujeitos a uma vigilância reforçada da Polícia de Informações [...]»<sup>6</sup>.

Sobre os intervenientes, umas breves palavras: Leonel das Dores Ferro Alves (1904 – 1963) foi um jornalista e advogado nascido em Abrantes. Sabe-se que enquanto estudante<sup>7</sup> foi preso com um grupo por «[...] se acha-

---

3 FARINHA, Luís, *O Revirvalho – Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926 – 1940)*, Editorial Estampa, Lda, Histórias de Portugal, Lisboa, 1998: 15.

4 ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, *História de Portugal*, Circulo de Leitores, Lda e Autores, 1994: 209-210.

5 FARINHA, Luís, “Agora ou nunca: Combates pela Liberdade nos Açores. A Revolta de 1931”, *Os Açores e a Revolta de 1931*, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008: 7.

6 FARINHA, 1998: 122.

7 <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07201.178> (consultado em 20 de junho de 2020).

rem implicados no último movimento conspiratório que tinha como fim derrubar o governo da Ditadura [...]»<sup>8</sup> e deportado, a 21 de julho de 1930, para uns supostos quatro meses nos Açores. Militante do Partido Democrático e tido como pró-Democrático Silvestre<sup>9</sup>, participou nas revoltas de 1931 onde assumiu temporariamente a direção do *Correio dos Açores*, em Ponta Delgada. A leitura da sua obra implica uma crítica às fontes, por proliferarem juízos de valor às ilhas e aos seus naturais, tendo em conta que já no Aljube, Ferro Alves demonstrava horror ao regime de deportação para o arquipélago açoriano, alimentado pelo que sabia do regresso de exilados<sup>10</sup> e por uma literatura clandestina que propagava as ilhas como um local de desterro, medos e receios<sup>11</sup>. Neste universo de violência psíquica e física, o arquipélago da Madeira surge como distinto embora se saiba também ser terra de degredo. Por vezes nem é referenciado neste grupo de terror que constituem os arquipélagos e as colónias ultramarinas<sup>12</sup>.

Segue-se a visão do Coronel de Engenharia Francisco de Cunha Rego Chaves (1881 – 1941)<sup>13</sup>. Membro do Partido Republicano Português e do Centro Republicano Democrático, destacou-se no seu percurso político pela participação na revolta militar contra o General Pimenta de Castro (1915) e por ocupar prestigiantes cargos como o de Ministro das Finanças e das Colónias; Alto – Comissário da República em Angola e deputado. Nas fileiras do Partido Reconstituente (1920) ainda se candidatou ao Senado. Vinte e três anos de idade separam estes dois reviralhistas, um republicano de finais de século XIX e o outro, dito de facção republicana mais à esquerda, já das primeiras décadas do século XX. Rego Chaves é deportado nos Açores durante um ano (junho de 1930/31), fazendo-se acompanhar pela esposa, Francisca de Paula Rego Chaves e as duas filhas<sup>14</sup>. Com residência fixa no

---

8 ALVES, 1935: 17.

9 ANDRADE, J. Luís, *Ditadura ou Revolução? A Verdadeira História do Dilema Ibérico* (e-book), Casa das Letras, 2017. PINTO, Ana, *A luta de classes em Portugal (1919-1926). A Esquerda Republicana e o bloco radical*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, novembro, 2015.

10 ALVES, 1935: 20.

11 MARQUES, A. Oliveira, “República?!... Não!... Ao Exército, à Marinha e ao Povo – Agosto de 1926”, *A Literatura Clandestina em Portugal – 1926/1932*, vol.I, Fragmentos, 1990: 114.

12 MARQUES, A. Oliveira, “O Rosário da Ditadura em Portugal – Sangue, Fome, Desterrados, Indisciplina e Jesuitismo”, *A Literatura Clandestina em Portugal – 1926/1932*, vol. II, Fragmentos, 1990: 267.

13 <http://www.politipedia.pt/chaves-francisco-da-cunha-rego-1881-1941/> (consultado em 26 de julho de 2020).

14 No continente ficou Diogo Rego Chaves, em regime de internato no Colégio Militar.

*Fayal Hotel*, a família desenvolve uma profunda amizade com os proprietários, António da Luz Machado Ávila e Maria Albertina Machado Ávila, tornando-se padrinhos do casal. Com dois filhos, os Machado Ávila foram dos principais intervenientes das fontes primárias, dada a correspondência entre as mulheres das duas famílias, a que se alia o espólio fotográfico e um diário, sintético, do Coronel durante os dois meses em que residiu em Cabo Verde.

Por fim, e tratando-se de ilhas, torna-se pertinente tecer umas breves considerações sobre deportação em arquipélagos, uma geografia que encerra *per si*, um encarceramento natural. A ausência forçada do condenado do seu meio social representava no imaginário idílico e prático do Estado Novo, uma remota paragem nas terras para além do mar, mesmo que em ilhas apelidadas como “Adjacentes”. Em 1932 defendia-se que a deportação deveria ser um instrumento moralizante para a regeneração do condenado, pelo que a sua reeducação deveria desenvolver-se a partir da ideia de inutilidade perante a força moral e material do Estado<sup>15</sup>. Sem espaço para mais considerações, cita-se Vítor Barros...

«[...] a eliminação individual representava um ato de exorcização dos malfeitores, que se traduzia numa suposta morte cívica e política do condenado (...)»<sup>16</sup>. No entanto, mesmo quando os (primeiros) destinos prováveis poderiam ser as ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores, convém não perder de vista que a deportação representava sempre uma espécie de viagem ao desconhecido, o que significa que outras paragens mais distantes poderiam ser demandadas como destino final de desterro. Por isso, a epopeia da deportação e a aventura forçada dos desterrados para as distantes paragens do então ultramar decorria como uma viagem em direção ao longínquo vazio de uma terra mítica, cujo destino se desconhecia: não só a deportação era imposta como pena, como castigo, como também o deportado nunca escolhia o local de desterro. Todavia, para além da Madeira e dos Açores, situavam-se outros destinos insulares de desterro, como o arquipélago de São Tomé e Príncipe e as ilhas do Arquipélago de Cabo Verde. (...) Assim, entre os dois arquipélagos do Atlântico médio, Cabo Verde foi o mais demandado para o banimento dos deportados políticos, um facto passível de ser explicado se tomarmos em consideração a preparação de um dos primeiros campos de reclusão

---

15 BARROS, Victor, *Campos de Concentração em Cabo Verde*, Coleção História Contemporânea, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009: 39.

16 *Idem*, 2009: 48.

para desterrados encenado na ilha de São Nicolau, em 1931, neste mesmo arquipélago [...]»<sup>17</sup>.

Em resumo, e segundo Luís Farinha, 1930 terminava com perspectivas revolucionárias bastante negras dadas as conspirações falhadas e o crescente peso dos defensores da transição pacífica ou adesão ao projeto da União Nacional; desconfiança entre as forças partidárias, substituídas quanto muito por dois partidos; o isolamento dos núcleos reviralhistas, inclusive entre os militares; o relativo êxito da política financeira e de integração na Ditadura, de muitos deportados; o receio da classe média de uma guerra civil e a saída do país das principais forças de decisão, enfraquecendo a liderança do movimento. 1930 É também um ano decisivo para António de Oliveira Salazar, «[...] definindo o encerrar das hesitações no seio da ditadura quanto à natureza do regime que lhe havia de suceder [...]»<sup>18</sup>, derrotando-se os “regeneradores” republicanos para o estadista que obtém para além das Finanças, a pasta das Colónias, «[...] passando a ser a figura preponderante da ditadura e impondo o essencial do seu programa de transição para um novo regime, o Estado Novo [...]»<sup>19</sup>.

### Depósitos e Deportados nos Açores em 1930

Os anos de 1930/31 foram de grande turbulência nos Açores, provavelmente os mais emblemáticos nesta temática até mesmo porque o primeiro é de mudança para a *Delegação Especial do Governo da República nos Açores*<sup>20</sup> e o segundo inclui a Revolta da Madeira e dos Açores contra o governo da Ditadura, doravante conhecida como a *Revolta das Ilhas*. Sabendo-se da imposição de residência fixa em ilhas como o Pico<sup>21</sup> e Santa Maria<sup>22</sup>, destacam-se para além dos tradicionais comandos militares nas três cidades do arquipélago, os excepcionais com diligências em São Jorge<sup>23</sup> e Flores<sup>24</sup>. A estes

---

17 *Idem*, 2009: 59-60.

18 PINTO, 2010: 23.

19 *Ibidem*.

20 1927 – 1931, conhecendo duas fases [ROCHA, José O. M., “Autoritarismo e Resistência nos Açores”, *Boletim do Instituto Histórico Da Ilha Terceira*, vol. LXIV a LXVI (2006 a 2008): 41].

21 CDZMA, nota n.º 698, “CMPD ao DDPD”, 14 de novembro de 1930, FIA 585.

22 Ofício n.º 137, “CMVP ao DDPD”, 22 de novembro de 1930: FIA: 585.

23 Em Calheta e Velas (CDZMA, nota n.º 28, “CMC para o DDPD”, 17 de novembro de 1930, FIA: 585).

24 Em Santa Cruz (CDZMA, nota n.º 8, “CMF ao GMA”, 6 de setembro de 1930, FIA: 315).

juntam-se o *Depósito de Deportados Políticos na Ilha Graciosa*<sup>25</sup>; o *Depósito de Deportados Políticos da Horta*<sup>26</sup>, o *Depósito de Deportados Políticos em Angra do Heroísmo*<sup>27</sup> e o *Depósito de Deportados Políticos de Ponta Delgada*<sup>28</sup>.

À exceção do *Depósito de Deportados Políticos em Angra do Heroísmo* que terá funcionado como presídio, nas restantes ilhas a sua função aparenta ser de gestão dos deportados políticos<sup>29</sup>, assim como as diligências do Regimento de Infantaria n.º 22 em Flores ou do Regimento de Infantaria n.º 47 em Graciosa. É frequente a mudança de deportados interilhas<sup>30</sup> ou para outras paragens, casos de Madeira<sup>31</sup> ou Moçambique<sup>32</sup>, assim como a chegada a partir do continente<sup>33</sup>, Madeira<sup>34</sup> e Angola<sup>35</sup>. Divididos em três classes, civis<sup>36</sup> e militares, estão os deportados ou prisioneiros à ordem do Estado, via Polícia de Informações do Ministério do Interior<sup>37</sup>, cumprindo supostamente penas deliberadas a partir de um tribunal especial, caso por exemplo do 2.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa<sup>38</sup>.

Os depósitos são também os principais interlocutores com uma linha hierárquica que podia chegar a ministérios como o Interior, Guerra ou Marinha, agregando os deportados para efeitos de controlo<sup>39</sup> por exemplo, em registo diário próprio. Contavam com o apoio dos regimentos locais, extensivos a diligências em Flores, Graciosa e São Jorge. Apesar da relativa autoridade do comandante do depósito/diligência, os assuntos são normalmente colocados ao Governo Militar dos Açores<sup>40</sup> que, conforme a sua na-

- 
- 25 Em Santa Cruz (CDZMA, nota n.º 25, confidencial, “DDPIG – CMA”, 16 de agosto de 1930, FIA: 315).
- 26 No Faial (Ordem n.º 30 do CMH e art.º 7 da Ordem Regimental n.º 51 de 21 de julho de 1931, FIA 459).
- 27 No forte de São João Batista, Terceira (REPJUSTZMA, “Relatório do Comandante do DRAH”, *Processos de averiguação 1929-31*, 30 de julho de 1930,).
- 28 No forte de São Brás, São Miguel (CDZMA, “Guia de Marcha do Tenente Nicolau C. Pavão”, 02 de dezembro de 1930, FIA: 502).
- 29 CDZMA, nota n.º 772, CMPD ao DPPD, 31 de dezembro de 1930, FIA: 585.
- 30 CDZMA, nota n.º 28, CMC para o DDPPD, 17 de novembro de 1930, FIA: 585.
- 31 CDZMA, nota n.º 753, CMPD ao DDPPD, 19 de dezembro de 1930, FIA: 585.
- 32 CDZMA, nota n.º 542, CMPD ao DDPPD, 19 de setembro de 1930, FIA: 585.
- 33 CDZMA, nota n.º 728, CMPD ao DDPPD, 29 de novembro de 1930, FIA: 585.
- 34 CDZMA, nota n.º 705, CMPD ao DDPPD, 19 de novembro de 1930, FIA: 585.
- 35 ROCHA, vol. LXIV a LXVI (2006 a 2008): 126.
- 36 CDZMA, “GMA - Fixação de subsidio a abonar (...) decreto n.º 18.022”, 15 de abril de 1930, FIA: 605.
- 37 CDZMA, nota n.º 686, “Quartel-general do GML”, 18 de setembro de 1930, FIA: 315.
- 38 REPJUSTZMA, nota n.º 2071/152/930, do “2.º TMTL ao DDPPD, 8 de agosto de 1930.
- 39 CDZMA, nota n.º 724, “CMPD ao DDPPD”, 26 de novembro de 1930, FIA: 585.
- 40 Inclusive os de justiça (CDZMA, nota n.º 693, “CMPD ao DDPPD”, 12 de novembro de 1930, FIA: 585).

tureza, delibera ou despacha-os ao delegado especial que da mesma maneira os trata. A relação entre as diferentes zonas do império ou arquipélagos era assegurada pelos respetivos ministérios, com destaque para o do Interior, e horizontalmente pelos governos militares, unificados nas Ilhas Adjacentes pela *Delegação Especial do Governo da República nos Açores*.

É elevado o nível de prontidão das tropas do Governo Militar dos Açores, principal responsável pela Ordem Pública<sup>41</sup>. O seu Governador, Brigadeiro Pedro de Paula Pinheiro Machado justifica a dispersão dos depósitos ao referir que «[...] o estabelecimento de um Depósito de Deportados Políticos na ilha Graciosa, é de reconhecida necessidade para a concentração de certos elementos, cuja residência nas cidades não convinha [...]»<sup>42</sup>. Em Santa Cruz das Flores, são indivíduos «[...] com residência fixada por ordem do Governo [...]»<sup>43</sup>, podendo fazer-se acompanhar pela família num processo centralizado e possivelmente arbitrário no Ministério do Interior, representado nas ilhas dos Açores e Madeira pelo Delegado Especial do Governo da República nos Açores, o Coronel faialense Feliciano António da Silva Leal. Segundo Olívio Rocha, «[...] a possibilidade de ocorrerem revoltas, a circulação de livros, jornais e ideias subversivas para a nova situação, bem como a possível contaminação, resultante dos contactos com os residentes nas diversas Ilhas, constituíam uma clara preocupação do delegado especial [...]»<sup>44</sup>. Dados os amplos poderes, o delegado especial resolve muitos dos aspetos do quotidiano, sendo alvo de apelo mediante despachos do Governo Militar dos Açores<sup>45</sup>.

Uma vez no porto de chegada, o deportado apresentava-se ao comando militar local que o fazia seguir ao seu destino, arrolando-o ao respetivo depósito ou dando conhecimento à autoridade militar ou civil mais próxima. Podendo o delegado especial aplicar prisão disciplinar, são conhecidos depósitos com presídios, caso de Ponta Delgada ou Angra do Heroísmo, podendo comutar a pena ou modifica-la<sup>46</sup>. Na ilha, o comando militar ou do depósito podia autorizar licenças de deslocalização, bastando ao deportado apresentar-se diariamente ao regedor de freguesia ou Comissariado de

---

41 REPJUSTZMA, “Ordem”, *Processos de averiguação 1929-31*, 31 de julho de 1930.

42 CDZMA, nota n.º 174/10, “GMA ao MI”, 02 de maio de 1930, L- 858.

43 CDZMA, nota n.º 132/10, “GMA ao MI”, 03 de abril de 1930, FIA: 1072.

44 ROCHA, vol. LXIV a LXVI (2006 a 2008): 63.

45 CDZMA, nota n.º 1479/10-E, “GMA ao DPSCG”, 05 de novembro de 1930, FIA: 585.

46 CDZMA, nota n.º 689, “CMPD ao DDPPD”, 11 de novembro de 1930, FIA: 585.

Polícia Cívica<sup>47</sup>. Por Olívio Rocha, fica-se com uma ideia aproximada do universo de deportados que estavam nos Açores:

«[...] o total de deportados existentes nos Açores constitui uma informação difícil de estabelecer com rigor (...). Por exemplo, para o mês de agosto de 1930 o total de deportados políticos era de 178, sendo 43 militares e 135 civis. Nos meses de agosto e de dezembro de 1930, os números oscilam entre 24 militares e 128 civis, totalizando 142 o número de deportados políticos no mês de agosto de 1930, enquanto para o mês de dezembro totalizavam 366, sendo 149 militares e 215 civis [...]»<sup>48</sup>.

O ano de 1931 inicia-se sem grandes modificações, conhecendo uma profunda convulsão em resultado da *Revolta das Ilhas*, em abril desse ano<sup>49</sup>. Dada a gravidade dos acontecimentos, ocorrerá uma intensa reestruturação<sup>50</sup> dos comandos militares embora por lei só surja ao nível destes e das unidades de Infantaria e Artilharia. À margem, sabe-se que também ocorreram nos depósitos de deportados, uma vez que deixam de constar em documentação oficial e muitos dos exilados, mesmo sem papel ativo, foram reencaminhados para outras zonas do império português, num processo em aberto para um futuro estudo.

### Os Açores e a Madeira, na visão de Leonel Ferro Alves

Leonel de Ferro Alves parte para os Açores a 21 de julho de 1930, acompanhado por outros exilados, inclusive do Aljube. Destes, identifica logo um dos três credos em que os enquadra: o dos “reeducados” que, à chegada às ilhas, mudavam logo de orientação política<sup>51</sup>.

A bordo do vapor *Luanda*, enquanto aguardava a «[...] classe de des-

---

47 Da mesma forma para deportados da Madeira, pelo delegado especial (CDZMA, Nota n.º 543, “CMPD ao DDPPD”, 19 de setembro de 1930, FIA: 585). Apesar dos cuidados são conhecidas fugas com sucesso (CDZMA, nota L3 116, “CPCPD ao DDPPD”, 25 de setembro de 1930, FIA: 585).

48 ROCHA, vol. LXIV a LXVI (2006 a 2008): 94.

49 «[...] Em S. Miguel e na Terceira, (...) a 8 de abril. (...) As duas principais ilhas revoltadas acabaram por se entregar: Terceira a 18 de abril e S. Miguel, no dia 20 [...]», ENES, Carlos, “Revolta dos deportados” in <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=9722> (consultado em 28 de junho de 2020).

50 Decreto n.º 19657 - *Diário do Governo* n.º 98/1931, Série I de 1931-04-28; Decreto n.º 19809 - *Diário do Governo* n.º 126/1931, Série I de 1931-06-01; Decreto n.º 20449 - *Diário do Governo* n.º 251/1931, Série I de 1931-10-30 in <https://dre.pt/> (consultado em 3 de junho de 2020).

51 ALVES, 1935: 22.

terro que nos estava reservada [...]»<sup>52</sup>, deixou camaradas nas ilhas Terceira e Graciosa seguindo rumo a São Jorge, após transbordo para a canhoneira *Damão*. Afirmo ser dos primeiros deportados com residência fixa em Velas, pernoitando durante uma semana no que caracteriza ser o incipiente hotel da ilha. De imediato solicitou transferência para Angra do Heroísmo, apesar da melhoria decorrente da chegada de mais deportados e da diligência militar.

«[...] Como todos os dias eram exatamente iguais, o tédio invadia-os [...]»<sup>53</sup>. Ocupava-se como podia, com piqueniques, conversa no largo da praça até ao apagar das luzes; ouvindo a filarmónica, assistindo às festas e meditando sobre o que via, tecendo inúmeras considerações sobre a economia, os naturais e a ilha. Após um mês, foi-lhe fixada a residência em Angra do Heroísmo, onde ficou melhor impressionado porque lá «[...] estavam (...) muitos companheiros meus das lides políticas e revolucionárias (...). Haviam formado uma espécie de clube, com jogos vários e sala de leitura. Disfrutava-se ali dum certo ambiente acolhedor, que tornava mais passageira a deportação [...]»<sup>54</sup>.

O governo instituíra um subsídio de alimentação que variava entre os 12 e os 28 escudos, recebendo os militares de acordo com a sua categoria e os civis, equiparados conforme o entendimento das autoridades militares. Mesmo assim considera que «[...] a nossa situação desde o ponto de vista económico não era desesperada [...]»<sup>55</sup>. Funcionários públicos e civis contavam com 5/6 do vencimento, além do subsídio, o que lhes permitia viver com alguma independência.

Em Angra do Heroísmo repetiam-se as mesmas atividades ocupacionais, a começar pela praxe de percorrer «[...] a ínsula em automóvel admirando as casitas brancas, os pinheirais sombrios, a cana de açúcar e as masarocas de milho [...]»<sup>56</sup>. Durante os 15 dias que ficou na Terceira, elaborou várias reflexões sobre a sociedade e as touradas, concluindo que «[...] as ilhas estão pejudadas de odiosos caciques [...]»<sup>57</sup>. Seguiu-se nova residência fixa, agora em Ponta Delgada onde chega a 4 de setembro de 1930, com grande desalento. Encaminhado por um oficial do Exército, ficou alojado

---

52 *Ibidem*.

53 *Idem*: 36.

54 *Idem*: 46.

55 *Ibidem*.

56 *Idem*: 47.

57 *Idem*: 52.

no hotel de Luís “Sultão”, onde encontra outros deportados e critica os “Budás”, deportados monetariamente distintos quando comparados aos da sua classe. Refere um clima de intriga que quase lhe valeu uma deportação para Santa Maria, dadas as divisões no Partido Republicano Português<sup>58</sup>. A injustiça não se cometeu para ele e mais um, porque «[...] em ambos os casos, o comando militar interveio espontaneamente atestando a nossa correção e a ordem foi anulada [...]»<sup>59</sup>.

De regresso à inércia, os seus pensamentos são profundamente críticos em relação à sociedade e hábitos locais, estendendo-se ao clima, à natureza e às escassas ligações marítimas, valorizando apenas as jovens operárias em relação à exploração pelo patronato. Refere que «[...] as relações entre os deportados e os indígenas eram quase nulas (...). Não se pode afirmar com verdade que os indígenas nos fossem hostis. Em realidade nós pouco ou nada fazíamos para penetrar no meio local [...]»<sup>60</sup>, considerando todos os deportados como uma espécie de «[...] turistas forçados, que ali (nas ilhas) deixam as suas economias e os subsídios que os governos lhe concedem [...]»<sup>61</sup>.

Notícias, só as autorizadas pela Censura e em voz, quando em *Dia de Vapor*, algumas tidas como pequenas vitórias, caso da alteração à Ordem Pública em Angola que ocasionou deportações para os Açores. Uma vez chegados e «[...] enquanto não se fez a dispersão pelas outras ilhas, todos os deportados procedentes de Angola, se concentraram em São Miguel [...]»<sup>62</sup>, gerando animação em cafés e pensões, que aproveitaram para subir os preços. Contudo, «[...] o comando militar, dentro de pouco, distribuiu os recém-vindos, especialmente pela Graciosa, São Jorge e Flores [...]»<sup>63</sup>. Responsabiliza em parte o Coronel Silva Leal, enquanto delegado especial para ambos os arquipélagos, pela *Revolta das Ilhas*, dada a permanente transferência de deportados, normalmente sem motivo aparente.

Sobre as condições a que estão sujeitos, considera que «[...] a relativa estabilidade de que disfrutávamos permitia-nos uma instalação mais ou menos cómoda. Muitos dos deportados casados alugaram casa e nelas se instalaram

---

58 *Idem*: 89.

59 *Idem*: 87.

60 *Idem*: 64.

61 *Idem*: 86.

62 *Ibidem*.

63 *Ibidem*.

com as famílias [...]»<sup>64</sup>, numa alusão à outra perspetiva sobre a deportação nas ilhas, onde Rego Chaves claramente se integra. Pelos vapores *Lima* e *Carvalho Araújo* recebiam presunto, livros, jornais portugueses e estrangeiros, havendo repressão sobre os intermediários. Sobre a *Revolta das Ilhas*, considera-a o *Canto do Cisne* do Revirvalho, embarcando no *Pedro de Alenquer* dada a proximidade da derrota. Aos deportados da Horta, aponta fortes críticas por não terem acompanhado o movimento em ambos os arquipélagos:

«[...] no momento em que estalou a sublevação encontravam-se confinados na cidade da Horta vários oficiais de patente superior. Para mim era um ponto assente a adesão daquela cidade ao movimento. (...) Com extraordinária surpresa de todos nós, na Horta não houve a mais ligeira tentativa de revolta (...). A fidelidade da Horta ao governo contribuiu de um forma decisiva para o fracasso da insurreição insular [...]»<sup>65</sup>.

No Faial, deportados como o General Sá Cardoso ou o Coronel Francisco Rego Chaves, mesmo não aderindo à revolta, viram comprometidas as estadias dadas as considerações dos amotinados. “Uma infâmia” como anotou o segundo no ofício que ordena a sua saída para Cabo Verde. Entretanto Ferro Alves, em conjunto com outros camaradas seguem de navio para a Madeira, emocionando-se com a visão da ilha e em especial do Funchal, cidade que se enquadra na sua visão de clima e cosmopolitismo, descrevendo-a como de luxúria e frenesim. Já em terra, dececiona-se: a «[...] reunião de tantos velhos sorumbáticos e entregues a misteres burocráticos, convenceu-me que a revolução pecava aqui tanto como nos Açores, por carência de genuínos revolucionários [...]»<sup>66</sup>. Opta por gozar o momento e acompanhar os acontecimentos a partir das esplanadas, admirando as lindas inglesas que fotografavam a revolução. Apesar da beleza da ilha, recusa *internar-se* «[...] num desfiladeiro que só me proporcionaria decepções [...]»<sup>67</sup> desvalorizando, tal como fizera com a sociedade açoriana, o soldado madeirense. Faz a apologia dos funchalenses por terem correspondido à junta revolucionária, desviando a sua crítica aos ilhéus para os movimentos militares, identificando no consulado inglês «[...] encurralados nos jardins

---

64 *Idem*: 87.

65 *Idem*: 162.

66 *Idem*: 183.

67 *Idem*: 227.

de dois hotéis, uma centena de deportados, queimados pelo clima africano, deprimidos pelo torpor açoriano [...]»<sup>68</sup>.

Após trinta dias de liberdade e desespero, «[...] o *África* e o *Pedro Gomes* levantaram ferro para Cabo Verde, conduzindo os presos para aquele arquipélago [...]»<sup>69</sup>. Na impossibilidade de fugir para as Canárias e lembrando-se de que «[...] um gesto, uma dúvida, uma pergunta significava Cabo Verde [...]»<sup>70</sup>, iludiu as autoridades fazendo-se passar por turista inglês seguindo clandestinamente num pacote britânico para Lisboa, onde desembarcou a 1 de junho, fugindo de seguida para Espanha.

### Os Açores e Cabo Verde, na visão de Francisco da Cunha Rego Chaves

A Francisco da Cunha Rego Chaves, o Governo Militar de Lisboa ordenou por “objeto urgente de serviço”, a sua comparência na *D. Fernando e Glória* a 21 de julho de 1930, onde lhe colocaram oito questões, destacando-se se «[...] teve alguma missão no movimento revolucionário de 20 de julho de 1928? [...]»<sup>71</sup>. Retorquiu ter tido conhecimento, sendo acusado de ter sido o Chefe de Estado-Maior das forças reacionárias e de ter tentado assumir o comando do Regimento de Telegrafistas, ao que refutou acabando por afirmar, mediante a possibilidade de novos movimentos que, «[...] não tendo o dever de denunciar os seus pensamentos, procederei de acordo com os legítimos deveres de militar, cidadão e político que tem como ideias o prestígio do Exército, República e Pátria [...]»<sup>72</sup>. Já não regressou a casa, sendo-lhe decretada prisão no local.

Seguiu para os Açores a bordo do *Lima* com a família, alternando com o NRP *Patrão Lopes* para se apresentar ao Comando Militar da Horta a 30<sup>73</sup>. Instalado no *Hotel Fayal*, tinha uma vista privilegiada sobre a baía, tirando várias fotografias às filhas e à atividade portuária numa prática que estendeu à Madeira, Terceira, São Miguel e Cabo Verde. Durante o dia e à semelhança de Ferro Alves, ocupava-se em passeios por vezes de automóvel, cedido

---

68 *Idem*: 222.

69 *Idem*: 228.

70 *Idem*: 231.

71 CHAVES, Francisco C. R., *Diário*, “Quesitos na Fragata D. Fernando”, Col. Maria teresa Rego Chaves, Museu de Angra do Heroísmo.

72 *Ibidem*.

73 Onde foi informado da obrigatoriedade diária de assinar o registo de apresentações. Enquanto militar, ficou a receber pela unidade.

por amigos. Fotografa a família junto a miradouros, ruínas ou cenários deslumbrantes e com apurado espírito científico, regista aspetos genuínos da Cultura açoriana, fazendo a família interagir com os Impérios do Divino Espírito Santo. Desde cedo faz-se registar com notáveis da terra ou mesmo da I República, muitos dos quais lhe fizeram chegar fotografias, caso do General Alfredo Sá Cardoso<sup>74</sup> ou Manuel José da Silva, com quem mesmo preso, mantém correspondência a partir de Cabo Verde.

As filhas desenvolveram um grande gosto pela ilha e uma rede de amizades que perduraria. A mais velha, Maria Manuela Rego Chaves com 22 anos, está plenamente inserida na *high society* faialense enquanto a mais nova, Maria Antónia Rego Chaves com 12 anos, é aluna de distinção retratada em lanches e no centro de grupos femininos. De regresso a Lisboa, colegas e professora lembrar-lhe-ão o quanto era especial e a falta que faz aos convívios de verão, em especial no Pico. Quanto à mais velha, Maria Manuela, das várias imagens de socialização destacam-se as do Carnaval de 1931 em que chega a ser referenciada no *O Telégrafo*, num memorável baile no *Sporting Clube da Horta*.

A vivência feliz *q.b.* desta família na Horta, no mesmo ano em que Ferro Alves caracteriza os Açores como um recuo civilizacional, levou Rego Chaves a concluir em Cabo Verde que «[...] se não sou mandado regressar a Lisboa então tentarei tudo para voltar à Horta. Poderei dar umas explicações de Liceu, viver barato, talvez fazer alguma construção e levantamento de plantas, enfim viver e ter esperança de os ver (família) [...]»<sup>75</sup>. Perceba-se que os Açores na década de 1930 «[...] não eram substancialmente diferentes das outras regiões do país: atraso da agricultura, uma indústria incipiente, dificuldades nos mercados tradicionais, escassez de capital, falta de mão-de-obra especializada e de infraestruturas deficientes. Mas a estas dificuldades há que somar a descontinuidade geográfica e a distância a que ficavam os principais mercados [...]»<sup>76</sup>, realidade que na visão de Rego Chaves, em Cabo Verde e só, estava muito pior.

Apanhado na teia da *Revolta das Ilhas*, faz-se retratar com a família num par de imagens de notável tristeza, seguindo a 13 de junho de 1931 com alguns camaradas para o exílio com duas ideias em mente: «[...] nenhuma regalia à família! [...]»<sup>77</sup> e «[...] deportação para Cabo Verde, sem ter havido

---

74 Seu antigo presidente do Conselho de Ministros (<http://www.politipedia.pt/governo-de-sa-cardoso-1919-1920/> - consultado em 26 de junho de 2020).

75 CHAVES, “Entrada de 9 de agosto”, MAH.

76 ENES, Carlos, “Uma economia em transformação mas uma pobreza que persiste”, *História dos Açores*, vol. II, Instituto Cultural dos Açores, 2008: 185.

77 CHAVES, “Apontamentos – capa aos documentos militares”, s/d, MAH.

Revolta na Horta! [...]»<sup>78</sup>, duas infâmias de que se vai repetidamente lembrar. Em Praia, Santiago, ficou alojado no *Hotel Vasconcelos*, desenvolvendo nova rede de amigos e contatos com os notáveis, inclusive com os autóctones, refugiando-se na escrita e leitura para “viajar”, rumo à família ou pelo mundo. Desenvolve um pequeno diário, sistematizando ideias para escrever à família e amigos, iniciando-o com a identificação do vapor que o trouxe de Luanda e dos Açores, o *Pedro Gomes*. A presença de um navio português evocava momentos terríveis de que só se sabe «[...] quando os temos de atravessar [...]»<sup>79</sup> mas também a probabilidade de justiça ou esperança, para os doentes.

Corresponde-se com a família, amigos nos três arquipélagos e pessoas de sua confiança na metrópole, evitando problemas com a Censura ao desenvolver um sistema de contatos, e cripto, para comunicar com a família<sup>80</sup>. Contudo, notava o desaparecimento de correspondência mas não pelo mesmo motivo que interilhas: a falta de transportes. Reflete sobre os que o acompanham, alguns de particular influência, identificando à semelhança dos Açores, os mais acomodados. Seleciona-os por não ter «[...] pachorra para conversas nem para a pasmaceira dos jardins [...]»<sup>81</sup>. Prefere os seus *hobbys* e a companhia dos seus pensamentos, sofrendo com gosto a expectativa de novas cartas de família. A esta, espera que o regresso dos amigos dê conforto e espelhe a realidade, confiando-lhes a possibilidade de o resgatar da difícil situação, contando com o seu bom senso e calma:

«[...] vejo as coisas muito más; muita intransigência deles (governo), muita asneira e bacoquices (...). Por outro lado estou alarmado com o meu caso. Sei que o (Coronel) Maugénio e o Braz de Oliveira, o Silva, os telegramas do governador daqui e até carta particular do João de Deus para o anterior governador Guedes Vaz falaram em mim. Percebi-o pelas suas conversas (...). Houve quem aí dissesse e até ao Maugénio em virtude do seu feitio. Hei-de lhe dizer certas coisas, para ele dominar os nervos e ver bem que para se tratar de mim era necessária diplomacia pois não aceito nem solicito perdão. Pois tanta gente... e nada? Qual o grude com que me colaram aqui? Amarrado com conveniências políticas? Com vingança? (de quê?) Com ódio? (porquê) etc. (...) Se não regresso a Lisboa preciso (...) saber o que há contra mim para poder esmagar o caluniador ou o inimigo [...]»<sup>82</sup>.

---

78 *Ibidem*.

79 CHAVES, “Entrada de 6 de agosto”, MAH.

80 CHAVES, “Entrada de 14 de agosto”, MAH.

81 CHAVES, “Entrada de 11 de agosto”, MAH.

82 CHAVES, “Entrada de 10 de agosto”, MAH.

A sua idade, maturidade e experiência colocam-no num patamar diferente da geração de Ferro Alves, a quem aparenta não dar muita atenção: «[...] o que receio sempre são acumulações e por isso aconselho prudência (...). Meia dúzia de sacrificados e do outro lado um milhão de comodistas; não e não, não o merecem. Basta de filosofias e vamos à rotina: barba, lavagem, enfim a toilette diária que serve para consumir alguns minutos desta monotonia exasperante [...]»<sup>83</sup>.

Em Cabo Verde, tem como objetivo mudar a sua situação sem comprometer os seus ideais. Acompanha as notícias de conhecidos na metrópole, pouco falando sobre política nacional e internacional. Justifica-se por ser longo, fastidioso e desatualizado mas na realidade evita-o, para não deixar “pontas soltas” que ocasionem futuros desterros. Tal como Ferro Alves, identifica os que rapidamente se deixam enquadrar no novo regime, apesar de o considerar parte de uma geração politicamente imatura: «[...] Gostei das palavras do (...) e do Afonso de Cerqueira, muito tem errado na vida e agora querem remediar... enfim mais vale tarde do que nunca! E a respeito do Ministro da Guerra? Ainda não haverá quem queira? Ou serão ainda muito novinhos os que mandam nesta caranguejola? [...]»<sup>84</sup>, meditando por vezes sem que se discorra em pormenores: «[...] Ora o Soares Pinto! E eu a imaginar que ele estaria na cadeia! Quem o financiará para tal viagem ou a quem terá ele espigado? [...]»<sup>85</sup>.

Regista dias de bastante calor, sem aragem e luminosidade incomodativa. Perdeu peso, dado o calor e a comida pouco apetitosa. Troca com facilidade as noites relativamente frescas e monótonas, de passeios e filarmónica, pelos bons chocolates, ótimas pastilhas e belas ilustrações dos livros, jornais e revistas, nacionais e estrangeiras recebidas de Lisboa. À semelhança dos Açores, acompanha as efemérides da terra, registando aspetos peculiares numa visão antropológica e etnográfica normalmente desligada de juízes de valor. Admira a flora e fauna nativa; compara os preços e a qualidade dos produtos entre arquipélagos, concluindo ser Cabo Verde uma terra muito cara para o nível de pobreza que tem.

Por vezes perde o ânimo por achar que «[...] o governo não quer mandar regressar deportado algum [...]»<sup>86</sup>, identificando o governador local como responsável pelas residências fixas. Amadeu Gomes de Figueiredo e já o seu antecessor, o Coronel António Álvares Guedes Vaz recebiam tele-

---

83 *Ibidem.*

84 CHAVES, “Entrada de 4 de agosto”, MAH.

85 CHAVES, “Entrada de 15 de agosto”, MAH.

86 CHAVES, “Entrada de 8 de agosto”, MAH.

gramas ministeriais «[...] dizendo-lhe que distribuísse os deportados pelas ilhas como quisesse e entendesse [...]»<sup>87</sup>. Contabiliza dias sem termo, agonizando perante o receio de vinganças futuras:

“[...] qualquer gatuno ou assassino conhece o dia em que sairá às portas da prisão (...), o dia em que a sociedade lhe fecha as contas e se considera quite; eu (e tantos companheiros de infortúnio) só poderei contar os dias decorridos e aguardar a surpresa de me dizerem que posso voltar a minha casa mas... com a mesma razão que aqui me trouxe posso no próprio dia da minha chegada ser alvo de idêntica violência! [...]”<sup>88</sup>.

Nada reclama, afirmando haver até colónias de penitenciários com maior respeito pelos direitos dos cidadãos, exemplificando com os doentes: «[...] na sexta-feira veio um telegrama do Ministro (do Interior) para o governador dizendo-lhe que os doentes que fossem para Lisboa deveriam ir com a declaração da Junta Médica (...) de perigo de vida mas que (...) se (...) não confirmar a gravidade, a junta de cá pagaria as viagens (...)! Por esta forma o que pensarão eles (...): que se morra aqui no mar [...]»<sup>89</sup>. Continua sem conhecer o processo judicial que lhe foi imputado: «[...] o que se passa comigo? Queres maior injustiça e maior violência? (...) Não terei a sorte de me mandarem retirar? Não se começará a fazer um pouco de justiça? Vamos a ver mas cada dia que passa é uma ilusão [...]»<sup>90</sup>, mantendo-se atento ao Conselho de Ministros «[...] pois segundo dizem é às 6.<sup>a</sup> feiras que se reúnem. O dia é aziago mas pode ser que alguma vez saia uma resolução que nos favoreça. E como ela tarda [...]»<sup>91</sup>. Obteve-a a 23 de agosto de 1931, partindo de seguida e não voltando a ser deportado.

## Conclusão

O degredo constitui uma marca da colonização portuguesa na Macaronésia desde a segunda metade do século XV. Durante a Ditadura Militar modernizou-se metodologicamente, adquirindo novos contornos apresentados pela legislação de 1933. A nova visão de *residência fixa* encontra em ilhas uma operacionalização de tal modo eficaz que Vítor Barros refere-a como

---

87 *Ibidem.*

88 CHAVES, “Entrada de 7 de agosto”, MAH.

89 CHAVES, “Entrada de 20 de agosto”, MAH.

90 CHAVES, “Entrada de 18 de agosto”, MAH.

91 CHAVES, “Entrada de 22 de agosto”, MAH.

realidade indiscutível em 1931/32, na maioria das ilhas de Cabo Verde<sup>92</sup>. Identifica-a como organizada por núcleos, à semelhança do que já acontecia nos Açores e nos seus depósitos, em 1930. Leonel Ferro Alves evidencia-o, lembrando ser um dos primeiros em São Jorge, uma semana antes da chegada da diligência que se constituiu em comando militar naquela ilha. Nesta perspetiva, os Açores antecipam Cabo Verde.

Outro aspeto interessante são os poderes da autoridade local, que os gere e disciplina, atribuindo prisão ou deportação interilhas. Açores e Madeira estão sob comando de um delegado especial da República desde 1927, apoiado pelos dois governos militares (Madeira, a partir de 1931). Em Cabo Verde, este poder está atribuído em 1931, ao governador da colónia, comandante das forças indígenas. Outro interessante ângulo é o facto dos Açores terem já alguma experiência com campos de prisioneiros políticos, casos de 1913<sup>93</sup>, 1925<sup>94</sup>, 1928<sup>95</sup>, 1931<sup>96</sup> e mais tarde, 1933-1945, este último organizado à semelhança do «[...] que se deu durante a Grande Guerra com a concentração dos Alemães [...]»<sup>97</sup>, internacionalmente conhecido como o *Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira* (1916-1919). Veja-se a título de exemplo que, enquanto o grande presídio que antecede o Tarrafal (Santiago) funcionava na ilha Terceira, por São Nicolau, Santo Antão, Santiago e Boa Vista, uma comissão técnica do Ministério do Interior realiza estudos para adaptação, instalação e fixação de uma colónia penal em Cabo Verde<sup>98</sup>.

Contudo, é factual que «[...] foi na ilha de São Nicolau que a modalidade de deportação associada à preparação de uma prisão especial na ilha conheceu a sua primeira encenação no ano de 1931 [...]»<sup>99</sup>, em resultado da *Revolta das Ilhas* de Madeira e Açores, sob a forma do que Ferro Alves designa (embora errando na ilha), «[...] como seminário de Santo Antão [...]»<sup>100</sup>. O Coronel Rego Chaves, ao comemorar o seu regresso refere estar «[...] duplamente feliz (...) porque é o início ou pretexto para novos regressos e portanto a possibilidade de desmoronamento desta deportação tropical;

---

92 Em São Nicolau, Santo Antão, Fogo, Boa Vista, São Vicente, Brava, Sal, etc. (BARROS, 2009: 80).

93 CDZMA, Reservado, nota n.º 640, “MG ao CMA”, 04 de dezembro de 1913, FIA: 1278.

94 REPJUSTZMA, nota n.º 117/43, “CMA para o MG”, 20 de maio de 1925.

95 CDZMA, “CMPD – DDPD: Registo disciplinar dos Militares”, FIA: 502.

96 CDZMA, “Ordem n.º 30 do CMH”, 21 de julho de 1931, FIA 459.

97 REPJUSTZMA, nota n.º 94/18, confidencial, “Relatório do CMA ao MG”, *Organização de um presídio no castelo de SJB*, 11 de junho de 1934.

98 BARROS, 2009: 88.

99 *Idem*: 70.

100 ALVES, 1935: 235.

(...) pelo facto de alguns terem ficado logo na Praia e não terem ido para São Nicolau, depois do desmoronamento dos campos de concentração [...]»<sup>101</sup>. Resta saber o que entende como campos de concentração, uma vez que só é conhecido ao tempo, o depósito de presos políticos do *Seminário – Liceu* de São Nicolau, que perdura pelo menos até 1932<sup>102</sup>. Ficam assim em aberto novas linhas de investigação para o arquipélago Cabo-Verdiano, eventualmente associados aos núcleos de deportados identificados por Vítor Barros e evidenciados pelo Coronel, ao confirmar uma dispersão de acordo com especificidades como doentes e cadastrados, enviando-se para São Nicolau os piores (os bombistas).

Neste universo prisional ultramarino, com particular interesse também para São Tomé e Príncipe, e Timor, destaca-se pela positiva a Madeira. Com uma cidade cobiçada, diferencia-se por um ecletismo resultante do histórico clima e Turismo, para além de relevantes representações diplomáticas, casos da britânica e brasileira. «[...] Na primeira metade do século XIX, pelo seu clima ameno e tonificante, a ilha da Madeira tornou-se um centro terapêutico procurado por doentes tuberculosos portugueses e estrangeiros [...]»<sup>103</sup>, sendo antiga a associação entre a Saúde e o Turismo, longe do que Ferro Alves afirmou ser o clima tórrido africano ou a depressiva humidade açoriana. Duas ilhas próximas entre si, cómodas por modernas e rapidamente ligadas ao continente, constituíam mediante a possibilidade de degredo, o melhor destino, sendo inclusivamente poupada na literatura clandestina, não se conhecendo prisões políticas de maior envergadura como nos distantes Açores e ainda mais distante, Cabo Verde.

Viver a Macaronésia surge-nos de certa forma, aos olhos destes dois inimigos do regime: com idades, percursos profissionais, políticos e familiares distintos, Ferro Alves é apenas quatro anos mais velho que Maria Manuela, filha do Coronel Rego Chaves, que muito sucesso fez no Faial. Se o primeiro opta, em resultado de uma ideia pré-concebida, em se isolar com os seus pares, o segundo prefere integrar a família na comunidade local, sem descurar a sua rede de contatos, em especial na república. Ferro Alves, jovem e solteiro, alimenta a repulsa pelos locais por desejar uma deportação mais idílica para alguém que acabara de viver os “Loucos Anos 20” nas grandes cidades do continente. A Madeira era assim o mais apazível dos destinos de deportação, certamente em todo o universo ultramarino insular.

---

101 CHAVES, “Entrada de 23 de agosto”, MAH.

102 *Tarrafal de São Nicolau foi “antecâmara” do de Santiago -- académico cabo-verdiano*, [https://www.sapo.pt/noticias/atualidade/null\\_526d1301e4cc644a20000c83](https://www.sapo.pt/noticias/atualidade/null_526d1301e4cc644a20000c83) (consultado em 30 de junho de 2020).

103 VIEIRA, Ismael C., “O pioneirismo da Madeira no tratamento da tuberculose em meados do século XIX” in <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1603?lang=es> (consultado em 30 de junho de 2020).

Para alguém que exclama «[...] quem nos diria! E afinal hoje a dureza da vida e a lição crua que tenho recebido quase tenderiam à demonstração de que todos os afetos são os que mais sofrem [...]»<sup>104</sup>, concluindo quando olha à volta que «[...] sem grande exagero (...) a maioria vive sem ligações afetivas duradouras, com uma despreocupação do hoje e do amanhã, sem um exame à lição do passado, enfim, com um *sans façon* que seria de invejar [...]»<sup>105</sup>, as prioridades são outras. O Coronel Rego Chaves ambiciona um regresso à normalidade sem abdicar dos seus princípios republicanos. A sua experiência já o posicionou perante o inimigo, valorizando a família, não se comprometendo como o revolucionário Ferro Alves, que sem responsabilidade e com outro registo político, parte à aventura com os revolucionários, que imaginava idílicos, na Madeira.

As “Ilhas Adjacentes” são assim valorizadas de forma distinta, eventualmente perdendo interesse os Açores para a Madeira, mas Cabo Verde pela sua distância e clima, para os Açores. No que concerne à Cultura, o que se verificou nos dois intervenientes justifica-se por uma questão de sensibilidade académica e pessoal, a que se poderá juntar espírito científico ou ideias pré-concebidas ao ponto de chamar os açorianos de “indígenas”. Localmente, a própria ideia de regeneração política e ideológica, condenando à morte cívica os deportados enviados para as ilhas, acabou por gerar múltiplos efeitos, caso da própria *Revolta das Ilhas*, fruto do ajuntamento e mal-estar dos deportados perante as constantes mudanças, num processo que tem ainda muito a dizer sobre os Açores, e que se espera também, sobre a Macaronésia.

### Lista de abreviaturas

- CPCPD - Comissariado de Polícia Cívica de Ponta Delgada
- CDZMA – Centro de Documentação da Zona Militar dos Açores
- CMA – Comando Militar dos Açores
- CMAH – Comando Militar de Angra do Heroísmo
- CMC – Comando Militar da Calheta (São Jorge)
- CMF – Comando Militar das Flores
- CMH – Comando Militar da Horta
- CMPD – Comando Militar de Ponta Delgada
- CMVP – Câmara Municipal de Vila do Porto

---

104 CHAVES, “Entrada de 7 de agosto”, MAH.

105 *Ibidem*.

DDPIG – Depósito de Deportados Políticos na Ilha Graciosa  
DDPPD – Depósito de Presos Políticos de Ponta Delgada  
DPSCG – Depósito de Presos em Santa Cruz da Graciosa  
DRAH – Depósito de Revoltosos de Angra do Heroísmo  
GMA – Governo Militar dos Açores  
GML – Governo Militar de Lisboa  
REPJUSTZMA – Repartição de Justiça da Zona Militar dos Açores  
MG – Ministério da Guerra  
MI – Ministério do Interior  
TMTL – Tribunal Militar Territorial de Lisboa

**LA PRESENCIA DEL TRABAJO DE LAS MUJERES  
EN LOS PROCESOS DE CULTIVO Y TRANSFORMACIÓN  
DEL ALGODÓN A TRAVÉS DEL FONDO DE LA COMPAÑÍA  
ALGODONERA DE CANARIAS**

**Mercedes China Oliva**

ULL

*mchinaoliva@hotmail.com*

**Palabras clave:** Trabajo femenino; Algodón; Sur de Tenerife; Tasa de actividad; Fondos de empresa.

La relevancia de los archivos de empresa en la reconstrucción de las tasas de actividad femenina y, en general, en el estudio de la participación de las mujeres en los procesos productivos, constituye el eje central de este trabajo. Si el estudio de las tasas de actividad femenina supone un esfuerzo considerable de las energías de la investigación pues necesita de la relación e interrelación nominales de los individuos, el estudio de la actividad femenina en espacios agrarios vinculados con procesos de producción y transformación resulta, si cabe, una empresa realmente ambiciosa.

La reconstrucción de la actividad femenina mediante fuentes alternativas<sup>1</sup> a los censos de población, que ocultan el trabajo de las mujeres e invis-

---

1 GÁLVEZ MUÑOZ, L. (1997). Breadwinning Patterns and Family Exogenous Factors: Workers at the Tobacco Factory of Seville during Industrialization Process 1887-1945. *International Review for Social History*, 42 (5), 87-129; ARBAIZA, M. (2003). Orígenes culturales de la división sexual del trabajo en España (1800-1935). En C. SARASÚA & L. GÁLVEZ MUÑOZ (Coords.), *¿Privilegios o eficiencia?: Mujeres y hombres en los*

bilizan su aportación ha venido siendo realizada para diferentes regiones y modelos económicos en el período contemporáneo. Una de las fuentes más empleadas, los padrones municipales de población, debe ser complementada con otro tipo de fuentes, también nominativas, con el fin de minimizar, en la medida de lo posible, la ocultación del trabajo de las mujeres.

En general, la ocultación de la ocupación remunerada de las mujeres parece aumentar en las primeras décadas del siglo XX en diferentes regiones españolas: esta pauta tiene mucho que ver con el discurso de la domesticidad, que consideraba que el hombre fuese el principal ganador de pan. La utilización de los padrones ha permitido corregir el subregistro en distintos ámbitos del País Vasco, Cataluña, Galicia y Andalucía cruzando la información que aportan con documentación municipal (censos, registros de ocupación, impuestos de contribución industrial, censos obreros) y fuentes de empresa (libros de matrícula y expedientes de trabajadores, libros de jornales, etc.).

En Canarias, y más concretamente en el ámbito espacial y temporal que hemos escogido, el Sur de Tenerife entre 1900 y 1965, con una indudable condición agraria, los niveles de subregistro de la actividad femenina alcanzan unos elevadísimos niveles que presentan diversas manifestaciones en función de variables temporales y espaciales. Para corregir esa subestimación de la actividad laboral femenina hemos recurrido a fuentes derivadas de organismos públicos como los Censos Agrarios, Censos de Mujeres Campesinas o memorias de actividades de la Delegación de Industria, y a fuentes generadas en el ámbito de la actividad privada. Éstas últimas han resultado extremadamente fragmentarias y, en la mayoría de los casos, constituyen un ejemplo de la fragilidad del patrimonio documental de las actividades económicas del ámbito rural, pues la mayoría ha desaparecido o se encuentra en condiciones que impiden su uso. Por ello, el fondo de la Compañía Algodonera de Canarias, que hemos utilizado para visibilizar la presencia de las mujeres en el cultivo y posterior transformación del algodón con destino a la exportación, constituye una anomalía en el panorama general del patrimonio documental privado.

---

*mercados de trabajo* (pp. 189-217). Alicante: Universidad de Alicante; BORDERÍAS, C., (2010). La reconstrucción de la actividad en la Cataluña industrial: Nuevas evidencias sobre los determinantes del empleo femenino (siglos XIX-XX). IX Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, Sao Miguel, Açores. Universidade dos Açores; MUÑOZ ABELEDO, M. L. (2012). Actividad femenina en industrias pesqueras de España y Portugal (1870-1930). *Historia Contemporánea*, (44), 49-72; ORTEGA, T. M. (2015). *Jornaleras, campesinas y agricultoras: La historia agraria desde una perspectiva de género*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza.

La invisibilidad estadística del trabajo femenino, tanto en los campos de cultivo como en los espacios de transformación agroindustriales del Sur de Tenerife, es una constante a pesar de elevado índice de feminización de estas actividades por varias razones. En primer lugar, porque su contratación permitía mantener unos costes laborales bajos, puesto que los salarios femeninos eran inferiores que los masculinos. En segundo lugar, el alto nivel de estacionalidad de los cultivos de exportación como el tomate, el plátano, las flores cortadas o el algodón requerían de mano de obra flexible, capaz de adaptarse a las largas jornadas de la zafra y a las noches de los empaquetados. Por último, porque las condiciones de vida de la población de un espacio marginal como el Sur de Tenerife durante el período de estudio favorecían los intereses de los grandes propietarios y de las empresas agroexportadoras. Así, consideramos que algunos factores de demanda fueron determinantes de la actividad femenina pero también los factores de oferta.

### **El fondo de la Compañía Algodonera de Canarias como fuente en la reconstrucción de la actividad femenina**

El sector del algodón, a mediados del siglo XX, alcanzó una dimensión estimable, movilizó capitales sustanciales, generó importantes beneficios para las empresas, se expandió por más de la mitad de España y se desarrolló dentro de un específico marco institucional que condicionó a agricultores, desmotadores e industriales algodonereros.

Como señala Fernández Roca<sup>2</sup>, en el atractivo del gobierno del primer franquismo por el desarrollo algodonero confluyen la política autárquica, los problemas de abastecimiento derivados de la II Guerra Mundial, el bloqueo posterior y la falta de disponibilidad de divisas para atender a las necesidades de importación de la economía española. Para impulsar el cultivo se configuró un marco institucional intervencionista, vigente hasta 1962, por el que se fijaban los precios, se regulaba el mercado y se establecía un sistema de concesionarias. La decimosegunda zona algodonera, correspondiente a los términos municipales de Canarias, se concedió a Algodonera de Canarias por Orden Ministerial de 5 de febrero de 1952. Hasta ese momento, tanto Algodonera de Canarias S.A. como Planalgo S.A. habían competido

---

2 FERNÁNDEZ ROCA, F. J. (2002): "El sector agroindustrial del algodón en España: cultivo, denotación y Estado (1920-1970)" en *Revista de Historia Industrial*, 21, pp. 89-122.

desde 1947 por hacerse con dicha concesión. Para ello, habían promovido el cultivo del algodón en todas las islas del archipiélago, pero especialmente en Tenerife, Gran Canaria, La Palma y La Gomera.

Algodonera de Canarias, integrada en el grupo industrial CEPANSA, que controlaba la mitad de la producción de la industria textil española, contaba en Tenerife con Juan Valladares Barbuzano como Ingeniero Jefe, responsable de acaparar tanto las fanegas de algodón como los compromisos de siembra de los propietarios de la isla. Dirigió sus esfuerzos a consolidar y aumentar el número de hectáreas dedicadas al algodón entre los grandes propietarios agrícolas de la isla y, sobre todo, a convencerlos de su idoneidad como complemento y colchón de la producción tomatera. Durante los años cincuenta esta prioridad se vio acompañada por de un programa de inversiones destinadas a mejorar su competitividad. Estas inversiones se agruparán en torno a la participación en la canalización de agua destinada al riego en el Sur de Tenerife, la adquisición de terrenos para el cultivo directo del algodón, y la creación y puesta en funcionamiento de las plantas Desmotadora y de Hilatura para la transformación del algodón en fibra e hilo.

De entre las zonas en las que se desarrollará la actividad de la Compañía Algodonera de Canarias, destaca el Sur de Tenerife. Allí, el cultivo del algodón arraigó entre los grandes propietarios dedicados fundamentalmente al cultivo del tomate pues contaban con los medios necesarios para hacer rentable la apuesta algodонера: tierras, agua y abundante mano de obra, tanto local como llegada de las islas de La Gomera y Gran Canaria<sup>3</sup>.

### **La aportación del fondo de la Compañía Algodonera de Canarias a la visibilización del trabajo de las mujeres en el cultivo y transformación del algodón**

Incorporamos el vaciado del Fondo de la Compañía Algodonera de Canarias en el marco de los problemas de fuentes alternativas que permitan redefinir las tasas de actividad femenina, su participación en los procesos productivos y su aportación a la economía familiar. El fondo, custodiado en el

---

<sup>3</sup> MARTÍN MARTÍN, V. (1991). *Agua y agricultura en Canarias: el sur de Tenerife*. Santa Cruz de Tenerife; Benchomo; GUERRA PALMERO, R. (2006). *Sobrevivir en Canarias (1939-1959): racionamiento, miseria y estraperlo*. Santa Cruz de Tenerife, Las Palmas de Gran Canaria: Idea; SABATÉ BEL, F. (1993). *Burgados, tomates, turismo y espacios protegidos: usos tradicionales y transformaciones de un espacio litoral del sur de Tenerife: Guaza y Rasca (Arona)*. Santa Cruz de Tenerife: Servicio de publicaciones de la Caja General de Ahorros de Canarias.

AHPSCT, está formado por documentación diversa que atiende fundamentalmente a aspectos de la gestión de la Compañía entre 1948 y 1964. Constituye un compendio documental de sus actividades en el Archipiélago, aunque más concretamente en las islas de Tenerife, La Gomera y La Palma. Se encuentra organizado en torno a la documentación Fotográfica, la documentación de Gobierno, de Administración, Producción y Ventas y Correspondencia.

De la serie Fotografías, el 12,4% de los documentos hace una referencia precisa a la presencia de las mujeres aunque exclusivamente en los espacios de transformación de la Desmotadora y la Hilatura. Resulta significativo que no aparezca ninguna referencia fotográfica sobre el cultivo y recolección del algodón puesto que esta fase del proceso productivo era de vital importancia. Esta ausencia se explica por el hecho de que la producción constituía una parcela de los grandes propietarios que habían comprado la semilla y que ocupaban a los trabajadores con los que ya contaban en las explotaciones dedicadas al cultivo del tomate. Por ello, el conjunto de las referencias fotográficas son fruto de la necesidad de registrar los logros que la Compañía Algodonera de Canarias acaparaba en la gestión de las semillas, de las plagas, de las acciones en las galerías de agua y, sobre todo, de la construcción y puesta en funcionamiento de las plantas de Desmotación e Hilatura en Taco. Es, en este último apartado, en el que las fotografías se detienen en documentar el trabajo de las mujeres en las diversas fases del tratamiento de la fibra de algodón para convertirla en tejido.

En cuanto a los documentos que forman el conjunto de la serie Administración, sólo un 5% contiene información relativa a la presencia de las mujeres en los procesos productivos. Estas menciones se concentran en la producción de folletos de propaganda que explicaban las ventajas del cultivo y ciertas instrucciones para su desarrollo que determinaban el trabajo de la recolección como una actividad destinada a las mujeres y a los niños debido a su escasa exigencia.

*Esta operación debe realizarse por mujeres o chicos provistos de unos sacos o cestas holgadas, en las que van metiendo el algodón. Cuando se adquiere un poco de práctica se realizará perfectamente a dos manos*

*“La recolección es muy fácil y rápida si se hace en su momento, que es cuando hay mucho algodón abierto para recoger. Es labor que por su sencillez pueden realizarla perfectamente los chicos y las mujeres<sup>4</sup>.*

---

4 Folleto de la Compañía Algodonera de Canarias. SA, 1951. Fondo CAC, AHPSCT.

Parece desprenderse de la lectura de los folletos que la fase con menor dificultad en las que se dividía el trabajo era el de la recogida. Sin embargo, no señala que esta parte del trabajo representa la fase fundamental y culminante por diversas razones: por la estacionalidad, la intensidad y número de mano de obra necesaria y la dificultad del trabajo manual.

Los propietarios que desarrollaron el cultivo del algodón en sus fincas recurrieron a la mano de obra que ya se dedicaba al cultivo de los tomates. Por ello, concentraban una gran cantidad de mano de obra femenina dedicada a las labores de recogida de la fruta que era traspasada a la recogida del algodón una vez terminaba la zafra.

Por otro lado, la documentación también acredita la diferencia salarial entre hombres y mujeres y la práctica del destajo para conciliar los costes de producción y la rentabilidad del cultivo como podemos observar en la siguiente tabla<sup>5</sup>:

Actividad	Jornales de hombres	Jornales de mujeres	Jornales de menores
Podar, resembrar, aporcar	23	0	0
Regar y abonar	15,5	1,5	0
Recogida y entrega	3	30	6,5

El marco institucional vigente imponía a las empresas concesionarias la obligación de instalar las factorías precisas para la desmotación del algodón en su zona. Para cumplir la ley, las empresas tuvieron que desarrollar un programa de inversiones para la construcción y equipamiento de las factorías y ajustaron su capacidad de desmotado al aforo algodonero. En el caso de la Algodonera de Canarias, se construyó una fábrica de Desmotación y una fábrica de Hilatura, situadas en Taco. El algodón recién recolectado no cotizaba en el mercado por no estar en las condiciones que la industria demandaba. Para ello, era necesario proceder a la separación de la semilla y la fibra, proceso que se denomina desmotación. Este proceso, que funcionó a partir de 1953 concentraba fundamentalmente mano de obra femenina. De entre la documentación del Fondo, hemos destacado la que refiere información sobre el número de mujeres contratadas, su sueldo y, sobre todo, su formación inicial en un proceso único no sólo en Tenerife sino en el Archi-

5 Cultivo de algodonero en Valle Guerra (Tenerife). SP, 1952. Fondo CAC, AHPST.

piélagos. Sobre la formación de las clasificadoras de la Desmotadora resulta muy interesante el contenido de esta carta entre directivos de la Compañía:

*Conviene que busques una chica despierta, del tipo de obrera distinguida, para enviarla a Sevilla y aprenda a clasificar. A base del libro que tienes ahí puedes darle una idea de lo que será su trabajo.*

*Tendrá que estar por lo pronto un período de tres o cuatro meses en Sevilla. Su jornal diario será de alrededor de 20 ptas y naturalmente gastos pagados durante su estancia en Sevilla o una dieta suficiente.*

*Esto es del mayor interés ya que hasta que no podamos clasificar nosotros mismos, andaremos de cabeza con el Servicio.*

*La campaña de desmotación prácticamente terminará en marzo, pero podría continuar su aprendizaje aunque no hubiera desmotación<sup>6</sup>.*

También resultan relevantes las alusiones de la correspondencia sobre los salarios de las trabajadoras, ya que estos datos no se desprenden de ningún otro documento del fondo.

“En vista de ello he determinado pagar a 20 ptas los peones, continuando por ahora con las mujeres a 14, mientras no surja problema con éstas. Espero tu conformidad”<sup>7</sup>

Sin duda, una de las aportaciones con mayor interés para la reconstrucción de actividad femenina en los procesos de transformación se deriva de los listados de las obreras textiles que formaron parte de la plantilla de la Hilatura de Taco. Más del 80% del personal de la Hilatura estaba constituido por obreras que realizaban tareas altamente especializadas dentro del proceso de transformación de la fibra del algodón en hilo de diferentes calidades susceptible de ser convertido en tejidos diversos. Así, manuareras, cardadoras, mecheras, ovilladoras, gaseadoras, aspeadoras, peinadoras, dobladoras, hiladoras, torcedoras y raspadoras<sup>8</sup> constituyeron un conjunto de obreras especializadas dentro del estrecho espacio que la legislación laboral y el contexto socioeconómico permitían.

---

6 SCorrespondencia 13/1/1953. Fondo CAC, AHPST

7 SCorrespondencia 2/11/1952. Fondo CAC, AHPST

8 SProducción 25/3/1955. Fondo CAC, AHPST

PERSONAL NECESARIO EN HILATURA EN DOS TURNOS DE TRABAJO

---

SECCIONES	NUMERO
Batanero . . . . .	1
Canalero . . . . .	2
Ayudante cargo . . . . .	2
Peinadoras . . . . .	6
Manuareras . . . . .	4
Mecheras . . . . .	12
Hiladoras . . . . .	20
Sobreras . . . . .	10
Dobladoras . . . . .	8
Torcedoras . . . . .	8
Ovilladoras . . . . .	8
Gaseadoras . . . . .	2
Aspeadoras . . . . .	8
Empaquetado . . . . .	2
Untador . . . . .	1
Varios . . . . .	2
Limpieza . . . . .	1
Aytes. Encargado . . . . .	2
Encargados . . . . .	2
Oficinas . . . . .	2
Dirección . . . . .	1
Total . . . . .	104

---

Nota: Personal real que tenemos 122.-

25/3/55

Fig. 1 – Personal necesario en Hilatura en dos turnos de trabajo.

### Conclusiones

A través de la información que ofrece el Fondo de la Compañía Algodonera de Canarias, se nos revela que en el cultivo y transformación del algodón en Canarias se dio un altísimo grado de feminización, no sólo en los trabajos de los campos de cultivo sino también en los procesos de transformación de la desmotación y la hilatura.

La estacionalidad de los procesos productivos afectaron tanto a la fase de recolección del algodón, de julio a octubre, como al proceso de desmoteado que duraba lo que duraba la producción en bruto, aproximadamente desde noviembre a febrero. Mención aparte merece las distintas fases de fabricación del hilo que ocupaba a obreras especializadas de forma continuada aunque también hemos encontrado en la documentación referencias a la continua contratación de mujeres que estaría en el origen de la merma en su formación y en el rendimiento de la producción.

Por último, el fondo no cuenta con ninguna relación nominal de trabajadores, a excepción de los cuadros administrativos y de dirección. Por ello, no permite cruzar los datos con los censos o padrones de habitantes. Sin embargo, el valor de su aportación resulta indudable en la urdimbre de datos que nos permita una reconstrucción de la participación de las mujeres en los procesos de cultivo y transformación de los productos de exportación en el Sur de Tenerife durante el franquismo anterior al desarrollo del sector servicios.



**GRACIOSA E PORTO SANTO**  
**“DOS QUE VIVEM ONDE SOPRA O VENTO”**

**Cláudia Maria Ferreira Faria**

*SRTC/DRC*

*claudiamffaria@gmail.com*

**Palavras-Chave:** Porto Santo; Graciosa; Ilhas; Vivências; Memórias.

*...ao fim do caminho, de todos os caminhos  
há sempre uma ilha, a ilha, (...)  
lugares onde se morre e adormece.*

José Agostinho Baptista

São assim as ilhas. Estas ilhas. O Atlântico. A nossa proposta é fazer delas um caminho e nelas descobrir o fio com que se (des)cose a vida. As ilhas são mundos inteiros que cabem em espaços concentrados, bordados com as margens do mar. São assim a Graciosa e o Porto Santo, duas ilhas pequenas que a história irmana, nos ventos que fazem mover as velas dos moinhos, nas dores que sofreram em conjunto, em tempo de piratas e de corsários, no estar-assim pachorrento dos burros ou dos jericos que compõem as suas geografias, no sossego que as transporta para dentro. «Saí um dia da Graciosa, mas a Graciosa não saiu de mim», escreveu Victor Rui Dores<sup>1</sup>. Podíamos

---

<sup>1</sup> Publicado no *Graciosa Online* a 22 de Agosto de 2014 e actualizado a 30 de Outubro de 2015.

escrever nós duas relativamente ao Porto Santo. «Ninguém, afinal, se liberta de uma ilha», explica-nos Helena Marques<sup>2</sup>.

Sabemos que cerca de 10% da população vive nas ilhas e que aproximadamente 25% dos estados soberanos são territórios insulares. Conhecemos também a sustentação de Braudel quando afirma que o mundo não só precisa de ilhas como se serve delas ou a de Baldachino que lhes sinaliza as raízes e os caminhos, o *roots and routes*. «Plantei-a [a ilha esperada e trazida] na planície da memória», diz-nos Cristóvão de Aguiar, consciente desta dialética entre mar e montanha, entre apartamento e voo, entre *ser fendido* e destino que sobeja, entre casa e asa.

Se todo o ilhéu não passa de um enclachado na praia – «*toalha estendida num chão de pedras e perdás*»<sup>3</sup> e se tal como advoga Humberto Eco “as nossas fantasias sobre as ilhas se movem entre o mito de uma ilha que não existe (...) e o de uma ilha que existe demais”<sup>4</sup>, a verdade é que a Graciosa – «*sentada a ver o mar*» (MELO) e o Porto Santo – «*joia mais antiga de Portugal*» (MAX), exercem um fascínio ao qual não se pode ficar indiferente.

O desafio de lapidar estes dois «*nós de rocha perdidos no azul*»<sup>5</sup> e trazer à tona não apenas as características de cada um destes lugares mas acima de tudo traçar um trajeto, descontínuo, assimétrico, é grande. Embarcamos na direção do Oeste [ponto cardeal da noite] e em direção às nuvens pois tal como nos diz Raul Brandão «*todos as ilhas têm uma nuvem sua, uma nuvem própria, independente das outras nuvens e do céu, e com uma vida à parte no universo*».

Porto Santo, *a terra amiga*, cantada por MAX<sup>6</sup> e onde, em 1418, os validos do Infante D. Henrique se estrearam nas artes de marear e conquistar, a ilha dourada abençoada por um areal de cerca de 9 quilómetros que faz as delícias dos veraneantes, contrasta, do ponto de vista cromático, com a Graciosa, oficialmente ocupada, em 1450, pelos Portugueses que nela vislumbraram «a gentileza da mulher e da ilha (...) – a sua graciosidade» bem

---

2 Raízes no mar, JL: Jornal de Letras, Artes e Ideias, Outubro de 1997.

3 Aguiar, Cristóvão de, *Relação de Bordo* (Trilogia) Diário ou nem tanto ou talvez muito mais, Edição de autor, 1964.

4 Eco, Humberto, *Construir o inimigo e os outros escritos ocasionais*, Lisboa, Gradiva, 2011.

5 Tabucchi, António, *Viagens e outras viagens*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2010.

6 Maximiliano de Sousa, cantor multifacetado que se destacou no fado, no bolero, no teatro e na Revista Portuguesa, nascido na Madeira a 20 de Janeiro de 1918 e que eternizou canções como Pomba Branca, Noite e Porto Santo. Faleceu em Lisboa em Maio de 1980.



Fig. 1 – Vista panorâmica do litoral do Porto Santo. Coleção Perestrelos.

como uma brancura ingénua<sup>7</sup>, um branco que preside à vida e à paisagem, como algo de impoluto<sup>8</sup>.

Ficaram unidas por laços familiares. Pedro Correia da Cunha, fidalgo da casa real de S. Afonso V de Portugal, por casamento com Izeu Perestrelo de Mendonça, uma das filhas de Bartolomeu Perestrelo, capitão de donatário do Porto Santo, assumiu a capitania da dita ilha entre 1458 e 1473, numa transação estabelecida com Diogo Gil Moniz e sua irmã Isabel Moniz, tutores de Bartolomeu Perestrelo II, em idade menor e que obrigava ao pagamento de uma tença anual de dez mil reais. Chegou depois à Graciosa, após nomeação como capitão donatário do norte, tendo posteriormente assumido o comando da ilha inteira até à sua morte em 1497.

Se, numa primeira instância, este *solo amigo* [de proteção e abrigo] celebrizado na canção de Maximiliano de Sousa, se fez apetecível aos olhos dos filhos da nobreza a quem o rei não recusava privilégios, a verdade é que o Porto Santo não passou de um laboratório de ensaio temporário para esta linhagem elevada que, *não aguentando a dureza da vida neste torrão inóspito, partiu em busca de maiores proveitos em outras paragens*. Uma ilha abandonada, na solidão do mar, porque da ilha do Porto Santo só se avista

7 Melo, João de, *Açores, o Segredo das Ilhas, Narrativa de viagem*, Edições D. Quixote, 2016, p. 127

8 IDEM, p. 128.



Fig. 2 – O transporte de passageiros na década de 1920.  
Foto inserida na página Facebook de Porto Santo Antigamente.

o infinito e o infinito é demasiado grande para se avistar, quando se é tão pequeno.

Assim, esta ilha-mais-ilha, indomável e exigente, cedo se tornou madrasta. O clima seco e o terreno árido foram as mais duras batalhas destas gentes que, saindo do continente, procuravam justa fortuna por onde o reino se espraiava. A falta de chuva e a areia que, obedecendo a um vento constante, invadia os campos cultivados fizeram destes obreiros, homens de pouca fortuna, de poucas falas, engrossando-lhes o jeito resignado de ser. Na verdade, de que lhes valia lutar, se, à partida, *já estava tudo perdido?* Este sentimento de luta inglória, traço endémico aprimorado ao longo dos tempos, tornou-se o porta-bandeira de um povo que, primeiro, se sentiu abandonado pela natureza e, depois, pelas autoridades. Assim, sem ajudas nem do divino nem do terreno, os porto-santenses (ou profetas, que isto de alcunhas...), sistematicamente acusados de indolentes, desconfiados e *diferentes*, ousaram resistir, aceitando, sem grande revolta, o seu fado e, se baixaram os braços, foi para melhor caberem nesse ventre cansado e estéril a que chamam *casa*.



Fig. 3 – Vista panorâmica de Santa Cruz da Graciosa em 2019. Fonte: Duarte Nuno Chaves.

*A reserva de chuva secou no fundo dos olhos  
Aí onde brotam ásperas raízes e cardos  
Aí onde a areia soergue o vento do deserto  
A erosão corrói a seiva tritura o vento<sup>9</sup>*

João Mestre, num artigo para a revista *Evasões*, escreveu no subtítulo que «a teimosia, mais do que defeito, é a força de carácter que deu feitio a esta ilha que é uma preciosidade». Estava a falar da Graciosa. Poderia estar a falar do Porto Santo já que, em ambas, este trejeito irreduzível, esta persistência, esta determinação é tudo quanto tem para lutar contra à dupla insularidade. Na Graciosa, só se sai para o mundo, da Terceira. No Porto Santo, primeiro é preciso passar o mar da travessa [numa viagem quase iniciática] e, uma vez chegados à Madeira, seguir adiante.

Deitando mãos ao pouco que tinham, os porto-santenses plantaram cereais – num período *áureo* em quem forneciam a ilha vizinha e durante o qual a paisagem insular se alterou, dada a proliferação de moinhos de vento; tingiram panos com os pigmentos naturais, extraíram cal, criaram algum gado e pescaram. Fustigados por secas constantes, conheceram a fome como

---

9 Freitas, A. J. Vieira, *Erosão*, Funchal, 1982, p. 43

ninguém. E conheceram o medo. Um medo constante que aumentava sempre que, no horizonte, uma vela desfraldada e embalada pelo vento significava o inimigo – os piratas, os mouros, os argelinos que tudo saqueavam, roubando a pouca comida, os poucos animais, incendiando tudo e levando tantos prisioneiros quantos pudessem apanhar, condenando-os a um longo cativeiro e muitas vezes, à morte. A expressão «há mouro na costa» evoca ainda estes tempos em que a população fugia para o Pico Castelo, a montanha que domina a vila Baleira, que ainda hoje mantém os canhões no miradouro. Para que ninguém se esqueça de se lembrar, como nos ensinou Ricoeur. Vitória, localizada no interior da Graciosa, faz-nos igualmente recuar a estes tempos de piratas e de medos, em que o capitão da ilha foi levado para Argélia.

O chão destas ilhas – as nossas e as vossas – é o Atlântico. E o mar – o das ilhas – é quintal de outras casas. Ao debruçar-se sobre as *Ilhas Desconhecidas* de Raúl Brandão, Joel Neto dá conta de que «o que as ilhas têm de mais belo e as completa é a ilha em frente»<sup>10</sup>. João de Melo, posicionando-se do lado direito da Serra Branca, afirma «olho para o Faial, mas tenho o Pico à espreita, por entre as corcovas de S. Jorge»<sup>11</sup> e sublinha esta visão arquipelágica que, geograficamente, está ausente no Porto Santo. Talvez seja esta solidão que os distingue. Ou não.

«A Graciosa (...) sabe que deve defender-se dos ventos invernosos que a assolam, da sede que mata a terra, do vazio em volta da ilha e mesmo das ilhas que lhe ficam à distância. Por ela têm passado séculos, anos e dias de solidão, a solidão da branca e feminina Graciosa»<sup>12</sup>, escreve João de Melo.

Nemésio, em meados do século XX, falava de «*Pobres e minúsculas ilhas de solidão, coroadas de cagarros e de nuvens*», e comparava o Porto Santo a outras ilhas - Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo - e contava dessas «*ilhas pequenas e puras como simulacros pueris de ajuntamentos humanos, ilhas de brincar, onde, eventualmente, se experimentava o modo de viver em sociedade, lugares iniciais onde a vida humana ainda tem, de quando em quando, o sabor dos primeiros dias da criação do mundo*»<sup>13</sup>...

---

10 Neto, Joel, «O livro que disse a um povo que ele era um povo», *Diário de Notícias*, 6 Fevereiro 2019.

11 Melo, João de, *Açores, O segredo das Ilhas, Narrativa de Viagem*, Edições D. Quixote, 2016, p. 134

12 IDEM, p. 137.

13 Nemésio, 1956, citado por Rui Nepomuceno em *A Madeira vista por escritores portugueses (Séculos XIX e XX)*, Coleção Funchal 500anos, 2008, p.389.



Fig. 4 – Os moinhos da Graciosa de origem flamenga um dos ícones do arquipélago dos Açores. Fonte: Jorge António Cunha.



Fig. 5 – Moinho de vento na ilha do Porto Santo. Século XIX. Fotografia disponível no site Porto Santo Antigamente.

A ilha branca, dominada pela Serra Branca, foi, tal como a ilha dourada, bordada a areal e espuma, um torrão agrícola. Os moinhos de vento, ainda hoje, fazem parte de uma *escrita da terra* cristalizada no passado. São “memorabilia”.

O vento continua a soprar, mas as velas do moinho, no caso do Porto Santo, giram, apenas na coreografia do grupo Folclórico do Porto Santo e resumem-se a cinco estruturas localizadas no sítio da Portela, uma clara desvantagem em relação à Graciosa, onde ainda existem cerca de 28 moinhos a emoldurar Santa Cruz. A escrita da memória do Porto Santo, por seu lado, compõe-se de moleiros e «*moinhos de vento na serra a acenar*»<sup>14</sup> Estes elementos identificativos do Porto Santo estão presentes em muitos textos. São coisa do passado: «*o moinho/(...) há muito tempo parou*»<sup>15</sup> servem para outras coisas, para serem vistos ou para colocar no frigorífico, como recordação. As referências às eiras, ao vento que faz dançar as velas são *meramente poéticas. A memória faz parte da identidade literária deste lugar.*

E depois há os burros. Uma memória, também, no caso da ilha dourada. O Jerico, nome pelo qual ficou conhecida a espécie que circulava pela ilha dourada é, tal como o moinho de vento, parte de um passado. Era o

14 Verso de canção popular sobre os moinhos de vento no Porto Santo.

15 Andrade, Irene Lucília, *Ilha que é gente*, 1986, p. 91



Figs. 6 – O Burro ou jerico como é conhecido no Porto Santo, espécie nas ilhas Graciosa e Porto Santo, apresentam características muito próprias e diferenciadas em cada uma das ilhas.  
Fonte: coleção da autora (Porto Santo).



Figs. 7 – Utilização do burro da Graciosa no transporte diário de pessoas e mercadorias.  
Fonte: Jorge Cunha.

meio de transporte privilegiado, e servia para levar mercadorias e gentes de um lado a outro da ilha. Eram eles que, à chegada do carreireiro ao cais da vila, carregavam sacas de batata, utensílios e combustível. Eram eles que, no verão, levavam os turistas, pachorrentos, em passeios ao pôr-do-sol.

Irene Lucília, num tom jocoso e falando dos burros do Porto Santo, da sua paciência, resignação e imensa solidão (aqui comparável ao porto-santense) acrescenta, colocando um sorriso nas suas palavras: «*não tenho dúvida de que o seu apodo, ao coroar a imbecilidade dos humanos, é das coisas mais cruéis que podem acontecer a um burro. Como dizia um sábio camponês, “mal acompanhando, os bichos também são gente”*»<sup>16</sup>. (Hoje, avistam-se aqui e acolá, esporadicamente, fazendo, parte da paisagem sentimental do Porto Santo. Mais nada.

O burro anão da Graciosa, pelo contrário, foi, em 2015, reconhecido com raça autóctone, à semelhança do que aconteceu com o pônei da Terceira. Um outro olhar. Uma atitude diferente.

Entre Santa Cruz e a Vila Baleira, uma diferença enorme: enquanto a primeira é, pelo seu traçado arquitetónico, uma vila classificada do ponto de

16 Andrade, Irene Lucília, *Crónica Breve da Cidade Anónima, À Hora do Tordo*, Funchal 500 anos, 2008, p.99.

vista patrimonial, a segunda, carece ainda de qualquer proteção, apesar de albergar com desvelado orgulho a casa onde terá vivido Cristóvão Colombo e onde terá nascido o seu filho Diogo, vice-rei das Índias.

Porto Santo e Graciosa são, contudo, ilhas abençoadas [como todas as ilhas, diremos nós]. O areal dourado é, desde há muito, tido como terapêutico; as águas da Graciosa também. E há o sol e a praia e o sossego. E há meloas e uvas. E há o silêncio azul de um mar que banha os pés às duas e as transporta para dentro do peito.

Em certos textos, o *Porto Santo* assume as características de um lugar de dentro, carregado de referenciais afetivos, de sensações, *de emoções*. O *Porto Santo* de Irene Lucília Andrade é *um exemplo desta apropriação*: «uma vaga de cal e trigo onde embarco»<sup>17</sup>. A ilha é o ninho que se esconde na imaginação do pássaro, a ilusão da liberdade perdida, o afago da paz, a miragem do oásis para além das eiras. Esta ilha é claramente, então, para o sujeito poético, «*agasalho do sonho, repouso do (...) barco*»<sup>18</sup>, lugar do silêncio e da procura da paz. Não acontece o mesmo com a Graciosa, onde João de Melo percebe o que é «ter o sossego do mundo em volta, e o olhar tranquilo perante o verde do campo, o azul do firmamento e o silêncio do Mar»<sup>19</sup>?

Uma ilha é aquilo que se pensa dela, aquilo que se sente nela. Muitas vezes, o encantamento. Outras, a desilusão. Ou um lugar vazio.

*Eu queria uma ilha assim, onde tudo se resume à  
evidência dos astros,  
ao coração sereno*<sup>20</sup>.

Que pode ser o Porto Santo. Ou a Graciosa. Ou uma qualquer ilha que se leve dentro de nós.

---

17 Andrade, Irene Lucília, *Crónica Breve da Cidade Anónima, À Hora do Tordo*, Funchal 500 anos, 2008.

18 IDEM.

19 Melo, João de, *o Segredo das Ilhas*, Edições D. Quixote, 2016.

20 Baptista, José Agostinho, *Epilogo* (Poesia Reunida) Porto, Assírio e Alvim, 2019.



## UM CANTO À ILHA DA MADEIRA

**Graça Alves**

*SRTC/DRC*

*gracaleonor@hotmail.com*

«No princípio era a ilha  
embora se diga  
o Espírito de Deus  
abraçava as águas<sup>1</sup>»

**Palavras-chave:** Madeira; Homenagem; Madeirenses; Poios; Literatura.

No princípio era também o mar. E o sonho dos Portugueses em expandir o império e a cristandade. E a vontade de Deus em premiar o sonho de um herói modelar, puro e religioso que, na ponta de Sagres, almejava o infinito - o Infante D. Henrique. Os cronistas - Gomes Eanes de Zurara, João de Barros, Gaspar Frutuoso – contam a descoberta de uma Ilha que permite uma nova abertura: o Homem e o Mundo ficam mais perto, depois de encontrarem este lugar de terra fértil, de ares doces, de possibilidades imensas, uma escala para mercadores, um porto de salvação, uma fonte de riquezas para Portugal e para o mundo inteiro.

A Ilha é entendida como um Paraíso, onde o espaço económico e o espaço religioso caminham lado a lado e, de alguma forma, se complementam

---

<sup>1</sup> José Tolentino de Mendonça, *Os Dias Contados*, Secretaria Regional do Turismo Cultura e Emigração, DRAC, Funchal.

– «O Paraíso que a Bíblia citava devia ser assim» – escreve, em 1972, Carlos Martins (1909-1985)<sup>2</sup>.

Todos querem participar na construção deste novo paraíso terrestre, situado no Atlântico. Os autores [oficiais] são generosos na descrição que fazem da ilha, da sua formosura, da beleza selvagem das suas montanhas, da fartura e frescura das suas águas, da qualidade das suas madeiras, da fertilidade do seu chão. São muitos os que se referem à Madeira como uma ilha do tesouro, consubstanciada numa frase de Cadamosto (1432-1488), «toda ela é um jardim e tudo o que colhem na dita ilha é ouro»<sup>3</sup>.

A mi(s)tificação da Ilha da Madeira contribui para a imagem de um lugar perfeito que os deuses (ou Deus) embrulharam num nevoeiro espesso que se avista ao longe, um negrume que esconde um lugar maravilhoso a que só os heróis e os eleitos têm acesso. A ilha tem quase o poder de uma teogonia, nas palavras dos escritores. Esta ideia de proteção divina será usada ao longo do tempo para explicar a sua “perfeição” – «Uma razão pela qual o engenho e a indústria fizeram tão pouco pela Madeira deve-se ao facto de a Natureza ter feito tanto»<sup>4</sup>.

Porque representação de um “*locus amœnus*”, muitos autores permitem-se recuar aos velhos mitos onde florescem jardins: esta é uma Ilha Afortunada, uma Ilha dos Amores, um Éden onde nem falta um adão e uma eva [os ingleses Robert Machim e Ana d’Arfet] que, em nome de um amor impossível, fizeram da ilha um lugar de salvação – a baía recolhe e abraça os corpos cansados dos amantes - mas também um sacrário, que lhes guarda a sepultura assinalada com uma cruz.

Luís de Camões chama-a “grande” e considera-a a preferida de Vénus, «Passamos a grande ilha da Madeira / que do muito arvoredado assi se chama<sup>5</sup>». Grande porque rica.

Efetivamente, ao longo da sua História, a Madeira foi ganhando um extraordinário grau de prosperidade, graças à benignidade do clima, à fertilidade da terra, às culturas da cana e da vinha, à força das gentes.

Foi nela que se ensaiou e aperfeiçoou o modelo de organização e governo das capitánias. Foi nela que se ensaiou a modernidade... nomeadamente

---

2 Carlos Martins, *Madeira, Mar de nuvens*, Funchal, 1972.

3 Aragão, António, *A Madeira vista por Estrangeiros. 1450.1700*, Funchal, 1982.

4 Wilson, Robert, 1806, *Voyages of Discoveries round the world. Comprehending authentic and interesting accounts of countries never before explored*, vol. I, 1806.

5 Luis de Camões, *Os Lusíadas*, Canto V.

no que respeita às questões do açúcar. Foi a riqueza da terra que lhe permitiu financiar alguns projetos portugueses, nomeadamente a reforma da Universidade de Lisboa e os avanços técnicos que nos permitiram navegar para mais longe. Foi a sua centralidade que lhe conferiu a honra de ser a maior diocese do mundo, entre 1519 e 1553.

Foi a natureza que derramou nela um clima ameno, doce, capaz de curar doenças do corpo e do espírito e que a brindou com os verdes das florestas e com a majestade dos rochedos que lhe abriu, no século XVII, as portas do mar, conferindo-lhe Frederic Mauro,<sup>6</sup> o estatuto de «centro de gravidade do Atlântico» e indicando-a como lugar primeiro do turismo enquanto atividade com proveito económico.

Mas a sua riqueza está também no povo que conquistou a montanha, que enfrentou as escarpas, que desafiou a morte para pendurar as casas nos beirais dos penhascos e para rasgar as serras para encaminhar a água para os lugares certos.

Por isso, de todas as vezes que a natureza falhou ou sempre que a avidez do homem a cansou, a fome e a pobreza sentaram-se à mesa do povo. Nem sempre a terra dá o que é preciso. E o povo teve de emigrar. O mar é o apelo do ilhéu. Chegam por ele as vozes do mundo, trazidas nas asas das gaivotas e nas velas dos navios. Chegam as novidades do diferente, do que acontece para além do risco azul do horizonte.

Lugar de possibilidades e de sacrifícios também, a emigração tem sido, ao longo da história da Madeira, uma tentativa [muitas vezes bem-sucedida] para sobreviver e enriquecer.

Alma marinheira do ilhéu ou má gestão da riqueza que a terra (e o mar) lhe dá? O povo foge ao espectro de uma miséria que não tem justificação. Conhecem-se sucessos e fracassos. O êxito raramente se traduz em grandes fortunas, mas tão-somente na realização do sonho que está na base de quem parte: regressar à terra, construir a sua casa e ganhar o respeito daqueles que, de algum modo, os quiseram humilhar e abrimos aqui um parêntesis para lembrar o sistema agrário que dominou a ilha, as sesmarias, primeiro, a colónia, depois...

Quem parte – e os madeirenses povoaram o mundo – leva no peito a saudade e a promessa de um regresso estampada no retrato que a mãe guarda junto ao peito e que olha, todos os dias, quando o mar [o céu] não

---

<sup>6</sup> Mauro, Frédéric, *Portugal, o Brasil e o Atlântico*, Ed. Estampa, Porto, 1997.

devolve quem levou. Ficam as cartas que alguém lê em voz alta, porque não se sabe o valor que as letras têm dentro das palavras.

Aos poucos, porém, a ilha vai dando mostras de mudar. Os anos 60 trazem algum progresso: a eletrificação das ruas, as obras hidroagrícolas, a construção de estradas que aproximam as freguesias que as serras separam. Porém, a ideia de ilha-paraíso não morre. António Montês (1896-1967) continua a chamar à ilha «canto do Paraíso, obra de Deus que os homens, com seu engenho (...) vêm aperfeiçoando dia a dia para que nada falte aos que a visitam».<sup>7</sup>

O turismo vai ganhando forma. A ilha vende a sua beleza e Cabral do Nascimento, nos anos 40 do século XX, organiza uma antologia, mais impressionista do que informativa sobre os lugares seletos de visitantes ilustres. Objetivo: mostrar o paraíso - poetas e escritores (devidamente escolhidos para o efeito) guardaram a ilha dentro das suas palavras, enaltecem-lhe as belezas, sublinharam a hospitalidade, a generosidade e a coragem das suas gentes, a forma inteligente como as mãos do homem se uniram às mãos da natureza, para a transformar em presente para os turistas.

A Madeira continua a ser, por este tempo a glória do Império, exporta a beleza das paisagens, fruta, bordados, laticínios, obra de vime, peixe de conserva e bordados.

O desenvolvimento do turismo e o progresso, trazido pelos braços da Autonomia, mudam, então, as representações da Ilha da Madeira. Há uma manifesta nostalgia por parte dos autores que a escrevem, sobretudo no fim do século XX e início do século XXI: ela é o paraíso perdido dos que foram viver para outros lugares, mas é [ainda] o lugar da saudade, a casa, a concha, um paraíso a beirar o mar.

O mar marca a história da ilha. Dele dependem as chegadas e as partidas, as riquezas e as pobrezaas.

Ao percorrer a ilha, os seus lugares e os seus tempos - entre os séculos XV e XXI - encontramos uma ilha que antes de ser história, foi lugar da utopia, sacrário e paraíso. As palavras que escrevem esta “nesga de mundo” sabem a sal e a sol e a maresias. Sabem a vinho de roda, ao canto rubro das vindimas, à dança dos braços que se rasgam nos canaviais. Lembram as fomes que se seguiram às doenças da vinha, às secas ou às aluviões.

Passeámos na doçura desta ilha-jardim, resto da velha Atlântida de Pla-

---

7 Montês, António, *Terras de Portugal*, 1ª série, Lisboa, 1939.

tão, num lugar que se ergueu da destruição diluviana, primeiro, do fogo destruidor, depois, e que marca, de acordo com o ideal dos poetas, a capacidade do ilhéu de sobreviver às adversidades e de resistir às catástrofes. Bebemos a água que jorra das serras, a que corre nas levadas, a que alimenta a terra e a reveste de uma pele tenra e verde de quase eterna juventude. Apreciámos a beleza da floresta, entendida apenas como isso: beleza.

E louvamos o homem, suprema riqueza desta terra. O madeirense, diferente no ser e no falar, transporta em si a carga da escravidão que a história lhe colocou aos ombros, mas transporta, também, a coragem para rasgar os obstáculos e voltar a ter esperança.

Percebemos a solidão de ser ilhéu, mas percebemos, também, o orgulho de ser arquiteto das pontes que permitem transpor os abismos.

A riqueza da ilha está nela própria e na força das suas gentes. Porque tem o mar à volta. O lugar fica situado numa das curvas do mar. Sentados na boca do vulcão, olhámos para seiscentos anos de História.

Ousámos casear o mundo daqui. Cada ponto do nosso bordado foi pegado de espuma pela montanha fora. Foi chão e foi mar. Foi verso de poeta. Foi suor de homens que vieram do mar, abriram rugas na terra, subiram as encostas e plantaram as casas no abraço das vides. Foi arrepio das paredes da serra, quando a água escorre em cascatas e risca os montes de branco.

Derramamos o bordado sobre o colo. Embebedamo-nos dos versos dos poetas que nos falam de horizontes, porta de entrada de gente, porta de saída de sonhos. Está lá o mar, a abraçar de azul e futuro o que ainda está por fazer. As marés contam de um mar branco de açúcar, enfunando as velas das caravelas.

Contam de regressos e de desenhos sagrados da Flandres, guardados em arcas e depositados na beira do vulcão. Falam de saques de piratas, de fomes e de lutos.

Falam de um tempo que já não é, porque as gaivotas o levaram no bico para alimentar os seus ninhos.

Na serra, os massarocos mandam saudades do mar. As gaivotas pou-sam nas palavras. Socorremo-nos de Natália Correia para terminar esta comunicação: «Vinde à Ilha. (.) E onde quer que vos conduzam seus dedos de flor de jacarandá, o mar purificador, permanente ablução da alma insular, vos lavará os olhos. E então vereis jorrar, invicta a fonte do poema<sup>8</sup>».

---

8 Gonçalves, José António, *Ilha 2*, Câmara Municipal do Funchal, 1979.



## **CAPÍTULO III**

### **TRADIÇÕES, MÚSICA E EXPRESSÕES ORAIS**



**TRADIÇÕES, MÚSICA E EXPRESSÕES ORAIS:  
ELEMENTOS DE IDENTIDADE DOS ILHÉUS.  
“BU NÁCI, SÓ PA BU KÂ FIKA NA BARIGA”  
BATUKO & MATERNIDADE TRANSNACIONAL**

**Alcides José Delgado Lopes**  
*tchida.pesquisa@gmail.com*

**Palavras-Chave:** Identidade; Batuko; Maternidade Transnacional; Antropologia Decolonial.

**Introdução**

Os discursos e as narrativas sobre o arquipélago de Cabo Verde continuam provocando debates intensos em torno das diferentes perspectivas identitárias dos seus habitantes, bem como da sua diáspora globalizada. Neste contexto, a socióloga Eurídice Monteiro (2016) propõe o exame da matriz colonial patriarcal, sobre a qual fundamentam-se as representações do arquipélago, com vistas a apreender, a partir dos estudos pós coloniais e feministas, as abordagens que focam o produto cultural resultante do encontro colonial, bem como, as tentativas de silenciamento do processo histórico da criouliização. Ou seja, um debate sobre o impacto e as implicações do referido processo histórico na própria situação das mulheres (pág. 983).

As abordagens que atentam para as relações de poder, dentro e além das fronteiras de gênero, classe e região denunciam que uma análise do processo

de gestação da sociedade cabo-verdiana requer a desconstrução das narrativas dominantes, das quais dependem a invenção de Cabo Verde como um arquipélago de criouldade. A autora refere-se à experiência sócio histórica relatada como um caso singular de criouldização a partir da imaginação colonial portuguesa. Esta narrativa, por sua vez, tem reforçado a memória da expansão europeia e da história colonial em detrimento das múltiplas formas de violência impostas no âmbito imperial colonial. Desta forma, a racialização e a feminização dos sujeitos colonizados constituem-se em mecanismos de dominação, enquanto estabelecem a diferença colonial como dupla forma de discriminação (*ibid.*, pág. 984-5).

A partir de um quadro de análise mais amplo, referindo-se ao *Atlântico Negro* (2001 [1993]), Gilroy defende que, embora tenham-se alimentado de um sentido profundo de cumplicidade entre o terror racial e a razão, estes debates têm em grande medida ignorado o papel da música enquanto cerne volátil da criação cultural afro-atlântica. Neste sentido pensar a música negra tem exigido uma reorientação em direção ao fatídico e o inefável, tendo em vista que, a proximidade imaginativa do terror racial inerente à escravidão faz parte das respostas que as sucessivas gerações de intelectuais negras e negros têm dado à modernidade. Neste contexto, o autor aborda o conceito de música, bem como, as relações sociais que a acompanham, no intuito de esclarecer alguns atributos distintos das formas musicais negras, classificadas por ele, a um só tempo, como modernas e modernistas. Para o autor, estas formas, por um lado, são modernas por terem sido marcadas pelas suas origens híbridas e crioulas no Ocidente, e porque escapam ao *status* de mercadorias e da posição determinada pelo mesmo no interior das indústrias culturais. E por outro lado, fazem parte da produção resultante de uma prática artística enquanto domínio autónomo. Entretanto, além destes aspectos, o autor defende que as características resilientes destas práticas músico-expressivas derivam de uma duplicidade, a entender: “a localização instável simultaneamente dentro e fora das convenções, premissas e regras estéticas que distinguem e periodizam a modernidade” (Gilroy, 2001, pág. 159).

No caso específico de Cabo Verde, vale assinalar que o tipo de colonização e povoamento promovido pelos europeus foi fragmentado e fragilizado devido à distância deste arquipélago – comparado com o dos Açores e a ilha da Madeira, igualmente sob a tutela do império português – com relação à metrópole. A história nos conta que a situação geográfica das ilhas somente foi favorável para promover a ocupação e a utilização do território como um

*hub*<sup>1</sup> para o desenvolvimento das primeiras rotas transatlânticas do tráfico negreiro (Rodney, 1970; Correia e Silva, 1996 citado em Monteiro, 2016, pág. 985). Entretanto, é inegável a predominância do discurso em torno da construção da identidade cabo-verdiana baseado em uma experiência histórica peculiar, a qual teria influenciado um processo de criouliização análogo ao projeto de construção da identidade nacional (cf. Fernandes, 2002; Almeida, 2000; 2005; Monteiro, 2015; 2016).

Nas narrativas dominantes sobre o arquipélago de Cabo Verde, a música sempre figura-se como um elemento profícuo cuja poesia retrata uma nação profunda e estruturalmente marcada e moldada pelo fenômeno da migração. Seja durante o processo de imigração involuntária dos tempos da escravidão e dos trabalhos forçados, ou durante a emigração voluntária em situação contínua desde o século XVIII (cf. Carling e Batalha, 2008). Cabo Verde hoje é vista como uma nação diaspórica na qual a maioria dos cidadãos se lança na emigração e cuja história e cultura musical recentes são integrais deste mesmo processo. Neste contexto, argumentamos que a prática musical é um ingrediente substancial nos fluxos imateriais que atravessam fronteiras e formam identidades transnacionais. Sendo assim, questionamos: que tipos de redes teóricas podem nos ajudar a responder questões relativas à música no mundo como o compreendemos? A maioria de nós está ciente que atualmente fazemos, sentimos e experimentamos música, tanto na solidão como na companhia de nossos colaboradores, em um mundo muito mais complicado do que costumava ser. Talvez estejamos nos conscientizando de que o mundo sempre foi complexo, enquanto as nossas maneiras de pensá-lo eram muito esquemáticas, por conseguinte, demasiadamente inadequadas (Rice, 2003, pág. 151).

Neste trabalho, procuramos discutir abordagens sobre as experiências e percepções da maternidade em campos sociais transnacionais quando gerenciada e experimentada em contextos de incerteza e pressões conflitantes. A proposta de análise é baseada no fenômeno da emigração feminina de Cabo Verde para Portugal (vide Carreira, 1983; Batalha & Carling, 2008). A abordagem conceitual se aplica à prática do *batuko*<sup>2</sup> – gênero performativo

---

1 Walter Rodney (1970) nos informa que os portugueses não estavam interessados somente na mão de obra escrava como força de trabalho, mas também estavam empenhados em comprar escravos para reexportação para o novo mundo.

2 Batuque, batuku e batuko são vocábulos usados corriqueiramente na descrição desta manifestação. Neste texto, usaremos batuko.

complexo que envolve percussão, poesia, canto e dança. Quando, um grupo de mulheres (raramente um homem aparece nesse contexto) canta e toca percussão em uma roda ou semicírculo, havendo uma solista e um coro que lhe responde. Uma expressão musical-coreográfica encontrada na ilha de Santiago do arquipélago de Cabo Verde com características relativamente estáveis desde o século XVIII (vide Nogueira, 2011; Ribeiro, 2012).

Dentro do nosso recorte, focamos em grupos de *batuko* que emergem na cidade de Lisboa a partir dos inícios da década de setenta do século XX. Estes grupos, organizados por mulheres, na maioria da ilha de Santiago, cujos integrantes residem em bairros como Fontainhas, 6 de Maio (Damaia), Cova da Moura (Buraca) e Marianas (Carcavelos) interpretam um repertório que versa sobre experiências, tais como o processo para conseguir o visto para emigrar, a legalização da sua situação em Portugal, o trabalho da venda nos mercados de peixe, no comércio ou em residências privadas, e ainda sobre como a vida familiar teve que ser estruturada devido a emigração (Cidra, 2008; Ribeiro, 2012).

### **Mobilidade, Moralidades e Maternidade: “Rabidansa”**

Falar sobre a emigração feminina cabo-verdiana reserva suas peculiaridades. A literatura sobre maternidade transnacional relaciona situações nas quais uma mulher adulta emigra para o estrangeiro enquanto seus filhos menores de idade permanecem no país de origem (Andall, 1998; 1999; Hondagneu-Sotelo & Avila, 1997; Lobo, 2006; Parreñas, 2005). Esta compreensão de maternidade é a contrapartida de uma noção de infância relacionada com a idade, descrevendo o período entre o nascimento e a idade adulta. Infância, contudo, é um termo relacional: indivíduos permanecem os filhos de seus pais pela vida inteira (Akesson, Carling & Drotbohm 2012, pág. 239). Entender este ponto de vista nos permite expandir a compreensão sobre este fenômeno. Neste sentido, uma emigrante que deixou seu filho ou sua filha aos cuidados da avó, participa simultaneamente de duas relações de maternidade transnacionais. Este ponto é significativo no caso cabo-verdiano, onde o vínculo mãe-filho (a) é central por toda a vida.

A unidade familiar analisada neste trabalho é típica do interior de Santiago, onde a família extensa composta por marido, mulher, filhos solteiros (adultos e crianças), netos e, em alguns casos, as esposas dos filhos casados

que se encontram emigrados, em que as chefes de família são normalmente as anciãs e os homens adultos ausentes (Trajano Filho, 2005). Esta configuração opera no sentido de dar maior peso às mulheres no interior das famílias. A centralidade feminina é reforçada pelas redes familiares que, devido à relativa ausência da figura do homem, operam entre as casas por meio de troca e partilha de coisas, valores e pessoas (Lobo, 2006, pág. 12).

A pesquisadora Marzia Grassi, em seu estudo sobre gênero e diáspora cabo-verdiana pesquisou o caso das *rabidantis*<sup>3</sup>, e nos informa que as dinâmicas das redes cabo-verdianas pelo mundo têm aumentado cada vez mais, principalmente o número de mulheres migrantes que se movimentam entre Cabo Verde e os países de acolhimento. Segundo a autora, as mulheres ocupam na organização familiar cabo-verdiana posição preponderante no que diz respeito à reprodução material e simbólica da sociedade e sugere a importância e pertinência do gênero como estrutura interpretativa do movimento migratório de origem cabo-verdiana (Grassi, 2006, pág. 2).

Nesta secção procuramos demonstrar como, na situação cabo-verdiana, as separações longas são construídas como uma necessidade dolorosa, mas não são assumidas como sendo traumáticas. A configuração triangular mãe biológica, mãe adotiva e filho (a) exige que cada uma das mães desempenhe papéis complementares, que tenham consciência e estejam preparadas para enfrentar incidentes imprevistos e obstáculos contingentes e a possível renegociação das expectativas individuais e coletivas.

Akesson, Carling & Drotbohm (2012) analisam o ideal e as expectativas com relação à maternidade transnacional em Cabo Verde, enquanto procuram estabelecer relações com as formas locais de parentesco, de adoção e de organização doméstica. No seu estudo, o uso das três categorias enunciadas no subtítulo aponta para um elo que é central às vidas das mulheres cabo-verdianas: a mobilidade para além das ilhas é frequentemente necessária e desejada; enquanto que a maternidade se apresenta como uma âncora em um universo social instável; os desafios práticos e emocionais da maternidade à distância são enfrentados em um contexto de moralidades socialmente definidas.

Nas sociedades onde existe um forte etos de mães provedoras, geralmente a mãe prioriza as necessidades emocionais e educacionais, enquanto assume a responsabilidade de providenciar um padrão material satisfatório. Assim, mães cabo-verdianas são obrigadas a equilibrar de forma pre-

---

3 Mulheres comerciantes que integram um movimento migratório temporário que várias vezes ao ano é feito nos fluxos de comércio informal para várias partes do mundo a partir de Praia (GRASSI, 2006).

cária o seu duplo papel de cuidadoras e de ganha-pão (Akesson, Carling & Drotbohm, 2012, pág. 239). Neste contexto, segundo Lobo (2006), partilhar é uma categoria fundamental no entendimento das relações familiares, os quais não estão restritos aos laços genealógicos. O conceito fundamental de “fazer família” está presente nas práticas de partilha, ajuda mútua e solidariedade entre as pessoas e os grupos domésticos de forma que o enfoque do pesquisador deve recair no sistema familiar enquanto um processo que é construído quotidianamente.

A expressão “fazer família” invoca uma maneira cabo-verdiana de “ser” e remete a dimensões da identidade crioula. Uma organização familiar com práticas coerentes com a matriz africana, fundamentalmente ligada às sociedades da costa da África ocidental por semelhanças estruturais de duas ordens – primeiro porque a formação social que surgiu nas ilhas compartilhou durante muito tempo uma estrutura de reprodução social com os aglomerados mestiços nas margens dos rios da Guiné. Segundo por compartilhar atributos estruturais da cultura política das sociedades africanas, ligado à reprodução das unidades sociais (Trajano Filho, 2005) – onde também operam valores calcados em um modelo de família nuclear, um casal em co-residência e seus filhos, de matriz europeia e que é considerado ideal, especialmente pelas mulheres (Lobo, 2006, pág. 12). A proposta de descodificação do papel da performance do batuko enquanto elemento central e identificador de aspectos sociais, políticos e culturais no contexto pós-colonial da relação entre Cabo Verde e Portugal integra a tese principal do etnomusicólogo Jorge Ribeiro (2012), que na sua pesquisa de doutoramento abordou as inquietações, memórias e afirmações na prática do batuko de Cabo Verde em Portugal.

A ideia da centralidade e a persistência do batuko na vida de muitos cabo-verdianos, especialmente daqueles naturais ou descendentes das ilhas de Santiago e do Maio é notável na bibliografia produzida sobre o tema. Os recentes estudos sobre o batuko de Cabo Verde (Hurley-Glowa, 1997; Nogueira, 2011) e na diáspora, especialmente em Portugal (vide Ribeiro, 2012) apontam para um papel mais abrangente desta prática no dia a dia, do que o puramente musical, principalmente nas redes construídas e alimentadas por mulheres; não só mães, filhas, netas, tias, primas, mas também por comadres e Vizinhas etc.

Timothy Rice sugere que investiguemos simultaneamente em duas direções diferentes: primeiro, em direção a estudos mais atomizados de indivíduos e pequenos grupos de indivíduos que tenham vínculos mais provavel-

mente por um momento no tempo e no espaço, por crenças compartilhadas, status social, atitudes, gostos e experiências do mundo (e talvez sem nenhum vínculo étnico); e segundo, procurar compreender estas crenças individuais e ações, como acontecendo em um “sistema mundial moderno” de algum tipo, um sistema que desafia, e que, pelo menos em alguns casos parece quase destruir culturas e sociedades como “conhecidas tradicionalmente” (Rice, 2003, pág. 152).

De acordo com Ribeiro (2012), a distribuição da comunidade cabo-verdiana pelo território português é desigual. O fenômeno da emigração cabo-verdiana para Portugal compreende várias fases em épocas diferentes. No entanto, a grande maioria está concentrada nas províncias de Lisboa e Setúbal. Contudo, segundo Batalha (2004a), aos olhos da sociedade portuguesa, percebe-se uma “guetização” da comunidade cabo-verdiana, na medida em que, ela habita uma forma específica de alojamento de imigrantes em bairros semiclandestinos de autoconstrução na periferia da cidade. Este tipo de organização social, por um lado dificulta o acesso ao apoio social, às infraestruturas urbanas, à legalização do trabalho e ao relacionamento com as instituições portuguesas, por outro lado favorece o reforço das redes de solidariedade no interior da própria comunidade, o que parece ser a única alternativa para um contingente populacional socialmente segregado (Ribeiro, 2012, pág. 75).

Neste contexto, procuramos reiterar a operacionalidade da prática performativa do batuque na mediação privilegiada da cultura e da sociedade cabo-verdiana entre gerações em contextos familiares, como também em um quadro de protagonismo das mulheres em espaços institucionalmente desprotegidos, onde a prática funciona como dramatização performativa da história da emigração cabo-verdiana:

O batuko, como prática das mulheres de Santiago: inscreve a partilha de memórias, de histórias de vida, de percursos e de modos de evasão ao ingrato estatuto de imigrante, e define-se como elemento transformador de fragilidades sociais e identitárias em reivindicação e exaltação da caboverdianidade. O desempenho do batuque, que se explica pelo lado visível e audível da sua performance, mas também pelas tensões sociais e históricas que esconde, estabelece um vínculo à dimensão de resistência a partir do qual se configurou e que agora, no espaço de acolhimento pós-colonial, continua a fazer sentido (Ribeiro, 2012, pág. 76).

### Uma Sessão de batuko:

No campo da etnomusicologia, a percussão sempre desempenhou um papel de grande ênfase na construção e expressão da música instrumental africana, a qual, geralmente é adornada por uma variedade de formas de dança. De acordo com o etnomusicólogo Kofi Agawu (1987), das formas e estilos de percussão encontrados na África Ocidental, podemos distinguir três modos principais: o modo discursivo, no qual o percussionista meramente reproduz os ritmos do discurso do tambor – “tambor falante”; o modo de sinal, similar ao discursivo, só que com menos palavras e os ritmos são de alguma forma estilizados, o que demonstra o envolvimento de algum tipo de código e, por conseguinte, o ouvinte deve demonstrar habilidade para decifrar a informação; e o modo da dança, definido pela regularização dos padrões rítmicos para criar a métrica em um processo transformacional (Agawu, 1987, pág. 415).

A prática performativa do batuko está inscrita neste último modo mencionado acima. A noção de que o batuko veio do continente africano, com as pessoas escravizadas que de lá foram levados para Cabo Verde é ponto assente na literatura sobre o assunto. Segundo Carreira (2000 citado em Nogueira, 2011, pág. 30), Santiago foi a primeira ilha povoada e aquele processo foi baseado em populações de diversas regiões da costa ocidental africana, do Senegal à Serra Leoa. Mandingas, jalofos, fulas são apontados como os que deixaram maiores vestígios da sua presença.

De acordo com Ribeiro, a observação da performance do batuko permite identificar três componentes essenciais: (a) a componente sonora – designada por vezes em crioulo como “som”, que compreende o acompanhamento rítmico e a dimensão melódica cantada “boca”; (b) uma componente coreográfica – a dança do torno ou *dá ku tornu* e; (c) uma componente poética ou literária, designada cantiga.

## Componente sonora:

### Ritmo

O batuko é anunciado pelo ritmo percutido em palmas ou na tchabeta<sup>4</sup>, geralmente em alternância (figuras 1 & 2), colocando em evidência o resultado polirrítmico da sobreposição de células binárias contra ternárias em ciclos repetitivos, com diferentes métricas (Ribeiro, 2012, pág. 78). O ritmo emergente pode ser definido como uma seleção estética aleatória de um contínuo de “picos de proeminência” de padrões sonoros integrados.



Fig. 1 – Padrões rítmicos (palmas) componentes do batuko e respetiva resultante (adaptado de Ribeiro 2012).

Logo após a estabilização da regularidade do padrão rítmico percutido pelas batukaderas, ou em outras palavras, o ritmo resultante – definido a partir de uma integração, concebida monoliticamente (a integração de um balanço binário com um balanço ternário) – nota-se que a percepção intrínseca da sincronia temporal entre as performers está em grande parte relacionada com a consciência e as expectativas que elas possuem dos ritmos emergente e resultante (Anku, 1997, pág. 213).

Quando a percussão é feita na tchabeta (figura 2) os padrões rítmicos, os quais são percebidos ciclicamente, se tornam mais complexos. Segundo Anku (1997), o sucesso de uma performance pode ser medido em parte pelo grau de intensidade (que pode ser exprimida em termos de profundidade de emoções ou na extensão da alegria) da performance. No grupo de batukaderas, as articulações de certos padrões rítmicos podem geralmente

4 Diz-se do idiofone que consiste de uma almofada revestida de napa (tecido sintético) ou mesmo de um pano enrolado em si mesmo (*pano di téra*) e preso entre as coxas das batukaderas. Em outros momentos tchabeta significa o ritmo do batuko (NOGUEIRA, 2011).

destacar passagens rítmicas bem conhecidas, o que pode também aumentar a intensidade. Neste meio de expressão individual no coletivo, a batukadeira experiente pode fornecer informações cruciais para análise (Anku, 1997, pág. 214).

The image displays three musical staves in 6/8 time. The top staff, labeled 'Tchabeta M.E (bam-bam) M.D', shows a rhythmic pattern of eighth notes with stems pointing up and down, alternating in a sequence of two eighth notes followed by a quarter note. The middle staff, labeled 'Tchabeta M.E (rapica) M.D', shows a similar rhythmic pattern but with stems pointing up and down in a different sequence. The bottom staff, labeled 'Resultante', shows the combined rhythmic pattern of the two upper staves, resulting in a more complex sequence of eighth notes.

Fig. 2 – Padrões rítmicos componentes do batuko quando a percussão é feita sobre a tchabeta e a respetiva resultante sonora (adaptado de Ribeiro 2012).

Agawu (1987) defende que a vitalidade da música percussiva da África Ocidental deve ser apreciada e compreendida, a partir de uma perspectiva baseada em um contexto de esquema maior de expressão rítmica, no qual estejam incluídos todos os aspectos da vida tradicional do oeste africano. Anku (1997), por sua vez, aponta que a maioria dos estudos sobre a percussão africana realizados por etnomusicólogos têm um aspecto negativo em comum, que é identificado por ele como “*a general lack of a holistic approach*” (*ibid.*, pág. 212).

Durante uma sessão de batuko, os ritmos são articulados em grupos de várias unidades estruturais que podem ser percebidos em vários níveis. De acordo com Ribeiro, em algumas circunstâncias podemos observar outros padrões de percussão que parecem ser interpretações pessoais daqueles dois tipos de padrão rítmico descritos acima, mas que geram ritmos resultantes totalmente compatíveis com as anteriores (2012, pág. 102).

The figure displays three systems of musical notation, each representing a different rhythmic alternative for batuko. Each system consists of three staves. The top staff in each system is labeled 'Tchabeta M.D' and shows a consistent rhythmic pattern of eighth notes. The middle staff is labeled with an alternative: 'Alternativa A ME', 'Alternativa B ME', and 'Alternativa C ME'. These alternatives show variations in the rhythmic patterns, such as the use of quarter notes or different groupings of eighth notes. The bottom staff in each system is labeled 'Resultante' and shows the combined rhythmic effect of the top two staves. All staves are in 6/8 time and are organized into four measures.

Fig. 3 – Outros padrões rítmicos alternativos componentes do batuko quando a percussão é feita livremente sobre a tchabeta com as duas mãos, e a respetiva resultante sonora (adaptado de Ribeiro, 2012).

Do ponto de vista da forma musical, o batuko apresenta duas partes, a cantiga e a rabira<sup>5</sup>:

“Esta forma simples do tipo AB corresponde a duas secções em que a melodia e a coreografia são distintas. Na primeira secção as frases cantadas – sejam estrofes ou refrãos – formam unidades relativamente longas que se reduzem bastante em duração na segunda secção. A alternância entre as

5 Hurley-Glowa (1997, pág. 125) utiliza o termo “rapica”, tal como o registrou junto dos seus interlocutores em Cabo Verde. Na realidade, muitos dos termos épicos do batuque não são consensuais. Neste caso as duas palavras (e os verbos respetivos, “rapicar” – repicar, redobrar, acelerar; e “rabirar” – revirar, dar a volta, tornar) estão relacionadas com aquela parte da cantiga (Ribeiro, 2012, pág. 93). Em Nogueira (2011, pág. 33) encontramos: rapica tchabeta ou rabida. Neste estudo optamos por usar rabira, como anotado em Ribeiro 2012.

intervenções da solista e do coro é, assim, muito mais rápida na segunda secção do que na primeira. A interjeição “*rabira!*” é utilizada pela cantora solista para sinalizar ao coro e à(s) dançarina(s) a transição da primeira para a segunda secção. Por vezes existe uma secção intermédia entre as partes A e B, gerida pela solista, em que as estrofes da cantiga são parcialmente reduzidas. Anuncia-se assim ao coro e às dançarinas que está próximo o início da segunda parte. E é depois da interjeição ‘rabira!’ que a música se concentra em uma alternância intensa entre solista e coro.” (Ribeiro, 2012, pág. 93)

O ritmo percutido como acompanhamento sonoro e organizador da métrica obedece, genericamente, ao mesmo padrão global nas duas partes, embora com intensidades, pulsações e variantes bastante diferentes entre si. Segundo Ribeiro, a existência de um tapete sonoro percussivo permanente parece ser uma das características mais importantes do batuko, mesmo com as variantes nos padrões rítmicos percussivos. Este tapete sonoro é decisivo na estrutura do canto e da dança, no andamento e na coordenação geral das batukaderas, inclusive para determinar a periodicidade das frases cantadas (Ribeiro, 2012, pág. 103).

A extraordinária integração com as várias formas de expressão rítmica que caracterizam o modo de vida oeste africano – o gesto, a palavra falada, a música vocal e a dança ou o gesto estilizado – nos proporciona uma concepção holística e processual do batuko (Agawu, 1987 citado em Lopes, 2015, pág. 87). A natureza esfuziante que gera o batuko, animado pelo toque polirrítmico da tchabeta pelas batukaderas, que a todo momento mantém o ritmo e constroem as diferentes dinâmicas provocam no corpo o arrebatamento da dança do torno (*dá ku tornu*), durante a rabira.

Cada batukadera toca apenas um dos padrões de cada vez, contudo, durante uma cantiga ela pode alterar o seu padrão. Algumas batukaderas alteram seus ritmos durante a execução com o intuito de melhorar o ritmo resultante.

## **Melodia**

A dimensão melódica no batuko está relacionada à cantadeira solista em articulação com respostas cantadas pelo coro de batukaderas e tem lugar ao longo de toda a performance das cantigas. A melodia está constantemente sendo cantada, desde o início ao fim, em alternância entre a cantadeira

solista e o coro, o que constitui um ingrediente de enorme possibilidade expressiva que as batukaderas exploram. O modelo melódico que o coro deve usar para as respostas durante toda a cantiga é introduzido pela solista na sua primeira intervenção (Ribeiro, 2012, pág. 104).

Sobre a organização melódica, Ribeiro demonstra que as melodias são estruturadas em vários conjuntos de motivos melódicos sequenciais que, por sua vez, são relacionados com as frases do texto cantado. Estes motivos apresentam todos a duração equivalente e estão articulados intrinsecamente com a percussão. A extensão de cada motivo melódico corresponde exatamente a um conjunto determinado de unidades rítmicas, fazendo com que na performance a solista e o coro alternem exatamente a mesma frase (ver anexo I).

Durante o batuko, a cantadeira solista pode introduzir novas estrofes (improvisados ou não) sobre os mesmos motivos melódicos estruturais da melodia. Segundo Ribeiro, isto promove não só a variedade discursiva do batuko, mas também a sua variedade sonora e auditiva. As formas mais importantes de ornamentação que as cantadeiras introduzem nas melodias incluem: pequenas variantes melódicas, ênfase dinâmica em certas notas ou nas passagens de uma nota para outra, a adição de palavras e vocábulos, interjeições e gritos (Ribeiro, 2012, pág. 107).

Para Hurley-Glowa (1997, pág. 5), o finaçon – um dos momentos constituintes da sessão de batuko – é primeiramente um género de poesia oral, além de um género musical. É composto essencialmente de máximas, ditados e provérbios. Sua base é o improvisado e nem todas as cantadeiras são capazes de praticá-lo. Ao longo de uma sessão de batuko o finaçon pode acontecer ou não e, fontes alertam a sua raridade nos dias de hoje. Cantadeiras de finaçon como Nha Bibinha Cabral, Nha Nácia Gomi, Nha Gida Mendi entraram para a história da música Cabo-verdiana por se destacarem nesta área (Nogueira, 2011, pág. 47).

O finaçon é um género que não existe sem a música (a música do batuko), tem suas variantes, cada uma com a sua própria melodia, de acordo com a métrica. Contudo, o djanbu, também chamada de *conbersu sabi* se refere a uma modalidade de poesia oral próxima ao finaçon, mas que independe de música, (2011, pág. 44).

### **Componente Coreográfica**

A dimensão coreográfica do batuko, segundo Ribeiro, é quase sempre improvisada. A mulher no centro do círculo durante a cantiga é aquela que vai fazer a dança do torno durante a rabira. Durante a cantiga, a coreografia consiste em um conjunto de gestos preliminares que têm por objetivo o aquecimento e adequação do corpo ao ritmo da percussão. Para efeito da dança, um pano enrolado sobre si próprio, no sentido longitudinal, de forma a ficar semelhante a um grosso cinto, é enrolado e apertado em volta das ancas da dançarina.

*Dá ku tornu* consiste em vários episódios de dança durante os quais a dançarina efetua movimentos rápidos na região pélvica e nádegas, em velocidade crescente, mantendo o tronco aparentemente imóvel como eixo em torno do qual o resto do corpo se movimenta. Trata-se de um movimento com fortíssimo efeito visual e de grande dificuldade de execução que é desempenhado em um momento particular da dança quando a dançarina, em conjunto com as batukaderas e com o apoio do público, atinge um clímax performativo (Ribeiro, 2012, pág. 111-112).

### **Componente Poética ou Literária: cantiga**

O protagonismo na performance do batuko merece atenção especial que este trabalho não tem como se comprometer. Os grupos de cantadeiras têm seu repertório, onde as letras são diferenciadas e individualizadas em um certo nível. O conteúdo das letras incide sobre diversos aspectos do cotidiano feminino como por exemplo, a conquista amorosa, o papel social da mulher, a maternidade, etc. Nestas cantigas, segundo Ribeiro, a metáfora, a analogia, a comparação e outras figuras de estilo literárias são recursos presentes que criam ambiguidades e afirmações por sugestão indireta.

As cantigas podem ser consideradas arenas de reivindicação (Castro Ribeiro, 2008 cit. em Ribeiro, 2012), ou a prática do batuko, como um discurso em uma perspectiva foucaultiana, de desafio, de questionamento em nome do coletivo, *a site of struggle*. As cantadeiras são consideradas pessoas especiais, advogadas de causas de todos e dos que não tem voz social. Neste

aspecto, a cantadeira de batuko retoma em boa parte o papel social do *griot*<sup>6</sup>, na crítica e na denúncia dos mais poderosos e na defesa dos mais fracos e desprotegidos. A sua temática estende-se por todos os assuntos de interesse social e pessoal (Ribeiro, 2012, pág. 110).

### Considerações Finais

O modo como o batuko constrói significado, depende da conjugação de esforços, tanto no palco, como no trabalho e na vida. Estes são suportes estratégicos de um segmento importante da sociedade cabo-verdiana. Neste caso, as mulheres migrantes geraram processos de regulação e de sobrevivência que permitiu resistir e reivindicar um espaço de permanência independentemente do lugar onde moram. Defendemos que o batuko é, provavelmente, um dos mais importantes testemunhos desse processo.

Através do batuko compreendemos como a música é, também, uma forma de regulação da sociedade. A inter-regulação da performance do batuko por um princípio de esforço coletivo pode ser encontrada na prática do *djunta mon* (juntar as mãos), a expressão crioula frequentemente usada pelos cabo-verdianos para explicar o modo como se ajudam mutuamente no trabalho quotidiano e que traduz bem esta atitude de repartição de tarefas, que no batuko, tem um papel estrutural.

Também percebemos o batuko como uma daquelas contingências que mostra como as experiências e estratégias da maternidade transnacional interagem com uma série de elementos contextuais, incluindo os regimes da migração, ideologias sobre a maternidade, padrões de relacionamentos conjugais, organização do lar e a divisão do mercado de trabalho de acordo com o gênero. Partimos da perspectiva de que o fenómeno da maternidade transnacional não pode ser compreendido com referência a um ou dois fatores específicos e sim deve ser analisado em todas as suas complexidades. Neste caso, a prática do batuko, principalmente na sua característica mais reservada, aparece como um umbral.

---

6 O termo “*griot*” surge na literatura francesa histórica sobre África ocidental, referindo-se a um tipo de classe profissional de artistas musicais e poéticos de tradição hereditária, na região da Senegâmbia. Estes artistas gozavam de grande prestígio social e frequentemente do patrocínio real. Esta classe incluía instrumentistas e cantores que preenchiam diversos papéis sociais (Ribeiro, 2012, pág 110).

**Bibliografia:**

- AGAWU, K. 1987. The Rhythmic Structure of West African Music. *The Journal of Musicology*, Vol. 5, No. 3 (Summer, 1987), pp. 400-418.
- AKESSON, L; CARLING, J; DROTBOHM, H. 2012. Mobilities, moralities and Motherhood: Navigating contingencies of Cape Verdean Lives. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. Vol. 38, No. 2, February 2012, pp. 237-260.
- ALMEIDA, 2005. “Crioulização e Fantasmagoria”. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 33-49
- ALMEIDA, M. V. 2000. Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política de Identidade. Oeiras-Portugal: Celta Editora.
- ANDALL, J. 1998. Catholic and state constructions of domestic workers: the case of Cape Verdean women in Rome in the 1970s, in: *The New Migration in Europe*. Edited by Koser, K. and Lutz, H. Basingstoke. Palgrave, UK. Macmillan Press, pp. 124-42.
- ANDALL, J. 1999. Cape Verdean women on the move: ‘immigration shopping’ in Italy and Europe, *Modern Italy*, 4(2), pp. 241-57.
- ANKU, W. 1997. Principles of Rhythm Integration in African Drumming. *Black Music Research Journal*, Vol. 17, No. 2 (Autumn, 1997), pp. 211-238.
- BATALHA, L. 2004a. *The Cape Verdean Diaspora in Portugal: Colonial Subjects in a Postcolonial World*. Lenham: Lexington.
- BATALHA, L; CARLING, J. 2008. Cape Verdean Migration and Diaspora. In: *Transnational Archipelago: Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*. Edited by Luís Batalha and Jørgen Carling. Amsterdam. Amsterdam University press.
- CARREIRA, A. 1983. *Panaria Cabo-Verdeano-Guineense*. Praia: ICL.
- CARREIRA, A. 2000. *Cabo Verde. Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Praia, IIPC.
- CIDRA, R. 2008. Cape Verdean Migration, Music Recordings and Performance. In: *Transnational Archipelago: Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*. Edited by Luís Batalha and Jørgen Carling. Amsterdam. Amsterdam University press.
- GILROY, P. 1993. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- GRASSI, M. 2006. Cabo Verde pelo Mundo: o género e a diáspora cabo verdiana. *Working Papers*. Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa, pp. 1-36.

- HONDAGNEU-SOTELO, P; AVILA, E. 1997. "I'm here, but I'm there": the meanings of Latina transnational motherhood', *Gender and Society*, 11(5), pp. 548-71.
- HURLEY-GLOWA, S. 1997. *Batuko and Funana: Musical Traditions of Santiago, Republic of Cape Verde*. Tese de doutoramento, Brown University, 1997.
- LOBO, A. 2006. *Tão longe, tão perto: organização familiar e emigração feminina na ilha da Boa Vista, Cabo Verde*. Tese. Brasília. Universidade de Brasília.
- LOPES, A. J. D. 2015. *Os Tamboreiros da Ilha das Montanhas: música e sociabilidade no Colá Son Jon de Porto Novo*. Dissertação. Brasil. Universidade Federal de Pernambuco.
- LOPES, A. J. D. 2017. *Os Tamboreiros da Ilha das Montanhas: Música e Sociabilidade no Colá Son Jon de Porto Novo*. Praia- Cabo Verde: Pedro Cardoso Livraria.
- LOPES, A. J. D. 2020. *Sobre Adriças e Cabrestos: o Kola San Jon de Cova da Moura e as formas resilientes da tradição africana na diáspora africana em Lisboa-Portugal*. Tese de Doutorado. Recife, Pernambuco. PPGA-UFPE.
- MILLMAN, H. L. 2013. Mothering from afar: conceptualizing transnational motherhood. *Totem: The University of Western Ontario Journal of Anthropology*, Vol. 21, Iss 1. Art. 8, pp. 72-82.
- MONTEIRO, E. 2016. "Crioulidade, Colonialidade e Género: as representações de cabo verde". *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(3): 398. Pp. 983-996.
- MONTEIRO, E. 2015. *Entre os Senhores das Ilhas e as Descontentes: identidade, classe e género na estruturação do campo político em Cabo Verde*. Praia, Cabo Verde. Edições Uni-CV.
- NOGUEIRA, G. 2011. *Batuko, património imaterial de Cabo Verde: percurso histórico-musical*. Dissertação. Praia. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV).
- PARREÑAS, R.S. 2005. *Children of Global Migration: Transnational Families and Gendered Woes*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- RIBEIRO, J.C. 2012. *Inquietação, memória e afirmação no batuque: música e dança cabo-verdiana em Portugal*. Tese. Aveiro. Universidade de Aveiro.

- RICE, T. 2003. Time, Place, and Metaphor in Musical Experience and Ethnography. *Ethnomusicology*, Vol. 47, No. 2 (Spring - Summer, 2003), pp. 151-179.
- RODNEY, W. 1970. *A History of the Upper Guinea Coast 1545-1800*. USA. Oxford University Press.
- TRAJANO FILHO, W. 2005. The Diaspora Sociability: the return. *Revista Colombiana de Antropología*. Volumen 47 (1), enero-junio 2011, pp. 155-192.
- TRAJANO FILHO, W. 2006. "Por Uma Etnografia da Resistência: o caso das tabancas de Cabo Verde". Série Antropológica. Vol. 408, Brasília: DAN/UnB, 2006.

**CHARAMBA - EM BUSCA DE UM FUTURO.  
CONTRIBUTOS PARA O SEU ESTUDO  
NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA**

**Élia de Sousa**

*Associação Musical e Cultural Xarabanda  
eliasousaster@gmail.com*

**Palavras-chave:** Charamba; Improviso; Música; Identidade; Madeira.

«O Charamba é um entretenimento e animação de vida!»<sup>1</sup>

**O povoamento e suas influências na música “popular” madeirense**

Com este artigo pretendemos dar um contributo para o estudo do charamba, enquanto género musical de improviso da tradição madeirense, sistematizando e reunindo a informação existente sobre esta temática; valorizando e divulgando esta manifestação de património cultural imaterial e de, igual modo, dar a conhecer o projeto “Charamba – em busca de um futuro” levado a cabo pela Associação Musical e Cultural Xarabanda.

Quando falamos em música da tradição madeirense não podemos deixar de referir que na condição de ilhéus e de território povoado, as influências externas foram marcantes consoante a origem geográfica dos povoadores e

---

<sup>1</sup> Testemunho oral de Gouveia, João, 2019, 00:23:35, p.6. Arquivo da Associação Musical e Cultural Xarabanda (AMCX)

das suas referências musicais. Assim sendo e, segundo os estudos de referência, no povoamento da ilha da Madeira destaca-se as “províncias do Minho e do Algarve” (algarvios ligados a atividades marítimas, enquanto que os minhotos à agricultura), a presença de espanhóis deve-se especificamente a galegos e aos escravos “guanches” das Canárias e, por último, não menos importante, a influência dos escravos africanos:

Foram, aliás, os escravos, os negros do Golfo da Guiné, os mouros cativos do Norte de África e ainda os canários quem mais contribuiu para o desenvolvimento do arroteamento de terras e, para a produção de cereais e de açúcar<sup>2</sup>.

Tal afluência fez com que muitos permanecessem e se fixassem na ilha da Madeira, como nos refere Silva e Meneses:

O colono vindo do continente fez-se sesmeiro, tornou-se depois senhor da terra e em muitos casos transformou-se em morgado, deixando aos escravos o cultivo e amanho das propriedades rústicas e indo disfrutar na cidade ou na corte o rendimento dos seus campos e herdades. Os escravos, libertando-se a pouco e pouco da tutela do senhor, cultivando por conta própria as terras de sesmaria, sobrecarregando-as com casas, paredes e outras bem-feitorias, e valorizando-as deste modo consideravelmente, contribuíram para a criação do contrato de colônia e quasi passaram a ser co-proprietários dessas mesmas terra e propriedades<sup>3</sup>.

Nesta diversidade cultural, destacamos ainda a presença árabe no arquipélago «Os escravos mouros surgem das várias expedições guerreiras dos madeirenses a Marrocos e este grupo servil teve grande importância na sociedade madeirense no séc. XV»<sup>4</sup>. Segundo Alberto Artur Sarmiento, referenciado no *Elucidário Madeirense*, «Dos mouros, a dolência dos cantares, mas a dança repisada é movimento de negro»<sup>5</sup>. Encontramos ainda uma possível influência no cancionero e romanceiro tradicional, como registou Francisco Lacerda em *Folclore da Madeira e Porto Santo* (1993). Bettencourt da Câmara, no prefácio desta obra, relata que Francisco Lacerda estaria a

---

2 Cf. Andrade [et al], *Contactos linguísticos*, in *Aprender Madeira*, 2019, p.8 <http://aprendermadeira.net/contacto-linguistico/>

3 Cf. Silva, Fernando A. da, e Meneses, Carlos A., *Elucidário Madeirense*, Secretaria Regional de Turismo e Cultura/ DRAC, Funchal, 1998, p.408.

4 Cf. Andrade, 2019, p.20.

5 Cf. Silva e Meneses, 1998, II, p. 408.

trabalhar “sobre influências norte-africanas na Madeira”<sup>6</sup>, não conseguindo concluir, deixando apenas uma breve bibliografia e alguns apontamentos que não foram publicados. Já Carlos M. Santos, conhecido folclorista madeirense, remete para um texto de Alberto Artur Sarmiento publicado no Diário de Notícias de 31 de Maio de 1937:

[...] a dança da mourisca foi introduzida no tempo do 2º donatário do Funchal, que trouxe grande número de prisioneiros das praças de África, alguns de categoria, a quem melhor tratava. Nos serões do Funchal e Machico e nas grandes festas era permitida uma certa expansão aos escravos, seus graciosos meneios e cantares passaram embora modificados para alta roda das donas e senhores e assim se generalizou a mourisca<sup>7</sup>.

Gaspar Frutuoso, por sua vez, quando se refere a Machico destaca a existência de musicalidade em todas as casas: «Há também nesta vila muitas mulatas, e muito bem tratadas e de ricas vozes, que é sinal da antiga nobreza de seus moradores, porque em todas as casas grandes e ricas há esta multiplicação dos que as servem»<sup>8</sup>.

Reforçando esta ideia da envolvência com a comunidade local e nas festividades tanto sagradas como profanas deparamo-nos ainda com algumas referências nos livros de ‘receitas e despesas’ do Convento da Encarnação:

Os festejos, para a época, eram, como se dizer-se, de arromba, tanto mais que um maior esplendor lhes comunicava a vinda dos «Pretos das Xaramellas», os quais, em 1767, receberam 500 reis por tocarem véspera do Domingo do Senhor, 950 reis em dia de Nossa Senhora do Monte e Santa Clara, e por tocarem tambor e trombeta na festa do Senhor mais 950 reis e ainda um repasto, como se vê nas contas de Março do dito ano de 1768, assim exarado: «queijo do almoço dos pretos que tocaram Xaramellas, 100 reis»<sup>9</sup>.

---

6 Cf. Lacerda, Francisco, *Folclore da Madeira e Porto Santo*, Edições Colibri, Lisboa 1993, p.18.

7 Cf. Santos, Carlos M., *Tocares e Cantares da Ilha: Estudo do Folclore Musical da Madeira*, Empreza Madeirense, Funchal, 1937, p.66.

8 Frutuoso, Gaspar, *Saudades da Terra*, Livro II, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1998, p.41. [https://www.academia.edu/8942340/SAUDADES\\_DA\\_TERRA\\_-\\_Gaspar\\_Frutuoso\\_-\\_Livro\\_2\\_-\\_Madeira\\_e\\_Ilhas\\_Adjacentes](https://www.academia.edu/8942340/SAUDADES_DA_TERRA_-_Gaspar_Frutuoso_-_Livro_2_-_Madeira_e_Ilhas_Adjacentes)

9 Vd. ABM, Arquivo António Aragão.

Platon Lvovitch de Waxel<sup>10</sup>, em 1869, na *Gazeta Madeirense*, escrevendo sobre a música popular madeirense, formula a sua opinião sobre as suas origens:

A musica commum a toda a ilha reduz-se a dois ou tres generos de trovas [...] e dos quaes e tiram sempre a mesmas modulações, ora em accordes simples, ora em dobrados. Nos campos existem algumas cantigas particulares a certas localidades, applicadas aos diversos generos do trabalho campestres: algumas d'ellas são de notavel parecença com os cantos arabes, tendo não só a monotonia d'estes, mas até os seus ornamentos formados de successões de intervallos mais pequenos que os semi-tonos. Tal é, por exemplo, a cantiga da ceifa em S. Vicente. O povo madeirense tem muita inclinação para adoptar melodias estrangeiras, vulgarisadas entre elle pelas bandas militares ou de artistas e os musicos ambulantes, inclinação que mostra que o canto nacional dos madeirenses não tem essa originalidade vigorosa, propria ao character nacional do povo, o qual, possuindo tal musica, nunca poderia se familiarizar com uma, cujo cunho differeria do seu<sup>11</sup>.

Para Carlos M. Santos, «A canção popular [madeirense] revela fielmente a vida e os trabalhos do homem rural, as alegrias e dores, esperanças e incertezas, o amor e a fé. As ilhas da Madeira e Porto Santo, colonizadas por gentes vindas do Norte ao Algarve de Portugal continental, assim como escravos mouros, negros e outros, naturalmente refletem o modo de ser, pensar, agir e reagir, a mentalidade dos povos que as precederam»<sup>12</sup>.

Por sua vez, Eduardo C. N. Pereira, na publicação as *Ilhas de Zargo*, defende que as influências musicais possuem um carácter litúrgico e eclesiástico, admitindo que as cantigas do trabalho são um prolongamento da música religiosa:

Os franciscanos, desde 1419 até 1834, foram directores espirituais da vida religiosa na Madeira. Por estes factos se poderá, talvez, concluir que nem toda a música popular madeirense, que o parece, é árabe, conquanto a ela se assemelhe na execução. O canto de ritmo neumático tão corrente na

---

10 Musicólogo russo que «viveu na Madeira durante a década de 1860, onde participou em saraus musicais como organizador e cantor. Publicou dezenas de artigos sobre música na imprensa madeirense» Morais, 2011 <https://recursosartisticos.madeira.gov.pt/index.php/projetos/d-musicos/biografia/227-waxel-platon-lvovitch>. Apenas um apontamento em relação ao nome deste musicólogo, pois verificamos várias grafias, na *Gazeta Madeirense* podemos encontrar dois tipos diferentes: Platão Vaxel, Platão de Vakcel; já no Portal de Recursos Artístico, artigo de Manuel Morais, Platon Lvovitch Waxel.

11 Vd. Waxel, Platon, *Gazeta Madeirense*, 1869, nº20.

12 Cf. Santos, Carlos M., *Trovas e Bailados da Ilha*, Edição Delegação de Turismo da Madeira, Funchal, 1942, p.8.

Madeira deve-se à influência eclesiástica e litúrgica que deu à população caráter e hábitos essencialmente religiosos<sup>13</sup>.

No livro *Trovas e Bailados da Ilha*, Carlos M. Santos, fez uma reflexão sobre as influências árabes na Madeira, evocando que poderia haver resquícios árabes, mas os madeirenses foram assimilando-as como suas, como sendo originais, não deixando de ressaltar a diversidade cultural. «E se no Minho há muitas canções alegres, porque haviam de ficar na Madeira só as monótonas?»<sup>14</sup>. Indo ao encontro desta citação, diríamos que esta tentativa de chegar às origens da música tradicional madeirense de certa forma ‘atormentava’ o autor, revelando-se uma encruzilhada. Segundo este:

Tanto nas populações ribeirinhas como nas serranas usam-se as mesmas músicas – o charamba, a mourisca e o bailinho e o mesmo estilo, absolutamente generalizado» [...] Se não é legítimo negar a proveniência estrangeira, seja de escravos, de negociantes, ou doutra qualquer classe. [...] Há-de-haver de tudo um pouco; mas o estilo musical, não sendo o característico do Continente, convida a uma reflexão demorada. A sua pobreza melódica aproxima-se da música árabe tanto quanto se afasta das ricas melodias portuguesas<sup>15</sup>.

Mais recentemente foi publicado o artigo “*Contacto Linguístico*” (2019), na plataforma digital *Aprender Madeira*, que reuniu quatro autores na área da linguística que concentraram-se nas influências produzidas pelo contacto linguístico no arquipélago da Madeira, nas diversas vertentes, incluindo a questão da música e do romanceiro madeirense, chegando à conclusão que «não há nenhuma certeza sobre a herança árabe no folclore madeirense, i.e., não há dados concretos que provém esta influência»<sup>16</sup>.

O que podemos destacar ao longo destas linhas é que, efetivamente, as influências multiculturais na música são de diversas ordens e espaços geográficos, existindo uma fusão, uma adaptação e assimilação por parte da comunidade madeirense. Como escreveu Carlos M. dos Santos «o povo madeirense não soube criar as suas canções, mas adoptou as melodias que apareceram ou caíram em moda, innovando outras sobre os respectivos temas a que deu o interessante e inconfundível sabôr regional»<sup>17</sup>.

---

13 Cf. Pereira, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, Vol.II, 4ª ed., Gráfica Maiadouro, Maia, 1989, p.597.

14 Cf. Santos, 1942, p.41.

15 Cf. Idem, p. 41 e 45.

16 Cf. Andrade, 2019, p.23.

17 Cf. Santos, 1937, p. 49.

## Caracterização do Charamba

Quando abordamos o Charamba, tentamos perceber a origem etimológica da palavra e, inevitavelmente, demos conta da evolução dos tempos na própria grafia da palavra, atualmente escreve-se com “Ch”, mas anteriormente escrevia-se com “X”, altera-se a grafia, mas mantém-se a fonética da palavra. Numa das entradas do *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa* de José Adalberto Alves, define «xaramba s.m. (reg), de [...] (xarrâni), «malicioso» - (mús.) tipo de canção pop. da ilha da Madeira cuja letra assume habitualmente um tom malicioso e, p. vezes, provocatório, que é cantada ao desafio e acompanhada p. braguinha, viola de arame e rajão; q.v. *charamba*; cp. *charrama*, *charreu* e *xaréu*»<sup>18</sup>.

Nas *Ilhas de Zargo*, Eduardo C. N. Pereira, destaca o *Xaramba* como sendo:

[...] a mais característica e expressiva do nosso folclore, cuja denominação o naturalista inglês P. Richard Thomas Lowe faz derivar foneticamente de xacarimba por esta evolução esquemática: xacarimba, xacaramba, xaramba. Ao som desta melodia, que alguns técnicos chamam fala musicada, vibra a alma do povo subindo e descendo a gama das sensações humanas. É, por assim dizer, o estribilho musical de todos os divertimentos e expansões populares. [...] Ao som do Xaramba desafiam-se trovadores dum e doutro sexo nos arraiais, glosando motes, dirigindo chacotas, dizendo histórias ao divino, romances e diálogos de cenas da vida e costumes<sup>19</sup>.

Referenciando os viajantes que deixaram registados a sua passagem pela Madeira nos séculos XIX, essencialmente ingleses e alemães, com relatos muito descritivos, podemos destacar algumas alusões em relação à música, especificamente, dos camponeses e supostamente do Charamba, remeto aqui um desses testemunhos transcritos por Manuel Morais:

[...] O tipo de canto que está em voga entre os camponeses da Madeira dificilmente merece o nome de música. Para um ouvido inglês mais parece com frequência um uivo prolongado. O cantor começa no extremo superior da sua voz, sustém esta nota aguda enquanto for capaz de o fazer num único fôlego, e só desce para a base da escala quando os seus pulmões ficam exaustos. Contudo, para um Madeirense há qualquer coisa de peculiarmente excitante neste tipo de canto [...]. Nas localidades do

---

18 Cf. Alves, José Alberto, *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2013, p.858.

19 Cf. Pereira, 1989,

campo podem ver-se um ou dois camponeses que iludem as fadigas da sua jornada tocando nos instrumentos favoritos. [...] Com frequência há algum elemento do grupo que dá início a uma conversa musical desafiando outro que em devido tempo lhe uiva a sua resposta. Isto prolonga-se durante horas, por entre explosões de riso dos restantes; e assim se aliviam as fadigas de todo o grupo<sup>20</sup>.

É de mencionar que Carlos M. Santos em 1937, no livro *Tocares e Cantares da Ilha*, foi o primeiro estudioso que se debruçou sobre o Charamba, questionando, ponderando, refletindo e caracterizando esta manifestação, sendo um dos estudos mais referenciado sobre este tema.

Teria sido trazido pelos escravos nos primeiros anos da colonização? O seu caráter plangente quererá dizer lamento de escravo, simples melodia árabe ou algum pregão que o tempo ou o gosto popular tivessem modificado? Talvez nunca seja possível responder a estas perguntas, tão estranhos achamos o ritmo e o desenho melódico desta canção<sup>21</sup>.

O autor embrenha-se neste estudo formulando duas categorias de canções madeirenses, as ditas *fundamentais* e *derivadas*. O Charamba, tal como, a Mourisca e o Bailinho das Camacheiras inserem-se na primeira categoria. Na segunda incluem-se as Cantigas de Trabalho (cantigas do trigo, da erva, da carga, entre outras). Aqui iremos abordar somente a questão do Charamba, em que o autor propõe um sistema classificativo:

Há três espécies de charamba: o clássico, o dos velhos e o Charamba pelo meio. O primeiro comporta o desenho mais antigo que se conhece e não tem o ritmo adaptado à medida poética vulgar; o segundo, preferido pelos que já passaram a meta da mocidade, tem andamento lento, executa-se no tom de sol maior e prolonga as notas finais de cada frase por cerca de três a quatro tempos do compasso. Chama-se tocar em aberto o que significa que os acordes não são abafados.

O terceiro, mais do agrado dos novos, é algumas vezes tocado no tom de dó maior, em andamento mais vivo e fecha as notas finais das frases com uma colcheia. É o que presentemente está em moda, sendo já raro ouvir-se o dos velhos<sup>22</sup>.

---

20 Cf. Morais, Manuel (coord.), *A Madeira e a Música. Estudos* (c. 1508 - c. 1974), Funchal 500 Anos/ Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 2008, p.53.

21 Cf. Santos, 1937, p.?

22 Idem, p.51-52

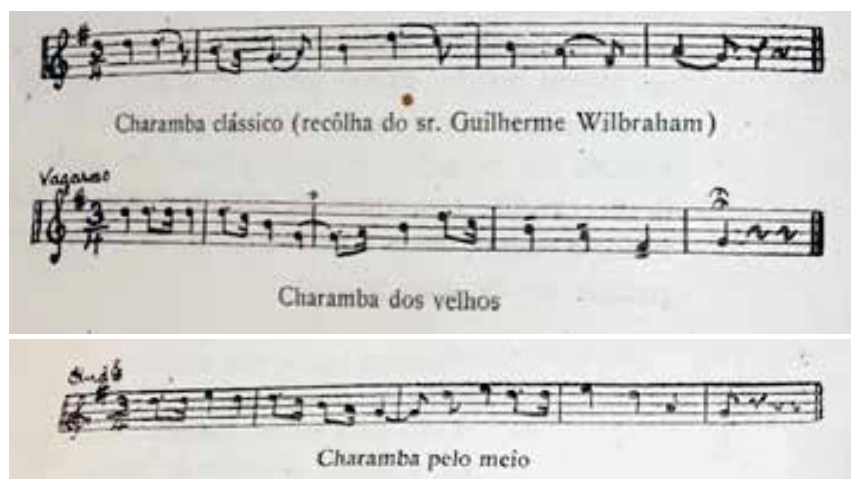


Fig. 1 – Transcrição musical do Charamba in Santos, 1937, p.52-53.

Numa das entradas do *Elucidário Madeirense*, Silva e Meneses referem-se a esta modalidade musical como sendo:

Canto popular frequentemente usado na Madeira, sobretudo entre a gente do campo. É uma simples melodia de pouco relevo, e compõe-se de oito compassos em que tempo ternário e movimento lento, alternando com um ritornelo de andamento vivo, em compasso binário. É executada geralmente em tom de sol, pelo braguinha com acompanhamento de viola de arame e rajão<sup>23</sup>.

Estes autores não fazem qualquer distinção entre Charamba e Despique/Desafio, para eles, este estilo é simplesmente entendido como uma forma de improvisação:

O Charamba é, as mais das vezes, cantado ao desafio entre dois ou mais indivíduos, que trovam em quadras improvisadas e tomam para tema a vida dos circunstantes, fazendo-se alusões que tanto podem ser amáveis, como picantes e até mesmo ofensivas. Se no divertimento os ânimos estão já alterados por frequentes libações e as trovas são demasiado irritantes, pode acontecer que o canto termine em desordem, quebrando-se os próprios instrumentos na cabeça dos cantadores<sup>24</sup>.

Quanto à definição da toada do Charamba, Carlos M. Santos remete a hipótese para uma preponderância árabe, referindo que:

23 Cf. Silva e Meneses, 1998, p.269.

24 Idem.

O cantor nem sempre se preocupa com a métrica razoável das suas trovas. Quando a necessidade de expôr uma ideia exige maior número de palavras, êle pronuncia-as sem hesitar, ordinariamente sobre a segunda frase melódica forçando, repetindo e estendendo as notas segundo o número de sílabas. Dá-se, às vezes, a particular circunstância de caberem dois versos à primeira frase e três à segunda. Ouvindo-o, lembra certos cantos árabes em que o mesmo desenho se repete várias vezes<sup>25</sup>.

Segundo Carlos Santos este género musical de improviso serviu como base para outras tantas cantigas, principalmente para as Cantigas de Trabalho:

Também não se deve esquecer que o género de trabalho justifica a maior ou menor monotonia da canção. Ceifar não é o mesmo que conduzir os bois na debulha; apanhar erva difere muito de acarretar vinho ou lenha. Na falta de outra melodia, o camponês adaptou o charamba às suas diversas actividades por ser, de facto, a mais prestável [...]. Nas romarias, nas festas e nas reuniões familiares, os nossos camponeses encontram no charamba a principal diversão. Fazem rodas de cantores e tocadores e ali passam horas a trovar ao desafio<sup>26</sup>.

Mais recentemente, em 2018, Jorge Torres e Rui Camacho, no artigo publicado sobre este tema, salientam os diversos géneros musicais<sup>27</sup> da Região Autónoma da Madeira, entre eles destacando as ‘Cantigas de Lazer’ e ‘Cantos Improvisados’ que por sua vez subdividem-se em ‘Brinco em Bailinho/ Despique’ e ‘Charamba’. Segundo os autores, esta prática musical define-se do seguinte modo:

[...] é uma forma de canto despicado, quase exclusivamente masculino. Na maior parte das vezes, os tocadores não participam no canto, sendo este alternado entre os participantes, que podem cantar quadras ou estrofes mais longas e também com uma métrica variável. A sequência é obrigatoriamente no sentido dos ponteiros do relógio. Ao conjunto dos charambistas que participam numa determinada sessão chama-se “quadrado”. [...] O intérprete tem toda a liberdade de definir o andamento e a extensão dos seus versos. Se necessário, o tocador terá de “ir atrás” do cantor, prolongando as frases musicais ou repetindo-as. [...] As quadras

---

25 Cf. Santos, 1937, p.57.

26 Cf. Idem, p.58.

27 Classificação proposta pelos autores: ‘Bailinho’, a ‘Mourisca’, as ‘Cantigas de Trabalho’, as ‘Cantigas de Embalar’, as ‘Cantigas de Carácter Religioso’.

são entoadas com repetição de cada verso ou repetindo cada par de versos. Após a repetição, há o indispensável interlúdio musical, que tem uma forma bem padronizada e bem definida, num padrão rítmico regular 2/4 (embora possa mudar para 5/8), sendo ele que, musicalmente, define o charamba. A estrutura harmónica é simples, baseando-se na Tónica e Dominante do tom de Sol maior. O seu andamento é lento/ andante<sup>28</sup>.

Na obra *Enciclopédia da Música em Portugal do século XX*, coordenada por Salwa Castelo-Branco, com o contributo dos autores Camacho e Torres, encontramos uma entrada dedicada ao Charamba sendo este considerado uma «prática madeirense de desafio. Trata-se de uma configuração local do género poético-musical oral de carácter repentista [...]»<sup>29</sup>.

No trabalho de campo efetuado em 2019, destacamos o testemunho oral de Mário André Rosado (registado em formato audiovisual), em jeito de reflexão, quando nos fala desta forma melódica:

[...] a música tradicional na Madeira, numa maneira geral, aliás, [...] tem um aspeto importantíssimo que é o protagonismo da voz. [...] mas a música da tradição portuguesa tem muito a ver com a hegemonia [...]. A voz manda! E os instrumentos de uma maneira geral acompanham, não quer dizer que não tenham uma voz própria, que não tenham uma expressão própria, não é isso que estou a dizer, mas subordinam-se um pouco à voz. Se há [...] género aqui na Madeira que se subordina à voz é o Charamba<sup>30</sup>.

Quando falamos de Charamba, inevitavelmente, estamos a abordar a questão do repentismo, ato este, que se define, enquanto categoria musical, numa vertente de narrativa poética de canto de improviso, sendo um domínio para quem, efetivamente, consegue manter-se na roda ou no ‘quadrado’.

Nos desafios improvisados, autênticos, a composição coincide com a performance, pelo que o executante é também compositor. Esclareça-se desde já que a improvisação – cuja importância e dificuldade reside na celeridade da resposta, na organização dos materiais e no ajustamento às condições e vicissitudes inesperadas – deve ser entendida numa perspectiva de liberdade condicionada, no sentido de que nunca é absoluta. Mesmo

---

28 Cf. Camacho, Rui e Torres, Jorge *Música Tradicional*, in *Aprender Madeira*, 2018 <http://aprendermadeira.net/musica-tradicional/>.

29 Cf. Castelo-Branco, Salwa, *Enciclopédia da Música em Portugal do Século XX*, Vol.1, 1ªed., Círculo de Leitores, Lisboa, 2010, p. 283.

30 Cf. Rosado, Mário André. 2019. “Testemunho Oral”, 00:26:05, p.6. In *Charamba - em Busca de um Futuro*, transcrição de Élia de Sousa. Funchal: Associação Musical e Cultural Xarabanda.

nos casos em que há coincidência entre criação e prolação/transmissão, a composição oral obedece a regras preestabelecidas, cujo peso varia de executante para executante. O improvisador deve organizar rapidamente os materiais preexistentes – culturais, temáticos, poéticos, retórico-estilísticos, musicais –, matizando-os com elementos novos, ou nunca ditos ou quase-já-ditos, processo de que resulta uma textualidade original<sup>31</sup>.

Na categoria do repentismo, inserem-se diversos formatos de improvisação, remetendo-nos para o arquipélago da Madeira, destacamos as cantigas ao Desafio ou Despique e o Charamba; embora sendo elementos de caráter popular e de improviso, distinguem-se pela sua sonoridade, o Despique alegre e jocoso, enquanto que o Charamba se revela num ritmo lento e plangente. O Despique, como o próprio nome indica, é o ato de despicar, de desafiar terceiros. O cantador incita os seus companheiros de roda a elevarem o melhor de si, de forma gracejante, de modo que o público seja cativado e se mantenha atento. Nesta modalidade a temática é diversificada, alterando-se o tema de forma célere e de cantador para cantador, mas sempre com o intuito de resposta imediata e/ou de provocação ao primeiro cantador. Segundo Eleutério Nóbrega «quem “acabou” com o Charamba foi o brinco»<sup>32</sup>. Quando o Informante remete para o brinco, refere-se à ação em si, i.e., quando um grupo de pessoas se junta e dá início a um Despique designa-se por brinco. Verifica-se, atualmente, uma maior aceitação deste género musical pela população local e pelas gerações mais novas, encontrando-o em todo o arquipélago; não há festa, nem arraial, que não se juntem grupos de amigos e família para o dito ‘brinco’.



Fig. 2 – O Repentismo no Arquipélago da Madeira.

31 Nogueira, Carlos, *Cantiga ao desafio e estetização da fala: natureza, modalidades, funções* (pdf) In *Academia.edu*, 2005, p.5.

32 Cf. Gonçalves, Eleutério. 2019. “Testemunho Oral”, 00:37:56, p.1. In *Charamba - em Busca de um Futuro*, transcrição de Élia de Sousa. Funchal: Associação Musical e Cultural Xarabanda.

Em contrapartida, o Charamba é uma narrativa cantada, o ritmo é lento permitindo ao cantador estruturar o pensamento. Neste formato, poderá ser discutido temáticas concretas, como resolver assuntos de família, de obras feitas ou malfeitas, “acertos de contas”, entre outros que remetam ao quotidiano. Como refere Carlos M. Santos, «Às vezes é a tristeza da vida, a má novidade, a escassez das chuvas, a vaca que morreu ou a filha que casou [...] Um lastima-se e o outro consola dando-lhe conselhos, as mais das vezes apoiado sobre máximas e provérbios populares»<sup>33</sup>. Quando um grupo de pessoas, maioritariamente masculino (apesar de existir registos de algumas mulheres participarem nesta modalidade), se junta e dá início ao Charamba (atualmente organizado entre amigos) normalmente denota-se a existência do ‘fundamento’, i.e, a temática, muitas vezes quem começa a cantar é quem lança o tema e os restantes acompanham, mas poderá ser combinado de antemão.

A definição temática compete aos cantadores, antes do desafio ou, mais correntemente, logo no início da arte dialogal que esses obreiros da fala se propõem erigir [...] “Cantar por obra”, “cantar com fundamento” ou, no Alentejo, “cantar por afundamento” são apenas algumas das denominações atribuídas a esta modalidade de desafio que se constrói a partir de um único tema predefinido<sup>34</sup>.

Quanto à questão da seleção da temática e/ou ‘fundamento’ para o momento de Charamba, Mário André Rosado, reforça a ideia de ser preparado com antecedência:

Às vezes o fundamento aparece por si, mas eu tenho conhecimento que às vezes eles combinam antes [dizendo] “olha, vai-se...”, mas normalmente eles começam a cantar e o fundamento aparece [...] no fundo o fundamento é um tema à volta do qual vai girar toda esta conversa cantada<sup>35</sup>.

Efetivamente nota-se que o Charamba tem uma estrutura muito própria, para começar define-se, entre os cantadores, quem é o primeiro a cantar e, assim, dá-se o início ao Charamba. Na primeira volta, os cantadores têm oportunidade de fazer uma apresentação e de saudar os presentes, sendo estes os espetadores ou quem os acompanha. De seguida, junta-se o dito ‘fundamento’

---

33 Cf. Santos, 1942, p.75.

34 Cf. Nogueira, 2005, p.2.

35 Cf. Rosado, 2019, 00:29:28, p.6.

para o encontro e é lançada a temática para este momento de Charamba. Terminando a primeira saudação, passa a ‘palavra’ ao segundo cantador, sendo este posicionamento segundo os ponteiros do relógio e, assim, consecutivamente, havendo um desenrolar da temática consoante a criatividade e engenho de cada um. Quando consideram que está na altura de terminar é dada a oportunidade a cada cantador de se despedir ainda a versar.

Noutras épocas e, segundo testemunhos recolhidos, o Charamba poderia ser cantado toda a noite ou todo o dia, dependia da disposição das pessoas que estavam nesses encontros, no entanto, atualmente, e atendendo à idade avançada da maior parte dos charambista, fazem em menos tempo, segundo eles em jeito de demonstração das épocas anteriores, mas ainda aguentam cerca de uma hora ou mais, tudo dependendo do nível de entusiasmo e de cansaço.

Ao grupo de cantadores há quem chame de ‘quadrado’, no entanto demos conta que os charambistas não falam nestes termos; para eles, as regras são dadas de forma tão natural, quase inatas, nem se assemelham a normas, é o ato em si, fundamentalmente só tem que existir respeito, como nos informa João Gouveia:

Ter respeito para com as pessoas e dar a categoria a quem a tem e, pronto, acompanhar o tema para a frente, porque fica bonito na ocasião para quem está ouvindo e para quem está cantando junto<sup>36</sup>.



Fig. 3 – Charambista João Pereira Tomás.  
Sítio da Morena, Santa Cruz.  
Foto Rui Camacho, 1987, arquivo da AMCX.



Fig. 4 – Charamba, adega do João ‘do Bailinho’.  
Referta, Porto Cruz.  
Foto Rui Camacho, 1998, arquivo da AMCX.

36 Cf. Gouveia, João. 2019. “Testemunho Oral”, 00:55:12, p.14. In *Charamba - em Busca de um Futuro*, transcrição de Élia de Sousa. Funchal: Associação Musical e Cultural Xarabanda.

### **Viola de Arame – elemento indissociável ao Charamba**

A primeira referência que encontramos quanto aos cordofones na Madeira deve-se a Gaspar Frutuoso quando este descreve os romeiros em direção à freguesia do Faial para celebrarem a festa da Nossa Senhora do Faial, «juntos fazem muitas festas de comédias, danças, e músicas de muitos instrumentos de violas, guitarras, frautas, rabis e gaitas de fole»<sup>37</sup>. Já no século XIX, encontramos descrições nos diários de diversos viajantes ingleses e alemães, que relatavam os momentos musicais na Madeira, tanto em meio rural como urbano, onde destacavam a utilização dos instrumentos de cordas, representando-os ainda em pinturas e desenhos que nos permitem, hoje em dia, estudar a evolução dos cordofones e particularmente a viola de arame.

Ernesto Veiga de Oliveira, na recolha que realizou sobre os *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*, estrutura e classifica os cordofones da seguinte forma:

Parece pois que os cordofones populares em geral se podem considerar instrumentos específicos da música profana e de expansão lúdica ou lírica, com exclusão de quaisquer usos cerimoniais; [...] Este carácter dos cordofones, que detectamos nos casos actuais, parece também afirmar-se historicamente: a viola foi o mais importante dos instrumentos trovadorescos, para as suas canções líricas; ao longo dos séculos, ela vê-se através de textos e imagens iconográficas, sempre em ocasiões estritamente profanas, danças e diversões, serenatas, cantares amorosos, para entretenimento de lazeres ou a enganar tristezas. Na Ilha da Madeira, têm grande relevo, como instrumentos para ocasiões lúdicas e de festa, três cordofones da família das violas: a viola, o rajão e o braquinha<sup>38</sup>.

Neste caso, compete-nos salientar apenas a viola de arame, não é pretendido traçar a história do instrumento, mas dar conta de alguns elementos que o identifiquem para uma melhor compreensão do tema aqui desenvolvido. Assim sendo, remetemos para a descrição da viola de arame de Camacho e Torres:

---

37 Cf. Frutuoso, 1873, p.99.

38 Cf. Oliveira, Ernesto Veiga de, *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 2000, p.57-157.

De pequeno enfranque, boca com abertura circular, a escala entra em ressaltado sobre o tampo harmónico, dividida em trastos metálicos – entre 14 e 17. Esta viola apresenta cabeça com cravelhas perpendiculares e, nos modelos posteriores, tem um mecanismo de carrilhão metálico. Possui cravelhame para 10 cordas, sendo que se utilizam apenas 9. O encordoamento é feito com cinco ordens de cordas, que se subdividem em quatro ordens de cordas duplas e uma simples (a 2.<sup>a</sup> do agudo para o grave). As suas dimensões podem variar, tendo a viola de arame geralmente um comprimento total de cerca de 86 cm, correspondendo metade do comprimento à caixa-de-ressonância. O braço mede cerca de 42 cm e o tiro de corda é de cerca de 51 cm<sup>39</sup>.



Fig. 5 – Viola de Arame.  
Foto Rui Camacho, 2019, arquivo da AMCX.

Apesar de alguns elementos da comunidade madeirense assumirem que a viola de arame é o único objeto associado ao Charamba, recolhemos alguns testemunhos que nos demonstram que, anteriormente, havia outros instrumentos a acompanhar:

Naquele tempo as pessoas tocavam era braguinha, rajão e viola de arame. O Charamba era tocado com rajão, braguinha e viola de arame, era isso! Quando não havia esses instrumentos, normalmente havia sempre... mas, por exemplo, eu estava a tocar braguinha e já me chateava de tocar braguinha e ponha o braguinha aqui [faz o gesto de estar a encostar o instrumento], tocava só a viola e o rajão. A viola tinha que estar sempre presente, o Charamba era sempre com a viola. Depois, outro se aborrecia do rajão, encostava o rajão e tocava só a viola<sup>40</sup>

Devo acrescentar que a particularidade da nomenclatura – viola de arame – se deve ao encordoamento de fios de latão ou aço, o dito arame. Devido

39 Cf. Camacho, Rui e Torres, Jorge, *Instrumentos Musicais Populares*, in *Aprender Madeira*, 2016 <http://aprendermadeira.net/instrumentos-musicais-populares/>.

40 Cf. Vieira, Manuel. 2019. “Testemunho Oral” 00:14:05, p.4. In *Charamba - em Busca de um Futuro*, transcrição de Élia de Sousa. Funchal: Associação Musical e Cultural Xarabanda.

às suas características e sonoridade faz com que este objeto, atualmente, seja o instrumento de referência para acompanhar o Charamba. Segundo os charambistas, o tocador exímio é aquele que “corre atrás do cantador”:

O cantador dá azo à sua cantiga [...] e o tocador vai atrás do cantador. Não quer dizer que às vezes o tocador também não mande, não é... nos interlúdios ele também tem a sua voz própria»<sup>41</sup>.

### **Charamba – algumas vivências**

Segundo testemunhos orais recolhidos, conseguimos resgatar algumas memórias referentes ao Charamba e às suas vivências, demonstrativos da presença constante desta manifestação no quotidiano madeirense. Temos o exemplo do testemunho de Manuel Vieira que remete para os seus tempos de infância, em meio rural, no Lombo Galego, Faial:

[...] ali próximo ao Natal, nós juntávamo-nos... um dia íamos para a casa de um vizinho, um dia íamos para a casa de outro. Um dia aqui outro era acolá e ficávamos na casa dos vizinhos até dar duas, três, quatro da manhã e, às vezes, até de manhã! [...] Era um convívio que as pessoas faziam quando não tinham outro entretenimento. Então, a gente ia a casa das pessoas que não sabiam tocar, nem sabiam cantar, está a ver? Então convidavam gente. A gente ia, [...] naquele tempo faziam aqueles licorzinhos; de vez em quando davam um licorzinho, um vinhinho [...] às tantas da noite faziam uma canjinha, com aquela galinha caseira. Faziam uma canjinha, a pessoa comia e depois voltava outra vez a tocar. Quer dizer, eu era criança e acompanhava o meu pai, ia mais meu pai. Eu não tinha instrumento, era os meus seis, sete, oito anos. [...] Não havia luz, íamos às escuras com uma garrafa com petróleo, fazíamos uma torcida e lá dávamos lume naquilo. Passávamos a época de natal assim na casa das pessoas. Uma semana, duas antes do natal até [...] ao primeiro dia do ano, último dia do ano, era assim que a gente tocava e cantava<sup>42</sup>.

João Gouveia dá-nos conta de uma realidade distinta, destacando o ajuntamento de pessoas aliadas às atividades laborais em Santana e aos arraiais das redondezas:

---

41 Cf. Rosado, 2019, 00:26:05, p.1.

42 Cf. Vieira, 2019, 00:12:08, p.3.



Fig. 6 – Charamba, adega de João Gouveia, Santana. Sessão de gravação para o programa da RTP 2 intitulado “O povo que Canta”, realizado por Manuel Rocha e editado em DVD. Foto Rui Camacho, 2002, arquivo da AMCX.



Fig. 7 – Encontro de Charambistas, promovido pelo Grupo de Folclore da Boa Nova, Carreiras, Funchal. Foto Rui Camacho, 2007, arquivo da AMCX.

[...] Já desde pequeno que eu gostava muito de cantar o bailinho assim, mais os outros [...]. Quando havia um ajuntamento de fiandeiras a fiar, hum... porque naquele tempo as pessoas vestiam, praticamente, tudo com... não havia uma loja de fazenda, não havia. Aqui as pessoas vestiam mais era camisas de estopa, linho e lã. Havia muitas fiandeiras que se cruzavam de ajuda, um dia para uns aqui, outro dia para outros acolá e depois iam muitas senhoras e raparigas também. Então, a gente [...] gostava de também animá-las... as raparigas e as mulheres que trabalhavam [fala com alguma malícia na voz]. Às vezes ali se fazia um bailinho e um charamba [...] nos arraiais também cantavam o charamba [...] no Faial, a gente ia ao Faial, e às vezes cantavam. Também quando havia as tosquias aqui na serra (naquele tempo havia muito gado na serra) [...]. Então, fazia-se a tosquia lá em cima na serra e aguentava-se a noite a cantar o charamba e havia uns antigos, velhos que cantavam, cantavam! Gostavam de dar “excerto” nos mais novos. Então, ali, fui começando, a par com eles. Ouvia algum “safatão” [reprimenda] mas não me arrepiava<sup>43</sup>.

Estes são apenas dois exemplos dos diversos testemunhos recolhidos que remetem para as memórias de infância/ adolescência dos Informantes e para as suas vivências relacionados com esta manifestação. Dada a evolução dos tempos, a alteração dos costumes e o decréscimo de charambistas, a nostalgia instala-se no discurso destes Informantes, denota-se a necessidade

43 Cf. Gouveia, 2019, 00:10:09, p.3.

de passar esta informação para quem os ouve, de forma a não deixar morrer estas memórias, nem o Charamba.

### **O projeto “Charamba – em busca de um futuro”**

Desde o primeiro ano da sua existência que a Associação Musical e Cultural Xarabanda (1981) procurou recolher e registar todo o património musical de tradição oral ou a chamada música popular madeirense, salvaguardando-a através da sua divulgação nos mais diversificados formatos. Aliando-se a este trabalho de várias décadas, em 2019, foram reunidas condições para encetarmos o projeto “Charamba – em busca de um futuro”<sup>44</sup>, proporcionando um levantamento sobre a existência de charambistas no arquipélago da Madeira e, por sua vez, recolhendo e registando testemunhos numa produção de fontes da tradição oral ligados ao tema.

Importa dizer que, numa época, em que a valorização do Património Cultural Imaterial português está a ganhar uma nova dinâmica com as diversas inscrições na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade<sup>45</sup>, relembro que na Convenção de 2003 da UNESCO, na sua 32ª sessão, assinada pelos diversos Estados Membros, foi estipulada uma definição concreta:

Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana<sup>46</sup>.

---

44 Projeto patrocinado pela Secretaria Regional Turismo e Cultura/ Direção Regional de Cultura no âmbito do Contrato Programa 2019/20.

45 Património Cultural Imaterial português inscrito na UNESCO: Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade: Fado, música popular urbana portuguesa, 2011; Dieta mediterrânica, 2013; Cante alentejano, cantar polifónico do Alentejo, 2014; Falcoaria, um património humano vivo; Produção de figurado em barro de Estremoz, 2017. Lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade que necessita de Salvaguarda Urgente: Manufatura de chocalhos, 2015; Processo de manufatura da olaria preta de Bisalhães, 2016.

46 Cf. Comissão Nacional da UNESCO (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, UNESCO 2003) <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial>

Tendo em conta esta definição, o património cultural imaterial possui diversos domínios em que se manifestam nas seguintes vertentes: “Tradições e expressões orais”, “Expressões artísticas de carácter performativo”, “Práticas sociais, rituais e eventos festivos”, “Conceções, conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo” e “Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais”. Em todos estes domínios, é de salientar que as comunidades reconhecem as manifestações enquanto património imaterial de relevo, em que se identificam como um coletivo e estando representados na sua essência, sendo estes rituais e/ou conhecimentos transmitidos de forma espontânea entre os elementos da própria comunidade de geração em geração. Dada a envolvência e a evolução dos tempos, inevitavelmente, estas manifestações vão ganhando contornos distintos, sendo constantemente alvo de recriações pelas diferentes gerações e acompanhando o ritmo da sociedade em que estão inseridas. Deste modo, o Charamba, enquanto género musical de improvisação da tradição oral, num primeiro momento, enquadra-se nos domínios das “Tradições e expressões orais” e das “Expressões artísticas de carácter performativo”.



Fig. 8 – Trabalho de campo, registo do testemunho oral de Roberto Moniz. Foto Nelson Gonçalves, Santa Cruz, 2019.

Para o projeto “Charamba - em busca de um futuro”, foi necessário organizar uma equipa multidisciplinar na área da antropologia, da música e da produção audiovisual. Foi criada uma metodologia de trabalho de campo com recurso aos métodos e técnicas de pesquisa antropológica, sendo criadas para este efeito e, segundo as especificidades da manifestação, Fichas de Informantes e Guiões para as respetivas recolhas de testemunhos orais. Resumidamente todo a equipa do projeto prepara, atempadamente, a sua metodologia de ação, cada um na sua área de abordagem, de forma a obter os resultados pretendidos, principalmente na produção de documentos audiovisuais que servirão de suporte a todo o estudo. Este estudo permite inventariar o número de charambistas existentes atualmente no arquipélago da Madeira; os elementos recolhidos não serão aqui revelados dado que o estudo está a decorrer, mas podemos indicar que a maior concentração de charambistas identificados, até ao momento, encontra-se associado a meios rurais dos concelhos de Santa Cruz, Machico, Santana e Porto Santo. Temos um caso particular no Funchal, de um Informante que vive nas zonas altas da cidade, em São Gonçalo, zona com características similares às do meio rural e, todo o seu testemunho, reflete a existência de, em tempos, existirem muitos charambistas nesta área. Até agora desconhecemos qualquer indivíduo que cante Charamba, dito da tradição, em contexto urbano. Como referi, anteriormente, ainda não temos o mapeamento do arquipélago concluído, portanto, estes dados baseiam-se somente nas recolhas realizadas até à data desta publicação e nas áreas geográficas referenciadas.



Fig. 9 – Mapeamento do Charamba no arquipélago da Madeira, 2019.

## **FILARMÓNICAS DOS AÇORES: PATRIMÓNIO IDENTITÁRIO – O CASO DA ILHA DE SÃO MIGUEL**

**José Andrade**

*Câmara Municipal de Ponta Delgada<sup>1</sup>  
joseandrade@mpdelgada.pt*

**Palavras-chave:** Cultura Popular; Filarmónicas; Macaronésia; Açores; São Miguel.

Este artigo é baseado na comunicação homónima apresentada ao colóquio “Questões de Identidade Insular nas Ilhas da Macaronésia”, realizado a 5 de julho de 2019, nas Velas de São Jorge. Numa primeira parte, identifica a representatividade e a longevidade das filarmónicas açorianas no contexto da Macaronésia e, numa segunda parte, esboça e tipifica o fenómeno sociológico das filarmónicas micalenses. Resulta de investigação realizada para um livro publicado<sup>2</sup> e para outro a publicar<sup>3</sup>.

### **Para uma contextualização no espaço da Macaronésia**

As bandas filarmónicas constituem, porventura, a manifestação mais representativa da cultura popular açoriana.

- 
- 1 Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada. Presidente da Comissão Municipal de Toponímia, Distinções Honoríficas e Património Cultural.
  - 2 José Andrade, *Banda da Relva & Filarmónicas dos Açores - Edição comemorativa do 150º aniversário da Filarmónica de Nossa Senhora das Neves*, Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2016.
  - 3 *Filarmónicas de São Miguel, a Alma de um Povo*.

Em todas as ilhas, em quase todos os concelhos (com a única exceção de Santa Cruz das Flores) e na maioria das nossas freguesias, os Açores contam hoje com mais de 100 filarmónicas que mobilizam mais de 4.000 músicos amadores.

Por um lado, existem atualmente 101 filarmónicas ativas – além de outras 20 com atividade suspensa – numa população insular de 247 mil açorianos.

São 33 em São Miguel, 25 na Terceira<sup>4</sup>, 15 em São Jorge<sup>5</sup>, 13 no Pico<sup>6</sup>, 8 no Faial<sup>7</sup>, 4 na Graciosa e 3 em Santa Maria, Flores e Corvo.

---

4 Concelho de Angra do Heroísmo: Sociedade Filarmónica Recreio Serretense (Serreta, 1873), Sociedade Filarmónica de Instrução e Recreio dos Artistas (Sé, 1877), Sociedade Filarmónica Recreio de Santa Bárbara (Santa Bárbara, 1877), Sociedade Filarmónica do Sagrado Coração de Jesus (Altares, 1881), Sociedade Recreativa e Musical de São Sebastião (São Sebastião, 1886), Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores (Ribeirinha, 1889), Sociedade Filarmónica União Católica da Serra da Ribeirinha (Ribeirinha, 1904), Filarmónica Espírito Santo da Casa do Povo de São Bartolomeu (São Bartolomeu, 1905), Fanfarra Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral (Conceição, 1906), Sociedade Musical Recreio da Terra Chã (Terra Chã, 1928), Filarmónica de Nossa Senhora das Mercês (Feteira, 1986), Filarmónica Nossa Senhora do Pilar (Cinco Ribeiras, 1987), Sociedade Filarmónica Rainha Santa Isabel (Doze Ribeiras, 1988), Filarmónica da Casa do Povo de São Mateus (São Mateus, 1994), Filarmónica da Associação Cultural do Porto Judeu (Porto Judeu, 2001). Concelho da Praia da Vitória: Sociedade Musical União das Fontinhas (Fontinhas, 1884), Filarmónica União Praiense (Santa Cruz, 1904), Sociedade Filarmónica Espírito Santo (Aqualva, 1922), Sociedade Recreio Lajense (Lajes, 1931), Sociedade Filarmónica Progresso Biscoitense (Biscoitos, 1932), Sociedade Progresso Lajense (Lajes, 1947), Filarmónica Lira do Espírito Santo (Vila Nova, 1955), Sociedade Recreativa Biscoitense (Biscoitos, 1956), Associação Filarmónica Cultural e Recreativa de Santa Bárbara (Fonte do Bastardo, 1985) e Sociedade Recreativa Filarmónica União (São Brás, 1986).

5 Concelho de Velas: Sociedade Filarmónica de Instrução e Recreio Nova Aliança (Velas, 1900), Sociedade União Urzelinense (Urzelina, 1925), Filarmónica Lusitânia Liberdade (Velas, 1929), Sociedade Filarmónica Recreio Amarense (Santo Aamaro, 1929), Sociedade Filarmónica Recreio Nortense (Norte Grande, 1931), Sociedade Filarmónica Recreio Terreirense (Velas, 1931), Sociedade Filarmónica União Rosalense (Rosais, 1935) e Sociedade Filarmónica Recreio dos Nortes (Santo António, 1945). Concelho da Calheta: Sociedade Filarmónica União Popular (Ribeira Seca, 1854), Sociedade Filarmónica Club União (Topo, 1869), Sociedade Filarmónica Recreio e Progresso dos Lavradores (Santo Antão, 1888), Sociedade Estímulo (Calheta, 1895), Sociedade Filarmónica Recreio Topense (Topo, 1955), Sociedade Filarmónica Nova Aliança (Santo Antão (1971) e Filarmónica Recreio de São Lázaro (Norte Pequeno, 1981).

6 Concelho da Madalena: Sociedade Filarmónica Lira Madalense (Madalena, 1897), Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense (Madalena, 1917) e Filarmónica Lira de São Mateus (São Mateus, 1982). Concelho de São Roque: Sociedade Filarmónica União Artista (São Roque, 1880), Sociedade Filarmónica Liberdade (São Roque, 1910), Sociedade Recreio União Prainhense (Prainha do Norte, 1934) e Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense (Santo Amaro, 1946). Concelho das Lajes: Sociedade Filarmónica Liberdade Lajense (Lajes, 1864), Sociedade Filarmónica Lira Fraternal Calhetense (Calheta do Nesquim, 1888), Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense (Ribeiras, 1900), Sociedade Filarmónica Recreio dos Pastores (São João, 1907), Sociedade Filarmónica União Musical da Piedade (Piedade, 1944) e Sociedade Filarmónica União Ribeirense (Ribeiras, 1950).

7 Concelho da Horta: Sociedade Filarmónica Artista Faialense (Conceição, 1858), Sociedade Filarmónica Nova Artista Flamenguense (Flamengos, 1881), Sociedade Filarmónica Unânime Praiense (Praia do Almojarife, 1881), Sociedade Filarmónica União Faialense (Angústias, 1897), Sociedade Filarmónica Euterpe (Castelo Branco, 1912), Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense (Feteira, 1921), Sociedade Filarmónica Recreio Musical Ribeirinhense (Ribeirinha, 1924) e Filarmónica Lira Campesina Cedrense (Cedros, 1927).

Na distribuição concelhia, Angra do Heroísmo (15), Ponta Delgada (11) e Praia da Vitória (10) concentram a maior quantidade, mas Ribeira Grande (8), Velas (8), Horta (8), Calheta (7) e Lajes do Pico (6) registam também um número significativo.

Por outro lado, existem oficialmente cerca de 600 bandas filarmónicas numa população continental de 10 milhões de portugueses.

Ou seja, se no continente há uma filarmónica por cada 16.700 habitantes, nos Açores temos uma por cada 2.400.

Os distritos continentais com maior número de filarmónicas – Aveiro e Lisboa (68), Santarém (62) e Porto (59) – ficam muito aquém da centena registada na Região Autónoma dos Açores.

E a comparação com o outro arquipélago português, embora geograficamente mais adequada, continua a ser numericamente extremista.

A Região Autónoma da Madeira conta atualmente com 18 filarmónicas ativas, resultando num rácio de uma filarmónica por cada 14.800 habitantes.

Tem 17 filarmónicas na ilha da Madeira e uma na do Porto Santo, sendo que, curiosamente, 50% das quais se organizaram sob a forma de “Banda Municipal”, sem paralelo nos Açores.

Quatro concelhos - Funchal (3), Câmara de Lobos (3), Santa Cruz (3) e Santana (3) - concentram dois terços das filarmónicas madeirenses.

Se formos mais longe, vamos encontrar no arquipélago das Canárias um total de 69 bandas de música em plena atividade, correspondendo ao rácio de uma filarmónica por cada 32.150 habitantes.

Nesta região autónoma de Espanha, a ilha de Tenerife, com 37 bandas de música, concentra mais de metade das filarmónicas canarinas, seguida por La Palma (14) e Gran Canaria (9).

E se formos ainda mais longe, completando o percurso da Macaronésia, chegamos ao arquipélago de Cabo Verde para constatar que, nesta antiga colónia portuguesa e atual república soberana, apenas subsistem duas bandas filarmónicas em efetiva atividade: uma na própria capital, a cidade da Praia, na ilha de Santiago, e outra na ilha de São Vicente.

Aqui o rácio é extremo, de uma filarmónica por cada 280 mil habitantes.

Nos Açores, pelo contrário, se há ilhas onde subsiste uma única filar-

mónica – como Santa Maria<sup>8</sup>, Flores<sup>9</sup> e, notavelmente, o Corvo<sup>10</sup> – outras há que conseguem uma cobertura integral, como a Graciosa, com quatro filarmónicas nas suas quatro freguesias<sup>11</sup>.

E há casos ainda mais impressionantes de freguesias com duas filarmónicas em atividade simultânea – como Biscoitos<sup>12</sup>, Lajes<sup>13</sup> e Ribeirinha<sup>14</sup>, na ilha Terceira; Madalena<sup>15</sup>, São Roque<sup>16</sup> e Lajes<sup>17</sup>, na ilha do Pico; Mosteiros<sup>18</sup> e Rabo de Peixe<sup>19</sup>, na ilha de São Miguel; Santo Antão<sup>20</sup> e Topo<sup>21</sup>, na ilha de São Jorge.

Aliás, estas duas últimas freguesias do concelho da Calheta, que somam pouco mais de 1.000 habitantes, batem todos os recordes com quatro filarmónicas ativas.

Começamos por aqui para com isso demonstrar que as bandas filarmónicas são uma expressão cultural absolutamente representativa na Região Autónoma dos Açores.

Importa agora perceber que não se trata de uma recente manifestação, mas sim de uma antiga tradição.

A primeira vez que se ouve uma banda de música nos Açores é na ilha de São Miguel, a 22 de fevereiro de 1832. Desembarca dos navios de D. Pedro que passam por Ponta Delgada a defender o trono de Portugal para a sua filha D. Maria.

- 
- 8 Banda Recreio Espirituense (1923), na freguesia de Santo Espírito, concelho de Vila do Porto.
  - 9 Filarmónica União Operária e Cultural Nossa Senhora dos Remédios (1953), na freguesia da Fajãzinha, concelho das Lajes das Flores.
  - 10 Sociedade Filarmónica Lira Corvense (1938), na vila do Corvo.
  - 11 Sociedade Filarmónica União Praiense (1889), na freguesia da Praia; Filarmónica Recreio dos Artistas (1913), na freguesia de Santa Cruz; Filarmónica União Popular Luzense (1938), na freguesia da Luz; Filarmónica União Progresso de Guadalupe (1963), na freguesia de Guadalupe.
  - 12 Sociedade Filarmónica Progresso Biscoitense (1932) e Sociedade Recreio Biscoitense (1956).
  - 13 Sociedade Recreio Lajense (1931) e Sociedade Progresso Lajense (1947), no concelho da Praia da Vitória.
  - 14 Sociedade Recreio dos Lavradores (1889) e Sociedade Filarmónica União Católica da Serra da Ribeirinha (1904), no concelho de Angra do Heroísmo.
  - 15 Sociedade Filarmónica Lira Madalense (1897) e Sociedade Filarmónica União e progresso Madalense (1917).
  - 16 Sociedade Filarmónica União Artista (1880) e Sociedade Filarmónica Liberdade (1910).
  - 17 Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense (1900) e Sociedade Filarmónica União Ribeirense (1950).
  - 18 Banda Fundação Brasileira (1863) e Banda Harmonia Mosteirense (1883), no concelho de Ponta Delgada.
  - 19 Sociedade Filarmónica Lira do Norte (1867) e Filarmónica Progresso do Norte (1888), no concelho da Ribeira Grande.
  - 20 Sociedade Filarmónica Recreio e Progresso dos Lavradores (1888) e Sociedade Filarmónica Nova Aliança (1971), no concelho da Calheta.
  - 21 Sociedade Filarmónica Club União (1869) e Sociedade Filarmónica Recreio Topense (1955), no concelho da Calheta.

É também na cidade de Ponta Delgada que se regista a fundação da primeira filarmónica açoriana, em 1845, com a designação óbvia de “Filarmonica Micaelense”.<sup>22</sup>

Cinco anos antes, em 1840, fora fundada a mais antiga filarmónica portuguesa, a Real Sociedade Filarmonica Luzitana, de Estremoz.

Cinco anos depois, em 1850, seria fundada a mais antiga filarmónica madeirense, a Filarmonica dos Artistas Funchalenses, no Funchal.

Este movimento cultural chega às outras oito ilhas açorianas nas sete décadas seguintes:

- Em 1850, à ilha Terceira, com a Sociedade Filarmonica Recreativa, na cidade de Angra do Heroísmo;
- Em 1854, à ilha de São Jorge, com a Sociedade Filarmonica União Popular, atualmente a mais antiga dos Açores, em atividade na freguesia da Ribeira Seca, concelho da Calheta;
- Em 1858, à ilha do Faial, com a Sociedade Filarmonica Artista Faialense, ainda ativa na cidade da Horta;
- Em 1860, à ilha de Santa Maria, com a Banda Marcial Mariense, em Vila do Porto;
- Em 1864, à ilha do Pico, com a Sociedade Filarmonica Liberdade Lajense, ainda ativa na vila das Lajes;
- Em 1868, à ilha Graciosa, com a Filarmonica Graciosense, na vila de Santa Cruz;
- Em 1875, à ilha das Flores, com a Filarmonica Amizade, na vila de Santa Cruz;
- Em 1918, à ilha do Corvo, com a Filarmonica União Musical Corvina, em Vila do Corvo.

Desde a pioneira “Filarmonica Micaelense” há 175 anos, são fundadas nos Açores mais de 180 bandas filarmónicas e mais de metade ainda consegue resistir.

As três mais recentes – uma da Terceira e duas de São Miguel – já nasceram neste século XXI:

- a Filarmonica Associação Cultural do Porto Judeu, da freguesia do Porto Judeu, no concelho de Angra do Heroísmo, em 2001;

---

<sup>22</sup> Treze anos depois da visita da Banda de Música ao serviço de D. Pedro, em 1845, nasce em Ponta Delgada a primeira filarmónica da ilha de São Miguel, a Sociedade Phylarmonica Michaelense, por especial influência de um jornalista continental aqui radicado, Francisco Maria Supico. Teve hino próprio com música de Inácio Joaquim Cabral e letra de Luís Filipe Leite. Esta primeira filarmónica terá desaparecido por volta de 1852, em resultado de perturbações provocadas pela sua rival “Harmónica Michaelense”.

- a Banda Filarmónica de São Paulo, da freguesia da Ribeira Quente, no concelho da Povoação, em 2009;
  - a Sociedade Recreativa Filarmónica Nossa Senhora dos Anjos, da freguesia da Fajã de Baixo, no concelho de Ponta Delgada, em 2011.
- Das 101 filarmónicas atualmente ativas, 56 já contam mais de 100 anos, nas ilhas de São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial.

E, de entre estas, há 11 que já ultrapassam os 150 anos de existência:

- Sociedade Filarmónica União Popular – Calheta | São Jorge (1854)<sup>23</sup>
- Sociedade Filarmónica Artista Faialense – Horta | Faial (1858)<sup>24</sup>
- Filarmónica Eco Edificante – Nordeste | São Miguel (1861)<sup>25</sup>
- Filarmónica Fraternidade Rural – Água de Pau | São Miguel (1863)<sup>26</sup>
- Banda Fundação Brasileira – Mosteiros | São Miguel (1863)<sup>27</sup>
- Filarmónica Liberdade Lajense - Lajes | Pico (1864)<sup>28</sup>
- Sociedade Musical Harmónica Furnense – Furnas | São Miguel (1864)<sup>29</sup>

---

23 Fundada em 1854 por iniciativa de José Pereira, nascido e residente na freguesia da Ribeira Seca. Por intermédio dos seus irmãos residentes em Coimbra, diligencia a necessária autorização régia para a fixação na ilha de São Jorge do maestro Joaquim Alberto Lança, chefe de música do Regimento de Infantaria de Angra do Heroísmo, que se encontrava exilado na cidade da Horta. Assim surge a primeira filarmónica da ilha de São Jorge, inicialmente designada como “Sociedade de Instrução e Recreio”. Chega a integrar o maestro Francisco de Lacerda, também ele natural da Ribeira Seca - um dos maiores vultos da música portuguesa do final do século XIX e início do século XX, que se distingue no panorama musical europeu como chefe de orquestra e compositor.

24 Um grupo de 11 operários residentes na freguesia da Conceição funda esta filarmónica a 22 de fevereiro de 1858. A sua estreia pública ocorre no dia 23 de junho seguinte, em desfile pela cidade da Horta, tendo como primeiro regente o maestro João Inácio Quaresma.

25 Fundada em 1861 por iniciativa do Prior da Matriz, padre Jacinto Félix Machado, logo se estreia a 23 de abril do mesmo ano na festa religiosa em honra do padroeiro da vila do Nordeste, São Jorge. É a mais antiga filarmónica em atividade na ilha de São Miguel. O seu primeiro instrumental é oferecido pelo Morgado José Jácome Correia e a sua primeira direção, além do sacerdote e do benemérito, integra também Manoel Pereira de Resende e António Alves de Oliveira, este o primeiro maestro da filarmónica.

26 A primeira banda filarmónica da vila de Água de Pau, no concelho da Lagoa, designa-se “União” e é fundada em janeiro de 1859, mas fica formalmente extinta em 1863 e logo substituída pela “Estímulo Artístico” em novembro do mesmo ano. Outras duas filarmónicas registam localmente uma existência efémera - a “Aliança” (1870) e a “Amor da Pátria” (1883) - mas é esta “Banda Estímulo Artístico”, que depois adota a designação de “Filarmónica Fraternidade Rural”, a perdurar até hoje.

27 Nasce a 14 de setembro de 1863 com a designação inicial de “Recreio dos Mosteiros”. O seu fundador, Manuel Inácio da Câmara, emigra para o Brasil, onde recolhe donativos capazes de rebatizar a filarmónica como “Proteção Brasileira” em sinal de reconhecimento. Do Brasil regressa também o seu carismático presidente, comendador Ângelo José Dias, que adota a terceira e atual designação de “Banda Fundação Brasileira”, ainda em 1873.

28 Estreia-se na Procissão de Penitência da vila das Lajes, realizada a 14 de fevereiro de 1864, e tem como primeiro regente o maestro José Augusto. Entre os 19 cidadãos que tomam a iniciativa da sua constituição, encontra-se um jovem de 12 anos, João Paulino de Azevedo e Castro, que viria a ser Bispo de Macau, e o então administrador do concelho, Amaro Adrião de Azevedo e Castro.

29 Em 1862, uma comissão composta por José Maria de Amaral (presidente), Manuel José de Medeiros (vi-

- Filarmónica de Nossa Senhora das Neves – Relva | São Miguel (1866)<sup>30</sup>
- Banda Lealdade – Vila Franca do Campo | São Miguel (1867)<sup>31</sup>
- Filarmónica Lira do Norte – Rabo de Peixe | São Miguel (1867)<sup>32</sup>
- Sociedade Filarmónica Clube União – Topo | São Jorge (1869)<sup>33</sup>

Estamos, portanto, perante um fenómeno cultural com dimensão e com tradição.

Mais de 4.000 filarmónicos, de ambos os sexos e de todas as idades, correspondem, por si só, à população de algumas ilhas dos Açores.

E poucas instituições culturais açorianas serão tão antigas como muitas das nossas filarmónicas.

Para além da sua representatividade e da sua antiguidade, as filarmónicas dos Açores assumem e exercem uma verdadeira função social a par da sua reconhecida importância cultural.

A sociedade filarmónica, nalgumas freguesias, é a principal – e até, por vezes, a única – instituição capaz de envolver e ocupar a juventude local em convívio intergeracional.

A filarmónica é o dinamizador social e o embaixador cultural das nossas freguesias, mas é também um “conservatório do povo” e uma escola de vida para as novas gerações.

Na freguesia, no concelho e na ilha, como nos Açores em geral, as filarmónicas cumprem uma missão cultural, exercem uma função social e até

---

ce-presidente), João do Rego Brandão (diretor), António José Moruz e Manuel Correia Machado lança as bases da primeira sociedade musical do Vale das Fumas, com o nome de “Melodia Furnense”, mas a sua fundação oficial ocorrerá dois anos depois, em 1864, sob o alto patrocínio do Marquês da Praia e Monforte e com a designação prevalecente de “Harmónica Furnense”.

- 30 Fundada a 1 de janeiro de 1866. É a primeira filarmónica dos Açores a assumir a designação da padroeira local. Dez meses depois de formalmente constituída, a 9 de outubro de 1866, faz a sua estreia pública na procissão em honra de Nossa Senhora do Rosário, realizada na freguesia da Relva. Em 1879, passa a designar-se oficialmente como “Banda Popular Progressista Relvense”, em reconhecimento do apoio prestado pelo Partido Progressista. Na comemoração do seu centenário, em 1966, promove a restituição da sua designação inicial.
- 31 Fundada em 1867, por iniciativa de um grupo de vilafranquenses afetos ao Partido Regenerador, num contexto histórico de lutas políticas entre Regeneradores e Progressistas, que se revezavam no poder, no tempo do reinado de D. Luís I. O grupo fundador dá à nova filarmónica o nome de “Lealdade”, sublinhando assim o facto de serem leais ao regime vigente. A sua primeira aparição pública ocorre no dia 12 de maio, tomando como patrono o padroeiro da Ilha, São Miguel Arcanjo.
- 32 Fundada a 19 de maio de 1867, em Rabo de Peixe, no concelho da Ribeira Grande. Mantém a sua tradicional saudação de Ano Novo à população percorrendo as ruas da vila, a 1 de janeiro, e a tradição de visitar o cemitério local para homenagear a memória dos músicos falecidos, a 1 de novembro.
- 33 Fundada em 1869 por um pequeno grupo de jorgenses liderados pelo notário Joaquim Homem da Silveira Noronha, começa por designar-se “Harmónica Topense”, passa para “Teatro Topense”, depois para “Recreio Topense” e, finalmente, para a designação atual.

servem uma dimensão económica, designadamente no âmbito da animação turística.

Por isso, bem merecem esta rara oportunidade de reconhecimento e louvor num colóquio dedicado às “Questões de Identidade Insular nas Ilhas da Macaronésia”.

### **O caso específico da ilha de São Miguel**

Vejam agora o caso específico da ilha de São Miguel, de alguma forma paradigmático do fenómeno sociológico das filarmónicas açorianas.

Teremos por referência um estudo que estamos a desenvolver junto de todas as filarmónicas dos seis concelhos micalenses.

Os dados recolhidos e tratados são ainda preliminares, mas já representativos – envolvem 25 das 33 filarmónicas que se encontram atualmente em plena atividade:

Nove no concelho de Ponta Delgada, correspondentes às freguesias de Candelária, Capelas, Fajã de Cima, Ginetes, Mosteiros (2), Relva, Remédios e Sete Cidades;<sup>34</sup>

Cinco no concelho da Ribeira Grande, correspondentes às freguesias de Conceição, Maia, Pico da Pedra, Rabo de Peixe e Santa Bárbara;<sup>35</sup>

Três no concelho da Lagoa, correspondentes às freguesias de Água de Pau, Rosário e Santa Cruz;<sup>36</sup>

Três no concelho da Povoação, correspondentes às freguesias de Água Retorta, Faial da Terra e Furnas;<sup>37</sup>

---

34 Banda Fundação Brasileira (Mosteiros, 1863), Filarmónica de Nossa Senhora das Neves (Relva, 1866), Banda União dos Amigos (Capelas, 1879), Banda Harmonia Mosteirensis (Mosteiros, 1883), Filarmónica Minerva (1906, Ginetes), Banda Lira de Nossa Senhora da Oliveira (Fajã de Cima, 1910), Banda Lira das Sete Cidades (Sete Cidades, 1948), Banda Lira de Nossa Senhora da Estrela (Candelária, 1983) e Filarmónica de Nossa Senhora dos Remédios (Remédios, 1986). Não participaram no estudo a Filarmónica Lira de São Roque (São Roque, 1899) e a Banda Nossa Senhora da Luz (Fenais da Luz, 1976).

35 Sociedade Filarmónica Lira do Norte (Rabo de Peixe, 1867), Filarmónica Voz do Progresso (Conceição, 1874), Banda Lira do Espírito Santo (Maia, 1937), Filarmónica Aliança dos Prazeres (Pico da Pedra, 1958) e Sociedade Recreativa Filarmónica Nossa Senhora das Vitórias (Santa Bárbara, 1986). Não participaram no estudo a Sociedade Recreativa Filarmónica Santíssimo Salvador do Mundo (Ribeirinha, 1877), a Banda Triunfo (Matriz, 1880) e a Filarmónica Progresso do Norte (Rabo de Peixe, 1888).

36 Banda Fraternidade Rural (Água de Pau, 1863), Sociedade Filarmónica Estrela d’Alva (Santa Cruz, 1887) e Sociedade Filarmónica Lira do Rosário (Rosário, 1920).

37 Sociedade Harmónica Furnense (Furnas, 1864), Sociedade Musical Sagrado Coração de Jesus (Faial da Terra, 1894) e Sociedade Musical Nossa Senhora da Penha de França (Água Retorta, 1947). Não participaram no estudo a Filarmónica Marcial Troféu (Povoação, 1912) e a Banda Filarmónica de São Paulo (Ribeira Quente, 2009).

Três no concelho do Nordeste, correspondentes às freguesias de Algarvia, Lomba da Fazenda e Nordeste;<sup>38</sup>

Duas no concelho de Vila Franca do Campo, correspondentes às freguesias de São Miguel e São Pedro.<sup>39</sup>



Fig. 1 – Filarmónica Fundação Brasileira (Mosteiros) a mais numerosa de São Miguel com 53 músicos. Fonte: Coleção do autor.

Desde logo, é curioso constatar as diferentes motivações – especialmente religiosas, mas também políticas – que se encontram associadas à criação ou à sobrevivência das filarmónicas micalenses.

40% das 25 filarmónicas estudadas são fundadas por iniciativa dos respetivos párocos: Eco Edificante (1861, Nordeste), Estrela do Oriente (1878, Algarvia), Harmonia Mosteirense (1883, Mosteiros), Estrela d’Alva (1887, Santa Cruz da Lagoa), Imaculada Conceição (1894, Lomba da Fazenda), Sagrado Coração de Jesus (1894, Faial da Terra), Lira do Rosário (1920, Lagoa), Lira das Sete Cidades (1948, Sete Cidades), Nossa Senhora da Estrela (1983, Candelária) e Nossa Senhora dos Remédios (1986, Remédios da Bretanha).

Não menos importante é a influência decisiva de famílias aristocratas e de dirigentes partidários na fundação e proteção das filarmónicas micalenses.

O morgado José Jácome Correia é o primeiro presidente da Filarmónica “Eco Edificante” da vila do Nordeste.

38 Filarmónica Eco Edificante (Nordeste, 1861), Filarmónica Estrela do Oriente (Algarvia, 1878) e Filarmónica Imaculada Conceição (Lomba da Fazenda, 1893).

39 Banda Lealdade (São Miguel, 1867) e Filarmónica Marcial União Progressista (São Pedro, 1907). Não participou no estudo a Filarmónica Lira do Sul (Ponta Garça, 1896).

O poderoso chefe do Partido Progressista, José Maria Raposo de Amaral, funda a “Banda Minerva” dos Ginetes e oferece o instrumental da “Voz do Progresso” da Ribeira Grande e da “União dos Amigos” das Capelas.

O marquês da Praia e Monforte adquire o instrumental e o fardamento da “Harmónica Furnense” e da “Voz do Progresso”, com consequente infiltração dos Progressistas até à fase em que esta filarmónica da Ribeira Grande assume a sua adesão ao regime republicano.

O barão de Fonte Bela e o visconde do Porto Formoso patrocina a aquisição do instrumental e do fardamento da “União dos Amigos” das Capelas.

Os abastados políticos Nicolau Raposo de Amaral e Guilherme Poças Falcão patrocina a fundação da “Lira do Espírito Santo” da Maia, em 1937.

O próprio Partido Progressista assume a fundação da “União Progressista” de Vila Franca do Campo, em 1907.

Ademais, a Banda Lealdade fora fundada em 1867 por um grupo de vilafranquenses afetos ao Partido Regenerador, num contexto histórico de lutas políticas entre Regeneradores e Progressistas, sublinhando na própria designação a sua lealdade ao regime vigente e beneficiando da especial proteção do Visconde da Palmeira.

E a Filarmónica Nossa Senhora das Neves (Fig.2), a primeira dos Açores a assumir a designação da padroeira local, chega mesmo a designar-se “Banda Popular Progressista Relvense” em reconhecimento do apoio prestado pelo Partido Progressista, sob proteção das prestigiadas famílias micalenses Fonte Bela e Raposo de Amaral.

Algumas filarmónicas sobrevivem por mercê dos donativos provenientes dos respetivos emigrantes, como a Fundação Brasileira dos Mosteiros (Fig. 1), e outras, ironicamente, quase desaparecem por força do movimento emigratório dos anos sessenta para a América do Norte.

Nas últimas décadas, é justo destacar o contributo persistente dos músicos militares para a crescente qualificação do nível artístico das bandas civis. Atualmente, dos 25 maestros que dirigem estas filarmónicas micalenses, 16 ou 64% estão ou estiveram ligados à Banda da Zona Militar dos Açores.

Estas 25 filarmónicas totalizam 901 músicos, equivalendo a cerca de 36 músicos por filarmónica.

A mais numerosa é a Fundação Brasileira, da freguesia dos Mosteiros, com 53 músicos. A menos numerosa é a Nossa Senhora da Oliveira, da freguesia da Fajã de Cima, com 19 músicos. Destes 901 músicos, 620 são do



Fig. 2 – Filarmónica Nossa Senhora das Neves (Relva) a primeira dos Açores a assumir a designação da padroeira local. Fonte: Coleção do autor.

sexo masculino (68,81%) e 281 são do sexo feminino (31,18%).

Os casos extremos são a Marcial União Progressista, de Vila Franca do Campo, com 40 homens e uma mulher, e a Lira do Rosário, da Lagoa, com 16 homens e 16 mulheres. Em ambos os sexos, a média etária destes 901 músicos é de 27,9 anos.

Nestas 25 filarmónicas, a média etária mais elevada regista-se na Sociedade Musical Sagrado Coração de Jesus, do Faial da Terra, com 49,5 anos. E as médias etárias mais baixas encontram-se nas filarmónicas Voz do Progresso, da Ribeira Grande (Fig. 3), com 19,6 anos, e Imaculada Conceição, da Fazenda do Nordeste, com 19,7 anos.

Vamos encontrar os músicos mais idosos, com 78 anos de idade, na Minerva (Ginetes) e na Aliança dos Prazeres (Pico da Pedra), e o músico mais jovem, com apenas 7 anos, na Harmónica Furnense (Furnas).

Considerando a amostra em apreço, a filarmónica-tipo micaelense tem denominação religiosa, foi fundada há 105 anos, no meio rural, em contexto paroquial, graças à proteção benemérita de famílias abastadas, é constituída por 36 músicos, sendo 25 do sexo masculino e 11 do sexo feminino, com uma média de 28 anos de idade, e atua em procissões e arraiais sob a direção de um maestro militar.

Esta realidade, multiplicada 100 vezes pelas 9 ilhas dos Açores, merece de todos o devido respeito.



Fig. 3 - Filarmónica Voz do Progresso (Ribeira Grande) a média etária mais baixa de São Miguel com 19,6 anos. Fonte: Coleção do autor.



Fig. 4 - Filarmónica Eco Edificante (Nordeste), a mais antiga da ilha, fundada em 1861.



Fig. 5 - Filarmónica Lira do Rosário (Lagoa), a mais partidária da ilha, com 16 homens e 16 mulheres. Fonte: Coleção do Autor.

**A CRIAÇÃO DE GADO E AS EXPRESSÕES ORAIS:  
BREVE COMPARAÇÃO DO VOLUME I DO ATLAS  
LINGUÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA MADEIRA  
E DO PORTO SANTO COM O DOS AÇORES**

**Naidea Nunes**

*FAH-DLLC e CIERL da Universidade da Madeira  
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa  
naidean@staff.uma.pt*

**Helena Rebelo**

*FAH-DLLC e CIERL da Universidade da Madeira  
CLLC da Universidade de Aveiro  
mhrebelo@staff.uma.pt*

**Palavras-chave:** Criação de Gado; Atlas Linguístico e Etnográfico; Léxico; Fonética; Madeira e Açores.

### **Introdução**

Este trabalho está estruturado em duas partes. A primeira é da responsabilidade de Helena Rebelo, indo da introdução à apresentação do volume I do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Madeira e do Porto Santo* (ALEMPS)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Naidea Nunes, Helena Rebelo, João Saramago e Gabriela Vitorino, *Atlas Linguístico-Etnográfico da Madeira e do Porto Santo. A Criação de Gado: o gado bovino, ovino e caprino, o leite e os derivados, o porco e a matança*, Funchal, UMa/CLUL/DRC, 2018.

e do *Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores* (ALEAç)<sup>2</sup>, incluindo a abordagem das temáticas do gado bovino, ovino e caprino. Naidea Nunes é responsável pela segunda parte que se concentra nos temas do leite e dos seus derivados, do porco e da matança, sendo também da sua autoria a conclusão.

Os arquipélagos portugueses da Madeira e dos Açores têm, sobretudo, merecido estudos separados. Normalmente, os investigadores açorianos estudam temas relacionados com o território onde residem ou de onde são originários. O mesmo tem sucedido para os madeirenses. Assim, as visões que se têm de um e do outro são parcelares. Porém, vão surgindo investigações de grande alcance que, além de contemplarem estes dois arquipélagos, também incluem dados para o continente português. É nesta visão de conjunto que encontramos o que é comum e o que vai divergindo de território para território, num mesmo país com uma língua pátria. A nível linguístico, isso sucede, por exemplo, com o propósito da elaboração do Atlas Linguístico-Etnográfico aplicado a áreas geográficas distintas, assumindo o espaço insular e continental especificidades, embora a estrutura da obra seja comum a todas.

Neste artigo sobre o volume I, dedicado à criação de gado nestas ilhas portuguesas da Macaronésia, temos por finalidade a de sublinhar a importância que assumem ambos os atlas arquipelágicos portugueses na Linguística e na Etnografia, ao realçarem algumas das expressões orais presentes em ambos. Relativamente aos arquipélagos insulares em questão, as duas publicações revelam-se importantes para a preservação da Identidade e do Património Culturais do Mundo Atlântico.

### **O volume I do ALEMPS e do ALEAç: apresentação geral**

Para situar no espaço e no tempo as duas publicações (ALEMPS e ALEAç), olhando para o passado, é possível dizer que, a nível histórico, tudo começou com o Professor Doutor Luís Filipe Lindley Cintra, docente da Universidade de Lisboa. Foi quem iniciou a recolha de dados para o *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* (ALEPG) que iriam também servir para o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Península Ibérica* ((ALPI)). Aplicava um mesmo questionário em todo o território português. Com ele, trabalhou uma equipa de investigadores do Centro de Linguística da Uni-

---

2 Manuela Ferreira, João Saramago, Luísa Segura e Gabriela Vitorino, *Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores. I A Criação de Gado: o gado bovino, ovino e caprino, o leite e os derivados, o porco e a matança*, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008.

versidade de Lisboa (CLUL), entre os quais João Saramago, Gabriela Vitorino, Manuela Ferreira e Luísa Segura. Recolheram e trataram (continuando alguns a fazê-lo) materiais para os dois arquipélagos, tendo daí surgido a publicação do ALEAç e do ALEMPS. Estão programados nove volumes temáticos, sendo a seguinte a distribuição: Vol. I- A criação de gado. O gado bovino, ovino e caprino. O leite e os derivados. O porco e a matança (é este que está aqui a ser alvo de estudo), Vol. II- A vinha e o vinho. Os trabalhos do linho e da lã, Vol. III- O cultivo dos cereais. A moagem e a panificação, Vol. IV- As árvores e seu aproveitamento. As árvores de fruto, Vol. V- Os produtos da horta. As ervas, as flores e os arbustos, Vol. VI- A agricultura e as alfaías agrícolas. Ofícios e profissões, Vol. VII- Os animais domésticos e de capoeira. Os equídeos e os arreios, Vol. VIII- Os animais bravios. Os pássaros, os insectos e os répteis, Vol. IX- A fauna e a flora marinhas<sup>3</sup>.

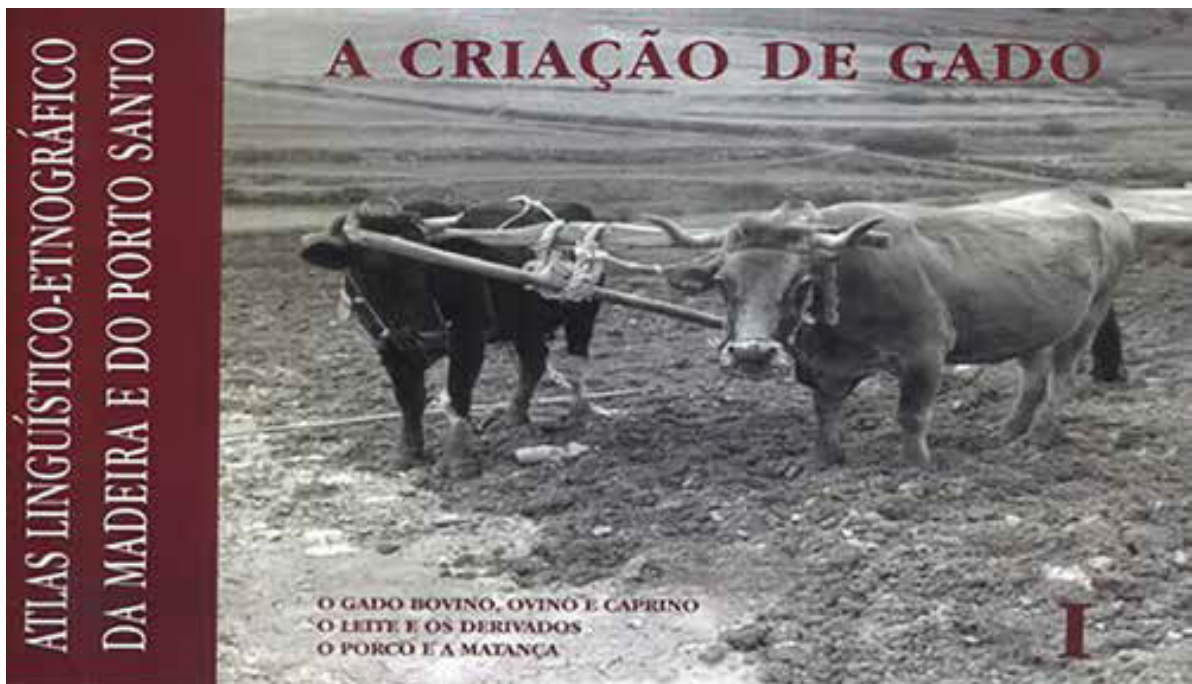


Fig. 1 – Reprodução da capa do volume I do ALEMPS.

Quanto à comparação geral do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Madeira e do Porto Santo* e do dos Açores, mais precisamente para o volume I, sobre A Criação de Gado, é possível verificar que a primeira publicação

3 Helena Rebelo e Naidea Nunes, «Atlas Linguístico-Etnográfico da Madeira e do Porto Santo. Da Criação de Gado à Fauna e Flora Marinhas», *Revista Islenha. Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 44, Janeiro-Junho, Funchal, DRAC, 2009, 5-24; Helena Rebelo e Naidea Nunes, *Atlas Linguístico-Etnográfico da Madeira e do Porto Santo. Da Criação de Gado à Fauna e Flora Marinhas*, Funchal, SRTC | DRC, Serviço de Publicações, 2018, 25 pp.



Fig. 2 – Reprodução da capa do volume I do ALEAç.

açoriana data de 2001<sup>4</sup> (com a segunda publicação em 2008), enquanto a madeirense é de 2018, sendo, portanto, aquela dezanove anos anterior a esta. Porquê tanto tempo de intervalo entre uma e a outra? Encontrar uma única razão não é possível, já que são vários os motivos que justificarão tantos anos de intervalo. Primeiro, os investigadores do CLUL propuseram às entidades açorianas competentes a publicação do ALEAç e ela foi aceite de bom grado. A equipa do CLUL concentrou-se, então, nos materiais recolhidos para os Açores. Em 2006, foi celebrada uma proposta de colaboração entre a Universidade da Madeira e o CLUL, através da Direcção Regional dos Assuntos Culturais. Entretanto, por vários obstáculos, tanto técnicos como profissionais, o tratamento dos dados sobre a Criação do Gado para o Arquipélago da Madeira apenas ficou concluído em 2014, vindo a luz do dia a publicação do volume I quatro anos depois, aquando da celebração dos 600 Anos do Descobrimento da Madeira e do Porto Santo.

A diferença entre as duas publicações faz-se igualmente pelo facto de o arquipélago madeirense ter apenas duas ilhas habitadas para nove ilhas povoadas, nos Açores, e nisso radica a distinção em número de pontos de inquérito definidos pela equipa do CLUL. Há sete madeirenses (1. Curral

4 Manuela Ferreira, João Saramago, Luísa Segura e Gabriela Vitorino (com a colaboração de Ernestina Carrilho e Maria Lobo), *Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores. I A Criação de Gado*, Lisboa / Angra do Heroísmo, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Direcção Regional da Cultura-Açores, 2001. Disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/alea/Default.aspx>

das Freiras, 2. Santa, 3. Calheta, 4. Estreito de Câmara de Lobos, 5. Porto da Cruz, 6. Boaventura, 7. Serra de Fora) e dezassete açorianos (1. Corvo, 2. Fajãzinha (Flores), 3. Ponta Ruiva (Flores), 4. Castelo Branco (Faial), 5. Cedros (Faial), 6. São Roque (Pico), 7. Terras (Pico), 8. Calheta (São Jorge), 9. Rosais (São Jorge), 10. Carapacho (Graciosa), 11. Altares (Terceira), 12. Fontinhas (Terceira), 13. Mosteiros (São Miguel), 14. Rabo de Peixe (São Miguel), 15. Ponta Garça (São Miguel), 16. Nordeste (São Miguel), 17. Santo Espírito (Santa Maria). São, como é fácil de depreender, realidades insulares distintas, tendo os Açores mais ilhas, mas, os dois arquipélagos assemelham-se por se situarem no Atlântico e por terem sido povoados no século XV, maioritariamente por portugueses.

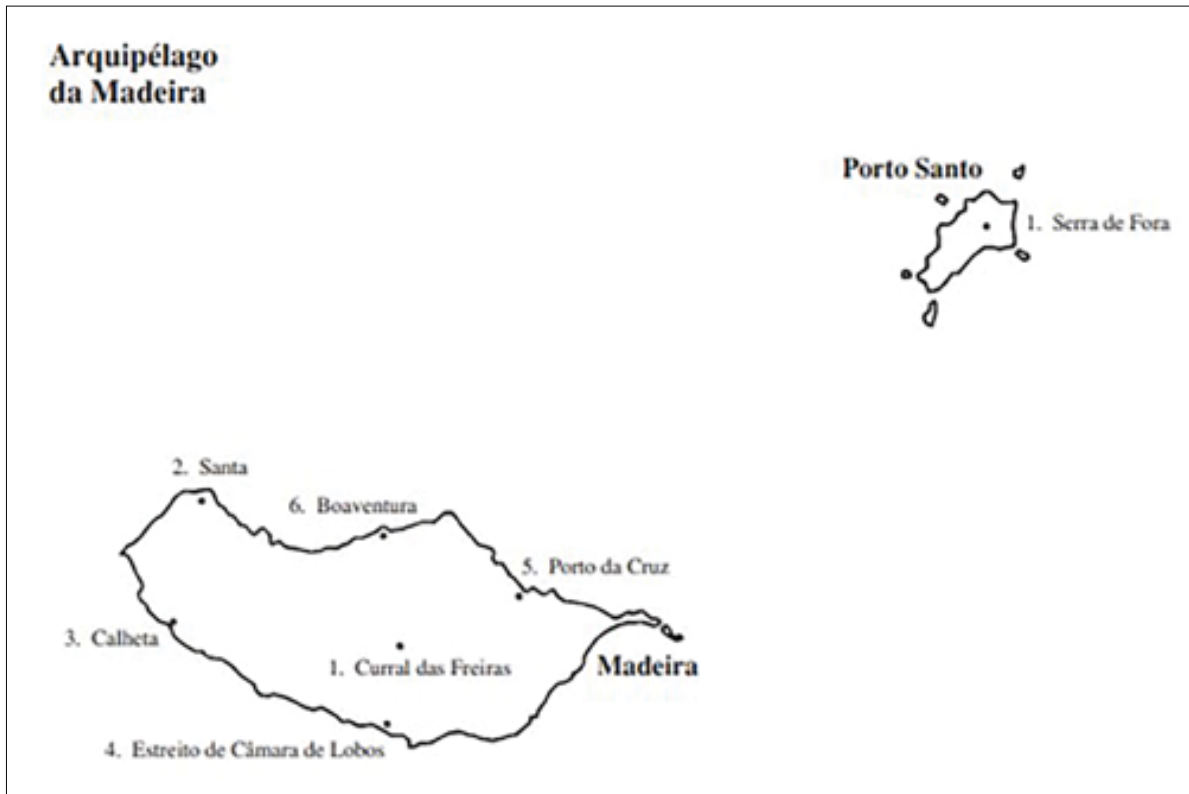


Fig. 3 – Reprodução do mapa dos pontos de inquérito do ALEMPS.

Partilham, por isso, de circunstâncias comuns, sendo ambos territórios: insulares, atlânticos e portugueses. Nesta comparação geral entre o volume I destes atlas, cabe também referir que o ALEMPS conta com 108 mapas, enquanto o ALEAç tem 145. Certos conceitos têm vitalidade num arquipélago e podem não a ter no outro. Por exemplo, o conceito REBANHO existe na vivência madeirense, mas na açoriana assume uma especificidade, haven-

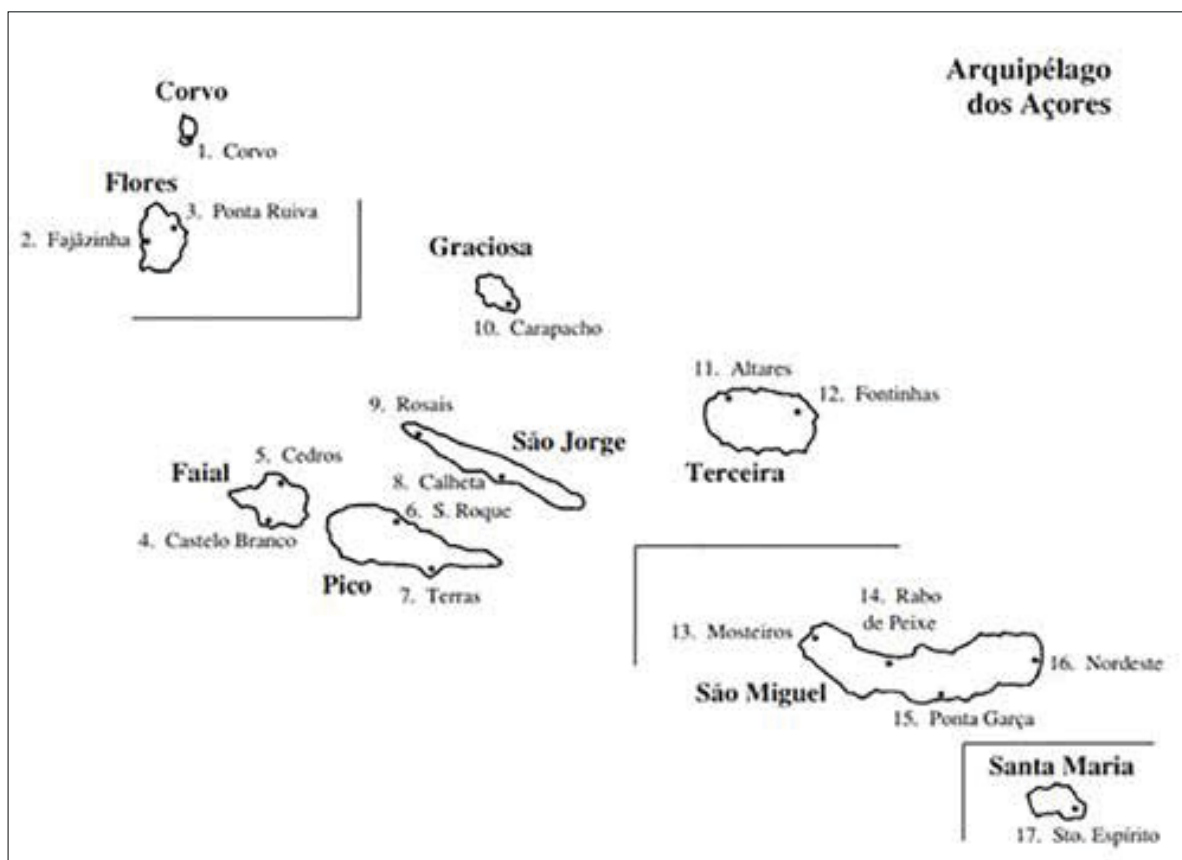


Fig. 4 – Reprodução do mapa dos pontos de inquérito do ALEAç.

do conceitos para REBANHO DE VACAS, REBANHO DE CABRAS, REBANHO DE OVELHAS. Os conceitos TOCAR, CAMINHOS DO GADO e BEBEDOURO NAS PASTAGENS têm ocorrências nos Açores e não se registam no arquipélago madeirense porque o gado, sobretudo da ilha da Madeira, era deixado solto nas serras e não era/é costume levar o gado para as pastagens pela manhã e trazê-lo de volta ao fim do dia. Assim, embora o *Questionário Linguístico*<sup>5</sup>, enquanto publicação dos conceitos a questionar, conte com o mesmo número de perguntas e de conceitos, a concretização das respostas, e conseqüentemente o número de mapas, vai variando em função da aplicação do inquérito nos diversos territórios. Esta diferenciação é que permite ter uma visão alargada dos usos da Língua Portuguesa nos diversos pontos onde é falada. Ao confrontar o volume I do ALEMPS e do ALEAç, verifica-se que a orgânica e a apresentação são idênticas quer a nível da paginação quer da formatação. Assim sendo, estando o volume aberto à frente de qualquer leitor, a página do lado esquerdo comporta o CONCEI-

5 *Questionário Linguístico*, 3 vols., Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Instituto de Linguística (actual CLUL), 1974.

TO, o N.º DA PERGUNTA DO QUESTIONÁRIO, a LISTA DE RESPOSTAS POR PONTOS e um COMENTÁRIO GERAL ao material linguístico e etnográfico tratado. Na página do lado direito, surgem as TRADUÇÕES nas principais línguas românicas (Castelhano / Francês / Italiano) e o MAPA onde figuram as TRANSCRIÇÕES FONÉTICAS DAS RESPOSTAS por pontos de inquérito.

### **O gado bovino, ovino e caprino: observação de alguns exemplos**

Que expressões orais se registam para o gado bovino, ovino e caprino nos arquipélagos insulares portugueses? Seria curioso comparar a totalidade das respostas para concluir se são maiores as convergências ou as divergências, mas esse não é o propósito aqui. Vão usar-se alguns exemplos para compreender que nomes recebem os conceitos nos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Para a temática do gado bovino, ovino e caprino, escolheram-se os seguintes conceitos: VACA, CAMPAINHA, CAMPAINHAS, MACHORRA, ALFEIRA e TESTÍCULOS DO CARNEIRO para estabelecer uma breve comparação.

Um conceito geral como o de VACA, à partida, não deveria suscitar muitas dúvidas e deveria ser comum às duas regiões autónomas em todos os pontos de inquérito. O que surpreende são as realizações fonéticas dos informantes. Aqui, o conceito é consensual, variando a pronúncia. No ALEAç, as respostas são maioritariamente coincidentes com o que seria esperado, surgindo predominantemente a pronúncia comum normativa, salvo casos pontuais. No ALEMPS, além do uso comum normativo, ocorrem os do diminutivo e do plural. Regista-se em ambos os arquipélagos, mais precisamente nas localidades de São Jorge, para os Açores, e do Porto da Cruz, para a Madeira, uma forma como a que é usual no Norte de Portugal com o conhecido betacismo, onde a pronúncia de [v] foge à do registo normativo do Português. Além desta pronúncia, há uma ocorrência nas Flores, nos Açores, e na Santa, na Madeira, em que a vogal final ou cai ou é muito fraca. Regista-se ainda uma outra na ilha da Madeira, onde, por vezes, a vogal da primeira sílaba possui uma realização mais posterior do que central.

Pegando nos conceitos CAMPAINHA e CAMPAINHAS, poder-se-ia pensar que o segundo seria o plural do primeiro, mas não é assim. CAMPAINHA remete para uma espécie de sino que se coloca ao pescoço do gado

para o localizar, enquanto CAMPAINHAS (ou BRINCOS) é um conceito que está relacionado com os «apêndices no pescoço da cabra». Para o primeiro, os informantes açorianos responderam quase unanimemente «campainha», havendo apenas um ponto sem resposta, na ilha do Faial, e outro com a indicação «campainha de sino», na ilha de São Jorge. As respostas no arquipélago vizinho foram diversas, embora «campainha» ocorresse duas vezes. Aqui, houve informantes que responderam «sino», «sininho» e «chocalhinho». Portanto, num território mais pequeno, as informações linguísticas dos falantes foram mais diversificadas, havendo também um ponto sem resposta. Porém, sucedeu o contrário com o conceito CAMPAINHAS, já que o número de respostas é maior nos Açores do que na Madeira. O que é interessante verificar é que dentro da diversidade em ambos os territórios «campainhas» predomina e a resposta «brincos» ocorre tanto num arquipélago como no outro. No conjunto, sublinha-se o uso do plural nas respostas (ALEMPS: «campainhas», «marmelos», «brincos», «arrecadinhas», «bigode das cabras» / ALEAç: «campainhas», «badalinhos», «brincos», «brinquinhos», «mamilos», «mamilho», «marmilhos», «barbilhos»), salvo num ponto de inquérito da Madeira, mais precisamente na Boaventura, em que foi empregue o singular «bigode das cabras» e noutra dos Açores (São Jorge) com «mamilho».

Colocando lado a lado os conceitos MACHORRA, «vaca estéril», e ALFEIRA, «vaca que não teve cria num determinado ano», observa-se o mesmo fenómeno do registado para CAMPAINHAS: é maior a diversidade de respostas no ALEAç do que no ALEMPS. Tanto para um conceito como para o outro, registam-se formulações perifrásticas e algumas com verbos nos Açores: «fica de grande», «não segura», «não segura os bois», «não pega boi», «não dá crias», «não dá cria» – para MACHORRA – e «ficou em vazio», «ficou de ano», «está de ano», «está de garante», «fica de grande» (como para MACHORRA), «anda errada», «está errada», «não pegou» – para ALFEIRA. As respostas dos informantes madeirenses correspondem a nomes: «encherroa», «macha e fêmea», «machorra» e surge o verbo «machorrou» para o facto de «a vaca ter ficado estéril». Observa-se que a resposta mais frequente para MACHORRA nos Açores foi «alfeira», demonstrando que, com frequência, os conceitos se (con)fundem. Dos nomes açorianos e madeirenses listados, há dois que merecem um comentário por comportarem afinidades. São eles: «macha e fêmea» (ALEMPS – Porto da Cruz) e «macha-fêmea» (ALEAç – São Jorge). É praticamente a mesma

forma de designar MACHORRA porque ficam lado a lado os dois géneros, assumindo a vaca as características do macho (sendo «macha» – no feminino) por não ter crias, sem deixar de ser «fêmea» porque deveria ter crias. Muitos comentários haveria a tecer sobre estes dois conceitos, mas tem de se ficar com estas observações que dão conta do quanto é necessário este levantamento em Altas Linguístico-Etnográficas para compreender a visão dos falantes sobre o Património Linguístico e Cultural que os ilhéus portugueses partilham. Para finalizar esta parte e a breve abordagem sobre o gado bovino, ovino e caprino, escolheu-se o conceito TESTÍCULOS DO CARNEIRO (BOLSA – o conjunto tratado apenas no ALEAç). Quer no ALEMPS, quer no ALEAç, o plural surge na maioria das respostas e há pontos comuns nas seis registadas: «grãos», «grãs» (masculino na Madeira), «grão» (singular) e «tomates» (havendo também «tomatos» na Madeira). As respostas divergentes são «ovos» (ALEMPS) e «testículos» (ALEAç).

### **O leite e os seus derivados**

As expressões orais recolhidas nos dois arquipélagos para o leite e os seus derivados distinguem-se sobretudo pelo facto de na Madeira não existir fabrico artesanal e tradicional de queijo como nos Açores. Assim, as duas regiões partilham os conceitos gerais LEITE, MUNGIR (tirar o leite), RECIPIENTE PARA RECOLHER O LEITE, NATA (gordura do leite), MANTEIGA, RECIPIENTE EM QUE SE BATE A NATA (para fazer a manteiga) e QUEIJO. Nos Açores, encontra-se ainda o conceito TROCA (soro da manteiga), que não foi registado no arquipélago da Madeira. No que diz respeito ao QUEIJO, nos Açores existem vários conceitos específicos associados ao fabrico deste produto: COALHO/COALHEIRA (produto para coalhar o leite), COALHAR, COALHADA (leite coalhado), SORO (líquido que escorre da coalhada), CINCHO (forma para o queijo) e FRANCELA (mesa onde se faz o queijo).

Para uma breve comparação entre os dois arquipélagos, na temática do leite e dos seus derivados, escolheram-se os seguintes conceitos: RECIPIENTE PARA RECOLHER O LEITE e NATA (gordura do leite). Quanto ao RECIPIENTE PARA RECOLHER O LEITE, na Madeira, em Santa (concelho do Porto Moniz), é denominado «caçarola» e, na Calheta, «caçarolinha» (forma diminutiva de «caçarola») e «vasilha». Em Boaventura (concelho de

S. Vicente), há grande variação denominativa – «folha» e «folhão» (forma aumentativa de «folha», termos que remetem para o material de que era feito este recipiente, folha de Flandres), «caneco», «marmita», «jarro» e «vasilha», sendo estes últimos designações genéricas. No Curral das Freiras (concelho de Câmara de Lobos), documentou-se apenas o termo «folhão», enquanto no Porto da Cruz (concelho de Machico) o conceito foi denominado «balde» e «caneco», nomes de recipientes não específicos, o que não significa que não possam existir outras designações, mas estas foram as fornecidas pelos informantes.

Nos Açores, o recipiente para recolher o leite também apresenta uma grande diversidade denominativa, com semelhanças e diferenças entre as ilhas, sendo na ilha de S. Miguel onde ocorrem mais designações distintas, correspondendo a referentes idênticos, mas também diferentes com a mesma funcionalidade. Deste modo, o repertório lexical de termos usados pelos falantes para nomear o conceito é constituído por: «lata» (nas ilhas do Corvo, Flores, Graciosa, Terceira e S. Miguel) e «latão» (forma aumentativa de «lata», vasilha que corresponderá a «folha» e «folhão», em S. Miguel), «(o/um) tarro» (vaso em que os pastores recolhem o leite da ordenha, na Terceira e em S. Jorge), «cabaça» (recipiente para líquidos obtido a partir de um fruto seco da «cabaceira», no Corvo e na Terceira), «caneca» (no Pico) e «caneco» (forma masculina de «caneca», nas Flores), «canado» (vasilha para medir líquidos, equivalente a meio almude, ou vaso de folha para transporte de leite e outros líquidos, em S. Miguel), «balde» (em S. Miguel), «bilha» (vaso de barro bojudo e de gargalo estreito, no Pico e em S. Miguel), «potes de barro» (no plural, vasos de barro destinados a conter líquidos, na Graciosa), «infusa» (vaso para líquidos, com uma asa lateral, espécie de «bilha», em S. Miguel) e «púcara» (com a forma fonética «pucra», o mesmo que «púcaro», forma masculina de «púcara», pequeno vaso com asa para líquidos, em Santa Maria). Como se pode observar, registaram-se termos de recipientes específicos como «canado», «bilha», «pote de barro», «infusa» e «púcara»; e nomes de recipientes genéricos, por exemplo «caneca», «caneco», «cabaça» e «balde». Os nomes «lata» e «latão» poderão ser genéricos ou específicos, no caso de se referirem a uma vasilha de folha de Flandres para transportar o leite ou outros líquidos.

O conceito NATA (gordura do leite), na Madeira, surge com o nome «nata» em todos os pontos de inquérito. Na Calheta, ocorre ainda o termo «espuma», sendo explicado que esta surgia logo que se tirava o leite e a

«nata» aparecia depois de o leite estar frio («nata do leite» e «nata grossa»). A «desnatadeira» (Calheta, Estreito de Câmara de Lobos e Boaventura) era a máquina que desnatava o leite e de onde a «nata» saía por um lado, na «bica da nata» (Boaventura), e o «soro» (Porto da Cruz) pelo outro. A «desnatadeira» também era conhecida por «máquina», existindo a expressão «levar o leite à máquina». A venda da nata do leite da vaca era um dos poucos rendimentos dos agricultores madeirenses. No Natal, faziam manteiga em casa e, quando «a nata ficava bem batida», diziam que «ficava marlinha» (forma alterada de «amarelinha»).

Nos Açores, para o conceito NATA, ocorrem os termos: «nata» (Corvo, Flores, S. Jorge, Pico, Terceira, Faial, S. Miguel e Santa Maria), «cabeça do leite» (denominação resultante de um processo cognitivo universal de transferência da experiência do corpo para o objeto, no Faial), «cabeçada» (processo cognitivo idêntico ao anterior, denominando o objeto com um termo derivado de «cabeça» e o sufixo «-ada», em S. Miguel). Os outros nomes usados são «gordura» e «graxa» (designações comuns à gordura do porco derretida, sendo sinónimos de «banha»). Foram ainda especificados alguns termos para o conceito NATA/PELE DO LEITE FERVIDO: «laço» e «cabeçada», «nata», «soro/solo» (em que «solo» é alteração fonética de «soro») e «gordura». Como se pode verificar, «nata», «cabeçada» e «gordura» ocorrem como termos que designam tanto o conceito geral de NATA como o específico de NATA DO LEITE FERVIDO.

### **O porco e a sua matança**

Para o porco e a sua matança, tal como para o leite e os seus derivados, nos Açores foram registados mais conceitos e respectivos nomes do que na Madeira. Começa-se por elencar os conceitos deste campo semântico, destacando a negrito os conceitos para os quais foram obtidas respostas nos dois arquipélagos, sem negrito os que apenas registaram respostas nos Açores e a sublinhado o que apenas foi documentado na Madeira: PORCO/A, VER-RASCO (porco de cobrição), (A PORCA) ESTÁ EM CIO, LEITÃO, LEITOA, POCILGA/PARTE COBERTA DA POCILGA, LAVAGEM (comida para o porco), PIA (recipiente em que os porcos comem), MASSEIRÃO (recipiente em que os bácoros comem), FOCINHO, ARGANEL (argola que se põe no focinho), FOÇAR, RONCAR, MATANÇA, BANCO (mesa onde se

mata o porco), MAGAREFE/MATADOR (pessoa que mata o porco), CHAMUSCAR (queimar o pêlo do porco), RASPAR, INSTRUMENTO(S) PARA RASPAR, CHAMBARIL/MODO DE PENDURAR O PORCO, DESMANCHAR O PORCO/DESUNIR AS TRIPAS, TRIPA(S)/DEBULHO, VÉU DAS TRIPAS, RIÇOL (membrana que une as tripas), TRIPA DELGADA, TRIPA GROSSA, PALAIO (parte inicial da tripa grossa), TRIPA DO RABO (parte terminal da tripa grossa), BOFE (pulmões), BUCHO (estômago), FÍGADO, BAÇO, PRATOS DE FRESSURA, BARBELA (parte gorda por baixo da queixada), LOMBO, LOMBINHOS, FEBRA, OSSO/OSSO (pl.), TUTANO (medula dos ossos), TOUCINHO, BANHA, PINGUE (banha derretida), TORRESMOS (resíduos ou bocados de gordura frita), ROJÕES (bocados de carne frita), ESPÁDUA, PRESUNTO/PERNA TRASEIRA, CHISPE (pé do porco), SALMOURA, SALGADEIRA (recipiente para conservar a carne salgada), ENCHIDO DE CARNE/CHOURIÇO, MORCELA (enchido com sangue), PRATOS À BASE DE SANGUE, VINHA-D'ALHOS (marinada para temperar carnes).

Destes conceitos, destacam-se alguns para uma breve comparação com as respostas obtidas nos Açores. Inicia-se com VERRASCO (porco de cobrição), que, na Madeira, é designado como «(um) cachaço» em todos os pontos de inquérito e também «porco», no Porto da Cruz. Nos Açores, registaram-se as denominações «cachaço» (Corvo, Flores, Faial, Pico, Terceira, Graciosa, S. Jorge, S. Miguel e Santa Maria), mas também «porco cachaço» (Graciosa), a par de «porco inteiro» (Graciosa e S. Miguel, provavelmente por oposição ao porco capado), «porco toiro» (em que «toiro» é a variante fonética de «touro», em S. Jorge) e simplesmente «toiro» (Terceira, por analogia com o boi). Indica-se que, na localidade Altares, o termo «toiro» é usado apenas na presença de pessoas estranhas, não sendo um nome familiar.

Relativamente a POCILGA e a PARTE COBERTA DA POCILGA, na Madeira, encontram-se as designações «chiqueiro» (em todos os pontos de inquérito) e ainda «curral» (na Serra de Fora, ilha do Porto Santo), não havendo distinção denominativa entre os dois conceitos. No Porto da Cruz, para o «chiqueiro», foi mencionado que, «agora, é de cimento» e antes era de madeira. Nos Açores, para a POCILGA, predomina o termo «curral» (Flores, Faial, Pico, S. Jorge, S. Miguel e Santa Maria, o mesmo usado para o gado ovino e caprino), com a forma plural «curralos» (em S. Miguel) e a especificação «curral do porco» (na Graciosa), a par de «chiqueiro» (Graciosa), «pátio» e «pátio do porco» (respectivamente nas Flores e em S. Miguel),

«rua» (Terceira) e «rua do porco» (Terceira, Faial e Graciosa), mas também «cerca» (Flores e Santa Maria) e «poço» (Corvo). Quanto à PARTE COBERTA DA POCILGA, para a qual não foram obtidas designações específicas na Madeira, é denominada «chiqueiro» (Corvo, Flores, Pico, S. Jorge, Graciosa, Terceira, S. Miguel e Santa Maria), mas também «cafua» (S. Miguel), «paleiro» (Faial) e «casinha» (Graciosa), assim como «chiquita» (em Santa Maria). Neste ponto de inquérito, o termo «chiqueiro» tanto denomina o espaço coberto como o descoberto, o mesmo acontece em S. Miguel onde os dois conceitos se confundem, embora «chiqueiro» e «cafua» estejam mais associados à parte coberta, enquanto «curral» e «pátio (do porco)» à parte descoberta. O termo «cafua», segundo Soares de Barcelos<sup>6</sup>, é de origem obscura e, nos Açores, denomina uma gruta natural aberta na rocha ou furna, enquanto «chiqueiro» é a casa dentro do curral. O autor não averba o termo «chiquita». Salienta-se o facto de, no arquipélago da Madeira, ter sido registado o nome «curral» para o conceito POCILGA apenas na ilha do Porto Santo (a par de «chiqueiro»), havendo grande uniformidade denominativa, enquanto nos Açores é a designação mais usada, ficando «chiqueiro» reservado sobretudo para a PARTE DA POCILGA COBERTA. O arquipélago dos Açores apresenta grande variedade denominativa, principalmente na ilha de S. Miguel.

O conceito SALGADEIRA (recipiente para conservar a carne salgada), na Madeira, corresponde aos termos «salgadeira» (forma derivada de «salgar» com o sufixo «-(d)eira») em todos os pontos de inquérito e ainda «salgueiro» (forma masculina, também formada de «salgar») no Porto da Cruz. Em Santa, explica-se que é uma «vasilha de barro»: «salgava-se a carne» primeiro e «metia-se lá dentro». Na Calheta, os informantes indicaram que a «salgadeira» era «de pau» (de madeira) e, no Estreito de Câmara de Lobos, foi dito que, antigamente, era uma «caixa de madeira». No Porto da Cruz, a «salgadeira» era de «cimento», sendo também chamada «cartola» (equivalente a meia pipa, nome usado para as vasilhas do vinho, feitas de madeira; uma «cartola» tanto podia ser de 25 litros como de 50 a 55 litros, sendo maior do que o «barril» que era de 45 litros) e ia «tudo para a salgadeira» e «nada para o fumeiro», o que quer dizer que não faziam enchidos de carne. Na Serra de Fora (Porto Santo), foi dito que a carne se «salgava numa banheira» e que, antigamente, a «salgadeira» (também chamada «cartola») «era de madeira por fora e, por dentro, era coberta de cimento para não

---

6 J. M. Soares de Barcelos, *Dicionário de Falares dos Açores. Vocabulário Regional de Todas as Ilhas*, Coimbra, Almedina, 2008, p. 134.

derramar a moira» (variante fonética de «moura», ou «salmoira», variante fonética de «salmoura»), água com sal que cobria a carne na «salgadeira».

Nos Açores, SALGADEIRA é um nome genérico para recipientes de salga. Encontra-se uma grande diversidade denominativa para este conceito: «barsa» ou «balsa» (em que a primeira forma resulta de alteração fonética da segunda, no Corvo, Flores, Faial, Pico, S. Jorge, Terceira, S. Miguel e Santa Maria), «salgadeira» (Corvo, Flores, Pico, S. Jorge, Graciosa, Terceira, Faial, S. Miguel), «talhão» (grande pote de barro, antigamente usado nas cozinhas como tanque de água, sendo um regionalismo dos Açores, no Corvo, S. Jorge e S. Miguel) e «talhões» (forma plural de «talhão», S. Miguel), «selha» (vaso de madeira redondo e de bordas baixas, Graciosa) e «selhão» (forma aumentativa de «selha», Flores), «boião» (vaso feito de barro vidrado, cilíndrico e com duas asas, onde também se podia guardar a banha de porco, Flores), «salga» (recipiente usado para salgar alimentos, S. Miguel e Santa Maria), «alguidar» (recipiente mais largo do que alto, cuja boca tem maior diâmetro do que o fundo, S. Miguel), «tanque» (ou «tanque da barsa», salgadeira feita de cimento para salgar e conservar a carne de porco durante o ano, Corvo) e «pote» (vasilha feita de madeira de cedro com uma asa e com a capacidade de cerca de 5 a 8 canadas ou 10 a 16 litros, que servia, igualmente, para o transporte de água, sendo também chamado «caneca-da-água», Faial). Os informantes explicam que a «salgadeira», tal como as «salgas», era feita de barro, sendo alta e larga; as «balsas» eram mais largas em baixo do que em cima e podiam ser de madeira, mas geralmente eram de barro, enquanto o «pote» era de madeira de cedro.

Para o conceito VINHA-D'ALHOS (marinada para temperar carnes), no arquipélago da Madeira, a denominação «vinha-d'alhos» surge nos pontos de inquérito onde se fazia linguças. Constata-se que a referência à marinada constituída com base em vinho-e-alhos, para temperar a carne, ocorreu quase sempre associada ao termo «carne de vinho-e-alhos»: «aque-la carne de vinhadalho» / «carne de vinhadalhos» (em Santa, concelho do Porto Moniz) e «carne vinhalhos (pa linguça)» (na Calheta e Boaventura). Na Calheta, foi explicitado que, depois «de cortar o porco, a parte de salgar ia para um lado; a que era pro fumo ia pra outro; a que era pa de vinhalhos ia pa outro». Faziam-se enchidos fumados, além da carne conservada na salgadeira e da carne separada para fazer «carne de vinha-d'alhos» (prato típico da «Festa» madeirense porque, geralmente, o porco era morto antes do Natal). A propósito do enchido de carne, foram recolhidas as deno-

minações «chouriço» e «linguiça». Embora não fosse costume fazerem-se enchidos com a carne de porco, havia exceções pontuais. Na Serra de Fora (ilha do Porto Santo), por exemplo, foi dito que só muito raramente se fazia enchido. Na Calheta (ilha da Madeira), foi explicado que a carne da linguiça levava menos temperos do que o chouriço. Na Boaventura, foram dados alguns detalhes sobre o enchimento da tripa onde se deitava a carne vinha-d'alhos que ficava 3 dias de molho, depois amarrava-se a tripa e punha-se no fumo a secar. Nas localidades onde se faziam enchidos foi dito que eram feitos a partir de carne temperada em vinha-d'alhos durante vários dias. Na Boaventura, foi indicado que a marinada da carne de vinho-e-alhos levava vinho, manjerona, pimenta, alho e sal, tendo sido acrescentado que o «coiro» (variante fonética de «couro», pele espessa do porco) ou se deitava em vinho-e-alhos ou se salgava (mas também era usado para fazer «torresmos», quando se derretia com a carne gorda para «graxa» ou «banha»). A carne temperada de vinho-e-alhos, destinada a ser comida durante as festividades do Natal e do Fim do Ano, depois de marinada alguns dias é assada numa panela, juntamente com o molho que se mistura com a gordura derretida da carne, usada para molhar o pão. Assim, temos a expressão «carne de vinha-d'alhos» juntamente com «vinha-d'alhos» na Santa (Porto Moniz), na Calheta «carne vinhalhos» e «vinhalhos» e, na Boaventura (S. Vicente), «carne vinhalhos» e «vinhalhos», com a variante morfológica «vinho-e-alhos». O facto de estas denominações não ocorrerem nos restantes pontos de inquérito não significa que não existam, mas apenas que foi nos pontos referidos que a informação foi fornecida.

VINHA-D'ALHOS, nos Açores, apresenta uma grande variedade de formas fonéticas e morfológicas, nomeadamente «vinha-d'alhos» (Corvo, Pico, Terceira, S. Miguel e Santa Maria), «vinha» (forma reduzida de «vinha-d'alhos», em S. Miguel), «vinho-d'alhos» (forma masculina, Terceira e S. Miguel) e «vinalhos» (forma sincopada plural da palavra, em S. Jorge), «(um) vinho-d'alhos» (Terceira e S. Miguel), «vinho-d'alho» e «vinalho» (forma sincopada singular da palavra, Flores, Faial, S. Miguel), «devinho-d'alhos» (com prótese da preposição «de» no início da palavra, provavelmente na expressão «carne de vinho-d'alhos», em S. Jorge e Terceira), «devinho-alhos» (forma idêntica à anterior, mas sem a preposição «de» entre «vinho» e «alhos», em S. Jorge), «vinho-e-alho» (forma composta com o elemento de coordenação «e» em vez da preposição «de», na Graciosa), «vinho-alhos» e «vinhalhos» (formas compostas de «vinho» e «alhos», respec-

tivamente sem e com contracção das vogais, no Faial, Pico, S. Jorge), «vinho-alho» e «vinhalho» (formas semelhantes às anteriores no singular, na Graciosa) e «vinhada» (forma derivada de «vinho» por analogia com «marinada», nas Flores). Estas formas linguísticas tanto podem ser femininas como masculinas, «a vinha-d'alhos» ou «o vinho-d'alhos». Contudo, nem sempre é possível registar a informação de género, na medida em que os nomes aparecem geralmente precedidos por «de» ou «em», isto é, sem os artigos. A marinada para temperar a carne dos enchidos é feita com vinho, sal, alhos e pimenta. Porém, em algumas localidades, foi dito que a «vinha-d'alhos» não levava vinho nem vinagre, mas água temperada com sal, alho, cominhos e pimenta ou laranja azeda, sal e alhos.

### **Conclusão**

Os arquipélagos da Madeira e dos Açores partilham de circunstâncias históricas e geográficas comuns enquanto territórios portugueses, insulares e atlânticos. A existência e a maior ou menor vitalidade de certos conceitos e termos num ou noutro dos arquipélagos estão directamente ligadas às vivências etnográficas, sociais e culturais das respectivas populações, apresentando particularidades ou especificidades linguísticas em cada um dos arquipélagos e mesmo nas diferentes ilhas que os constituem. Por isso, alguns conceitos e termos têm ocorrências nos Açores que não se registam na Madeira, como é o caso das denominações do fabrico do queijo artesanal, que não é tradicional no arquipélago da Madeira.

Em geral, nos Açores, há uma maior diversidade denominativa, ou seja, a existência de mais variantes lexicais para denominar os mesmos conceitos, por exemplo em POCILGA e PARTE COBERTA DA POCILGA, sendo a ilha de S. Miguel a que apresenta maior riqueza lexical. Porém, por exemplo, para o conceito CAMPAINHA (espécie de sino que se coloca ao pescoço do gado para o localizar), a informação linguística fornecida pelos falantes foi mais diversificada na Madeira, havendo convergência entre as respostas obtidas nos dois arquipélagos atlânticos. No caso de VINHA-D'ALHOS, nos Açores, tal como no território continental português, é a «marinada para temperar carnes», enquanto na Madeira apresenta também o significado ou acepção de «carne de vinho-e-alhos», prato típico do Natal madeirense.

Posto isto, o volume I do Atlas Linguístico-Etnográfico da Madeira e

do Porto Santo (ALEMPS), quando comparado com o dos Açores (ALEAç), através da distribuição geográfica dos conceitos da criação de gado e da sua variação lexical e fonética, revela algumas diferenças, mas sobretudo a proximidade existente entre os dois arquipélagos. Trata-se de expressões orais relativas a actividades rurais, tradicionais e populares, enquanto repositório da herança linguística e etnográfica comum, apesar das especificidades sociais e culturais de cada uma das regiões. Os Atlas dos dois arquipélagos, pertencentes ao Projeto do *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* (ALEPG), contribuem, assim, para o conhecimento científico da variação linguística (fonética, lexical, semântica e morfológica) da Língua Portuguesa, permitindo a sua comparação com o território continental português e, entre outros, a Galiza.



## **CAPÍTULO IV**

### **MUSEUS, ARQUIVOS E NOVAS ABORDAGENS CULTURAIS**



## **VIAGEM: DO ESPAÇO CULTUAL PARA O MUSEU. VIVÊNCIAS RELIGIOSAS MADEIRENSES**

**Rita Rodrigues**  
(SRTC/DRC/DSMPC)  
*rodrrita@gmail.com*

**Palavras-chave:** Museus; Pinturas; Esculturas; Azulejos; Ourivesaria.

Os conventos femininos e masculinos na Ilha da Madeira sofreram, como aconteceu no contexto nacional português, as consequências das políticas liberais, entre as quais a extinção das Ordens Religiosas, na sequência da «Reforma Geral Eclesiástica», por ordem do então Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, executada pela «Comissão da Reforma Geral do Clero», criada por decreto de 31 de Julho de 1833, mantendo-se até 1837, explicitado no decreto de 30 de Maio de 1834 que determinava a extinção imediata de conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas religiosas das ordens regulares. Os conventos masculinos tiveram encerramento imediato, enquanto os femininos fechariam definitivamente as suas portas com o falecimento da última freira, conforme estipulava a Lei de 4 de Abril de 1861, regulada pelo Decreto e Instrução de 31 de Maio de 1862, do Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, embora o Convento de Santa Clara do Funchal nunca tivesse sido totalmente encerrado<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> João José de Sousa, *O Convento de Santa Clara no Funchal*, Funchal, DRAC, 1991; Otilia Rodrigues Fontoura, *As Clarissas na Madeira. Uma Presença de 500 Anos*, Funchal, CEHA/SRTC, 2000; Rui Carita, «conventos», in *Aprender Madeira*, 2016, <http://aprendermadeira.net/conventos/>.

Na Madeira cumpriu-se o legalmente determinado, no que concerne ao inventário de todo o património conventual, cujos inventários, alguns exaustivos e outros mais elementares, possibilitaram a distribuição de alfaias e objectos litúrgicos, diversa imaginária, pintura e paramentaria por igrejas e capelas mais necessitadas, especialmente as ditas “dos montes” (rurais), sendo que o restante deveria ser incorporado nos «Próprios da Fazenda Nacional». Refira-se, ainda, a venda em hasta pública de muitas peças dos conventos madeirenses, mantendo-se ainda hoje em colecções privadas um considerável património artístico, assim como em museus regionais.

Devido ao abandono dos conventos, que em alguns casos culminou mesmo na sua demolição, como é o caso dos conventos funchalenses S. Francisco, Encarnação e Mercês, e Nossa Senhora da Piedade, em Santa Cruz, assim como o desmantelamento de capelas e oratórios privados, cujo espólio foi reivindicado pelos proprietários e administradores, e, ainda, a distribuição de peças por diversos templos madeirenses, torna-se, hoje, complexo e difícil a determinação exacta da origem / proveniência de muitas obras hoje nas reservas ou expostas nos museus. No entanto, algumas incorporadas no Museu de Arte Sacra do Funchal, no Museu Quinta das Cruzes e na Casa-Museu Frederico de Freitas estão identificadas como provenientes de conventos masculinos (S. Francisco, do Funchal; S. Bernardino, de Câmara de Lobos; Nossa Senhora da Piedade, de Santa Cruz) e de conventos femininos, todos no Funchal, (Santa Clara; Nossa Senha da Encarnação; Nossa Senhora das Mercês) e ainda do Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira.

Refira-se que a maioria do património religioso e artístico identifica os dois grandes períodos económicos da Madeira: o ciclo do açúcar («o ouro branco»)<sup>2</sup>, nos séculos XV e XVI, e o ciclo do vinho, de finais do século XVI ao século XVIII<sup>3</sup>. As obras, ainda sobreviventes, testemunham as ofer-

---

2 Vide, por exemplo: Luiza Clode – Fernando António Baptista Pereira, *Museu de Arte Sacra do Funchal – Arte Flamengo*, Lisboa, Edicarte, 1997; Isabel Santa Clara, *Das coisas visíveis às invisíveis. Contributos para o estudo da pintura maneirista na Ilha da Madeira (1540-1620)*, Vol. I e *Imagens - Tábuas cronológicas*, Vol. II, Funchal, UMa, 2004 (tese de doutoramento, policopiado); Francisco Clode de Sousa (com.), *Obras de Referência dos Museus da Madeira*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal, 2008; Francisco Clode de Sousa – Graça Mendes (com.), *Obras de Referência dos Museus da Madeira*, Lisboa, Palácio da Ajuda, 2010; Fernando António Baptista Pereira – Francisco Clode de Sousa (com.), *As Ilhas do Ouro Branco. Encomenda Artística na Madeira: Séculos XV-XVI*, Lisboa, Museu de Arte Antiga, 2017; Francisco Clode de Sousa – Rita Rodrigues, *A Arte na Rota do Ouro Branco – Arquipélago da Madeira. Séculos XV e XVI*, Funchal, DRC, 2019.

3 Vide, por exemplo: Rita Rodrigues, *Martim Conrado – “insigne pintor estrangeiro” – Um pintor do século XVII na Ilha da Madeira*, Funchal, UMa, 2000 (tese de mestrado; policopiado); Paulo Ladeira, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820)*, SREC/CEHA, 2009; Rita Rodrigues, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira, entre 1646 e 1750: A Eficácia da Imagem*, Funchal,

tas régias, mas também as encomendas feitas às melhores oficinas nacionais e estrangeiras pelos capitães dos donatários e seus familiares; pela pequena nobreza madeirense; pelo clero (Cabido, bispo, párocos); pelas confrarias e irmandades, à frente das quais sempre estiveram homens do poder local e das famílias mais ilustres; pelos mercadores, nacionais e estrangeiros. Identificam a capacidade de resposta às necessidades devocionais, mas também de afirmação social e económica, com competição entre famílias, bem patente na forma como ornamentavam os seus conventos, capelas e oratórios, e até a origem das encomendas, sempre às melhores oficinas nacionais, próximas da corte, ou estrangeiras, com grande relevo para a Flandres.

É de todo impossível esgotar neste artigo, pelo espaço limitado, a inventariação das obras que transitaram dos conventos para igrejas e capelas madeirenses, e mais tarde, já no século XX, incorporadas nos museus, ou as que por via de particulares também se encontram nos espaços museológicos. Apontamos, apenas, algumas peças que transitaram, por vias diversas, dos conventos para os museus.

Começamos pelo Convento de Santa Clara, o mais antigo dos conventos madeirenses e o primeiro convento feminino edificado na Ilha da Madeira. Deve-se a sua fundação ao 2.º capitão do donatário do Funchal, João Gonçalves da Câmara, e à sua mulher, D. Maria de Noronha, junto às suas casas de morada às Cruzes. Data de 1476 a autorização da construção do convento, por bula do Papa Sisto IV, tendo D. Manuel I, ainda duque de Beja, apelado aos fidalgos, cavaleiros e escudeiros da Madeira que contribuíssem para a sua edificação, pois também se destinava a recolher as suas filhas, tendo em 1496 contribuído com uma renda real para o mesmo. As obras tiveram início em 1492, ficando D. Constança de Noronha, filha dos instituidores, encarregue da fábrica do convento, em virtude de seu pai ter-se deslocado a Lisboa. Em 1497 entravam as primeiras freiras, vindas do Convento de Nossa Senhora da Conceição, de Beja, entre as quais duas filhas dos fundadores, D. Elvira e D. Isabel de Noronha, sendo esta a primeira abadessa.

A riqueza patrimonial do Convento de Santa Clara, especialmente móvel e móvel integrado, que interessa para este artigo, tem a sua origem, essencialmente, nos dotes e heranças das freiras, na sua maioria pertencentes à nobreza local, registados em testamentos e documentos de partilhas<sup>4</sup>.

---

UMa, 2012 (tese de doutoramento; policopiado).

4 Rita Rodrigues, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira, entre 1646 e 1750: A Eficácia da Imagem...*; Rita Rodrigues – Isabel Santa Clara, «O Espólio de pintura do Convento de Santa Clara»,

Em 1579, D. Maria de Abreu recebeu vários bens entre os quais um retábulo de Nossa Senhora e outro retábulo pequeno com crucifixo<sup>5</sup>. Em 1623, Catarina, freira, filha de Francisco Gonçalves de Canária, mercador, recebeu «hum painel de nossa senhora do socorro» e «hum oratório com seu retablo»<sup>6</sup>. Em 1625, um «relicayro de cristal» integrava os bens de Maria Aragão Pereira<sup>7</sup>. Dezoito «coadros englezes uzados», um oratório de jacarandá e uma «venera» do Santo Ofício de diamantes<sup>8</sup>, em 1713, faziam parte do inventário por falecimento de D. Josefa Maria de Noronha Bettencourt, terceira mulher do capitão cabo Pedro de Faria Abreu, homem do poder local e mercador abastado<sup>9</sup>. Em 1716, por partilha de bens de Francisco de Andrade entrou no convento «hum painel do Senhor Crucificado», «hum cofrinho pintado de palmo e meio» e «huma imagem de Santa Luzia»<sup>10</sup>. Em 1722, numa carta de partilhas de Agostinho César, dada pelo falecimento de sua sogra, D. Maria de Aragão, casada com o capitão António Bettencourt Herédia, registaram-se duas imagens em vulto, uma de S.<sup>to</sup> António e outra de Nossa Senhora, «dois cuadros velhos» e «hua Senhora da Conseisam que haverá per si mesma»<sup>11</sup>. Nos documentos de partilhas, realizados em 1730, recebeu a madre Francisca de S. Diogo, legítima herdeira de seu irmão, D. Bartolomeu de Sá Machado Bettencourt, «sincoenta e hum painezinhos de pinturas francezas»<sup>12</sup>, que deverão corresponder a gravuras / estampas devocionais. Noutra carta de partilha, a madre D. Felícia Rosa Nazaré, filha do capitão cabo Tristão de França Bettencourt, teve direito, em 1745, a «quatro quadros de Imagem com moldura»<sup>13</sup>. Em 1755, a madre D. Antónia

---

in *Diocese do Funchal. A Primeira Diocese Global - História, Cultura e Espiritualidades*, Vol. II, Lisboa, 500 Anos Diocese do Funchal/Esfere dos Caos Editores, 2015, pp. 285-314; IDEM, «Contributos para o Estudo das Pinturas do Convento de Santa Clara do Funchal», *Isleña*, nº 58, Funchal, DRC, Jan-Jun. 2016, pp. 19-64 e anexo documental (Separata).

5 DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Cx.2, Lº. 5, fl.50.

6 DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº. 13, Cx. 49, Doc. 12, fl. 16.

7 DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº.13, Cx. 49, Doc. 47.

8 DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº. 5, Cx. 37, Doc. 1, fls. 8-10.

9 Rui Carita, «A nobreza da Madeira nos inícios do século XVIII - O inventário de bens do capitão-cabo Pedro de Faria e Abreu», *Isleña*, nº. 31, Funchal, DRAC, Jul.-Dez., 2002, pp. 46-54; Rita Rodrigues, «Pedro de Faria e Abreu», in *Figuras Empreendedoras da Cultura Madeirense*, Lisboa, Edições Esgotadas, 2019, pp. 93-102; IDEM, «Capitão Pedro de Faria e Abreu – Contributos para um Estudo Prosopográfico», *Isleña*, nº. 65, Funchal, DRC, Jul-Dez., 2020, pp. 109-128.

10 DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº. 12, Cx. 47, Doc. 7.

11 DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº. 12, Cx. 47, Doc. 8, fls. 3-3vº.

12 DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº. 13, Cx. 49, Doc. 2. O convento, em 1769, reivindicou vários bens desta freira, como casas, foros, juros e vários objectos.

13 DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº. 6, Cx. 38, Doc. 12.

Luísa do Céu, por falecimento de seu pai, capitão cabo Tristão de França Bettencourt, recebeu «quatro quadros grande com molduras pretas» e «seis figuras pintadas em taboa»<sup>14</sup>. Num inventário de bens executado em 1756, sendo herdeira a madre Gerarda Margarida de Santa Rita, ficaram listadas doze cartas de santos, possivelmente pequenas pinturas devocionais<sup>15</sup>. Nas partilhas da madre D. Antónia Luísa do Céu, em 1790, entrou no convento «quatro quadros grandes com molduras pretas», com frutas e melros, «tres quadros de molduras pretas com frutas», «huma lamina em pano com suas cortinas», «seis figuras pintadas em taboa», «trinta e tres cartas pintadas para pautas» e «seis aneys de pedra em huma caixinha e hum relicário»<sup>16</sup>. Roque José de Araújo Viana, natural da vila de Viana do Castelo, casado com Maria Quitéria dos Santos, a 16 de Julho de 1777, na Sé do Funchal, por vontade testamentária, em 1787, deixou às freiras do Convento de Santa Clara «uma imagem dos Santos Passos (...) para a colocarem onde melhor veneração possa ter (...) e havendo quem lha peça emprestada para com ela fazerem alguma procissão pública de preces particulares por falta de água, esterilidade, terremotos (...), a poderão emprestar, devendo recolher ao real mosteiro depois de completada tal função»<sup>17</sup>. Esta imagem ainda existe no convento, no coro baixo, colocada dentro de uma vitrine.

É possível, através dos inventários do século XIX<sup>18</sup>, identificar algumas obras, especialmente de pintura, que ainda hoje se encontram no convento, muitas deslocadas dos seus espaços primitivos. Saliente-se o significativo número de peças de ourivesaria, mas essencialmente de imaginária e pintura que ornava as capelas e oratórios das clarissas. De resto é quase impossível seguir o rasto das obras incorporadas nos museus.

14 DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº. 6, Cx. 38, Doc. 28, fls. 28-28vº.

15 DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº.16, Cx.52, I Parte, Doc.3.

16 DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº. 6, Cx. 38, Doc. 28, fls. 28-30vº e 36.

17 Otilia Rodrigues Fontoura, *As Clarissas na Madeira...*, p. 69, nota 69, citando AHDF, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Cx. 27, Capilha 1, Doc. avulso.

18 ABM, *Convento de Santa Clara, Alfaias e objectos preciosos*, Lº. 37; ABM, *Inventário dos Arquivos dos Conventos, Convento de Santa Clara*, «Comparação entre os inventários feitos, um em 24 de Fevereiro de 1865 e Outubro de 1891», Doc. 58; ABM, *Inventário dos Arquivos dos Conventos, Convento de Santa Clara – Relação dos artigos propostos para serem vendidos em hasta pública*, Doc. 49; ABM, *Inventário dos Arquivos, Convento de Santa Clara – «Acta da reunião da comissão nomeada para o fim de conhecer o valor artístico das imagens, quadros, alfaias do Convento de Santa Clara»*, Doc. 51; DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº. 8, Cx. 42, Doc. 29; DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal – Descrição, história e avaliação do Convento, 1863*; DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº. 9, Cx. 43, Doc. 46. Estes inventários estão totalmente transcritos por nós no Anexo ao artigo «Contributos para a Estudo das Pinturas do Convento de Santa Clara do Funchal», *Islenha*, nº. 58, Funchal, DRAC, 2016, pp. A1-A49 (Separata).

No Museu de Arte Sacra do Funchal, por exemplo, destacam-se algumas pinturas provenientes do Convento de Santa Clara, que deram entrada no museu entre 1955 e 1957. Pinturas a óleo sobre madeira, datadas do segundo quartel do século XVI e atribuídas a uma oficina portuguesa (?) ou luso-flamenga (?), são o díptico «Descida da Cruz» e «Aparição de Cristo à Virgem», no reverso, (MASF49/49a), e «Noli me tangere» e «Deposição», no reverso, (MASF50/50a). Estas pinturas evidenciam influências do Renascimento italiano, com proximidades à gramática da arte flamenga, embora veicule uma oficina de desenho arcaizante<sup>19</sup>. Numa aguarela de Alberto de Sousa, de 1934 (Casa-Museu Frederico de Freitas), vemo-las nas paredes laterais da Capela da Ressurreição, no claustro do convento.

Mais duas pinturas, também a óleo sobre madeira, datadas do primeiro quartel século XVI, representam «Cristo» (MASF51) e a «Virgem» (MASF52), que no convento estavam integradas no retábulo da Capela do Bom Jesus<sup>20</sup>. Estiveram já atribuídas a uma escola portuguesa ou a uma oficina local, seguidora de modelos arcaizantes. Sobrevive no coro alto do Convento de Santa Clara uma pintura, de pequenas dimensões, óleo sobre madeira, representando um «Ecce-Homo» (Senhor da Cana Verde), que, depois de restaurada<sup>21</sup>, atesta aproximação formal, composicional e estilística às duas pinturas do museu. Sobre o «Ecce-Homo» afirmamos: «Embora muito deteriorado pela sujidade, oxidação de pigmentos e com grandes falhas de policromia este *Ecce-Homo (Senhor da Cana Verde)* (...) revelou, após limpeza e restauro a que foi sujeito (Isopo 2015), tratar-se de peça de boa mão, do século XVI, que se filia na tradição flamenga. A figura sofredora de Cristo, com um requintado nimbo dourado de linhas irradiantes e rematado por enrolamentos de folhagens, ocupa o espaço central, frente a elemento arquitectónico que deixa entrever, de um lado e de outro, uma delicada paisagem fundeira com casario e acidentadas montanhas. Está coroadado de espinhos, com o tronco desnudado e ensanguentado coberto por um manto e com corda atada ao pescoço e as mãos atadas e cruzadas, assentes

---

19 Isabel Santa Clara, *Das coisas visíveis às invisíveis. Contributos para o estudo da pintura maneirista na Ilha da Madeira (1540-1620)*, vol. I, pp.154-156 e *Imagens - Tábuas cronológicas*, vol. II, pp.11-13; João Lizardo, «Algumas notas sobre pintura flamenga e seus reflexos no Museu de Arte Sacra do Funchal», *Isleña*, nº. 26, Funchal, DRAC, Jan.-Jun. 2000, pp. 5-18; Eduardo Pereira, *Ilhas de Zargo*, Funchal, 1968, 3ª ed., p.715; Cayola Zagallo, *A pintura dos séculos XV e XVI da Ilha da Madeira (Subsídios para o seu estudo e inventário)*, Lisboa, 1943, p.70.

20 Cayola Zagallo, *A pintura dos séculos XV e XVI da Ilha da Madeira...*, est. 26.

21 Intervenção de conservação e restauro realizada pelo Atelier Isopo, 2015-2016 (Madeira).

sobre um parapeito, tendo numa delas a cana verde que lhe foi imposta para servir de ceptro.»<sup>22</sup>.

O restauro do «Ecce-Homo» obrigou-nos a reler, ou melhor, visitar as pinturas do museu, «Cristo» (MASF51) e a «Virgem» (MASF52). Cristo e a Virgem estão representados apenas em busto, assim como o «Ecce-Homo». «O busto de *Cristo*, voltado para a sua esquerda, destaca-se de um fundo adamascado de tradição quatrocentista por detrás do qual se vê uma paisagem de fundo. De manto azul orlado a pérolas, nimbo dourado cruciforme com enrolamentos de folhagens, levanta as mãos em gesto de orante. A *Virgem*, voltada para a sua direita, de mãos postas e olhos chorosos, idêntico nimbo e manto, ainda que de cercadura ornamental mais larga, destaca-se de um fundo semelhante.»<sup>23</sup>. Pela posição descrita das figuras de Cristo e da Virgem, sugere que no centro estaria outra figura, para a qual estariam olhando, e, que aqui, faz todo o sentido ser um «Ecce-Homo», e anote-se, ainda, as similaridades entre os cromatismos, os elementos ornamentais e as paisagens de fundo entre as três pinturas<sup>24</sup>. Parece-nos tratar-se de apenas um conjunto, que um trabalho laboratorial poderá comprovar.

Outra pintura, a óleo sobre madeira, da segunda metade do século XVI, é o «Nascimento de São João Baptista» (MASF12), proveniente da demolida Capela de S. João<sup>25</sup>, e está atribuída ao círculo de Simão Rodrigues (c.1560-1628), importante pintor do Maneirismo português, que estadeou

22 Rita Rodrigues – Isabel Santa Clara, «Contributos para o Estudo das Pinturas do Convento de Santa Clara do Funchal»..., p. 49.

23 Rita Rodrigues – Isabel Santa Clara, «O Espólio de pintura do convento de Santa Clara»..., p. 291.

24 Este artigo segue a nossa comunicação «Viagem: do espaço cultural para o museu», apresentada na conferência *Questões de Identidade Insular nas Ilhas da Macaronésia*, a 5 de Julho de 2019, nos Açores, Ilha de S. Jorge. Em inícios de 2020 chamou-nos a atenção o Dr. Martinho Mendes (Serviços Educativos do MASF), para uma comunicação do Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira, de Julho de 2019, que desconhecíamos, e que valida o escrito em «Contributos para o Estudo das Pinturas do Convento de Santa Clara do Funchal», *Islenha*, nº 58, Funchal, DRC, Jan-Jun. 2016, p. 49, por Rita Rodrigues e Isabel Santa Clara. Afirma: «Finalmente não queremos concluir este ensaio sem referir uma inédita pintura quinhentista do Convento de Santa Clara do Funchal, recentemente restaurada e por nós examinada, que representa o Ecce Homo, na sua variante do *Senhor da Cana Verde*, enquadrado por um *drap d'honneur* e entre muros, diante de um parapeito, com a particularidade de apresentar um fundo paisagístico com uma alusão direta ao tema do Bom Pastor, inspirado no Salmo 23 (...). Trata-se de uma obra com características luso-flamengas, do final do primeiro quartel do século XVI, que documenta, com originalidade, a persistência do tema icónico mas desta feita apropriado pelo gosto acentuadamente tipológico da pintura narrativa da época.» (in «Imagens Icónicas na Arte Cristã Latina com Origens na Importação de Temas da Igreja do Oriente: *O Vir Dolorum* e o *Ecce Homo*»).

25 Cayola Zagallo, *A pintura dos séculos XV e XVI da Ilha da Madeira...*, p.70; Isabel Santa Clara, *Das coisas visíveis e invisíveis ...*, pp. 265-267; Rita Rodrigues – Isabel Santa Clara, «O Espólio de pintura do convento de Santa Clara» ..., pp. 291-292.

em Roma<sup>26</sup>, com obra significativa em Portugal (Elvas, Portalegre, Coimbra, Lisboa), sendo um dos fundadores da Irmandade de São Lucas, em Lisboa, em 1602. Na Madeira outra pintura está atribuída a uma oficina do seu círculo, «Santa Ana, a Virgem e o Menino», da Capela de Santana (S. Roque, Funchal), do início do século XVII. Simão Rodrigues foi parceiro de Fernão Gomes (c.1548-1612), pintor maneirista, natural de Castela, com passagem por Portugal (Lisboa) e Holanda (Delft), e aprendizagem na oficina de Anthonie Bloclandt (c.1533-1583), com várias obras identificadas na Madeira<sup>27</sup>.

«Santa Clara ladeada por clarissas» (MASF53) é uma pintura a óleo, sobre madeira, atribuída a uma oficina portuguesa, possivelmente regional, e datada de inícios do século XVII<sup>28</sup>. As três clarissas encontram-se aureoladas, sendo Santa Clara identificada pelos seus atributos: custódia, veneração ao Santíssimo Sacramento, simbolizando a supremacia da Igreja sobre os hereges, e o báculo, remetendo para o seu abadessado, também insígnia pastoral e símbolo da fé cristã. As duas santas ocupam o plano posterior e abrem o manto de Santa Clara, aproximando-se à iconografia de uma *Mater Omnium*. Havia no interior do convento uma capela de Santa Clara<sup>29</sup>.

Um «Tapete Herat» (MASF19), da Pérsia Oriental (ou Índia), século XVII, de lã, apresenta característico padrão vegetalista, comum na produção deste tipo de tapeçaria oriunda da Pérsia Oriental, da cidade de Herat (Afegão), ou da Índia Mongol<sup>30</sup>. No Convento de Santa Clara encontramos algumas referências a produtos da Índia<sup>31</sup>, como móveis, tecidos, camas, porcelanas, etc., embora este vocábulo fosse um termo genérico que nomeava tudo o que viesse do Oriente e do Extremo Oriente<sup>32</sup>. Exemplo é o inven-

26 Vitor Serrão, «Simão Rodrigues em Roma. A influência o Oratorio del Crocifisso na pintura maneirista portuguesa», *Promontoria – Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, Ano I, nº. 1, 2003, pp. 95-114.

27 Vide vasta bibliografia de Vitor Serrão, Ana Paula Abrantes, Isabel Santa Clara, por exemplo.

28 Rita Rodrigues, «Santa Clara ladeada por duas santas clarissas», *Eucaristia – Mistério de Luz*, Funchal, MASF, 2005, pp. 75-77; Rita Rodrigues – Isabel Santa Clara, «O Espólio de pintura do convento de Santa Clara» ..., p. 292.

29 Vide Anexo / Separata, *Isleña*, nº. 58, Funchal, DRC, Jan.-Jun., 2016, pp. A1-A49.

30 Maria Fernanda Passos Leite, «Tapete», *A Madeira na Rota do Oriente*, Funchal, CMF / 500 Anos, DRAC, 2005, p. 42-43; IDEM, «Tapete», *A Madeira na Rota do Oriente*, Funchal, MASF, 2000, p. 52.

31 Estamos preparando um artigo, «Luxos: na mesa e cama dos madeirenses (séculos XVI a XVIII)», que dará à estampa no *Arquivo Histórico da Madeira – Nova Série*, nº. 2, 2020, onde listamos artigos e materiais importados do Oriente, especialmente da Índia, como especiarias, porcelanas, tecidos, marfim, tartaruga, mas também da Europa (Holanda, Alemanha, Inglaterra), que identificam o poder económico da nobreza madeirense, assim como de mercadores nacionais e estrangeiros que residiam na ilha.

32 João José Abreu de Sousa, «Madeira: Referências Orientais», *A Madeira na Rota do Oriente*, Funchal, MASF, 2000, p.12.

tário de Jorge Mialheiro e de sua mulher, D. Helena de Meneses, onde são referidos «uma caixa grande da Índia», «uma esteira da Índia» e «dois catres da Índia», ou o inventário de bens de D. António Henriques, em 1579, onde é referido «lençol de cima de cama de pano da Índia», «cinco porcelanas da Índia» e «três bacios de porcelana da Índia pequenos»<sup>33</sup>. Também em 1565, no inventário de João Luís, cavaleiro, dado por sua mulher, Maria Coelha, casada em segundas núpcias com João Pires, encontra-se listado um pano da Índia<sup>34</sup>. Já no século XVII (1625), na carta de partilhas pelo falecimento de Manuel de Freitas Drumond, dada por sua mulher Maria de Aragão, encontra-se uma mesa velha da Índia, «húa coesca (?) da Índia branca», porcelanas, tigelas e pires «tudo louça da India»<sup>35</sup>.

Entrou, a título temporário no Museu de Arte Sacra do Funchal, em 1994, uma imagem de «São Luís de França», (MASF328), madeira estofada, policromada e dourada, do século XVII e atribuída a uma oficina portuguesa, exposta na Capela de São Luís de Toulousa.

Igualmente o Museu Quinta das Cruzes<sup>36</sup> possui algumas peças cuja proveniência está indicada como sendo do Convento de Santa Clara, destacando-se a nível de mobiliário vários objectos. Um «Baú» (MQC1865), de oficina regional (?), do século XVII (?), entregue pelo Dr. António Aragão, em 1966. É pintado, e no tampo, de forma convexa, apresenta decoração com ramagens, motivos vegetalistas e florais lanceolados. Um «Armário “Caixa de Açúcar”» (MQC839), do século XVII, composto por dois corpos, executado em madeiras de castanho, imbuia, jequitibá e ferro forjado, que segue modelo comum da época, cuja «origem está na reciclagem de madeiras exóticas brasileiras, onde vinha embalado o açúcar, que no século XVII alimentava a indústria de frutos cristalizados. É sintoma revelador da crise da produção regional, que passou a fornecer-se maioritariamente nas produções açucareiras da América do Sul. Os móveis resultantes desta reutilização são realizados por marceneiros de longa tradição regional, ao gosto do mobiliário português coevo.»<sup>37</sup>. Outro «Armário» (MQC843), de igual tipologia e executado nos mesmos materiais, data da transição do século

33 IDEM, *ibidem*, p.12, remetendo para ANTT, *Convento de Santa Clara*, Lº 5, fl. 50. Trata-se do inventário que deu D. Maria Henriques da fazenda que ficou pela morte de D. Antónia Henriques.

34 DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº 12, Cx. 48, II Parte [#103].

35 DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº. 13, Cx. 49, Doc. 47, fls. 4-5.

36 <https://museus.madeira.gov.pt/Apresentacao>.

37 Rita Rodrigues – Francisco Clode de Sousa, *A Arte na Rota do Ouro Branco – Arquipélago da Madeira. Séculos XV e XVI*, Funchal, DRC, 2019, pp. 72-73.

XVII para o XVIII. Uma «Cadeira de Braços» (MQC20), em mogno, de fabrico inglês e Estilo Chippendale, do século XVIII, cuja designação se deve ao marceneiro britânico Thomas Chippendale (1718-1779), que através do “manual” *The Gentleman and Cabinet-Maker’s Director* (1774) divulgou o estilo por todo o mundo<sup>38</sup>.

Na cerâmica assinala-se a incorporação de algumas peças. Uma «Bilha» (MQC876), faiança vidrada a verde, do século XVII (?), de produção nacional, e vários azulejos de oficina sevilhana, hispano-mouriscos, do século XVI, de técnica de aresta e com elementos geométricos e vegetalistas, típicos de cerâmica de revestimento (MQC1432; 1433; 1434.1; 1434.2). Um «Azulejo» (MQC1435), de revestimento, de produção nacional, azul e branco e com a representação de anjo, é do século XVII. Outro «Azulejo» (MQC1331), do século XVIII, de oficina portuguesa, tem a representação da «Virgem com o Menino» e ainda possui uma etiqueta da “Agência de Leilões Cunha”, com o nº. 219. Do século XIX (?) é outro «Azulejo» (MQC1330), de oficina nacional, com a representação de um toucador de gaita de foles.

Destaca-se uma tela a óleo, «Santa Rosa de Lima» (MQC2254), assinada («Bento Coelho») e datável de cerca de 1670-1680. Bento Coelho da Silveira (c.1620-1708), o «*fra presto*» português<sup>39</sup>, foi um pintor relevante no contexto do Barroco nacional, com várias obras na Madeira<sup>40</sup>. «Santa Rosa de Lima» (Peru, 1586-1617) foi beatificada em 1668 pelo Papa Clemente IX. Aqui foi representada em primeiro plano, ajoelhada, com o seu atributo, uma rosa, que oferece a Jesus<sup>41</sup>.

Estas peças, provenientes do Convento de Santa Clara, devem ter sido adquiridas em casas de leilões e / ou antiquários regionais ou a famílias descendentes dos padroeiros e administradores do convento e das suas capelas e oratórios. Entraram no museu por doação do ourives e antiquário César Filipe Gomes (1875-c.1949), em 1946 e 1962, a quem se deve, em parte, a fundação deste museu, inaugurado em 1953, pois doou à antiga Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal a sua colecção de obras de arte. Na vasta

---

38 <https://library.si.edu/digital-library/book/gentlemancabine00chip>.

39 Vide, por exemplo, Marília Nunes, Carlos Moura, Vitor Serrão, Vitor dos Reis, Luís Moura Sobral, Rita Rodrigues e Susana Cavaleiro Gonçalves, com referências a estudos de Cyrillo Machado, António Ribeiro dos Santos, José da Cunha Taborda, A. Raczynsky, Sousa Viterbo, Vitor Ribeiro, Garcez Teixeira, Álvaro Neves, Júlio Espanca, Ayres de Carvalho, Gomes Teixeira e João Palma-Ferreira.

40 Rita Rodrigues, *A Pintura Barroca e Proto-Barroca no Arquipélago da Madeira...*, Tomo I, pp. 165-192; Tomo II, Anexo A, pp. 20-24.

41 IDEM, *ibidem*, Tomo I, pp. 178-179 e 183-188; Tomo II, Anexo A, p. 21.

documentação do Convento de Santa Clara encontram-se listadas cadeiras, baús, armários, retábulos, pinturas e imagens, mas são referências muito lacónicas, não sendo possível criar uma relação directa com as peças incorporadas nos museus.

Na Casa-Museu Frederico de Freitas<sup>42</sup>, instalada na antiga residência do Dr. Frederico de Freitas (1894-1978), advogado, coleccionador e defensor do património cultural madeirense, encontra-se um significativo núcleo de azulejos, cuja proveniência é o Convento de Santa Clara. O mais antigo é um «Azulejo», de engobe, do século XV (c.1480-1490), de uma oficina de Manises (Valência) (CMFF239;1CR). Seguem-se vários «Painéis de azulejos» e «Azulejos», quinhentistas, de fabrico espanhol (Sevilha, Andaluzia), executados com as técnicas de aresta e corda seca (CMFF: 132;1CR; 134 a 138; 141; 142; 148; 199). Ainda do século XVI, possivelmente de oficina de Valência, é um «Painel de azulejos», de técnica de aresta (CMFF:152;-1CR), e uma «Loseta»<sup>43</sup> (CMFF217;1CR). Outro «Painel de azulejos», do século XVI (c.1595-1598), em majólica / faiança, é de produção portuguesa (CMFF370;1CR). De transição do século XVI para o XVII, é um «Painel de azulejos», de majólica / faiança, de uma oficina de Valladares (Sevilha) (CMFF325;1CR). Outros conjuntos de «Painéis de azulejos», já do século XVII, são de faiança, de oficina portuguesa (CMFF:4;1CR – 8; 9; 17; 23; 35; 61; 66; 1/1; 1/2; 1/3). Do século XVII é outro «Painel de azulejos», em faiança / majólica, mas de produção sevilhana (CMFF326;1CR). Desta cronologia, mas da Holanda, do século XVII (c.1650), são dois «Azulejos», de faiança (CMFF: 381;1CR – 382;1CR).

Focaliza-se a nossa atenção numa imagem de barro, «S. Jerónimo Penitente» (CMFF13;2), de escola portuguesa, da segunda metade do século XVI. Revela grande expressividade, quer na representação da figura, de torção evidenciada, quer na modelação das vestes, de acentuado movimento, apresentando modelação naturalista, com marcados requebros. Segue modelos espanhóis e flamengos<sup>44</sup>. Em 1954 ainda estava no convento<sup>45</sup>.

---

42 <https://museus.madeira.gov.pt/Apresentacao>.

43 Loseta: «Ladrilhos pequenos, de forma quadrada, que se combinavam com alfordons, em composições geométricas»; Alfordons: «Ladrilhos decorados com engobes de forma hexagonal e irregular; podem não ter decoração. São combinados com losetas.». Jorge Henrique Pais da Silva – Margarida Calado, *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, Lisboa, Editorial Presença, 2005, pp. 222 e 22.

44 Francisco Clode de Sousa, «São Jerónimo», in *Obras de Referência dos Museus da Madeira*, Lisboa, Palácio da Ajuda, 2010, pp. 236-237.

45 Luiz Peter Clode - Manuel Pita Ferreira, *Exposição de Esculturas Religiosas do Convento de Santa Clara*,

Dispersas estão várias obras provenientes do Convento de Nossa Senhora da Piedade, de Santa Cruz, fundado por Urbano Lomelino, mercador de açúcar, genovês, em 1518, cujas determinações testamentárias foram executadas pelo sobrinho, Jorge Lomelino. No Museu de Arte Sacra do Funchal encontra-se um tríptico, «Descida da Cruz» (MASF20), pintura a óleo sobre madeira de carvalho, atribuída a uma oficina de Bruges, Gérard David (1450-1460 a 1523) e seus seguidores, datada de c.1518-1527, estando nos volantes os doadores, possivelmente Jorge Lomelino e Maria Adão, sua mulher<sup>46</sup>. Na sequência da demolição do convento, localizado nos terrenos onde foi construído o Aeroporto da Madeira, e de escavações arqueológicas, sob a coordenação de António Aragão, pelos anos 1960-1962, deu entrada no Museu Quinta das Cruzes vários fragmentos arquitectónicos que atestam o estilo gótico do edifício, hoje depositados na Quinta do Revoredo – Casa da Cultura de Santa Cruz. Daquela campanha encontra-se na Capela de Nossa Senhora da Piedade, fundada em 1692 pelo capitão Francisco de Freitas Esmeraldo Correia Henriques (1647-1718), parte integrante do Museu Quinta das Cruzes, o túmulo de Urbano Lomelino (MQC2142). Executado em mármore branco, produzido numa oficina portuguesa, segue modelos manuelinos, muito requintado no lavrado pétreo, sendo um testemunho raro desta arte na ilha. E, ainda, «Painéis de azulejos», em barro vidrado, de produção espanhola (Sevilha), hispano-mouriscos, do século XVI (MQC2124; 2130 e 2136), e do século XVII, de produção portuguesa, são «Azulejos» de barro vidrado (MQC2131 a 2135). Diversos conjuntos de painéis, incompletos, de oficinas portuguesas e espanholas, abarcam produção do século XVI ao XVIII (MQC2400). Destaque-se uma «Taça», de faiança, azul e branca, de oficina nacional, possivelmente do século XVI (MQC2327). Da mesma proveniência são alguns «Azulejos» de barro vidrado, de técnica de aresta, do século XVI, de oficina sevilhana (Andaluzia), que estão na Casa-Museu Frederico de Freitas (CMFF157;IC – 202;IC).

Muito dispersas estão peças originárias do Convento de S. Francisco do Funchal, cujas obras tiveram início pelos anos de 1473-1474, em terrenos per-

---

Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, [1954], p. 55.

46 Luiza Clode - Fernando António Baptista Pereira, *Museu de Arte Sacra do Funchal – Arte Flamenga...*, pp. 42-49; Jorge Valdemar Guerra, «O Convento de Nossa Senhora da Piedade: subsídios para a sua história», *Islenha*, n.º. 20, Funchal, DRAC, 1997, pp. 125-156; Fernando António Baptista Pereira, «Gérard David e seguidores – Tríptico da Descida da Cruz», in *As Ilhas do Ouro Branco. Encomenda Artística na Madeira: Séculos XV-XVI...*, pp. 164-167.

tencentos à capela de Clara Esteves<sup>47</sup>, sendo seus fundadores Luís Álvares da Costa e seu filho, Francisco Álvares da Costa, provedor da Fazenda do Funchal<sup>48</sup>. Em 1487 já estava habitado por franciscanos, mas em 1530 ainda se encontrava em obras, situação que se prolongará pelos séculos XVII e XVIII, com reparações e aumentos. Com a extinção das ordens religiosas em Portugal foi abandonado, acabando por ser demolido pelos anos 70 do século XIX.

É, provavelmente, originário deste convento uma pintura a óleo, sobre tela, de consideradas dimensões, representando «S. Francisco de Assis protegendo as hierarquias da Igreja» (MASF109), que se encontra no Museu de Arte Sacra do Funchal, mas cuja proveniência é a Igreja do Colégio, onde ainda se encontram outras telas oriundas deste convento franciscano<sup>49</sup>. Depois de uma intervenção de conservação e restauro<sup>50</sup>, esta pintura, atribuída a uma escola portuguesa (Lisboa), da segunda metade do século XVII, identifica o gosto barroco, através dos jogos de claro-escuro e tenebrismo. Anote-se a presença de um casal de doadores, situação muito rara na pintura madeirense<sup>51</sup>. Mas a ênfase deve ser dada a uma imagem de vulto, de grandes dimensões, «Santa Isabel, Rainha de Portugal» (MASF310/A), cuja proveniência esteve muito tempo apontada ao Convento da Encarnação, mas poderá ser originária do convento franciscano. Em 1827, Alfred Tyall descreveu «Uma Procissão na Páscoa», saída da igreja de São Francisco, com imagens que «eram quase de tamanho real. Vinham envergando hábitos re-

47 Maria Clara Pereira da Costa, «Testemunhos históricos acerca do papel de algumas mulheres no contexto social madeirense: séc. XV e XVI», in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, CEHA, Funchal, 1993, pp. 291-324; ABM, *Arquivo de José Pereira da Costa e de Clara Pereira da Costa*, Cx. 49, n.º 17.

48 Nelson Veríssimo, *O Convento de São Bernardino em Câmara de Lobos: Elementos para a sua história*, Paróquia de Santa Cecília, RAM, 2002, p. 13; Rui Carita, «convento de são francisco do funchal», in *Aprender Madeira*, <http://aprendermadeira.net/convento-de-sao-francisco-do-funchal/>.

49 Exemplos: «Mártires de Marrocos», de oficina local, inícios do século XVIII; «Êxtase de São Francisco do Assis», atribuída a uma oficina regional, possivelmente a Manuel de Andrade, activo no Funchal entre 1665-1672, pintor, homem baço, que em 1665 está documentado a executar obras menores no Convento de São Francisco (feito de um caixilho) e em 1671, já perto do seu falecimento (1672), recebeu 60\$000 rs «por dr. que se deu a M<sup>el</sup>. de andrada pintor da obra, que se fes na capella». ABM, *Ordem 3<sup>a</sup>. de S. Franc<sup>o</sup>, L<sup>o</sup>. de Entrada de Irmãos, 1660-1741*, L<sup>o</sup>. 4, fls. 35 e 49. Outras obras estão assinadas com monograma: «Sagrada Família», 1669, Quinta do Descanso; «Santa Águeda» e «Missa de S. Gregório», 1669, Igreja de Santa Luzia; «S. Bento», «S. Lourenço» e «Visão do S. Francisco Xavier», c.1663-1672, Igreja do Colégio; «Nossa Senhora das Angústias», c. 1662-1672, Quinta Vigia. As suas obras revelam conhecimentos de gravados de Dürer, Cornelis Cort, Federico Zuccaro, H. Wierix, Ludovic Ciamberlano e Johannes Sadeler, por exemplo. Rita Rodrigues, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira...*, Tomo I, pp. 483-527 e Tomo II, Anexo A, pp. 52-68.

50 Atelier Isopo, sob a coordenação de Marília Carvalheira.

51 Rita Rodrigues, «São Francisco de Assis protegendo as Hierarquias da Igreja», in *Obras de Referência dos Museus da Madeira*, Funchal, MASF, 2008, pp. 78-80.

ligiosos, mesmo o rei S. Luís de França<sup>52</sup> ou a portuguesa rainha Santa Isabel<sup>53</sup>, que Francisco Clode de Sousa indigita como possibilidade de ser esta «Santa Isabel, Rainha de Portugal», escultura em madeira, estofada e policromada, do século XVII e de uma boa oficina portuguesa<sup>54</sup>.

Deve-se a fundação do Convento da Encarnação à dinâmica do cónego Henrique Calaçã de Viveiros (1598-1662), que projectava mais um recolhimento para donzelas na cidade do Funchal. Foi lançada a primeira pedra da sua construção a 20 de Novembro de 1645 e entrando no ano seguinte as primeiras recolhidas<sup>55</sup>. Deste convento possui o Museu de Arte Sacra do Funchal uma pintura, a óleo sobre madeira de carvalho, de pequenas dimensões, atribuída ao pintor flamengo Mariunus van Reymerswaelle (c.1490-c.1546/1567), representando «S. Jerónimo» (MASF107), obra quinzentista (c.1521-1540). Segue modelo de Dürer (1471-1528), de 1521, pintura existente no Museu Nacional de Arte Antiga, oferta do próprio pintor, como consta no seu diário, a Rodrigo Fernandes de Almada<sup>56</sup>, que exerceu as funções de tesoureiro, escrivão e cônsul de Portugal na Flandres (Feitoria da Antuérpia), durante o reinado de D. Manuel I, tendo sido embaixador em França e conselheiro de D. João III e Provedor da Casa da Índia.

Também no Museu de Arte Sacra do Funchal encontra-se uma excelente pintura do início do século XVI, atribuída a uma oficina portuguesa, representando um «Ecce-Homo» (MASF42). É proveniente do demolido Convento de Nossa Senhora das Mercês. Trata-se de uma representação de «Cristo – Santa Face», estando a cabeça de Cristo «de nimbo crucífero, idêntico ao do Ecce Homo do Museu Nacional de Arte Antiga, com uma cruz pátea, orlada a folhagens, pintada a vermelho sobre campo dourado. Pintura de carácter devocional, mantém, da tradição ícone bizantino, a frontalidade, o hieratismo e a eliminação de elementos supérfluos, mas incorpora sugestões de volume na sua modelação a sfumato, de raiz leonardesca, e que em

---

52 Poderá ser «S. Luís de França» (MASF328).

53 António Marques da Silva, «Passeios na Madeira e Portugal. Alfred Lyall. Londres, 1827», in *Passaram pela Madeira*, Funchal, Funchal/500 Anos, 2008, p. 108.

54 Francisco Clode de Sousa, «Santa Isabel, Rainha de Portugal», in *Obras de Referências dos Museus da Madeira*, Funchal, MASE, 2008, pp. 81-83; IDEM, *ibidem*, Lisboa, Palácio da Ajuda, 2010, pp. 278-279.

55 Rui Carita, «convento da encarnação do funchal», in *Aprender Madeira*, <http://aprendermadeira.net/convento-da-encarnacao-do-funchal/>

56 Luiza Clode – Fernando António Baptista Pereira, *Museu de Arte Sacra do Funchal – Arte Flamenga...*, pp. 98-101; «Ficha de Inventário 828Pint», <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=249902&EntSep=3#gotoPosition>.

Portugal foi divulgada através da obra de Luís de Morales, *El Divino*»<sup>57</sup>. O Convento das Mercês, no Funchal, foi fundado, como recolhimento, pelo capitão Gaspar Berenguer de Andrade (1603-1691) e sua mulher, D. Isabel de França Andrade (c.1610-1659), conjuntamente com os filhos Bartolomeu César Berenguer, cónego na Sé, capitão José de França Berenguer e o padre Gaspar Berenguer de Andrade. Data a doação de 4 de Setembro de 1655, tendo entrado as primeiras recolhidas a 15 de Junho de 1656. Os fundadores solicitaram elevação a convento a 20 de Dezembro de 1663<sup>58</sup>. Foi totalmente demolido no século XX. Apesar de modesto, apresentava significativo património religioso e artístico, como atestam os seus inventários<sup>59</sup> e peças dispersas por templos madeirenses.

Do Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira é uma «Bandeja» (MASF338), em prata cinzelada e relevada, de oficina portuguesa, do século XVII, depositada no Museu de Arte Sacra do Funchal, mas que em 1990 encontrava-se, dentro de um armário, juntamente com outros objectos e imagens, ainda no Recolhimento. Da igreja deste Recolhimento são mais duas pinturas, de um desmembrado tríptico («Tríptico do Bom Jesus»), ambas a óleo sobre madeira de carvalho, de início do século XVI e de oficina flamenga, atribuídas a Joos van Clève (activo 1547-1540/1541): uma «Anunciação» (MASF35) e um volante com a representação da «Assunção da Virgem» (anverso) e «S. Cristóvão» (reverso). A primitiva origem deste tríptico poderá ser a Capela de Nossa Senhora da Encarnação do Convento de São Francisco, instituída por Diogo de Barcelos e sua mulher<sup>60</sup>. Outra obra, já do século XVII (1640-1650), de oficina portuguesa, merece destaque: «Dormição de S. Francisco Xavier» (MASF337), que entrou no museu em 1994 e foi restaurada no ano

57 Isabel Santa Clara, «Cristo – Santa Face», in *Eucaristia – Mistério de Luz*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal, 2005, p. 54-55.

58 Rita Rodrigues, «Contribuição para um estudo prosopográfico do Capitão Gaspar Berenguer de Andrade – Fundador do Convento de Nossa Senhora das Mercês (Funchal)», *Seminário de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Curso de Mestrado, Funchal, UMa, 1998 (policopiado). IDEM, *Martim Conrado – “insigne pintor estrangeiro” – Um pintor do século XVII na Ilha da Madeira*, Funchal, UMa, 2000, pp. 33-55 (tese de mestrado; policopiado); IDEM, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira...*, Tomo I, pp. 122-159; IDEM, «Gaspar Berenguer de Andrade», in *Figuras Empreendedoras da Cultura Madeirense...*, pp. 73-80.

59 Com significativo número de oratórios e retábulos, e de várias dimensões e de diversas devoções são quadros (madeira e tela), imagens (madeira, barro, gesso), para além de objectos de prata (custódias, lâmpadas, navetas, turíbulos, píxedes, crucifixos), paramentos e mobiliário. DGARQ/ANTT, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, *Convento de Nossa Senhora das Mercês do Funchal*, Cx. 2076.

60 Luiza Clode – Fernando António Baptista Pereira, *Museu de Arte Sacra do Funchal – Arte Flamenga...*, pp.62-69; Fernando António Baptista Pereira, «Anunciação», in *As Ilhas do Ouro Branco. Encomenda Artística na Madeira: Séculos XV-XVI*, Lisboa, Museu de Arte Antiga, pp. 262-263.

seguinte<sup>61</sup>. Executada em madeira, estofada, policromada e dourada, revela «excelente perícia técnica do seu autor, observável nas modelações das formas e panejamentos (roupagem do santo, colcha e fronha), embora as figuras secundárias (os convertidos) sejam mais *naifs*, talvez por representarem homens de outras raças (chinês e indiano) que o autor desconhecia a fisionomia ou teria algumas referências apenas por descrição ou gravuras. (...) A figura de São Francisco Xavier segue as representações tradicionais do santo apóstolo do Oriente com cabelos negros, barba farta e cerrada, olhos em êxtase de leve expressão mística, prenúncio de uma estética barroca e princípio contrarreformista. Este tema, *a morte* ou *trânsito* de São Francisco Xavier, foi dos mais acarinhados e representados no século XVII e XVIII até por artistas orientais.»<sup>62</sup>. Está atribuída à oficina do imaginário madeirense Manuel Pereira, activo no Funchal entre 1624 e 1679, ou quiçá a uma oficina seguidora de modelo indo-português. A sua primitiva origem poderá ser a Igreja do Colégio<sup>63</sup>.

---

61 Por Eleonor Cruz Leitão do *Atelier* conjunto com Georgina Garrido (Funchal).

62 Rita Rodrigues, «Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, nº. 2, Funchal, SREC / CEHA, 2010, pp. 229-337. Vide também M. Gabriela Torres Olleta, *Redes iconográficas – San Francisco Javier en la cultura visual del barroco*, Madrid, Universidad de Navarra / Iberoamericana / Vervuert, 2009, pp. 865-869.

63 Francisco Clode de Sousa (com.), *A Madeira na Rota do Oriente*, Funchal, MASF, 2000, p. 61; IDEM, *ibidem*, CMF / 500 Anos, DRAC, 2005, pp. 54-55; IDEM, «Dormição de São Francisco Xavier», in *Obras de Referência dos Museus da Madeira...*, 2010, pp. 198-199.

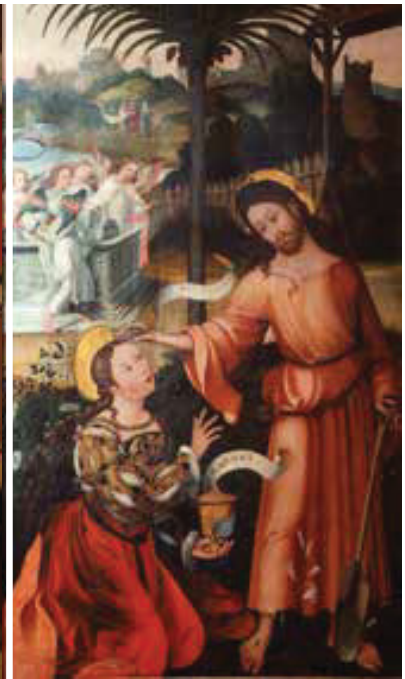
**ANEXO / IMAGENS**  
(Ordenado por sequência do artigo)



«Descida da Cruz».  
MASF49. Foto: DRC/RP



«Aparição de Cristo à Virgem».  
MASF49a. Foto: DRC/RP



«Noli me tangere».  
MASF50. Foto: DRC/RP



«Cristo».  
MASF51. Foto: DRC/RP



«Ecce-Homo».  
Conv. de S. Clara. Coro Alto.  
Foto: RR (antes do restauro)



«Virgem».  
MASF52. Foto: DRC/RP



«Nascimento de S. João Baptista». MASF12. Foto: DRC/RP



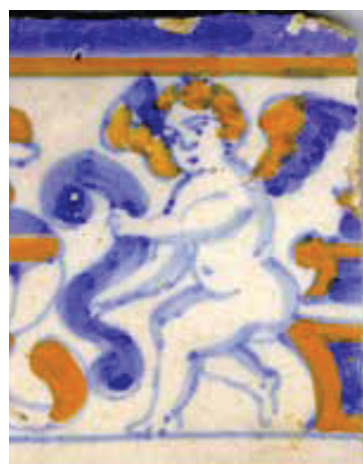
«Nascimento de S. João Baptista». MASF12. Foto: DRC/RP (pormenor)



«Santa Rosa de Lima». MQC2254. Foto: RR (pormenor; antes do restauro)



«Baú».MQC1865. Foto: DRC/PC



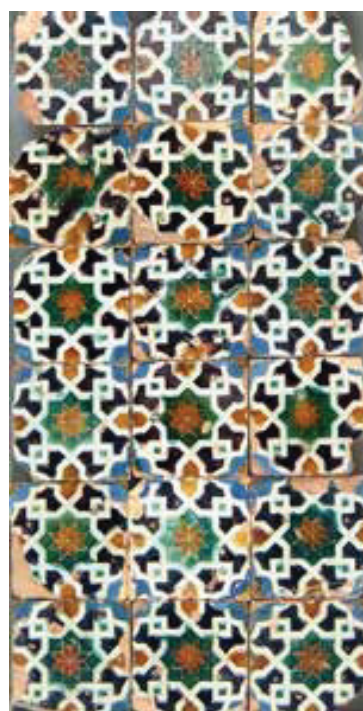
«Azulejo». CMFF66;1CR. Foto: CMFF



«Azulejo». MQC1435. Foto: MQC



«Bilha». MQC876. Foto: MQC



«Painel de azulejos». CMFF132;1CR. Foto: CMFF



«Painel de azulejos».  
CMFF135;1CR. Foto: CMFF



«Descida da cruz». MASF20. Foto: DRC



«Painel de azulejos».  
CMFF134;1CR. Foto: CMFF



«Descida da cruz».  
MASF20. Foto: DRC  
(pormenor)



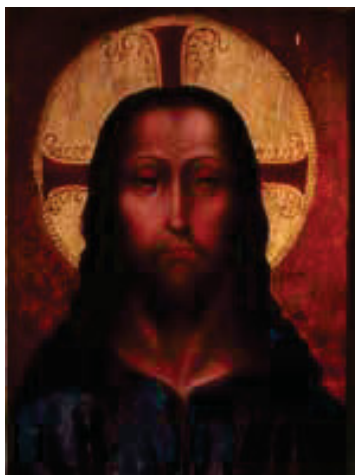
«Bandeja».  
MASF338. Foto: DRC/RP



«S. Jerónimo». CMFF13;2.  
Foto: DRC/PC (pormenor)



«Bandeja». MASF338. Foto: DRC/RP (pormenor)



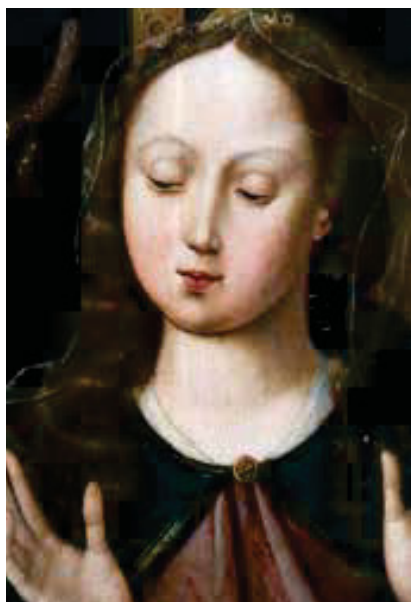
«Ecce-Homo».  
MASF42. Foto: MASF/PC



«Anunciação».  
MASF35. Foto: DRC/RP



«Santa Isabel, Rainha de Portugal».  
MASF310/A.  
Foto: DRC/RP  
(pormenor)



«Anunciação».  
MASF35. Foto: DRC/RP  
(pormenor)



«Dormição de S. Francisco Xavier».  
MASF337. Foto: DRAC/PC

## **MUSEU DE ARTE SACRA DO FUNCHAL: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PRESENÇA**

**João Henrique Silva**

*Museu de Arte Sacra do Funchal*

*jhgs@sapo.pt*

**Palavras-chave:** Arte Sacra; Pintura Flamenga; Património; Museu; Diocese do Funchal.

### **Introdução**

Instalado num edifício do século XVIII que foi Paço Episcopal, o Museu de Arte Sacra do Funchal reúne uma herança patrimonial e artística proveniente, na sua grande maioria, de igrejas e outros espaços diocesanos.

A coleção de Arte Sacra é constituída por diversas categorias de objetos (ourivesaria, escultura, têxteis, mobiliário, pintura) que atravessam um arco temporal de mais de cinco séculos. Através deles, podemos aceder a todo um conjunto de narrativas que remetem e se confundem com a própria história do Arquipélago da Madeira, designadamente os testemunhos do universo das primitivas invocações religiosas trazidas pelos colonos para as ilhas, ou as encomendas artísticas que foram sendo realizadas a oficinas nacionais e estrangeiras por algumas das grandes figuras que marcaram a sociedade e a Igreja nos diferentes períodos.

No extraordinário acervo do Museu de Arte sacra do Funchal, merecem especial referência a coleção de pintura flamenga, proveniente das re-

lações comerciais com a Flandres durante o período áureo açucareiro, e o conjunto de obras de ourivesaria seiscentista, com destaque para a grande Cruz Processional encomendada para a Sé pelo Rei D. Manuel.

O Museu é um polo cultural de referência no panorama regional, desenvolvendo uma programação própria a vários níveis, com destaque para as exposições temporárias, as suas Conferências anuais e os serviços educativos: uma programação sempre em articulação com os principais parceiros institucionais e com os diversos agentes culturais. No fulcro da ação, procura-se recolocar o Museu como presença forte na Cidade, em que a arte e a memória trazem mais identidade às iniciativas do presente.

### **1. Criação do MASF: alguns dados**

O antigo Paço Episcopal foi considerado o local mais indicado – pela dignidade de um palácio setecentista e pela “proximidade” dos próprios conteúdos – para, em 1955, ser instalada a grande coleção de arte religiosa da Madeira, dando origem à instituição que é hoje o Museu de Arte Sacra do Funchal.



Fig. 1 – Museu de Arte Sacra do Funchal.

©Arquivo MASF

Situado na praça mais central da cidade, e tendo a norte e a sul edifícios de referência como são a Igreja do Colégio e a Sé do Funchal, o Museu de Arte Sacra beneficia também da sua localização num eixo virtuoso do património cultural edificado, sendo o edifício do Museu, tal como aqueles

dois templos, classificado como Monumento Nacional. Com o Museu de Arte Sacra poderíamos dizer que o continente e o conteúdo estão em perfeita harmonia e coerência, se considerarmos não só esta localização num roteiro privilegiado da memória da cidade, mas por todo um legado histórico cuja inspiração religiosa é transversal e comum a esse património cultural, artístico e arquitetónico.



Fig.s 2 e 3 – Inauguração do Museu de Arte Sacra do Funchal. 1 de Junho de 1955.

©Arquivo MASF

O edifício, que foi inaugurado como Museu de Arte Sacra do Funchal a 1 de junho de 1955, é já uma reconstrução do primitivo Paço Episcopal mandado construir em finais do século XVI pelo 7.º bispo do Funchal, D. Luís Figueiredo de Lemos e que veio a sofrer com o tempo vicissitudes e alterações várias, das quais a mais decisiva foi a reconstrução após o terramoto de 1748, a mando do então bispo D. João do Nascimento. Entregue ao mestre de obras reais, Domingos Rodrigues Martins, o projeto do novo Paço irá incluir uma Torre avista-navios, que ostenta um painel azulejar com ilustração alegórica das três Virtudes teologais (Fé, Esperança e Caridade), proveniente de uma oficina de Lisboa e datável do segundo quartel do século XVIII. O novo conjunto edificado de três andares ficou harmonizado por um bloco central de cantaria basáltica da ilha com janelas rasgadas no andar superior, tendo sobre o portão principal, situado precisamente na Rua do Bispo, a data de 1750 e as armas reais inscritas na cantaria da ilha. Do edifício antigo restam ainda, depois de várias alterações e adaptações, o corpo poente, com a sua estrutura maneirista de arcarias sobre a Praça do Município, e a capela de São Luís de Toulouse.



Fig. 4 – Exposição de Ourivesaria Sacra no Convento de Santa Clara, 1951.

© Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira



Fig. 5 – Exposição de Ourivesaria Sacra no Convento de Santa Clara, 1951.

© Foto Perestrellos



Fig. 6 – Património Artístico da Madeira –  
Catálogo Ilustrado da Exposição de Ourivesaria Sacra. 1951

Convento de Santa Clara – Exposição de Esculturas Religiosas — Catálogo. 1954.

©Arquivo MASF

A história do Museu de Arte Sacra do Funchal remonta a 1934, ano em que o Dr. Cayola Zagallo, conservador do Palácio da Ajuda, veio à Madeira numa missão de estudo que se pautava pelo levantamento de uma parte muito significativa da pintura flamenga disseminada pelas igrejas e capelas da diocese do Funchal. Toma então consciência da enorme qualidade e consistência do conjunto encontrado. Com o apoio do Bispo de então, D. Manuel Pereira Ribeiro, e das autoridades governativas da Junta Geral do Distrito, muitas dessas obras vão a restaurar a Lisboa. Seguem-se importan-

tes intervenções de conservação e restauro no atelier de Fernando Mardel e, pela primeira vez, será apresentado o conjunto das obras numa exposição havida no Museu Nacional de Arte Antiga em 1949, também por iniciativa do seu diretor, Dr. João Couto, que acompanhara o estudo das peças. Mais tarde e após o regresso ao Funchal, muitas dessas obras ficam expostas numa dependência da Sé, que se conclui ser demasiado pequena e inadequada para tão rico acervo. É então que começa a ganhar consistência a ideia de criar-se expressamente um Museu para a arte sacra da Diocese, objetivo materializado cerca de cinco anos depois, mas a que não é alheio todo um trabalho de levantamento, investigação e estudo que vinha sendo feito desde os anos 40 por figuras como Luiz Peter Clode e o Padre Pita Ferreira, e por outros importantes elementos ligados à direção do Museu e que eram grandes conhecedores das coleções de escultura e ourivesaria sacra existentes por toda a diocese, com particular incidência na Sé do Funchal. Esses estudos culminaram na publicação de preciosos catálogos e na realização de duas exposições no Convento de Santa Clara, realizações de enorme alcance para a época e que, bem se pode dizer, foram fundamentais para a criação do Museu de Arte Sacra do Funchal em junho de 1955.

É pois devido à iniciativa do bispo D. António Manuel Pereira Ribeiro, em sintonia com os achados e estudos de um conjunto de investigadores madeirenses, que se constitui, bem no centro da cidade, um Museu, todo ele dedicado a reunir, conservar e expor o melhor da arte sacra diocesana, recolhendo pintura, escultura, ourivesaria e paramentos, notáveis bens sacros e artísticos provenientes de igrejas e antigos conventos da ilha da Madeira. Muitas dessas peças remetem para a escola flamenga, mas outras há que perfazem uma significativa mostra da escola portuguesa. Aliás, mesmo nas últimas décadas, entre finais do século XX e princípios do século XXI, o Museu tem vindo a enriquecer as suas coleções, mercê de depósitos provenientes da Sé, do Colégio e de outras igrejas e capelas da Diocese, em resultado, ou de obras realizadas nessas igrejas e que obrigam à deslocalização de peças ou à sua subtração ao culto, ou apenas pelo desejo de salvaguarda – um trabalho em que o Museu, ao longo dos últimos quarenta anos, muito beneficiou do conhecimento especializado da sua Diretora, doutora Luiza Clode, assim como do empenhamento do então bispo diocesano, D. Teodoro de Faria, tendo sido encetados projetos de investigação e a realização de exposições em torno do património à sua guarda, para tal contando com o contributo de vários historiadores de arte (regionais, nacionais e internacionais).

## 2. As coleções do Museu

O Museu de Arte Sacra do Funchal é mais conhecido pela sua magnífica coleção de pintura e escultura flamenga, datada de finais do séc. XV a meados do século XVI, mas existe também uma excelente coleção de pintu-



Fig. 7 – Encontro de São Joaquim e Santa Ana junto da Porta Dourada  
Atribuído ao Mestre da Adoração de Machico  
Flandres, Antuérpia, c. 1491-1500  
MASF26  
©Arquivo MASF



Fig. 8 – Adoração dos Magos  
Atribuído ao Mestre da Adoração de Machico  
Flandres, Antuérpia, c. 1501-1510  
MASF34  
©Arquivo MASF



Fig. 9 – Imaculada Conceição de Maria  
Flandres, oficina eclética do eixo Malines-Bruxelas  
c. 1501-1510  
MASF18  
©Arquivo MASF



Fig. 10 – Tríptico de Santiago Menor e São Filipe. Atribuído a Pieter Coeck Van Aelst  
Flandres, Antuérpia, c.1527-1531. MASF40  
©Arquivo MASF



Fig. 11 – Salva  
Flandres, Antuérpia  
c.1580-1581  
MASF157  
©Arquivo MASF



Fig. 12 – Cálice  
Flandres, Antuérpia  
c. 1519-1520  
MASF59  
©Arquivo MASF



Fig. 13 – Cruz  
Processional  
Portugal, c.  
1501-1525  
Encomenda do  
rei D. Manuel  
I para a Sé do  
Funchal  
MASF56  
©Arquivo MASF



Fig. 14 – Caldeirinha  
Portugal, c. 1521-1525  
Encomenda do rei D. Manuel I  
para a Sé do Funchal  
MASF436  
©Arquivo MASF



Fig. 15 – Porta Paz  
Portugal, c. 1501-1525  
Encomenda do rei D.  
Manuel I para a Sé do  
Funchal  
MASF62  
©Arquivo MASF

ra portuguesa antiga, produzida por mestres de referência entre os séculos XVI a XVIII. Além destas, é fundamental na oferta do Museu a extraordinária coleção de ourivesaria, com algumas peças de origem ou de inspiração flamenga, mas sendo a maior parte de origem portuguesa. Não podemos ignorar também a coleção de paramentaria, com ricos exemplares bordados a ouro e pedrarias, oriundos sobretudo da Sé do Funchal.

A grande presença de arte flamenga na Madeira explica-se pelo incentivo dado ao plantio da cana de açúcar aí pelos anos 30, após a descoberta e colonização do arquipélago. A exploração intensiva da cana e a consequente exportação e comercialização do açúcar em meados do século XV vão mudar a dimensão financeira insular, projetando a Madeira a uma escala de comércio que já não é apenas nacional, mas europeia. Por toda a Europa vai crescer o consumo do chamado *ouro branco*, com a Flandres a ser o principal centro importador e também redistribuidor dos negócios ligados à indústria açucareira. O volume de exportação é de tal ordem que em 1498 o rei D. Manuel proíbe a saída da ilha de mais de 120 mil arrobas, determinando o quantitativo para cada porto, sendo o da Flandres o mais beneficiado. As

feitorias portuguesas estabelecidas na Bélgica, primeiro em Bruges e mais tarde em Antuérpia, vão desempenhar importante papel neste circuito comercial, intermediando a chegada do açúcar pela compra de obras de arte. A riqueza açucareira existente na ilha vai então suportar a encomenda de magníficas peças de arte flamenga, em que os grandes senhores, por emulação ou por devoção, importam obras de arte dos mestres flamengos. É neste contexto que, como escreve Baptista Pereira, “se aos portos de Bruges e de Antuérpia chegava o açúcar da Madeira, levado por mercadores tanto nacionais como estrangeiros, a diversas povoações do arquipélago madeirense foram chegando, com regularidade, ao longo de cerca de pouco mais de 70 anos, várias pinturas, esculturas, placas funerárias, tecidos e alfaias litúrgicas”. Parece ter sido fundamental neste dinamismo, e contribuindo decisivamente para a reciprocidade comercial, não só o gosto das elites locais pela arte flamenga, mas também o papel dos feitores portugueses estabelecidos naquelas cidades e que mediavam concretamente as escolhas de pintura, escultura ou ourivesaria entre os comitentes da ilha e os mais reputados artistas ou artesãos flamengos, tal como já vinha acontecendo a nível nacional, com uma importação semelhante a pedido da corte ou dos dignitários da Igreja. É assim que as cidades de Bruges, Malines e Antuérpia vão tornar-se centros de referência para a datação e caracterização das obras flamengas que chegaram a Portugal e à Madeira. A década de 20 do século XVI é tida como ponto alto do açúcar madeirense, sendo interessante detetar a coincidência de serem as décadas de 10 e 20 aquelas onde se inscreve a data da maioria das obras de arte flamenga que aportam à ilha: pinturas, trípticos e retábulos de grandes dimensões, pedras tumulares com incrustações de metal, e alfaias em prata destinadas às igrejas. O poder económico dos “encomendadores” é bem visível na qualidade e nas dimensões grandiosas de muitas das obras de arte hoje existentes em algumas igrejas e no Museu de Arte Sacra.

A coleção de Arte Portuguesa, de entre os séculos XVI a XVIII, reflete o percurso cronológico das encomendas efetuadas pelas igrejas e capelas da Diocese do Funchal. A pintura e a escultura apresentam grande variedade de obras, em que se destacam alguns grandes mestres portugueses. Neste núcleo da Arte Portuguesa, merece especial referência a coleção de ourivesaria, com destaque para o chamado Tesouro da Sé, com grandes peças manuelinas, a que se juntam muitas outras obras mais tardias.

### 3. Pertença e Presença

Chamámos para título da nossa intervenção os tópicos de Memória, Identidade e Presença. Resta-nos explicitar esses conceitos, ilustrando com a vida do Museu alguns dos aspetos subentendidos.

Como se depreende pelo anteriormente exposto, a coleção do Museu de Arte Sacra é um verdadeiro *tesouro no atlântico*; através dela podemos visitar não só a história da Madeira, mas redescobrir a dimensão atlântica da cultura portuguesa e da própria civilização europeia. É essa memória



Fig. 16 – Aspeto da Exposição “As Ilhas do Ouro Branco”  
no Museu Nacional de Arte Antiga.  
©Paulo Alexandrino/MNAA, 2017

única, refletida de múltiplas formas nas obras e núcleos artísticos da coleção do Museu, que alimenta a história e a cultura madeirense, sendo também um testemunho incontornável da nossa mesma identidade. Identidade do arquipélago enquanto geografia humana de uma Região atlântica, mas também identidade do Museu de Arte Sacra enquanto instituição da Diocese do Funchal, sem a qual a própria História da Madeira deixa de ser inteligível.

Na verdade, este Museu pode ser visto e compreendido na confluência de uma série de caminhos — históricos, sociais, culturais e artísticos —, no cruzamento de sociedades e instituições que, atravessando o tempo, nos legaram um testemunho maior de humanidade e de beleza. É dessa memória que alimentamos a nossa identidade e é dessa identidade que tiramos para

o nosso trabalho uma dimensão de maior responsabilidade. Do *sentido de pertença* que alimenta essa memória mais funda, queremos extrair e realizar no hoje do Museu uma nova *presença*.

O Museu de Arte Sacra do Funchal é uma instituição museológica de referência no panorama cultural da Região e do País. Tem no seu histórico a participação em grandes eventos culturais da Europa e em exposições nacionais de grande qualidade e visibilidade, de que a mais recente foi a exposição das *Ilhas do Ouro Branco*, no Museu Nacional de Arte Antiga. O Museu é hoje uma presença marcante na oferta cultural da cidade, com uma programação que procura acentuar e dinamizar a sua responsabilidade para com o presente e a comunidade.



Fig 17 – Dinâmica de Serviço Educativo do MASF  
“*Visitantes Indesejados – da Infestação à Conservação no Museu*”, 2017.  
©Arquivo MASF



Fig. 18 – Residência artística no MASF  
“*Horizonte Meu*” de Rodrigo Costa, 2018.  
©Arquivo MASF

Na sequência de um trabalho rigoroso, de grande empenho e discernimento feito pela anterior Direção, temos procurado renovar a programação anual do Museu de Arte Sacra, por forma a irmos ao encontro de segmentos bem definidos dos vários públicos, ao mesmo tempo que se procura consolidar iniciativas e experiências que traduzem, no hoje da instituição, novas formas de presença. Tem sido política do Museu realizar ou abrir-se a iniciativas que traduzam novas perspectivas de entendimento ou de realização da experiência artística: buscando linhas contemporâneas de diálogo entre expressões artísticas; ensaiando mediações inovadoras que tornam essa memória mais vigorosa no presente; realizando a compreensão de que o sentido e a beleza não se esgotam nas formas de uma dada estética ou temporalidade.



Fig. 19 – Aspeto da exposição temporária –  
“A Fábrica do Açúcar de Filipa Venâncio  
— Testemunhos de uma indústria”  
Museu de Arte Sacra do Funchal, 2018.  
©Joana Sousa / Arquivo MASF



Fig. 20 – As Conferências do Museu (2017)  
Evento anual realizado  
pelo Museu de Arte Sacra do Funchal.  
©Arquivo MASF



Fig. 21 – As Conferências do Museu (2018, 2019)  
Evento anual realizado pelo Museu de Arte Sacra do Funchal.  
©Arquivo MASF

Gostaria de ilustrar esta nova perspectiva das prestações do Museu para com os seus públicos, com três exemplos:

- Em primeiro lugar, o trabalho de aprofundamento do serviço educativo, em que se procura não só uma maior regularidade e abrangência da população envolvida, mas a renovação de mediações pedagógicas que, esperamos, traduzam de forma mais eficaz a importância da componente artística na Educação. Integra-se ainda neste âmbito educacional o acolhimento que o Museu tem proporcionado a estágios curriculares e a estágios profissionais, em número já superior a uma dezena nos últimos três anos, e que é também uma forma de lançar pontes de formação e diálogo ao nível da criação cultural, ao mesmo tempo que realizamos uma forma de presença e de responsabilidade muito concretas, face à comunidade em que estamos integrados.
- Em segundo lugar, a realização de exposições temporárias que tomam por motivo temas afins deste Museu, ou efemérides especiais da vida Diocese, procurando integrar achegas e contributos externos em programação complementar à própria exposição. Cada uma dessas exposições anuais deu corpo ao desafio de inovar na museografia, procurando, na forma e no conteúdo, pontes com a contemporaneidade. Ao mesmo tempo, assumimos como data de referência para a grande exposição temporária o dia 18 de outubro, por ser aquele que celebra o Dia Nacional dos Bens Culturais da Igreja, e assim nos integramos também, enquanto museu diocesano, numa programação de âmbito nacional.
- Em terceiro lugar, a realização, desde 2017, das chamadas *Conferências do Museu*, um evento anual que, de forma muito alargada, convida à participação e ao debate sobre temas do âmbito dos Museus e da Museologia. As *Conferências* duram dois dias e apresentam cerca de dez comunicações de especialistas convidados consoante o tema para cada ano; têm lugar no segundo fim de semana de março e propõem à participação e debate do público interessado temas diferentes em cada ano. Assim, os temas das edições anteriores foram os seguintes: em 2017, *Em torno da Pintura Flamenga – Arte e Ciência*; em 2018, debateu-se *Questões de Arte Sacra*; em 2019, o tema proposto foi o das *Mediações Educativas* (em Património e Museus). No corrente ano de 2020, a 4.<sup>a</sup> edição das Conferências teria por tema

*Museografias – espaços e discursos* (edição entretanto cancelada, por súbita emergência de saúde pública). De referir, ainda, que cada edição das Conferências é respaldada por uma Comissão Científica, sendo o conjunto das comunicações editado em suporte digital no *MASF Journal*, com acesso livre. Cada nova publicação é apresentada nas *Conferências* do ano seguinte. Esta foi a nossa forma de responder ao desafio de uma maior interação com o meio, integrando a participação e os contributos daqueles que pensam e investigam temas afins desta área, realizando um dos objetivos da instituição, que é produzir conhecimento.

Em jeito de conclusão, diríamos que o trabalho do Museu de Arte Sacra do Funchal é responder cada dia ao desafio de ser um testemunho perene de cultura viva, com a responsabilidade de religar continuamente aquelas memórias de beleza e de sentido que cimentam a sua identidade e que perfazem hoje os desafios da sua renovada presença.

#### **Breve nota bibliográfica de apoio ao texto:**

- “A Arte na Rota do Ouro Branco. Arquipélago da Madeira Sécs. XV e XVI (Roteiro)”. 2019. Francisco Clode de Sousa e Rita Rodrigues (Coord.). In *600 Anos da Madeira e Porto Santo*. SRTC, Funchal.
- “*Madeira – do Atlântico aos confins da Terra*”. 2014. Francisco Clode de Sousa (Coord.). In *Catálogo da Exposição Comemorativa dos 500 Anos da Diocese do Funchal*. Museu de Arte Sacra.
- Carita, Rui. 2015. *A Sé do Funchal – 1514-2014*. DRAC-Madeira (por ocasião dos 500 Anos da Diocese do Funchal), 2015
- Ferreira, Manuel Juvenal Pita. 1963. *A Sé do Funchal*. Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- Guerra, Jorge Valdemar. 2016. “Intervenções da Junta Geral no âmbito do Património Cultural”, in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976) – Administração e História* (Vol. I). DRC/ABM, Funchal.
- Pereira, Fernando António Baptista. 1997. *Museu de Arte Sacra do Funchal*. Arte Flamenga, Edicarte, Lisboa.
- Pereira, Fernando António Baptista. 2016. “Arte Flamenga”, in *Aprendermadeira.net – Dicionário Enciclopédico da Madeira*.
- Seruca, Henrique. 2019. *A Cruz Processional da Sé do Funchal*. Edicarte, Funchal.



## MUSEOLOGIA AÇORIANA UMA APROXIMAÇÃO BIOBIBLIOGRÁFICA

**Maria Manuel Velasquez Ribeiro<sup>1</sup>**  
*Museu de Angra do Heroísmo/DraC*  
*mmvelasquez@sapo.pt*

**Palavras-chave:** Museus; Museologia; Açores.

### **Nota introdutória**

A existência de museus nos Açores é centenária e o seu percurso comporta experiências duradouras e efémeras, dispersas por todas as ilhas.

A constituição de museus continua, na atualidade, a animar organismos públicos e entidades privadas, autarquias, empresas e particulares, para o que se tem contado com um elenco de atores com motivações, visões e formações muito diversas. Essa riqueza é, contudo, mal conhecida, e muitas experiências e as personalidades que lhes estão associadas, bem como a bibliografia que produziram, não se constituem em repositório de conhecimentos que faculte uma visão abrangente sobre a forma como a musealização da memória açoriana se foi constituindo. Uma proposta de biobibliografia da museologia açoriana tem como objetivo construir e facultar um

---

<sup>1</sup> Maria Manuel Velasquez Ribeiro. Licenciada em História e Pós-Graduada em História Insular e Atlântica, Mestre em Museologia. Técnica Superior do Museu de Angra do Heroísmo, tem como principais áreas de investigação a história da museologia açoriana e os processos de patrimonialização de bens, as dinâmicas do colecionismo privado e, dentro dele, a construção de discursos identitários, temas sobre os quais tem publicado vários estudos e artigos.

conhecimento preciso e atualizado das personalidades ligada à museologia açoriana, e contribuir para uma maior compreensão da história dos museus nos Açores.

### **Museologia açoriana: uma aproximação biobibliográfica**

Aquando da realização do IIº Encontro de Boas Práticas Museológicas, na Lagoa, em Outubro de 2018, evento que o CHAM/A organiza em parceria com as câmaras municipais da ilha de S. Miguel, as animadas discussões que se seguiram à apresentação das comunicações previstas denunciaram um panorama de uma certa ausência de memória sobre as personalidades, os percursos e as dinâmicas da museologia açoriana.

Para a geração mais nova de museólogos e interessados, as narrativas do presente parecem assumir-se como hegemónicas para a construção do saber e do fazer museológico, contando muito pouco com os dados dos projetos e das construções dos atores do passado. Todavia, os contributos desses atores são diversos, dispersos geográfica e temporalmente, e permitem compreender as condicionantes sócio-económicas e políticas, as dinâmicas e trajetórias, e as relações de significado e poder do já longo e plural percurso das experiências e das instituições museais na Região, e também fazer luz sobre as heranças de contexto, as realidades e os problemas do presente.

Importa realçar que a centenária existência de museus nos Açores consubstanciou-se em experiências duradouras e efémeras dispersas por todas as ilhas do arquipélago, com clara preponderância para os últimos anos da década de 1990, mas continuando, na atualidade, a animar organismos públicos e entidades privadas, autarquias, empresas e particulares.

Ao longo desse percurso a apropriação e exposição da(s) memória(s) foi-se relacionando com aspectos relevantes para as diferentes contemporaneidades como, por exemplo, a pedagogia dos métodos de ensino, a representação idealizada dos territórios, a valorização de aspectos singulares da vida e da história das comunidades. Como denominador comum assinala-se o interesses dos indivíduos, das localidades e das próprias instituições no terreno que com as suas ações foram dando expressão a conhecimentos e saberes, noções de identidade, mas também às relações de poder indissociáveis do quadro político, social e cultural de cada época.

A instituição do regime autonómico nos Açores, em 1976, também foi

responsável por dar corpo a políticas públicas da memória com diferentes matizes, intenções e alcances; efémeros, uns, de grande fôlego, outros, de âmbito local e/ou regional. Ao absorver as estruturas de caráter patrimonial que vinham do passado e criando outras, compôs a estrutura de organismos públicos que hoje conhecemos.

A constatação da falta de conhecimento mais profundo destes contributos e das dinâmicas dos seus contextos está na génese da construção do projeto que pretende compulsar dados relevantes para a construção de uma biografia coletiva dos actores e das suas produções (bibliográficas e/ou museográficas) que deram corpo à museologia açoriana, e desse modo assinalar os primeiros 125 anos da sua existência (1875 – 2000).

Os estudos sobre museus, que se afirmaram em Portugal sobretudo a partir da década de 1980, desenvolveram-se com base em diferentes enquadramentos disciplinares desde a Antropologia, à História da Arte, à História (incluindo a História da Ciência), à Sociologia e à Arqueologia e estiveram, também, intimamente associados ao desenvolvimento das disciplinas científicas subjacentes à sua criação, razão que tem justificado a pluralidade de perspectivas de investigação.

Nos Açores o enfoque dominante centrou-se em trabalhos monográficos caracterizadores de processos individuais de alguns museus e/ou das redes tutelares e das respetivas coleções, mas no geral a produção relacionada com a génese e a biografia dos museus açorianos tem sido reduzida.

A primeira obra de conjunto sobre museus açorianos e as suas coleções resultou de um projeto de investigação da *Caminus - Organizações Culturais* que se dedicou, exclusivamente, à caracterização dos acervos etnográficos<sup>2</sup>; enquanto a rede pública de museus, tutelada pela Direção Regional da Cultura, publicou dois roteiros que descrevem, sumariamente, a história e as coleções dos oito museus que a integram<sup>3</sup>. Uma visão de conjunto das dinâmicas do movimento museológico açoriano, da sua génese à atualidade é apresentada por Isabel João na entrada da *Enciclopédia Açoriana* intitulada *Museus*<sup>4</sup>.

No mesmo sentido, é escassa a existência de estudos que relevem os

---

2 *Roteiro dos Museus (Coleções Etnográficas)*. Açores e Madeira. 1999. Lisboa, Olhapim Edições.

3 *Açores. Roteiro dos Museus dos Açores*. s/d. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais / Direcção Regional dos Assuntos Culturais, e *Roteiro dos Museus dos Açores*. 2005. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura/ Direcção Regional da Cultura.

4 “Museus” in *Enciclopédia Açoriana*, consultável em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx>.

mentores desses museus ou experiências museológicas, bem como do seu papel (mais ou menos valorizado) nas instituições que integraram<sup>5</sup>. Este obscurecimento/esquecimento, é extensível às produções museográficas que cada museu vai fazendo sobre si mesmo e parece ser responsável por uma certa ausência de reflexão diacrónica e transversal, sobre o papel das instituições além de, também, não contribuir para a (re)construção das identidades e missões de cada museu em particular.

Não obstante, a consolidação da implementação de projetos de museus regionais tem contado com um elenco de atores com motivações, visões e formações muito diversas, mas essa riqueza é, por vezes, pouco conhecida, e muitas experiências e as personalidades que lhes estão associadas, bem como a bibliografia que produziram, não se constituem em repositório de conhecimento que faculte uma visão abrangente sobre como, com quem e de que forma a musealização da memória açoriana se foi constituindo.

A investigação científica produzida nesta área tem mostrado o potencial do seu estudo para a compreensão do passado, nomeadamente o açoriano, e neste aspeto a Universidade dos Açores desempenhou um papel fundamental ao formalizar a criação do, então designado, curso de pós-graduação e, depois, mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento cuja primeira edição teve lugar em 2002 tendo como mentor e impulsionador Rui de Sousa Martins, Professor daquela universidade.

Aliás, o repositório da Universidade dos Açores é ilustrativo da diversidade de abordagens que os estudos de museus têm demonstrado e que alcança a história das instituições, a arquitectura e adequação de edifícios, as museografias e os projetos de comunicação e interação com os públicos, entre outras. Uma linha de investigação dedicada aos estudos de museus, contudo, procura ainda afirmar-se na academia açoriana, mas que seria fundamental para que a reflexão regional e insular pudesse produzir análises abrangentes e comparativas e cujas reflexões projetassem no futuro empreendimentos de maior fôlego interpretativo, museológico e museográfico.

Perspectivar os museus na sua historicidade tem sido o objetivo de projetos que mostram a relevância das biografias de personalidades ligadas aos museus para uma compreensão mais lata da trajectória das instituições museais, da sua história e da museologia. A biografia é, aliás, um género que tem

---

5 O Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada, e o Museu de Angra do Heroísmo, através do seu núcleo de história militar, são os únicos museus públicos que, atualmente, disponibilizam exposições em que refletem sobre a sua própria história e sobre indivíduos envolvidos.

sido reabilitado nos últimos anos, constituindo-se como uma prática transversal a diversas áreas do conhecimento, como a História, a História da Arte, a Ciência ou a Educação de que resultaram projetos como o do *Dictionary of Art Historians*<sup>6</sup>, no panorama internacional, e no caso português o *Dicionário de Historiadores Portugueses*<sup>7</sup>, o *Dicionário de Educadores Portugueses*<sup>8</sup> ou o *Dicionário Biográfico de Cientistas, Engenheiros e Médicos Portugueses*<sup>9</sup>.

No âmbito da museologia, o mais recente projeto nesta matéria foi levado a cabo pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHA) e designou-se *Quem é quem na museologia portuguesa*. O projeto teve como objectivo proporcionar uma visão abrangente, um conhecimento preciso e uma valorização atualizada sobre um conjunto de personalidades identificadas, e resultou de um apelo a investigadores, especialistas e museus de todo o país que foi divulgado nos canais habituais dos meios da museologia.

Beneficiando do desenvolvimento de estudos no âmbito da história dos museus e da museologia em Portugal, o projeto do IHA procurou problematizar o museu no contexto político, social e cultural de cada época e contrariar a dispersão de conteúdos que tem caracterizado o panorama investigativo, marcado por uma circulação restrita que, com frequência, lhe está associada. Projeto iniciado em Janeiro de 2017, o primeiro volume do dicionário foi disponibilizado on line no final de 2018 e é dedicado a personalidades da museologia portuguesa que desenvolveram a sua actividade entre o século XVIII e os anos 60 do século XX.

Porém, a representação açoriana no dicionário *Quem é quem na museologia portuguesa* contou, apenas, com cinco artigos referentes a personalidades da região constatação que reforça a tendência da reflexão sobre a museologia centrada, ou mais documentada, nas ações dos museus nacionais e/ou centrais e insuficientemente descrita no que às margens dessa realidade diz respeito, ou seja no que aos museus regionais e locais das periferias se refere.

Estes os contornos que sustentam a necessidade de construir e dispo-

---

6 SORENSEN, Lee (ed.). *Dictionary of Art Historians*, consultável em [http:// www. Arthistorians.info](http://www.Arthistorians.info).

7 MATOS, Sérgio C. (coord.). *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia das Ciências ao final Estado Novo*, consultável em <http://dichp.bnportugal.pt/equipa.htm>.

8 NÓVOA, António (coord.) 2003. *Dicionário de educadores portugueses*, Lisboa, Ed. Asa.

9 *Dicionário biográfico de cientistas, engenheiros e médicos portugueses ou trabalhando em Portugal*. 2015. CIUHCT, consultável em <http://ciuhct.org/apresentacao/programa-cientifico>.

nibilizar um conjunto de dados e informações credíveis sobre aqueles que se relacionaram com a criação e desenvolvimento de museus nos Açores. E que foram muitos, não só ligados à teoria e à reflexão crítica sobre o campo museal, mas também os que deram origem a coleções e movimentos cívicos cujo resultado foi a criação de museus e/ou a musealização de bens, independentemente da sua formação profissional, formação académica ou tutela.

Assim sendo, o projeto que agora se divulga procura constituir uma biobibliografia da museologia açoriana e tem como propósito compulsar dados de quem produziu pensamento museológico e que, com a sua ação, deu origem a experiências e projetos museológicos e museográficos.

A delimitação temporal (1876-2000), sustenta-se nas notícias do projeto museológico mais antigo, e o final do século XX por via de uma barreira cronológica que permita a elaboração de balanços críticos quanto ao impacto das ações desenvolvidas e das contribuições teóricas e profissionais dos biografados.

Apenas a título de exemplo apresentam-se duas das entradas de açorianos inseridas no projeto *Quem é quem na Museologia Portuguesa*.

**Frederico Augusto Lopes da Silva Júnior (Praia da Vitória, 1896 - Angra do Heroísmo, 1979)**

Oficial de Infantaria, exerceu funções no Castelo de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo, na sua ilha natal e é, mais frequentemente, conhecido como Frederico Lopes ou pelo pseudónimo de João Ilhéu, nome com que assinou a maior parte da sua abundante produção literária e jornalística.

Colaborador e animador de inúmeras instituições, organismos e iniciativas de carácter cultural manteve uma intensa participação na imprensa e no teatro onde descreveu e divulgou o viver popular ilhéu, regionalismo que será, aliás, inspirador de toda a sua produção literária.

Por via desse interesse, Frederico Lopes dedicou-se a trabalhos de investigação etnográfica e manterá contactos com toda a geração de regionalistas açorianos como os micalenses Armando Cortes Rodrigues (1891-1971) e Francisco Carreio da Costa (1913 - 1981).

O Iº Congresso Açoriano, que teve lugar em Lisboa entre 8 e 15 de maio de 1938, é o corolário de um conjunto de iniciativas com que esses mesmos regionalistas procuravam incrementar o espírito açoriano e a unidade insular; uma versão do ideário autonomista conformado aos novos contornos do

nacionalismo emergente do Estado Novo. Nele, Frederico Lopes apresentará a comunicação intitulada “Valorização do folclore e criação de museus etnográficos açorianos” onde defende a necessidade de recuperar o folclore e os usos e costumes ancestrais do povo açoriano através de estudos etnográficos e na criação de uma Comissão Etnográfica Açoriana a quem competiria “*não só a recolha de todos os elementos necessários a uma reconstituição segura, mas ainda a criação de pequenos museus regionais nas capitais de distrito, e dum Museu Etnográfico Açoriano, em Lisboa, que abranja tudo que possa caracterizar a vida tradicional do Povo dos Açores*” (LOPES, 1940:194).

Em 1942 integra o grupo de sócios fundadores do Instituto Histórico da Ilha Terceira (IHIT), coletividade que se constitui com o propósito central da salvaguarda dos bens patrimoniais do distrito. O grupo concebe os fundamentos para um museu distrital alicerçado num ambicioso plano que contava com a sinalização e recolha de peças, a constituição de um arquivo de imagens e o levantamento e recolha de informações de carácter etnográfico - para o realizar é elaborado e distribuído um inquérito aos párocos e professores das localidades rurais da ilha Terceira com o intuito de fazer o levantamento de saberes e tradições locais.

As ações em torno da constituição de uma coleção de objetos são delegadas em Frederico Lopes que para isso estabelece relação epistolar com Leite de Vasconcelos, do Museu Etnológico Português.

As propostas de recolha e as recolhas vão sendo anotadas em cadernos de campo cujas entradas denunciam a preocupação da salvaguarda do mundo rural e dos seus testemunhos, materiais e imateriais.

Desde então, a acumulação de peças e a falta de espaço obrigá-lo-ão a manter dependências da sua própria casa dedicadas ao projeto do museu sem que, contudo, tivesse qualquer preocupação de carácter museográfico e intenção de exposição pública (IHIT, 1945:319-320).

O museu ambicionado pelo IHIT será uma realidade em 1949 e a coleção reunida por Frederico Lopes transitará para o Museu de Angra do Heroísmo onde dará corpo a uma parte do primeiro arranjo museográfico do museu – duas salas dedicadas ao culto do Espírito Santo e às atividades tradicionais - cumprindo-se assim o projeto inicial do Instituto de conferir ao museu um programa e um acervo no âmbito disciplinar da etnografia.

Garantidas a constituição legal do museu na dependente da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, e a nomeação de um primeiro diretor tecnicamente competente, Frederico Lopes e o IHIT deixarão de in-

terferir diretamente na orientação museológica do museu muito embora se mantenham colaboradores próximos.

Até ao final da vida, Frederico Lopes manterá o interesse pela recolha etnográfica vindo ainda a envolver-se na criação da Associação de Folclore Açoriano, em levantamentos destinados a um cancionário açoriano, além de colaborar na imprensa e no *Boletim* do IHIT com artigos de carácter etnográfico fundamentais para o entendimento do regionalismo açoriano da primeira metade do século XX e que se encontram reunidos no volume *Notas Etnográficas*.

### **Bibliografia de Frederico Lopes relacionada com museus e museologia**

- LOPES**, Frederico. 1940. “Valorização do folclore e criação de museus etnográficos açorianos”. In *Livro do Primeiro Congresso Açoriano*. Lisboa: Casa dos Açores, pp.191-195
- IDEM**. 1980. *Notas de Etnografia: algumas achegas para o conhecimento da história, da linguagem, dos costumes, da vida e do folclore do povo da Ilha Terceira dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.

### **Bibliografia do artigo**

- BPARAH**. 1996. *Um hino à terra. No 1.º centenário de nascimento de Frederico Lopes Júnior (João Ilhéu)* (catálogo]. Angra do Heroísmo: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.
- INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA**. 1945. “Acta da primeira reunião extraordinária de 1945”. *Boletim* do IHIT, vol. III: 319-320.
- LEITE**, José Guilherme Reis. 1999. “João Ilhéu. Homenagem e Bibliografia”. *Atlântida-Revista de Cultura*, vol. XLIV: 93-104
- LOPES**, Frederico. 1940. “Valorização do folclore e criação de museus etnográficos açorianos”. *Livro do Primeiro Congresso Açoriano*. Lisboa: Casa dos Açores, pp.191-195
- IDEM**. 1980. *Notas de Etnografia: algumas achegas para o conhecimento da história, da linguagem, dos costumes, da vida e do folclore do povo da Ilha Terceira dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.

### **Luís da Silva Ribeiro (Angra do Heroísmo, 1882-1955)**

Bacharelado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1907, de regresso à sua terra natal desempenhará diversos cargos na administração local nomeadamente os de Delegado Procurador da Coroa na Relação dos Açores, Administrador do Concelho, Comissário da Polícia, Juiz Administrativo e Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Militante republicano, na sequência da Revolução do 5 de outubro de 1910 é nomeado presidente da Câmara de Angra, em 1911, governador civil substituto, em 1913, e presidente da Junta Geral, entre 1914. Alegadamente envolvido na Revolta de 1931 é, temporariamente, suspenso do funcionalismo e desde então envolver-se-á, predominantemente, em iniciativas e agremiações de carácter recreativo muito embora colabore com os organismos do Estado Novo em assuntos de temática cultural.

Mantém uma intensa participação em periódicos açorianos, primeiro com artigos político-administrativos, depois com escritos de carácter etnográfico com que procurou estudar e descrever a sociedade açoriana num contexto de ameaça e morte do mundo rural pré-industrial que ainda a caracterizava e que, à semelhança de outros autores, Luís Ribeiro lamentava e denunciava (ENES, 1996:44).

Aborda pela primeira vez a questão dos museus num artigo de 1930 no periódico micalense *Correio dos Açores* relatando e valorizando a experiência que na ilha de S. Miguel Luís Bernardo Leite Ataíde vinha desenvolvendo ao constituir uma seção de etnografia no Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada. Ribeiro assinala com satisfação que o único museu então existente nos Açores, predominantemente dedicado à História Natural, tivesse alargado o leque de temáticas e se preocupasse, também, com a cultura popular, os modos de vida ancestrais e o seu desaparecimento no arquipélago.

Certamente animado por aquela experiência, em 1940 apresenta à Junta Geral do distrito de Angra do Heroísmo o plano e o regulamento interno para um museu distrital com o argumento de que o desenvolvimento e o progresso das sociedades insulares fundavam-se no conhecimento das vivências e experiências pretéritas - naturais inspiradoras, e reanimadoras, da indústria, do comércio e da agricultura locais.

Os museus devem “... reunir todos os elementos plásticos que possam dar ideia da vida passada e presente do carácter e civilização do povo do distrito ou região, demonstrar as suas aptidões, documentar as suas atividades,

mas deve, concomitantemente, fornecer a estes meios de aperfeiçoamento práticos e imediatamente utilizáveis” (RIBEIRO, 1940: 3). Apesar disso, denominando-o *Museu Regional de Almeida Garrett* – Luís Ribeiro aproxima-se do discurso oitocentista sobre a interpretação do papel da Terceira no desenrolar da guerra civil e cujo dever de valorização pelos terceirenses já havia sido fundamentado por Vitorino Nemésio em 1936.

Associa o museu a valores de testemunho histórico e, na sua natureza, entende-o como instrumento de cultura:

[Os museus] “são instrumentos de cultura, verdadeiros organismos vivos com uma alta função social a desempenhar. Se assim não for, nada justifica a sua existência. (...). Para cabalmente desempenhar a sua função o museu deve reunir tudo o que, não estando no seu lugar próprio ou não fazendo parte de outras coleções, seja susceptível de documentar o passado e fazer progredir o presente.” (RIBEIRO, 1940:1-2)

Entretanto, juntamente com um grupo de intelectuais locais, Luís da Silva Ribeiro constitui, em 1942, o Instituto Histórico da Ilha Terceira (IHIT), organismo de que é o primeiro presidente.

O Instituto arquiteta um ambicioso plano de ação cultural que procura agir em face das lacunas do recém-publicado *Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes* (1938) e de onde estava ausente a ação cultural e a ideia da salvaguarda dos bens patrimoniais do distrito.

No discurso que Luís Ribeiro profere na sessão inaugural do IHIT, realizada a 25 de abril de 1943, enaltece o contributo monográfico da história local para a construção da história nacional, e propõe que a atividade do Instituto “se exerça, predominantemente, no sentido da investigação histórica e etnográfica, por modo a se descobrirem novos conhecimentos e se verificar a exatidão dos factos já conhecidos.” Tal vocação seria consubstanciada pela criação de um arquivo e de um museu.

Persistindo na ideia da dupla criação de organismos culturais, em 1947 as atas das reuniões do IHIT já designam o projetado museu como *Museu de Arte Regional* (IHIT, 1947:277) que deveria promover a valorização do objeto arcaico, ou rústico vinculada à interpretação do território do distrito de Angra (ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa). O museu, defende Ribeiro, deveria reunir elementos de comparação “pois só uma visão de conjunto no arquipélago pode dar justa apreciação da cultura popular de cada ilha” (RIBEI-

RO, 1949: 233-235) que assim retoma a ideia de unidade insular açoriana expressa na diversidade da sua cultura material, ideia cara aos autonomistas das primeiras décadas do século XX. Com este propósito, pretende ainda contribuir para a construção do gosto e, gradualmente, para a definição da matriz material da identidade açoriana e dos emblemas geradores da sua autorrepresentação posterior.

No primeiro *Relatório de Atividades do IHIT* (IHIT, 1945:25-28) o presidente, Luís Ribeiro, elenca (e, certamente, orientara) um conjunto de atividades em curso onde os inquéritos (Inquérito Linguístico, Inquérito à Literatura Popular, Inquérito Toponímico, Inquérito às Industrias Populares) os levantamentos/ inventários (Inventário de Monumentos e Obras de Arte, Índice de Manuscritos e Bibliografia), e a recolha de espécies (museu, arquivo, arquivo fotográfico) se constituíram como centrais na prossecução dos objetivos de defesa patrimonial do Instituto.

Conjugando esforços e o contributo de vários sócios, os projetados museu e arquivo serão efetivamente criados: o primeiro em 1948 (Decreto-Lei n.º 36842 in *Diário do Governo*, Iª Série, n.º 91, de 20 de abril de 1948) e o segundo em 1949 (Decreto-Lei n.º 37358 in *Diário do Governo*, Iª Série, n.º 65/49, de 30 de março) e aos quais, anos depois, Luís da Silva Ribeiro se referirá “*como grande acontecimento cultural no nosso meio, honra de uma época e de uma geração*” (IHIT, 1952: 38).

Fundados os organismos que projetara, e confiada a sua direção a Manuel Coelho Batista de Lima, um então jovem intelectualmente próximo de Ribeiro, Luís da Silva Ribeiro não interferirá na orientação que se lhes imprimirá desde então, muito embora o âmbito etnográfico em que fundara o seu pensamento museológico venha a ser abandonado pelo Museu de Angra nas décadas posteriores.

Personalidade da transição do século, incorpora no seu pensamento o espírito dos museus industriais de oitocentos, e o dos museus etnográficos das primeiras décadas do século XX, cujos princípios utiliza para, persistentemente, defender a memória patrimonial açoriana. Manter-se-á, até ao fim da vida, em 1955, estudioso atento e intelectual interveniente a quem Vitorino Nemésio designará como *alma e consciência da nossa ilha e dos Açores*.

### **Bibliografia de Luís da Silva Ribeiro relacionada com museus e museologia**

- RIBEIRO**, Luís da Silva. 1930. “Museu etnográfico açoriano”. *Correio dos Açores*. Ponta Delgada, 1 de fev.
- RIBEIRO**, Luís da Silva. 1940. *Museu Distrital Almeida Garrett de Angra do Heroísmo: Plano Geral do Museu e Projecto de Regulamento Interno. Relatório apresentado à Junta Geral Autónoma do distrito em novembro de 1940* (Doc. manuscrito).
- RIBEIRO**, Luís da Silva. 1949. “O Museu”. *Diário Insular*. Angra do Heroísmo, 1, 4 e 7 de setembro.

### **Bibliografia do artigo**

- ENES**, Carlos. 1996. “Luís Ribeiro e a sua época”. *Obras IV Escritos Político-Administrativos*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira / Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA**. 1947. “Acta da sessão extraordinária realizada em 16 de agosto de 1947”. *Boletim do IHIT*. Angra do Heroísmo, vol.: 277-280.
- IDEM**. 1952. “Relatório de Atividades”. *Boletim do IHIT*. Angra do Heroísmo, vol. V.
- IDEM**. 1982. *In Memoriam de Luís da Silva Ribeiro*. [Separata do *Boletim do IHIT*]. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da ilha Terceira / Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- LIMA**, Manuel Coelho Batista de. 1982. “Instituições culturais devidas à ação do Instituto Histórico da Ilha Terceira (Projeção do pensamento do Dr. Luís Ribeiro)”. *Boletim do IHIT*, vol. XL: 7-93.

## MUSEUS E TURISMO CULTURAL O CASO DO MUSEU DA GRACIOSA

**Jorge António Cunha**  
*Museu da Graciosa/DRaC*  
*Jorge.AM.Cunha@azores.gov.pt*

**Palavras-chave:** Turismo Cultural; Património; Sustentabilidade; Museu da Graciosa.

### **Introdução**

Ao longo dos tempos, o turismo tem evoluído e hoje o turismo cultural é visto como uma forma de preservação do património, identidade, cultura e tradição de um povo, sendo um mercado muito importante.

A presente reflexão analisa a crescente importância do turismo cultural e do património, nos Açores, salientando as relações entre estes dois domínios no contexto dos museus.

A Ilha Graciosa, situada no Grupo Central do Arquipélago dos Açores, é uma ilha com recursos naturais e culturais preservados, sobressaindo nestes últimos, equipamentos como o Museu da Graciosa, que será apresentado como um estudo de referência na área do turismo cultural.

Como é que os espaços culturais, nomeadamente os museus, se podem diferenciar no mercado e converter em modelos de atração turística, sem perderem os seus objetivos museológicos?

Nas últimas décadas, temos assistido ao crescimento de uma indústria mundial que atinge todos os segmentos das sociedades desenvolvidas, consequência do aumento dos tempos livres, da “revolução” na política dos preços dos transportes, da internacionalização das economias, da consciencialização do Homem face à Natureza, da herança cultural e das novas tecnologias de informação. A Sociedade de Informação originou um novo universo de consumidores – uma geração de turistas que procura o reencontro com a ecologia e com o passado, figurando o turismo como um potencial sector de desenvolvimento das comunidades em termos económicos, sociais e culturais.

O reconhecimento e desenvolvimento turístico dos Açores foi lento e desigual. Começou por beneficiar as “ilhas maiores”, mais acessíveis, melhor equipadas e com múltiplos e diversificados recursos turísticos. A Graciosa, situada nas ilhas da coesão “mais pequenas”, de acessibilidade indireta, pese embora detenha recursos ao nível do património natural (marinho e terrestre) e cultural extraordinários.

### **Turismo Cultural**

O turismo cultural pode ser entendido como um movimento de pessoas para atrações culturais, longe das suas residências, com a intenção de reunir novas informações e experiências, de forma a satisfazer as suas necessidades culturais (Richards, 1997:24).

A cultura é um dos recursos mais importantes do território e o turismo surge como uma das atividades mais relevantes. A relação entre turismo e o património é importante na valorização e divulgação de um determinado território, ao integrar os recursos naturais, a arqueologia, a literatura, a arquitetura, a pintura, entre outros, através de produtos específicos, incluindo roteiros culturais, desempenhando os museus um papel preferencial.

### **Museus e Turismo**

Nos últimos anos, os museus transformaram-se e passaram a utilizar novas estratégias para captar e trabalhar com novos públicos. O turismo e o património cultural podem estabelecer uma relação com benefícios para ambos os domínios.

Vários estudos referem que hoje o visitante procura fruir o museu num

contexto integrado e multifacetado, não se limitando a observar as peças expostas. É preciso tornar os museus mais apetecíveis a novas visitas e não um destino de uma única visita.

Hoje, cada vez mais os visitantes demonstram maior curiosidade sobre a história, o ambiente e as tradições, associados ao que está exposto e ao que ainda falta ver (Gonçalves, 2005). Assim, o futuro dos museus na indústria turística passa por uma reflexão permanente das dinâmicas das comunidades em que estão inseridos.

### **O Caso do Museu da Graciosa Caracterização sumária da ilha**

Conhecida como “Ilha Branca”, a Graciosa possui um inegável potencial para o turismo, porque dispõe de um extenso e variado número de recursos patrimoniais que ao serem valorizados, de forma sustentável, a colocam numa situação favorável no contexto regional. Tem uma população aproximada de 4300 habitantes.

A qualidade dos recursos naturais, aliado à singularidade do seu património cultural e geodiversidade, bem como à simpatia e hospitalidade das suas gentes, constituem oportunidades a desenvolver. A ilha oferece paisagens naturais e rurais que despertam a atenção de quem delas desfruta. É uma Reserva da Biosfera.

No ano de 2007, a Ilha Graciosa foi classificada como Reserva da Biosfera pela UNESCO. Este reconhecimento de excelência fica-se a dever ao seu vasto e diversificado património natural e cultural, passando os seus produtos a ter um valor acrescido.

Para além do seu património natural, por toda a ilha, principalmente nas Vilas de Santa Cruz e da Praia, vamos encontrar muitos e relevantes exemplares do património religioso, civil e militar, onde sobressai a qualidade arquitetónica dos edifícios.

Ainda hoje a economia da ilha está sobretudo ligada ao setor primário. No entanto, a Graciosa possui outros recursos complementares com elevado potencial, ao nível da saúde e bem-estar (termalismo), da gastronomia, da doçaria, das festividades, das tradições, da aventura, do mergulho, do artesanato, das atividades desportivas e recreativas, que associadas ao turismo diversificam e enriquecem a oferta numa lógica de desenvolvimento sustentável.



Fig. 1 - Ilhéu da Baleia.



Fig. 2 - Escada de acesso à Furna do Enxofre.



Fig. 3 - Edifício da Câmara Municipal.



Fig. 4 - Fachada da Igreja de Santa Cruz.

### **Quais as expetativas dos visitantes que procuram a ilha Graciosa?**

A aposta centra-se no produto âncora: natureza e paisagem. A preservação ambiental, a singularidade cultural, a sustentabilidade natural, a calma e tranquilidade, a hospitalidade concentram as principais características do destino e os fatores que permitem estabelecer uma estratégia de diferenciação face aos seus concorrentes.

A maior parte dos visitantes vêm à descoberta da ilha, do seu património natural e cultural. O turismo de natureza, o étnico, o de saúde e bem-estar (termalismo), o sénior, de festividades (carnaval, festas de Verão, touradas e outras) e os intercâmbios culturais, são os nichos de turismo que mais procuram a ilha.

## **O Museu da Graciosa**

A Casa Etnográfica da Ilha Graciosa foi criada pelo Decreto de 25 de setembro de 1977, pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, tendo sido inaugurada a 6 de dezembro de 1983, com um programa expositivo assente nos três lagares originários do granel, vários ofícios tradicionais e nos espaços domésticos graciosenses.



Fig. 5 – Granel - Fachada principal do antigo Museu da Graciosa.

No ano de 1991, a tutela procedeu a uma reformulação orgânica dos Museus e a Casa Etnográfica passou a designar-se Museu da Graciosa. A partir da década de 90, e a fim de refletir a realidade local, foram adquiridos outros espaços (Moinho de Vento, dois Barracões de Botes, Casa das Debuilhadoras e Tenda de Terreiro), passando a ter uma estrutura multipolar.

## **O Museu e o Turismo Cultural**

### **Qual o contributo do Museu da Graciosa para o turismo cultural?**

Apesar de na maioria dos casos o Museu da Graciosa não ser a razão principal da deslocação de visitantes a esta ilha, depois destes estarem na Graciosa, o Museu passa a ser visita obrigatória.

A ampliação e requalificação do Núcleo-sede e das exposições de longa duração foi uma mudança estrutural muito positiva, trouxe outras condições de acolhimento dos vários públicos e uma nova programação mais



Fig. 6 - Fachada principal do novo Museu.



Fig. 7 - Átrio, receção e loja de vendas do Museu.



Fig. 8 - Sala dos ofícios tradicionais do Museu.



Fig. 9 - Sala da festa do Museu.

atrativa e pedagógica das coleções. O discurso da exposição de longa duração do Museu também evoluiu e passou a incluir uma apresentação holística da ilha, centrada na geologia e paisagem, natureza e vida rural, ofícios tradicionais e festa.

Depois procedeu-se à articulação desse conhecimento adquirido no museu com visitas no exterior, através de circuitos turístico-culturais organizados pelo museu, entre os quais salientamos o roteiro geocultural da ilha Graciosa e o roteiro histórico-cultural da Vila de Santa Cruz da Graciosa. Tratam-se de percursos de sensibilização geral para o património natural e cultural, elaborados com o objetivo de serem uma ponte de equilíbrio entre a museologia, o património e o turismo.

Aproximação do museu à comunidade, através da sua inclusão numa Rede horizontal de parcerias com outras entidades sócio-económicos-educativas e culturais, assim como a colaboração prestada na concretização de importantes eventos, tais colóquios e intercâmbios culturais são ações do museu que ajudam a potenciar o turismo regional.



Fig. 10 - Visita guiada à exposição do Museu.



Fig. 11 - Cartaz de concerto de grupos corais

A criação da Rede Museológica dos Recursos Patrimoniais da Ilha Graciosa, na qual se inclui o Museu da Graciosa, o Museu Rural, o Museu do Carnaval, o Centro de Visitantes da Caldeira, as Termas do Carapacho, a Fábrica das Queijadas, a Adega local e os restaurantes veio potenciar o conhecimento da realidade local e o consumo de produtos endógenos.



Fig. 12 - Roteiro geocultural pela ilha Graciosa.



Fig. 13 - Roteiro geocultural pela ilha Graciosa.

Além destas, surgiram ainda outras iniciativas complementares como o alargamento do horário de abertura ao público, (incluindo hora de almoço e fim-de-semana; animação dos espaços de fruição cultural com concer-

tos, filarmónicas, teatro, com grupos locais e do exterior; promoção da ilha através da deslocação de exposições e a realização de palestras no exterior (Açores, Continente, EUA, Canadá e Brasil); e a estreita colaboração com as agências de viagens.

De realçar ainda a visita virtual e a utilização do facebook na divulgação das iniciativas do Museu da Graciosa.

### **Alguns dados estatísticos**

Em termos estatísticos, no ano de 2019, desembarcaram na Ilha Graciosa 24.634 pessoas, mais 1.561 pessoas que no ano anterior. De realçar ainda que no ano de 2019 a estadia média na ilha foi de 2,5 dias.

De 2018 para 2019 verifica-se uma evolução significativa do número de utentes. Os meses de junho a setembro são os que assinalam o maior número de visitantes.

No quadro seguinte apresentam-se os valores registados em 2018 e 2019.

<b>Ano</b>	<b>Total de utentes</b>	<b>Total de visitantes do exterior</b>	<b>Total de visitantes nacionais</b>	<b>Total de visitantes estrangeiros</b>	<b>Total de elementos dos grupos</b>	<b>Total de visitantes em domingos e feriados</b>
<b>2018</b>	3054	815	533	282	684	423
<b>2019</b>	5190	986	679	307	511	439

De 2018 para 2019, verifica-se um aumento gradual do número de visitantes do exterior, sendo os portugueses os mais representativos. Como anteriormente referido os intercâmbios culturais e a dinâmica das agências de viagens contribuem com um número significativo de visitantes, razão pela qual o museu deve estar disponível e preparado para responder com qualidade às solicitações e expectativas dos mesmos.

A ilha possui três hotéis, várias unidades de turismo rural e de habitação e alguns restaurantes.

## **Conclusão**

Face ao acréscimo de turistas, o Museu da Graciosa está preparado para dar uma resposta satisfatória nas áreas da sua competência e oferecer produtos que vão ao encontro de novas tendências.

Entendemos que o Museu, que tem como missão a defesa e salvaguarda dos valores patrimoniais e das tradições da ilha, deve continuar a manter uma relação próxima com a comunidade graciosense, colaborando na preservação e divulgação dos recursos patrimoniais e na implementação de políticas culturais na ótica de um desenvolvimento sustentável. Deve ser um parceiro ativo, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, elevando o seu nível de bem-estar, sociocultural e económico, o que corresponde a uma visão dinâmica do património cultural e natural. Valorizar este património e proceder à adaptação museológica de forma a corresponder aos novos desafios do turismo, por via da essência do povo açoriano associado à sua herança cultural e humana. Assim, o Museu da Graciosa assume o compromisso de trabalhar numa relação de proximidade com a comunidade para que, de forma integrada e inclusiva, consiga atingir o equilíbrio social, económico, cultural e ambiental.



## **ARQUIVOS AÇORIANOS: PERCURSOS PATRIMONIAIS E DE VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA INSULAR**

**Cristina Moscatel**

*CHAM – Centro de Humanidades/BPARPD*

*acmoscatel@gmail.com*

**Palavras-chave:** Arquivos insulares; Património arquivístico; Memória insular.

Os arquivos são, pelos seus atributos definidores, espelho e património das comunidades que os produzem, mas podem ser, e normalmente são-no, património de todas as realidades que com essas comunidades produtoras interagem. São registo, memória e fonte para a produção historiográfica e para a construção e/ou definição cultural. Neste sentido, gozariam, juntamente com as produções artísticas, móveis e imóveis, e mesmo com a imaterialidade, de um estatuto patrimonial que geraria investimento, divulgação e educação. Não obstante, o conceito de ‘património’ quando aplicado à realidade documental, leia-se aos arquivos, carece ainda de ênfase, nas esferas públicas e institucionais, e de consubstancialização.

Esta comunicação pretende, no âmbito do acima exposto, abordar a política arquivística açoriana nos últimos 50 anos, no sentido de lhe encontrar um percurso na consubstancialização patrimonial dos arquivos locais, bem como no intuito de analisar de que forma, e por que meios, essa política

arquivística tem contribuído para a valorização da memória e para a construção de conhecimento sobre a(s) realidade(s) insulare(s).

Em finais da década de 90, do século XX, e inícios do século XXI, fazendo eco às vozes de antigas direções, reclamavam os arquivistas da RAA, pela voz do arquivista Pedro Medeiros<sup>1</sup>, legislação regional para regulamentar e definir os arquivos enquanto Património, um órgão ou organismo coordenador dos arquivos da RAA e a pertinência de um Guia dos Arquivos da RAA. Apontavam-se as falhas, comuns a tantos serviços, dos recursos humanos em falta (por não haver formação na área e por não se providenciarem quadros públicos para o efeito), da exiguidade dos espaços e das condições de custódia da documentação. Tudo junto, concluía-se que não existia, nos Açores, uma política arquivística, nem do ponto de vista da gestão documental (saber o que se produz e controlar a produção documental na origem), nem do ponto de vista patrimonial (ausência de aplicação de critérios patrimoniais aos arquivos, seja na sua classificação, aquisição, preservação ou divulgação).

Alguns historiadores juntaram a sua voz a essa chamada de atenção regional, como foi o caso de Guilherme Reis Leite<sup>2</sup>, ainda que com a visão de utilizador (como bem indica logo de início) e com algumas propostas que, sabemos hoje, seriam contraproducentes, como era o caso da separação das áreas de Biblioteca e de Arquivo, à semelhança da realidade madeirense até há bem pouco tempo<sup>3</sup>. Mais recentemente, também Susana Serpa Silva, já em 2012<sup>4</sup>, acrescentaria um contributo fazendo uma pequena resenha histórica do percurso da Biblioteca Pública de Ponta Delgada, enquadrando o seu percurso no âmbito da importância que tiveram (e continuam a ter) estas instituições, compilando, também, neste trabalho as pequenas referências que autores mais antigos, como Francisco Machado de Faria e Maia, Aníbal Bicudo ou Urbano de Mendonça Dias, já haviam publicado e acrescentando

---

1 Medeiros, Pedro - O Arquivo de Ponta Delgada e a política arquivística regional. In "ARQUIPÉLAGO. História". Ponta Delgada: CEGE, 2001, pp.743-758.

2 Reis Leite, José Guilherme - "Os Arquivos Públicos na Região Autónoma dos Açores. Uma opinião". In ARQUIPÉLAGO. História. Ponta Delgada: CEGE, 2001, pp.759-764. Do mesmo autor, ainda: José Guilherme Reis Leite, "Política Arquivística para o século XXI. Os Arquivos da Autonomia", in *Documentação e Arquivos Insulares*. Funchal: C.E.H.A., 1997.

3 A 27 de abril de 2020 seria criada a Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, passando a constituir uma Direção Regional sob a dependência da Secretaria do Turismo e Cultura: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/132514390/details/maximized>.

4 Silva, Susana Serpa - "Notas para a história da Biblioteca Pública de Ponta Delgada". In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº12 (2012). Coimbra: CHSCUC, 2012, pp. 285-321.

uma caracterização do público, da oferta e da dinâmica da Biblioteca Pública desde os seus primórdios. Por fim, o contributo de Rute Dias Gregório, já em 2017, onde problematizou a relação entre os arquivos dos Açores e produção historiográfica<sup>5</sup>.

A Biblioteca Pública de Ponta Delgada seria criada em 1841<sup>6</sup>, mas o Arquivo só seria criado quase um século depois. Não há surpresa nesta linha temporal, porquanto as noções de arquivo e o aparecimento da arquivística alteraram-se muitíssimo desde 1841 até 1931<sup>7</sup> quando o Arquivo Distrital de Ponta Delgada é criado, ficando anexo à Biblioteca.

Criado, portanto, em 1931, o então Arquivo Distrital de Ponta Delgada faria parte de uma estratégia descentralizadora de Júlio Dantas, Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, onde se inseriu igualmente a Madeira e o restante território nacional. Tal como acontecera em Ponta Delgada, a Madeira veria o seu Arquivo Distrital criado também em 1931<sup>8</sup>, embora não anexo a qualquer Biblioteca, e a mesma data marcaria o aparecimento de arquivos provinciais nas Canárias, como foi o caso do *Archivo Provinciale de Las Palmas* (embora só tenha começado a funcionar 17 anos mais tarde, atraso que também se registaria com o Arquivo da Horta).

Essa antiga centralização decorria de legislação oitocentista, nomeadamente o Decreto de 2 de outubro de 1862 e a Portaria de 9 de junho de 1886 que estipulavam as incorporações, no Arquivo Nacional, da documentação anterior a 1834 ou de organismos estatais extintos. Uma legislação que geraria contestações a nível local ao longo de toda a sua vigência e que fez com que, por exemplo, arquivos como o da Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal, entre outros tantos, estejam hoje em Lisboa.

De gestão municipal, enquanto Biblioteca Pública, até 1928, passaria a ser encargo da Junta Geral de Ponta Delgada a partir de então e, a partir de 1931, com tutela superior da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, criada em 1887. Os outros dois arquivos açorianos seriam criados em 1948, Angra do Heroísmo, e em 1965, Horta, embora neste último caso com um atraso de 12 anos, pois só inauguraria em 1977 aquando da abertura da Biblioteca Pública da Horta.

---

5 “Os arquivos dos Açores e a História: uma atualização de enunciados de problemas (1997-2017)”. In Boletim do Núcleo Cultural da Horta. Horta: NCH, 2017, pp. 25-49.

6 Decreto de 10 de dezembro de 1841.

7 DL nº20484 de 6 de novembro de 1931.

8 Decreto nº19952 de 27 de junho de 1931.

Com a(s) autonomia(s) insular(es), e no caso açoriano a partir de 1976, a tutela dos arquivos passaria para a atual Direção Regional da Cultura, contemplando o estatuto político-administrativo da RAA os arquivos apenas enquanto bens de interesse específico, ou seja, que careciam de legislação especial, ainda a produzir. Com os arquivos estavam os museus e as bibliotecas. Essa produção legislativa foi lenta e lacunar, justificando o que afirmamos no início desta comunicação: chegados ao final da década de 90 o arquipélago carecia de todo um corpo legislativo que considerasse e enquadrasse os arquivos enquanto património da região, para não falar das questões de responsabilização, normalização e regulamentação. Essa transição tutelar derivada do estatuto autonómico também se registou na Madeira, passando o Arquivo criado em 1931, pelo Decreto nº287/80, de 16 de agosto, para a tutela da Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

O estatuto político-administrativo da RAA<sup>9</sup> considera, atualmente, que os arquivos (juntamente com um conjunto amplo de outros bens) são bens de domínio público regional, inseridos que estão na autonomia patrimonial da Região (Cap. III, Artº 22º). Curiosamente, porém, nas competências da ALR está o legislar sobre, e cito, “património histórico, etnográfico, artístico, monumental, arquitectónico, arqueológico e científico”<sup>10</sup>, não havendo qualquer referência a património arquivístico, pese embora a devida competência da mesma Assembleia para legislar sobre “equipamentos culturais” onde se incluem os museus, as bibliotecas e os arquivos. Não obstante, como veremos, a legislação regional sobre “património arquivístico” foi produzida e está em vigor.

A autonomia açoriana começou por legislar o património cultural da RAA em 1979, pelo Decreto nº13/79/A, onde se incluíam bens ditos “de interesse arquivístico”. Do ponto de vista da patrimonialização dos arquivos foi um diploma vago e omissivo (falava de uma rede regional de museus e de uma rede de leitura pública, mas não mencionava qualquer rede de trabalho para a área dos arquivos), contrastando com alguns diplomas madeirenses que eram mais específicos sobretudo no que se refere à questão das incorporações obrigatórias (de salientar que, ao contrário da Região Autónoma dos

---

9 O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei nº 39/80, de 5 de agosto, encontra-se actualizado de acordo com: Lei nº 9/87, de 26 de março, Lei nº 61/98, de 27 de agosto, e Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro - revê e renumera o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

10 Vide Artº 63º.

Açores, na Região Autónoma da Madeira o Arquivo Regional incorpora a documentação dos serviços do Governo Regional).

Em 1981, o DRR nº13/81/A (reformulado depois pelo DRR nº44/92/A) viria regulamentar o funcionamento das bibliotecas públicas e dos arquivos nos Açores, definindo igualmente os seus quadros de pessoal. Em 2000, o DRR nº36/2000/A, de 7 de dezembro, regularia os serviços externos da Direção Regional da Cultura, aplicando a designação de ‘Arquivos Regionais’, com as atribuições e competências das Divisões de Arquivo respetivas.

Atualmente, é a Lei (nacional, portanto) do Património Cultural (Lei nº107/2001, de 8 de setembro) que define, no seu capítulo III, o que é “património arquivístico”, tendo-se atribuído atenção à sua distinção, com base na proveniência, entre públicos e privados, bem como à sua proteção/classificação. A nível regional, no mesmo ano, o Decreto Regulamentar Regional nº13/2001/A, de 7 de novembro, viria reorganizar a orgânica dos serviços externos na área da cultura<sup>11</sup>, onde se incluíam as bibliotecas públicas e arquivos regionais<sup>12</sup>. Com respeito a estes serviços, estipula o diploma que, possuindo âmbito territorial, têm autonomia administrativa e orçamento próprio, constituindo-se como uma Direção de Serviços, com duas divisões e respetivas chefias, com a obrigação de apresentar um Plano de Atividades anual e um Relatório de Gestão final.

A produção legislativa regional não ficaria pela organização dos serviços, mas abrangeria, igualmente, a estruturação de uma política arquivística regional, reclamação proveniente da longínqua década de noventa. Em 2007 (DLR nº10/2007/A, de 20 de abril), os Açores aprovariam o seu primeiro “Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico da RAA” que dotou a Região de um “instrumento jurídico para a gestão da documentação produzida pela Administração Pública Regional”, bem como criava as condições para o estabelecimento de normas para a gestão do património arquivístico da RAA (apesar de estar omissa como tal no estatuto político-administrativo atual) e criava a Comissão Coordenadora para os Arquivos da RAA (CARAA), “órgão de gestão regional dos arquivos” a quem cabe “propor a definição a política arquivística regional, o acompanhamento da sua execução e da acção fiscalizadora”. A ação da CARAA, cujas competências ficariam definidas no “Regulamento do Regime Geral dos arquivos e

---

11 A orgânica da Direção Regional da Cultura é atualmente regida pelo DRR nº3/2020/A, de 27 de janeiro.

12 No âmbito legal, a BPARPD é, atualmente, regida internamente pela Portaria nº98/2016, de 20 de setembro (que veio alterar a Portaria nº19/2011, de 28 de março).

do património arquivístico da RAA<sup>13</sup>, em 2008 e em 2014<sup>14</sup>, tem a sua ação centrada na gestão documental, mais especificamente na documentação produzida pela Administração Pública Regional, como aliás é prova a Tabela de Seleção produzida no âmbito das suas competências e que, se prevê, tenha aplicação a todos os serviços do Governo Regional dos Açores.

Foi igualmente durante a primeira década do século XXI que a RAA dotou os seus arquivos regionais de bases de dados adequadas à gestão e à difusão da informação constante nos arquivos à sua guarda, através da aquisição/adoção e implementação de sistemas próprios para a descrição e indexação e respetiva disponibilização *online*.

Assim, no decurso de um século e meio, entre a recuperação do manuscrito da Crónica da Província de S. João Evangelista, do Padre Agostinho de Mont'Alverne, por Mariano José Cabral em 1851, a entrega do manuscrito das Saudades da Terra, de Gaspar Frutuoso, por António Borges Coutinho Sousa Dias da Câmara, 3º Marquês da Praia e Monforte, em 1950, ou a compra do arquivo dos Condes da Ribeira Grande, em 2016, instituições como a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada têm cumprido a sua missão, não sem algumas dificuldades.

Na década de noventa, como já referimos, reclamava-se legislação e coordenação para os arquivos, para as instituições de e com arquivo, para os serviços e para os profissionais de arquivo. Em finais da segunda década do século XXI, os Açores possuem legislação, uma comissão coordenadora, três arquivos regionais (a que acresce um arquivo na Universidade dos Açores, os arquivos municipais, das misericórdias, particulares, da Igreja...), bases de dados que facilitam a difusão e o acesso... poder-se-ia dizer que os Açores estão na vanguarda, mas ainda há muito caminho a percorrer nesta missão de patrimonialização os arquivos. Porque não basta dizer que há leis para o património arquivístico. Porque não basta existirem leis que falem em património arquivístico. Não se consegue proteger o que se desconhece. Não se investe no que não se compreende. E não se justifica investimento no que não é publicamente usufruído.

Só a título de exemplo, e como já tivemos oportunidade de abordar em encontro de temática específica<sup>15</sup>, de todos os arquivos de família e/ou

---

13 DRR nº7/2008/A, de 30 de abril.

14 DRR nº10/2014/A, de 15 de julho.

15 Moscatel, Cristina - "Family Archives: an analysis at the Azorean Regional Archive's intervention". In Lurdes, Maria de; Nóvoa, Rita Sampaio da (dir.); Gago, Alice; Sousa, Maria João da Câmara Andrade e

peçoais existentes nos três arquivos regionais, apenas três foram fruto de aquisição por parte da RAA<sup>16</sup>. Claro que não estamos a contabilizar, neste ponto, os arquivos, coleções ou conjuntos de documentos que têm sido adquiridos por outras entidades regionais, por vezes públicas e da mesma tutela, mas que, efetivamente, não incorporam os Arquivos Regionais. E apenas um desses arquivos foi alvo de proposta para classificação/proteção, em 2016<sup>17</sup>. Talvez fosse pertinente fazer-se um estudo atento às classificações de bens móveis feitas pela RAA nos últimos 20 anos, por exemplo, ou aos valores das aquisições para os serviços da área da cultura e teríamos um *raio-x* do investimento, mas também da consideração patrimonial que os arquivos comportam atualmente. Uma análise a ser feita.

A custódia de arquivos com interesse regional mantém-se, aberta que está à doação, depósito ou oferta de arquivos, coleções e livrarias, mas também à aquisição de arquivos. E é aqui, a nosso ver, que carece de alguma reeducação, pois se a aquisição de determinadas peças ou coleções são positivamente vistas pelo cidadão (algumas até adquiridas com recurso a recentes *crowdfundings*), o dispêndio de 80, 100 ou 500 mil euros por um arquivo angariaria, eventualmente, alguma crítica pública.

Mas o que compreende efetivamente o património arquivístico da RAA? Apesar das definições, generalistas, que a Lei lhe confere, o facto é que não existe um Inventário de Património Arquivístico Regional. Apesar do acesso aos catálogos e da existência de alguns Guias de Fundos, o “património arquivístico” da RAA não se reduz, nem nunca se poderá reduzir, aos arquivos à guarda dos Arquivos Regionais ou da Universidade. Há tanto mais. Identificá-los, publicitá-los, divulgá-los, torná-los tema de discussão pública seria um passo para uma maior consciencialização.

A questão, portanto, passa por aplicar e desenvolver, efetivamente, uma política pública e cívica de patrimonialização dos arquivos. As instituições de arquivo, atualmente, encaram dupla luta: se por um lado enfrentam, ainda, um relativo desconhecimento acerca do seu papel, importância e relevância pública, por outro enfrentam constrangimentos internos, próprios da evolução científica e técnica e, neste caso também, tecnológica. O gran-

---

(coord.) - *Recovered voices, newfound questions. Family archives and historical research*. Lisboa/Coimbra: IEM/IUC, 2019.

16 Onde se incluem as aquisições do Arquivo Tavares Carreiro e dos Condes da Ribeira Grande, por exemplo.

17 Referimo-nos à classificação de Bem de Interesse Público do Arquivo Tavares Carreiro, em setembro de 2016.

de enfoque da arquivística atual, virada, e bem, para as questões digitais e da informação digital, encerra em si a negligência pela formação adequada de técnicos que possam e consigam trabalhar com tantos mil quilómetros de papel e pergaminho, fotografias e gravuras, rascunhos e desenhos, produzidos em outros tempos e que requerem outros conhecimentos (como a Paleografia e/ou a Diplomática, por exemplo) que, neste momento não têm destaque nas formações em Ciências Documentais. É já um problema e será um problema maior daqui a mais algum tempo<sup>18</sup>.

Mas retomando a questão da necessidade de reeducação para a importância dos arquivos, relembramos que já são várias as atividades a serem desenvolvidas pelos arquivos regionais açorianos nesse sentido: mostras documentais, exposições (dentro e fora dos Arquivos Regionais), seminários e colóquios, formações, debates, etc. É claro, portanto, o investimento nesta linha de atuação e é preciso que fique claro que o futuro dos arquivos passa, também, por aqui, pois não se protege, nem se investe naquilo que se desconhece ou naquilo que não representa valor.

Um dos projetos que mais tem colocado na ordem do dia a questão do valor patrimonial dos arquivos, no âmbito da Macaronésia, por exemplo, insere-se nos estudos dos arquivos de família<sup>19</sup>. São os estudos em torno dos arquivos de família que, atualmente, mais têm contribuído para a formação de uma noção patrimonial arquivística de dimensão arquipelágica no âmbito do Atlântico e da Macaronésia. Os trabalhos e projetos encetados no âmbito desta linha de investigação, têm internacionalizado a questão patrimonial dos arquivos (neste caso, familiares), fomentando diálogo e perspectivas comparativas entre arquipélagos<sup>20</sup>. Projeto a que o Arquivo Regional de

---

18 A este respeito, e a título de opinião de que partilho, veja-se a entrevista que António Sousa, Diretor do Arquivo Distrital de Braga, deu à *ArchiVoz – International Archives Magazine*, a 4 de maio de 2020, onde defende precisamente as fragilidades da formação atual na área dos arquivos, no que se refere à adequação ao trabalho técnico em certos domínios: “A formação para técnicos superiores é agora muito diversificada. É certo que no fim de uma licenciatura não se fica habilitado automaticamente a ser um profissional completo mas, no contacto com alguns colegas com formação mais recente, nomeadamente em entrevistas, encontro, com alguma frequência, uma visão muito generalizada da gestão da informação, alguma dificuldade em contextualizar ou perceber as especificidades inerentes à produção da informação de arquivo e um conhecimento muito vago, muito genérico de instrumentos como as ISAD(G). Provavelmente terão mais competências para a gestão de sistemas de informação de arquivo em ambiente digital...”. Para a entrevista na sua totalidade: <https://www.archivozmagazine.org/pt/precisamos-de-ter-essas-competencias-e-de-ser-capazes-de-as-exercer-num-contexto-tecnologico-e-organizacional-que-evolui-constantemente-entrevista-com-antonio-sousa-diretor-do-arqu/> (consultado a 04.05.2020).

19 <https://arqfam.fcsh.unl.pt/?portfolio=inventarq>

20 Veja-se, a este respeito, o mais recente encontro internacional desta temática e geografias, realizado em Tenerife, em maio de 2018: <https://www.ull.es/portal/agenda/evento/i-congreso-internacional-herencia-cultural-archivos-familia-los-archipelagos-la-macaronesia/> (consultado a 15.04.2020).

Ponta Delgada se tem associado em parcerias que tem surtido efeitos positivos<sup>21</sup> e que, desejamos, continuem a existir: as parcerias e os efeitos positivos! Outro projeto que também tem reunido profissionais das duas margens do Atlântico, em prol da patrimonialização dos arquivos, é o dos arquivos comunitários ou de comunidade<sup>22</sup>, mas que já conta com algum trabalho nacional no sentido de consciencializar para a salvaguarda os arquivos de comunidades ou associativos<sup>23</sup>.

A ponta do véu, porém, para a discussão dos arquivos insulares já havia sido levantada anteriormente, não sujeita, claro, à temática dos arquivos de família, mas abrindo os horizontes ao atlântico. E aqui destaco o trabalho de Alberto Vieira, tão bem lembrado na sessão de abertura deste Colóquio, e os colóquios realizados em 1994 e 1997, por exemplo, em torno dos arquivos atlânticos<sup>24</sup>.

A biologia, as Ciências do Mar e os estudos urbanísticos têm unido já as ilhas em estudos comparativos e a história tem construído conhecimento em torno do Atlântico incluindo forçosamente as suas ilhas nesses estudos. Onde cabem os arquivos nesta confluência de valorização patrimonial e recurso de memória e história comum? Se quisermos realizar um pequeno teste, bastará abrir um motor de busca e pesquisar ‘arquivos da macaronésia’. A pesquisa em inglês recupera, logo de imediato, matérias relacionadas com as ciências naturais (área de estudo que também tem unido os arquipélagos atlântico, é verdade), mas a pesquisa em português recupera, precisamente, eventos relacionados com o projeto de arquivos de família acima referido e o encontro de Tenerife de 2018. Curiosamente, não recupera, de imediato, catálogos *online* dos arquivos das regiões autónomas, nem as instituições insulares detentoras de arquivos com tanto potencial informativo acerca das ilhas e do atlântico. Obviamente que temos a noção de que os algoritmos de pesquisa têm a sua estruturação, mas talvez fosse de se realizar, para além de outras atividades de divulgação, algum investimento (de tempo e trabalho) neste ponto em particular.

Por último, gostaria de terminar esta pequena análise à viagem patri-

---

21 Como foi o caso do Colóquio “Arquivos de Família: desafios atuais”, realizado pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, em maio de 2017. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/agenda/default.aspx?id=20044> (consultado a 15.04.2020).

22 <https://www.communityarchives.org.uk/> (consultado a 15.04.2020).

23 <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2019/07/Guia-arquivos-associacoes-1-v.1.pdf>

24 Referimo-nos ao colóquio internacional Las Islas Atlánticas. Os Arquivos Insulares (Atlântico e Caraíbas), decorrido em Las Palmas, em 1994, e Os Arquivos Insulares, Funchal, em 1997.

monial dos arquivos açorianos, ou ao seu percurso de consciencialização patrimonial, apontando algo que não é novidade, mas que interfere diretamente com as políticas arquivísticas, mas igualmente com a facilidade em difundir a informação. Refiro-me à dispersão documental que está inerente a todas as ilhas atlânticas, fruto da sua história administrativa. Efetivamente, não foram só as medidas centralizadoras oitocentistas que contribuíram para a dispersão dos arquivos insulares. A própria administração das ilhas, cujo reflexo mais fidedigno é o seu arquivo, levou a que a informação e os arquivos referentes às ilhas se encontrem difundidos por diversas instituições, sobretudo no Arquivo Nacional Torre do Tombo, mas não só.

Essa dispersão é notória quando analisamos obras que abordam o Atlântico, por exemplo, onde os arquivos das (e sobre as) ilhas e a sua história intrincam com uma área geográfica lata, dispersa e diversa. Assim, e apenas como exemplo, a obra de Xavier Lamikiz<sup>25</sup>, sobre o comércio no mundo atlântico no século XVIII com ênfase para as redes comerciais espanholas, apresenta a consulta de documentação em arquivos espanhóis, sul-americanos, ingleses, mas não efetua qualquer consulta em arquivos insulares (ou seja, em posse de entidades de arquivo insulares) como, por exemplo, os do arquipélago das Canárias. A mesma ausência podemos constatar na obra de John K. Thornton<sup>26</sup>, na abordagem a uma história cultural do mundo atlântico, onde a panóplia de arquivos consultados estende-se da Holanda, à África, passando pela América do sul, mas sem a consulta de um único arquivo insular.

Por fim, e para não nos estendermos nas referências, apenas salientar uma obra de 2009, coordenada por David Armitage e Michael J. Braddick, que aborda o mundo atlântico britânico entre 1500 e 1800. Produto de uma série de seminários promovidos pela Universidade de Harvard desde 1995 sobre a história do mundo atlântico, a introdução da obra remete para uma concertação de conhecimentos e análises de todos os investigadores do mundo atlântico, não negligenciando o conhecimento dos arquivos e da informação patente: “To help create an international community of historians familiar with approaches, *archives*, and intellectual traditions different from

---

25 Lamikiz, Xavier – *Trade and Trust in the Eighteenth Century Atlantic World. Spanish merchants and their overseas networks*. London: The Royal Historical Society, 2010.

26 Thornton, John K. – *A Cultural History of the Atlantic World, 1250-1820*. Londres: Cambridge University Press, 2012.

their own”<sup>27</sup>. Talvez a disseminação do valor dos arquivos insulares passe, também, pela sua presença em encontros, debates e concertações desta natureza. A divulgação dos conteúdos far-se-á melhor, eventualmente, nestes contextos do que em contextos mais técnicos, o que remeterá, novamente, para a importância das formações dos arquivistas ou para um trabalho conjunto de áreas de saber.

Não obstante as dificuldades que a dispersão documental acima referida acarreta, e já em jeito de conclusão, um último exercício de pesquisa. Ainda que, muitas das referências recuperadas não sejam documentos de arquivo, mas impressos (eventualmente raros, mas impressos), não deixa de ser significativa esta linha que nos une também na dispersão da informação ou da sua partilha (conforme a perspetiva), mas que também poderá ser uma linha de aproximação a partir da dispersão, potenciando projetos conjuntos em torno da informação arquipelágica e atlântica.

Assim, a diversidade e a dispersão representarão a união ou fraternidade atlântica quando se constata que as temáticas e os documentos estão presente e são pesquisáveis nos vários arquivos insulares. Facilmente se poderá encontrar documentação sobre o arquipélago das Canárias no Arquivo Regional da Madeira<sup>28</sup>, por exemplo, ou no Arquivo Regional de Ponta Delgada<sup>29</sup>. Da mesma forma, é possível encontrar informação sobre a Madeira<sup>30</sup> e sobre os Açores<sup>31</sup> nos arquivos das Canárias, bem como sobre Cabo Verde. Essa ligação, e essa possibilidade de projeto conjunto, foi aliás objetivo do projeto *Jornadas de Fotografia Histórica Canarias*, que se desenvolveu durante o ano de 2018 entre Portugal, Açores, Madeira, Espanha, Canárias, Cabo Verde e a Guiné Equatorial<sup>32</sup>.

Foi objetivo desta comunicação traçar um breve percurso dos arquivos açorianos e nos Açores, enquanto bens patrimoniais e enquanto instituições detentoras de bens patrimoniais, bem como expor algumas das fragilidades

---

27 Armitage, David; Braddick, Michael J. – *The British Atlantic World, 1500-1800*. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

28 Fotografia do edifício da empresa Woermann Linie, na cidade de Las Palmas, ilha de Gran Canária, arquipélago das Canárias, 1901. Código de Referência: PT/ABM/PER-JOP/001/000020. <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=76150&ht=>.

29 Carta de António Maria Manrique a Francisco Afonso Chaves, 1905. Código de Referência: PT/BPARPD/PSS/FAC/001-121/000001. <http://www.arquivos.azores.gov.pt/details?id=1372332>.

30 <https://mdc.ulpgc.es/items/show/288766> (consultado a 01.05.2020).

31 <https://mdc.ulpgc.es/items/show/290699> (consultado a 01.05.2020).

32 <https://elalpende.wixsite.com/alpende/post/2018/02/22/luces-del-atl%C3%A1ntico-iv-jornadas-fotograf%C3%ADa-hist%C3%B3rica-canarias> (consultado em 01.05.2020).

que essa noção e conceito ainda encerra e enfrenta. A minimização dessas dificuldades passará por uma maior dinamização e divulgação dos conteúdos informacionais da documentação à guarda dos arquivos regionais, mas igualmente pela educação cívica para a sua importância e conceito patrimonial. Passará, igualmente, por uma melhor gestão das suas bases de dados, enquanto recursos de acesso à distância que podem e devem ser potenciados junto de outros públicos e contextos, para rentabilização da sua utilidade e função. Essa potencialização passará por um entendimento insular, atlântico, como já tem acontecido e como, cremos, deverá ser o futuro dos arquivos insulares num contexto atlântico: um trabalho conjunto em prol da dinamização e divulgação da informação e dos conteúdos dos arquivos à nossa guarda, de forma a fomentar e sedimentar a sua noção enquanto património. Um trabalho que extrapola os corpos legais e que se concretizará apenas num entendimento e concertação de objetivos e recursos. É o caminho que temos a percorrer e que, com certeza, será percorrido com sucesso e diversos benefícios para os arquivos insulares atlânticos.

### **Bibliografia**

- Armitage, David; Braddick, Michael J. – *The British Atlantic World, 1500-1800*. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.
- Gregório., Rute Dias - “Os arquivos dos Açores e a História: uma atualização de enunciados de problemas (1997-2017)”. In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta: NCH, 2017, pp. 25-49.
- Lamikiz, Xavier – *Trade and Trust in the Eighteenth Century Atlantic World. Spanish merchants and their overseas networks*. London: The Royal Historical Society, 2010.
- Medeiros, Pedro - O Arquivo de Ponta Delgada e a política arquivística regional. In “ARQUIPÉLAGO. História”. Ponta Delgada: CEGF, 2001, pp.743-758.
- Moscatel, Cristina - “Family Archives: an analysis at the Azorean Regional Archive’s intervention”. In Lurdes, Maria de; Nóvoa, Rita Sampaio da (dir.); Gago, Alice; Sousa, Maria João da Câmara Andrade e (coord.) - *Recovered voices, newfound questions. Family archives and historical research*. Lisboa/Coimbra: IEM/IUC, 2019.

- Reis Leite, José Guilherme – “Os Arquivos Públicos na Região Autónoma dos Açores. Uma opinião”. In ARQUIPÉLAGO. História. Ponta Delgada: CEGF, 2001, pp.759-764. Reis Leite, José Guilherme - “Política Arquivística para o século XXI. Os Arquivos da Autonomia”, in Documentação e Arquivos Insulares. Funchal: C.E.H.A., 1997.
- Rosa, Maria de Lurdes; Nóvoa, Rita Sampaio – “Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística. Reflexões sobre um percurso científico e académico”. In *Revista Portuguesa de História*, tomo XLIX, 2008, pp. 85-98.
- Silva, Susana Serpa – “Notas para a história da Biblioteca Pública de Ponta Delgada”. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº12 (2012). Coimbra: CHSCUC, 2012, pp. 285-321.
- Thornton, John K. – *A Cultural History of the Atlantic World, 1250-1820*. Londres: Cambridge University Press, 2012.



## **PONTA DELGADA: UMA CIDADE DA MACARONÉSIA INSERIDA NAS TENDÊNCIAS PICTÓRICAS DO SÉCULO XXI**

**Bruna Pereira**

*Universidade dos Açores*

*brunarafaelfurtadopereira@gmail.com*

**Palavras-chave:** Artes; Arte Urbana; Desenvolvimento; Globalização; Graffiti.

O artigo agora editado, ocorre no contexto do trabalho de investigação que estamos a realizar, no âmbito de uma dissertação de mestrado em Património Cultural, Museologia e Desenvolvimento na Universidade dos Açores sobre Arte Urbana<sup>1</sup>. Os objetivos desta pesquisa visam refletir sobre o impacto no desenvolvimento e dinâmica da cidade de Ponta Delgada, uma das capitais do espaço geográfico da Macaronésia, situada na ilha de São Miguel, Arquipélago dos Açores.

Este trabalho propõe-se sobretudo, ser uma pequena introdução à temática de forma a que possamos entender melhor, o que de facto podemos assumir por Arte Urbana. Iremos, contudo, focarmo-nos nas questões pictóricas devido ao seu impacto visual imediato na paisagem urbana. Neste contexto, abordaremos questões relacionadas com o papel que desempenha o termo Graffiti no seio do que hoje categorizamos, comumente, como Arte Urbana,

---

<sup>1</sup> “A Arte Urbana na Zona Urbana de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel - Açores” sob orientação do Doutor Duarte Nuno Chaves, Doutora Isabel Albergaria e Doutor Ricardo Marmoto Campos.

que mudanças se registaram na paisagem e na dinâmica urbana de Ponta Delgada, assim como quais os seus principais responsáveis e intervenientes.

### **Arte Urbana: Uma Realidade Incontornável do Século XXI**

Atualmente o movimento artístico mais difundido por tudo o mundo, a chamada Arte Urbana, conta com um variado número de participantes espalhados e reconhecidos por todos os continentes<sup>2</sup>.

Podemos caracterizá-la pela sua constante mutação, quer a nível das suas formas como dos seus conteúdos; pela sua capacidade em incorporar e conjugar-se com várias expressões artísticas, culturais e/ou criativas; pelo seu carácter efémero; pelo que visa o impacto e o choque do olhar por parte de quem a observa, podendo o efeito desejado ser alcançado através de recurso à repetição, à singularidade, à inovação e/ou à citação<sup>3</sup>.

Assim, podemos afirmar que, entre as cem mil formas de arte urbana que possamos, e venhamos a identificar, a linha condutora mantém-se firme à sua essência semântica: arte de rua, nada mais, não sendo desta forma possível, apesar de todas as tentativas, uma definição rigorosa e totalmente abrangente e precisa da mesma<sup>4</sup>.

Neste contexto, obras e artistas, tradicionalmente contestados<sup>5</sup> pelas tradicionais instituições de gestão e reconhecimento artístico, são muitas vezes, alvo de críticas e perseguição por parte das autoridades governamentais dada a ténue e frágil linha que separa, muitas vezes, a genialidade e criatividade do vandalismo, no caso de intervenções não autorizadas.

Como salienta o famoso artista anónimo inglês, Banksy, na sua obra *Wall and Piece*, a principal intensão destas expressões artísticas reside na visibilidade e acessibilidade por parte de todos:

*Despite having to creep about at night and lie to your mum its actually the most honest artform available. There is no elitismo or hype, it exhibits on some of the best walls a town has to offer, and nobody is put off by the price of admission.*<sup>6</sup>

---

2 Dogheria, Duccio (2015) *Da Procura das Raízes do Street Art aos anos 70*. Lisboa: Levoir. Vol. 1: 12.

3 Dogheria, 2015, Vol. 1: 12.

4 Dogheria, 2015, Vol. 1: 13.

5 Situação a sofrer uma acentuada mudança.

6 Banksy (2005). *Wall and Piece*. Century. Londres: Century:11.

Este é um fenómeno que se tem estendido, cada vez mais, ao longo das ruas das diversas metrópoles, em que as mesmas se apresentam e se assumem como verdadeiras galerias a céu aberto.

De entre as diversas tipologias de Arte Urbana temos o graffiti, tradicionalmente encarado como um ato de vandalismo fortemente associado à marginalidade, ao longo das últimas décadas começa a ser inserido, progressivamente, no seio das instituições culturais, numa lógica de “sociedade espetáculo”, identificada como característica da chamada pós-modernidade. Como um bom exemplo podemos apontar as diversas exposições das obras de Banksy realizadas em várias capitais europeias.



Fig. 1 – Técnica – Stencil. Autor – Banksy. Melbourne, Austrália.

Estas produções revelam-se importantes elementos para a reflexão sobre a realidade urbana visto estimulam a subjetividade e podem ser encaradas como elementos transformadores da própria cultura através da introdução de novos elementos que, mesmo de forma não intencional, transformam o imaginário social em que se inserem, atendendo ao facto de que o poder de comunicação das imagens é reconhecido desde os primórdios da história da humanidade.

## Graffiti: Uma Expressão Marcada pela Transgressão

Quem circula pelo meio urbano, rapidamente se apercebe da diversidade de imagens que se propagam ao longo de todo território de diversas naturezas que oscilam desde cartazes publicitários e políticos, sinaléticas, arte publica e graffitiis.

Não nos parecerá estranho que esta vertente da arte urbana, embora já entranhada no imaginário citadino e presente em particamente todas as cidades do globo, não passe despercebida. Esta realidade, efémera por natureza, reflete-se numa “renovação” das imagens e escritos das paredes, e outros suportes propícios ao ato e preferencialmente visíveis a todos, cuja frequência está, entre outros fatores, relacionada com a dimensão e densidade populacional da zona urbana em que se inserem<sup>7</sup>.

Mas como podemos nós corretamente definir Graffiti? Podemos encontrar várias tentativas de definição, contudo muitas delas revelam-se refutáveis dado estarem demasiado dependentes de fatores socioculturais, científicos e históricos condicionados pelos responsáveis pelas tentativas de definição do conceito<sup>8</sup>. Se quisermos ser rigorosos, este é um conceito marcado por indefinições e incompreensões sendo, ao mesmo tempo, alvo de disputas pelo uso do seu sentido<sup>9</sup>.

Contudo o facto é que o interesse e os estudos desenvolvidos sobre o fenómeno tem sido proporcionais ao seu ritmo do seu crescimento um pouco por todo o globo.

Sabemos, no entanto, que o termo deriva da palavra italiana “*Graffiare*”<sup>10</sup>. O vocábulo Graffiti significa, em sentido literal o que realmente é: uma inscrição ou marca realizada num mundo ou parede<sup>11</sup>.

Como podemos rapidamente constatar, definir este conceito revela-se uma tarefa bem mais difícil do que inicialmente aparenta, estando a mesma dependente do olhar que os observa. Por exemplo, para o cidadão comum, o termo Graffiti refere-se, de uma forma geral, a todas inscrições realizadas ao longo do espaço público urbano, nos mais diversos suportes, tendo este sido

---

7 Campos, Ricardo Marmoto (2010). *Porque Pintamos a Cidade? Uma Abordagem Etnográfica do Graffiti Urbano*. Lisboa: Fim de Século: 21.

Fonte da Figura 1: <https://paulosheadotorg.wordpress.com/category/social-injustice/>

8 Campos, 2010:75.

9 Almeida, Gabriel Bueno (2013). *Política, subjetividade e arte urbana: o graffiti na cidade*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 60

10 Riscar.

11 Campos, 2010:79.



Fig.2 – Técnica – Stencil.  
Autor – Banksy. Nova York.



Fig. 3 – Tag. Ponta Delgada, São Miguel,  
Açores.

ou não autorizado<sup>12</sup> - ou seja, o cidadão assume por graffiti variadas expressões de Arte Urbana, um bom exemplo disso são os murais com que todos nós nos cruzamos e que captam o nosso olhar sempre que os encontramos.

O graffiti, para ser Graffiti, em rigor, pressupõe a transgressão<sup>13</sup>.

A atuação num espaço, sem qualquer autorização prévia é, o que na prática, distingue o graffiti de outras tipologias de comunicação visual e pictórica ao longo do espaço público, sendo comum que várias expressões de arte urbana se cruzem, ou possam vir a cruzar-se, no mesmo espaço.

Desta forma, o graffiti assume um duplo sentido comunicacional: por um lado, o conteúdo da mensagem; por outro, o ato de transgressão que pressupõe, refletindo a recusa da norma e da ordem imposta pública e socialmente. Por estas mesmas razões, o graffiti é encarado, desde o seu surgimento, como um ato vandalismo, símbolo de rebeldia, materialização da marginalização<sup>14</sup>.

Como forma de evitarem consequências legais, os seus autores recorrem frequentemente ao animato.<sup>15</sup>

Sabemos que o Graffiti evoluiu a partir do chamado *Tag*.

O *Tag* caracteriza-se uma assinatura simples, normalmente feita de for-

12 Por suportes, podemos assumir muros, paredes, bancos de jardim, sinais de trânsito, pontes, carruagens de comboios, entre outros elementos que sirvam de suporte e que proporcionem uma boa visibilidade à obra realizada.

13 Campos, 2010: 81.

Fonte da Figura 2: <https://www.mirror.co.uk/news/gallery/banksy-in-new-york-2340936>

14 Campos, 2010:83.

15 Termo de origem grega, significa “sem nome”.

ma rápida, com canetas de ponta larga ou tinta permanente. O seu impacto reside na quantidade<sup>16</sup>, raramente pela sua dimensão estética, pelo que é portador de um carácter intensionalmente mais agressivo e visualmente revela-se bem menos apelativo ao olhar do observador comum<sup>17</sup>.

Outra das técnicas muito presentes nas várias metrópoles ocidentais, e rapidamente identificável, é o chamado Stencil. Esta técnica consiste essencialmente na utilização de um molde de imagem, ou texto, que permita a transfusão para uma parede ou muro, com recurso a uma tinta de spray. Revela-se altamente versátil visto que possibilita a utilização de técnicas tradicionais artísticas com os recursos digitais e a tecnologia atual -como é o caso das chamadas impressoras 3D.

Sabe-se que a técnica do Stencil fora utilizada pela primeira vez em França, no início da década de 70, tendo-se popularizado na década seguinte com o artista francês *Blek Le Rat* que estampara vários ratos negros ao longo da cidade de Paris. Atualmente o Stencil vê o seu estatuto valorizado graças às intervenções politico-satíricas do artista inglês, já citado, Banksy.



Fig. 4 – Representação do movimento *Hip Hop*.

---

16 A vantagem desta técnica em particular reside na rapidez da sua realização, dificultando a existência de testemunhas e consequentes denúncias.

17 Almeida, 2013:28

Dois momentos revelam-se incontornáveis para a globalização deste fenómeno pictórico: o movimento francês de maio de 68 e o graffiti norte-americano da década de 70<sup>18</sup>, não sendo também de desconsiderar as várias intervenções registadas no chamado Muro Berlim.

### **Ponta Delgada: A Construção De Uma “Galeria a Céu Aberto”**

No entanto, é difícil definir com exatidão o momento em que este movimento chega a Portugal, embora seja reconhecida a influência norte-americana<sup>19</sup> e o desenvolvimento da indústria musical. Contudo, os primeiros registos relacionados com a expansão do movimento *hip hop*<sup>20</sup> no país remontam aos anos 80, porém, só entre segunda metade da década e o início da década de 90, é que o rap português e conseqüentemente o graffiti ganham alguma popularidade no país<sup>21</sup>.

Quando falamos em Arte Urbana em Portugal, tal como acontece na esmagadora maioria das cidades atualmente, podemos constatar que a sua produção está quase exclusivamente legalizada quando desenvolvida dentro dos quadros institucionais definidos pelas instituições e poderes competentes<sup>22</sup>. Esta realidade deve-se essencialmente à sua cada vez maior inserção em circuitos de mercantilização e o seu contributo em sectores como o turismo, regeneração urbana ou até mesmo para consolidação e divulgação de indústrias criativas, que contribuem para o desenvolvimento económica, social e até mesmo urbanístico da própria cidade.

Ponta Delgada não se deixou ficar aquém das tendências das grandes capitais europeias e da realidade que se fazia sentir nas zonas urbanas do país.

Em 2008<sup>23</sup>, percebido o potencial para o desenvolvimento turístico, pa-

---

18 Campos, 2010: 91.

19 O chamado Graffiti Contemporâneo, apesar de frutos de várias influências, tem por marco principal o graffiti *hip hop* norte-americano dos anos 70, revelando-se como um sistema visual de comunicação como recurso a ferramentas e linguagem próprias.

20 O graffiti corresponde à vertente visual do *hip hop*.

21 Campos, 2010: 101.

Fonte da Figura 4: <http://martelodovolcano.blogspot.com/2012/02/grafite-o-paradigma-da-arte.html>.

22 Barros, Vitor, Pussetti, Chiara (2019). “O terceiro lado do muro. A arte e as suas cidades”, Forum Sociológico [Online], 35 | 2019, posto online a 11 de dezembro de 2019, consultado a 12 de janeiro de 2020. URL: <https://journals.openedition.org/sociologico/5021>.

Fonte da figura: <http://martelodovolcano.blogspot.com/2012/02/grafite-o-paradigma-da-arte.html>

23 <http://gau.cm-lisboa.pt/gau.html>.



Fig. 5 – Técnica – Stencil. Ponta Delgada, São Miguel, Açores.

trimonial, artístico do país e, conseqüentemente económico, fora criada, em, Lisboa, a Galeria de Arte Urbana do Departamento de Património Cultural de Lisboa, cuja principal missão visava a promoção do Graffiti e da Arte Urbana na cidade com vista a um maior respeito pelos valores patrimoniais e culturais para da capital. Para o conseguir, no ano seguinte à sua criação, procurara promover o diálogo com a comunidade artística responsável por estas tipologias de intervenções de forma a ser possível a definição de espaços e zonas autorizadas à sua prática.

Neste contexto e, não obstante ao potencial da Arte Urbana para o desenvolvimento e valorização da zona urbana em que se inserem, volvidos três anos<sup>24</sup>, regista-se a primeira edição do Festival de Artes dos Açores - Walk&Talk<sup>25</sup>.

Este revela-se como um festival de carácter experimental e participativo cujo principal objetivo visa “(...) a criação de objetos inéditos em diálogo com o território e as especificidades socioculturais da região dos Açores.”<sup>26</sup>

O projeto envolve não só as comunidades locais, como as migrantes debruçando-se não só em torno de campos ligados à Arte Urbana, mas também sobre as artes performativas e técnicas.

Seguindo o exemplo da capital, que através da criação do Festival O Muro, criara ao longo da cidade vários circuitos de arte, tornando-a no que

24 [https://www.walktalkazores.org/Sobre\\_1](https://www.walktalkazores.org/Sobre_1).

25 O Festival decorre todos os anos no mês de julho.

26 [https://www.walktalkazores.org/Sobre\\_1](https://www.walktalkazores.org/Sobre_1).

hoje chamamos de “Galeria a Céu Aberto”, S. Miguel e Terceira passam a ser, também elas, palco um circuito<sup>27</sup> de Arte Urbana, que contabiliza atualmente mais de 70 intervenções.

Dado que o festival só fora estendido à ilha Terceira em 2016, e visto que esta é, como o próprio nome indica, uma Arte Urbana por definição, não será de estranhar que o maior número de intervenções, sendo estas pictóricas ou de outra natureza, tenha sido levada a cabo no centro da zona urbana de Ponta Delgada, muito embora existam registos e intervenções realizadas nas zonas periféricas e rurais da dita cidade, bem como é registada a presença de intervenções pontuais nos restantes municípios da ilha.

A organização do festival está a cargo da Associação Anda & Fala. Esta associação sem fins lucrativos, além da principal responsável pela organização do festival é, também a encarregada pela promoção, divulgação e criação de Arte Contemporânea quer a nível das artes visuais como performativas<sup>28</sup>. Entre os seus principais objetivos destaca-se ainda a divulgação e articulação de conhecimentos, artistas e projetos que, através região<sup>29</sup> procura e ambiciona envolver comunidades de todo o mundo, inserindo assim o arquipélago numa tendência mundial cada vez mais globalizada e globalizante no contexto do impacto desta a que chamamos “Sociedade de Espetáculo” e da “espetacularização” característica inegável da pós-modernidade em que nos encontramos.

Centremos então a nossa atenção nas intervenções pictóricas levadas a cabo na zona urbana de Ponta Delgada ao longo das várias edições do festival.

Em 2011<sup>30</sup>, aquando da sua primeira edição em S. Miguel, as intervenções no centro histórico, naquela que é a maior cidade do arquipélago, contou com a participação de um dos mais importantes e famosos artistas portugueses de Arte Urbana, Alexandre Farto, autor dos dois retratos na entrada do Bar Galeria Arco 8, junto à rotunda de Santa Clara. Alexandre Far-

---

27 Importa salientar que o programa do festival, para além dos circuitos de arte, integra também concertos, exposições, múltiplas performances e outros eventos levados a cabo em espaços culturais que visam sobretudo a produção e partilha de conhecimento.

28 [https://www.walktalkazores.org/Sobre\\_1](https://www.walktalkazores.org/Sobre_1).

29 A Associação encontra-se, desde a data da sua fundação (2011), sediada na cidade de Ponta Delgada, apoiada pelo Ministério da Cultura (DGARTES), tendo já sido reconhecida como uma Associação de Utilidade Pública pelo Governo dos Açores.

30 <https://www.walktalkazores.org/Mapa>.



Fig. 6 – Primeira Intervenção de VHILS nos Açores.  
Bar Galeria Arco 8 – Santa Clara, Ponta Delgada, S. Miguel.

to<sup>31</sup> aka VHIL, iniciara a sua carreira como artista urbano em 2000, revela-se como o artista urbano mais inovador e notável em Portugal, sendo também um dos nomes mais sonantes entre os artistas mundiais<sup>32</sup>, reconhecimento que adquiriu através da criação da técnica a que se chamou “Picotagem”<sup>33</sup>.

Várias ruas da zona urbana da cidade foram intervencionadas nesta primeira edição do festival: a zona do Parque da Calheta; o porto de Ponta Delgada; Rua Margarida Chaves; Rua Castelo Branco; Rua de S. Joaquim; Rua de João de Melo Abreu; Rua do Dr. Guilherme Poças e, ainda, a Rua Manuel Augusto Amaral.

As intervenções de arte urbana levadas a cabo em 2011 revelam-se, na sua extensa maioria, de ordem pictórica e restringem-se basicamente à zona

31 Alexandre Farto nasceu em Portugal em 1987.

32 As obras deste artista podem ser observadas em como: Portugal; Espanha; França; Itália; Luxemburgo; Inglaterra; Alemanha; Finlândia; Noruega; Polónia; Suíça; Roménia; Ucrânia; Rússia; Hungria; Brasil; México; Argentina; Uruguai; Colômbia; Estados Unidos da América; Canadá; Emiratos Árabes Unidos; Senegal; Malásia; Tailândia; Coreia do Sul; China; Japão; Indonésia; Polinésia Francesa e Austrália.

33 AAVV (2019). *Street Art: Guia de Grandes Artistas Portugueses*. Lisboa: Zerestbooks: 172.  
Fonte da figura 6: [https://www.walktalkazores.org/Alexandre\\_Farto\\_aka\\_Vhils](https://www.walktalkazores.org/Alexandre_Farto_aka_Vhils).

central da cidade. Em 2012 as intervenções estendem-se ao centro urbano da cidade da ribeira grande, embora o enfoque principal permanece no centro e periferia de Ponta Delgada.

Esta 2º Edição do Walk & Talk volta a contar com a presença e participação do artista VHILS, que desta vez irá deixar a sua marca no chamado “Torreão” - sito na Canada Mata Mulheres, na zona da Fajã de Baixo em Ponta Delgada -, presença essa que se voltará a repetir, pela ultima vez, na edição seguinte de 2013, cuja obra ficara reservada ao concelho da Ribeira Grande, mais concretamente ao porto de pesca de Rabo de Peixe.

A 4º edição do festival, além das intervenções levadas a cabo nos municípios já referidos, expande a sua ação também ao município de Lagoa<sup>34</sup>.



Fig. 7 – Pintura Mural. Artista – Vascular Endemism.  
Avenida Maginal, Ponta Delgada, São Miguel.

A 5º Edição, 2015, registam-se intervenções apenas na zona urbana de Ponta Delgada e respetivos arredores, sendo de realçar a intervenção levada a cabo na Avenida Infante D. Henrique (Avenida Marginal) e a intervenção levada a cabo nos muros exteriores, junto ao portão norte, do Campus da Universidade dos Açores de Ponta Delgada.

34 Em Ponta Delgada salienta-se o registo das intervenções realizadas na Rua de S. Gonçalo.



Fig.8 – Técnica – Pintura. Artista – Navine Khan Dossos.  
Frente marítima, Porto de Ponta Delgada.

Em 2016, as intervenções tendem a deslocar-se para zonas mais rurais<sup>35</sup>, embora sejam merecedoras de destaque as intervenções levadas a cabo no Largo Dr. Francisco Luís Tavares, mais concretamente nas traseiras do Teatro Micaelense, da autoria de Sarah Mohr.

A 7ª Edição, no diz respeito à ilha de S. Miguel, fica marcada pela extensa área de intervenções que abrangera a grande generalidade da ilha, à exceção dos municípios de Lagoa e Nordeste. Salienta-se ainda que nenhuma das intervenções realizadas na ilha foram de cariz pictórico.

A edição de 2018 contabiliza, na ilha de S. Miguel, intervenções nos municípios de Vila Franca do Campo e Ponta Delgada, neste último é de destacar a intervenção pictórica realizada ao longo da frente marítima do porto de Ponta Delgada, da autoria de Navine Khan Dossos<sup>36</sup>, onde é claramente visível no muro o alfabeto marítimo internacional constituído por bandeiras de sinalização, que se traduzem em “Georgiana Leonard” – uma das poucas

35 Em 2016, decorre também a primeira edição deste festival na Ilha Terceira que contabiliza as primeiras intervenções pictóricas deste movimento na cidade de Angra do Heroísmo.  
Fonte da Figura 7: <https://www.walktalkazores.org/Pastel>.

36 <https://www.walktalkazores.org/Georgiana>.



Fig. 9 – Técnica – Pintura. Artista – Yves.  
Ponta Delgada, São Miguel.

mulheres desmascaradas quando se tentava fazer passar por homem a bordo de um navio baleeiro que atravessava o atlântico no século XIX<sup>37</sup>.

A última edição do festival regista intervenções nos municípios de Lagoa, Ribeira Grande, Povoação e Ponta Delgada, embora se destaque apenas que o município de Lagoa fora alvo, de uma intervenção de natureza pictórica<sup>38</sup>.

Paralelamente a estas intervenções enumeradas e organizadas pelo festival, é ainda de salientar as obras realizadas pelo artista Yves, também estas autorizadas, visíveis um pouco por toda a ilha que têm surgido não só a nível da propriedade pública como em muitas propriedades privadas. O coração retratado, que se repete por inúmeras zonas da cidade e arredores, tornou-se a imagem de marca deste artista e valeu-lhe o reconhecimento da comunidade açoriana em geral - e micalense, em particular.

37 <https://www.walktalkazores.org/Georgiana>.

38 <https://www.walktalkazores.org/Mapa>.

Fonte da figura 8: <https://www.walktalkazores.org/Georgiana>.

Não nos deixemos, no entanto, levar pela ideia errática de que apenas é possível encontrar intervenções institucionalmente organizadas e em zonas autorizadas ao longo da cidade de Ponta Delgada. São inúmeros os *tags* e pequenos desenhos gravados junto a zonas cuja visibilidade se torna mais reduzida em determinadas horas do dia – sendo a madrugada preferencial para este tipo de intervenções.

Esta realidade vem comprovar-nos que, tal como os jovens nas restantes capitais, os jovens açorianos, e em particular os ponta-delgadenses que, sob a influência da indústria musical, cinematográfica, redes sociais e restantes meios de comunicação continuam a utilizar o graffiti como meio de protesto e expressão individual e/ou coletiva.

De uma forma, ou de outra, sejam estas produções resultantes de intervenções legais ou não, sejam elas realizadas por artistas locais ou estrangeiros, o facto é que Ponta Delgada, como em tantas outras cidades do mundo, é já difícil de ser imaginada sem as múltiplas imagens que povoam as paredes das suas ruas, servida e inserida neste que é já considerado o maior movimento artístico do século XXI.